

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

CRISTIANE G. DE SOUZA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS
CONTRIBUÍREM PARA O PROTAGONISMO CIDADÃO NO
CONTEXTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL – CRAS DOS CAMPOS GERAIS**

**PONTA GROSSA
2016**

CRISTIANE G. DE SOUZA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS
CONTRIBUÍREM PARA O PROTAGONISMO CIDADÃO NO
CONTEXTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL – CRAS DOS CAMPOS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR., como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais Aplicadas.
Área de concentração: Cidadania e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Jussara Ayres Bourguignon

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Gisele Masson

**PONTA GROSSA
2016**

Ficha Catalográfica

Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

S719 Souza, Cristiane Gonçalves de
Limites e possibilidades dos processos pedagógicos contribuírem para o protagonismo cidadão no contexto dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS dos Campos Gerais/ Cristiane Gonçalves de Souza. Ponta Grossa, 2016. 309f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a Dr^a Jussara Ayres Bourguignon.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Gisele Masson.

1.Trabalho. 2.Proteção Social. 3.Políticas Sociais. 4.Assistência Social. 5.Cidadania. I.Bourguignon, Jussara Ayres. II. Masson, Gisele. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas. IV. T.

CDD: 361.21

TERMO DE APROVAÇÃO

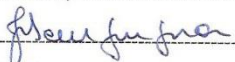
Cristiane Gonçalves de Souza

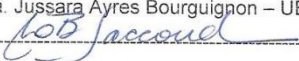
**LIMITES E POSSIBILIDADES DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS
CONTRIBUÍREM NO PROCESSO DO PROTAGONISMO CIDADÃO NO
CONTEXTO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
– CRAS DOS CAMPOS GERAIS.**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 03 de fevereiro de 2017.

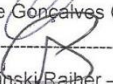
Assinatura pelos Membros da Banca:

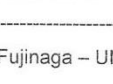

Prof.^a Dra. Jussara Ayres Bourguignon – UEPG - Presidente


Prof.^a Dra. Luciana de Barros Jaccoud – IPEA – Partic. Externo


Prof.^a Dra. Olegna de Souza Guedes – UEL- Partic. Externo


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – UEPG – Partic. Interno


Prof.^a Dra. Augusta Pelinski Reiter – UEPG - Partic. Interno


Prof.^a Dra. Cristina Ide Fujinaga – UNICENTRO – Suplente Externo


Prof.^a Dra. Danuta Estrufika Cantoia Luiz - UEPG – Suplente Interno

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese ao meu esposo, Juliano de Souza, parceiro em todas as ocasiões em que aceitei o desafio de buscar aprimoramento profissional e intelectual. Em todos esses momentos seu amor, carinho, suporte e força foram incentivos determinantes para a conclusão de mais essa etapa em minha vida.

Dedico às minhas queridas filhas Rebeca e Sara, o cantor e compositor Nando Reis certa vez cantou: “minha cor, minha flor, minha cara [...]”. Não sei se o mundo é bom. Mas ele ficou melhor quando você chegou e perguntou: Tem lugar pra mim?”. Certamente Rebeca e Sara fazem o meu mundo melhor com suas presenças.

Dedico à minha querida mãe Jerusa e querida sogra Dirceia, ambas não mediram esforços para estarem cuidando das minhas pequenas sempre em que se fez necessária a minha ausência para me dedicar a esta tese.

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, aproveito para agradecer a todas aquelas – instituições/pessoas – que contribuíram junto ao processo dessa jornada de doutorado, pessoas que desempenharam um papel *sine qua non* durante esses quatro anos. Quero aqui expressar gratidão às seguintes pessoas/instituições:

À CAPES, instituição que propiciou a minha permanência durante o doutorado na condição de bolsista, fato que contribuiu para que eu pudesse me dedicar exclusivamente a esse momento.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR que acolheu minha proposta de pesquisa e que forneceu as condições acadêmicas necessárias para o seu aperfeiçoamento e materialização.

À sempre querida Professora Doutora Jussara Ayres Bourguignon, professora que representa o verdadeiro sentido da palavra “mestre”, foi orientadora e educadora, nunca mediu esforços para se fazer presente durante todo o processo de construção da tese me auxiliando, nortando reflexões e tecendo contribuições que foram basilares para a pesquisa. Foi um privilégio professora, essa convivência durante os quatro anos do doutorado. Muito obrigada de coração!!

À Professora Doutora Gisele Masson do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR., na condição de co-orientadora da pesquisa alimentou a mesma com suas exposições e ensinamentos a respeito da centralidade ontológica do trabalho na constituição do ser social. A minha participação em sua disciplina “Capital, trabalho e educação” foi um divisor de águas, pois foi a partir das reflexões emergentes durante o semestre da disciplina que construí o referencial teórico que sustenta meus argumentos na tese.

Às professoras: Doutora Luciana Jaccoud, Doutora Olegna Guedes, Doutora Augusta Pelinski Raiher e professor Doutor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, professores avaliadores dessa tese de doutorado que gentilmente aceitaram ao convite em participar da banca tecendo contribuições e sugestões com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Às professoras do departamento de Serviço Social que desde a graduação têm me acompanhado e incentivado a privilegiar o processo de investigação como

ferramenta que desvela a realidade que perpassa os usuários atendidos pelo Serviço Social nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. Em especial à Professora Doutora Rosiléa Werner, Professora Doutora Danuta Estrufika Cantoia Luiz, Professora Doutora Luiza Krainski, Professora Doutora Lislei Preuss, Professora Mestre Sandra Scheffer e Professora Doutora Reidy Rolim.

Aos profissionais dos CRAS dos 17 municípios pesquisados, que gentilmente cederam parte de seu tempo respondendo aos questionários, sem essas informações essa pesquisa seria inviável, muito obrigada!

Às companheiras dessa trajetória acadêmica: Adriana Guimarães, Cristina Rauch, Luciana Silvestre e Rosângela Bujokas, certamente a companhia de vocês tornou o processo mais leve, no sentido de troca de experiências, de angústias e de alegrias. A cada etapa concluída era um misto de celebração e de incertezas se iríamos dar conta de tantas leituras e de tantas demandas com disciplinas e construção de artigos, etc. Obrigada meninas!

Aos meus irmãos Tânia, Josiane, Anderson, Everton, às minhas cunhadas Pamela e Ana Paula e especialmente à Kalliane de Souza, pela força e apoio durante o processo de doutorado.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que torceram e que intercederam para que essa etapa tão importante e singular fosse concluída.

Porque d'Ele e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente. Amém. ([Romanos 11:36](#))

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto os processos pedagógicos potencializadores do protagonismo cidadão no contexto dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS localizados nos municípios de pequeno e médio porte que pertencem à área de abrangência do Escritório Regional (ER) da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) situado na cidade de Ponta Grossa-PR. A assistência social deve oferecer uma série de serviços com finalidades de contribuir para a autonomia e cidadania dos usuários de seus serviços na perspectiva de que os mesmos passem a ser protagonistas. Em vista das marcas históricas conservadoras ainda presentes na área e nas práticas profissionais no âmbito da assistência social, se coloca o desafio de compreender o processo de constituição de protagonismo e cidadania, para perceber as possibilidades e limites históricos que se colocam no contexto do CRAS ao se desenvolver estratégias e ações de exercício do protagonismo cidadão. Quanto à abordagem esta pesquisa é de natureza quali-quantitativa, portanto de enfoque misto. A cidade de Ponta Grossa sedia o ER, e pertence à sua área de abrangência totalizando 18 municípios. Os 17 municípios que participaram da pesquisa foram: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania. De acordo com as diretrizes do SUAS, a equipe de referência profissional atuante no CRAS é composta por uma equipe interdisciplinar: Assistente Social, Psicólogo e preferencialmente Pedagogo. A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) desafia estes profissionais a desenvolver sua prática buscando contribuir junto ao processo do protagonismo cidadão dos usuários. Assim, foi necessário descrever o modo de produção capitalista contextualizando a atual sociabilidade e seus limites junto ao processo de protagonismo e cidadania. Abordamos sobre o Estado e seu papel no interior das políticas sociais. Contextualizamos o SUAS no âmbito da Seguridade Social e a constituição da Proteção Social Básica no Brasil. Caracterizamos a organização da Proteção Social Básica nos municípios de pequeno e médio porte localizados na região de abrangência do ER da SEDS da cidade de Ponta Grossa-PR. Caracterizamos a constituição das equipes interdisciplinares dos CRAS e refletimos sobre o processo de potencializar o exercício do protagonismo cidadão a partir das práticas profissionais exercidas por tais equipes. Defendemos a tese de que: ao haver necessidade das equipes realizarem sua prática profissional oportunizando o exercício do protagonismo cidadão dos usuários, nesse contexto as ações devem ser realizadas mediante processos pedagógicos que considerem a realidade, as demandas destes usuários e os limites e possibilidades que tais profissionais encontram no desenvolvimento de tais práticas. Na acepção de Gramsci, dadas as condições de subalternidade em que se encontra a classe trabalhadora, a possibilidade de enfrentamento dessa circunstância implica em ações cujo pressuposto seja um processo pedagógico orientado pela filosofia da práxis. Procurando explicitar que o comportamento subalterno é forjado pela classe dominante, mas que pode ser enfrentado mediante o acesso a conhecimento que não é neutro, que sempre estará em consonância com os diversos projetos societários presentes no interior de uma sociedade.

Palavras-chave: Trabalho. Proteção Social. Políticas Sociais. Assistência Social. Cidadania. Processo pedagógico.

ABSTRACT

This research has as its object the pedagogical processes that empower the citizen in the context of the Centers of Reference of Social Assistance (CRAS) located in the small and medium-sized municipalities that belong to the area covered by the Regional Office of the Family and Social Development Secretariat (SEDS) located in the city of Ponta Grossa-PR. Social assistance must offer a series of services aimed at contributing to the autonomy and citizenship of the users of its services, with a view to becoming protagonists. In view of the conservative historical marks still present in the area and in the professional practices in the area of social assistance, the challenge is to understand the process of constitution of protagonism and citizenship, to perceive the possibilities and historical limits that are placed in the context of CRAS to develop strategies and actions to exercise citizen protagonism. Regarding the approach, this research is of a qualitative and quantitative nature, therefore of mixed focus. The city of Ponta Grossa is home to the Regional Office, and belongs to its area of coverage totaling 18 municipalities. The 17 municipalities that participated in the research were: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi and Ventania. According to SUAS guidelines, the professional reference team working at CRAS is composed of an interdisciplinary team: Social Worker, Psychologist and preferably Pedagogue. The National Social Assistance Policy (PNAS) challenges these professionals to develop their practice in order to contribute to the process of citizen protagonism of users. Thus, it was necessary to describe the capitalist mode of production contextualizing the current sociability and its limits together with the process of protagonism and citizenship. We address the state and its role within social policies. We contextualize SUAS in the scope of Social Security and the constitution of Basic Social Protection in Brazil. We characterized the organization of Basic Social Protection in the small and medium-sized municipalities located in the region covered by the Regional Office of SEDS in the city of Ponta Grossa-PR. We characterized the constitution of the CRAS interdisciplinary teams and reflected on the process of strengthening the exercise of citizen protagonism based on the professional practices exercised by such teams. We defend the thesis that: since the teams need to carry out their professional practice by providing the citizens with a leading role, in this context actions must be carried out through pedagogical processes that take into account the reality, the demands of these users and the limits and possibilities that such Professionals in the development of such practices. In the sense of Gramsci, given the conditions of subalternity in which the working class is, the possibility of confronting this circumstance implies actions whose presupposition is a pedagogical process guided by the philosophy of praxis. It seeks to make explicit that subordinate behavior is forged by the ruling class, but that it can be confronted by access to knowledge that is not neutral, which will always be in harmony with the various corporate projects present within a society.

Keywords: Work. Social Protection. Social politics. Social assistance. Citizenship. Pedagogical process.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Coordenação e gestão do SUAS.....	132
FIGURA 02 – Unidades dos Escritórios Regionais da SEDS no Paraná.....	133
FIGURA 03 – Mapa dos municípios que estão na região de abrangência do ER de Ponta Grossa.....	139

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Informações síntese segundo municípios do ER de Ponta Grossa.....	141
QUADRO 02 – Composição da equipe de referência da região de Ponta Grossa.....	167
QUADRO 03 – Composição da equipe de referência dos CRAS conforme porte do município	168
QUADRO 04 – Curso de Pós-graduação.....	171
QUADRO 05 – Justificativa dos profissionais quanto à autonomia nos CRAS.....	173

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Mercado de trabalho – 2010.....	148
GRÁFICO 02 – IDH-M – 2010.....	149
GRÁFICO 03 – IDH Dimensão Educação – 2010.....	152
GRÁFICO 04 – Percentual da população de 10 a 13 anos com alguma ocupação – 2010.....	154
GRÁFICO 05 – IDH M Dimensão Longevidade – 2010	155
GRÁFICO 06 – IDH M Dimensão Renda – 2010	156
GRÁFICO 07 – % de mulheres em situação de vulnerabilidade	159
GRÁFICO 08 – Idade dos profissionais	170
GRÁFICO 09 – Vínculo empregatício com a instituição.....	172
GRÁFICO 10 – Serviços em que os profissionais se inserem	174

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Variáveis estruturantes e os regimes de Bem-estar.....	87
TABELA 02 – Municípios de abrangência do ER de Ponta Grossa – 2015.....	142
TABELA 03 – População residente por faixa etária – municípios da região de Ponta Grossa – 2010.....	144
TABELA 04 – População em situação de extrema pobreza por faixa etária.....	157
TABELA 05 – Vulnerabilidade crianças.....	160
TABELA 06 – Vulnerabilidade, trabalho e renda.....	161
TABELA 07 – Famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2015.....	163
TABELA 08 – IDCRAS – Indicador de Desenvolvimento das Unidades CRAS, segundo Censo SUAS 2014.....	164

LISTA DE SIGLAS

AFAI – Atenção as Famílias dos Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas

ANASSELBAs – Associação Nacional dos Servidores da LBA

ASSELBAs – Associações Estaduais dos Servidores da LBA

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO – Cadastro Único

CadSUAS – Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social

CEAS – Conselho Estadual da Assistência Social

CEME – Central de Medicamentos

CENSE – Centro de Socioeducação

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População de Rua

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CGS/SUAS – Coordenação da Gestão do Sistema Único de Assistência Social

CIB – Comissões Intergestora Bipartite

CIT – Comissões Intergestora Tripartite

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ER – Escritório Regional

FLBA – Fundação Legião Brasileira de Assistência

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDCRAS – Indicador de Desenvolvimento das unidades CRAS

ID SUAS – Índice de Desenvolvimento do SUAS

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas

IVF/PR – Índice de Vulnerabilidades das Famílias do Paraná

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

NEEP/SUAS/PR – Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

NOB – Norma Operacional Básica

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PEA – População Economicamente Ativa

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNC/SUAS – Política Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social

PNEP/SUAS – Política Nacional de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social

PFC – Programa Família Cidadã

PR – Paraná

PSB – Proteção Social Básica

PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDS – Secretaria da Família e Desenvolvimento Social

SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro Oeste

UNINGÁ – Faculdade de Maringá

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

UTPCA – Coordenação da Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
 CAPÍTULO 01 PRESSUPOSTOS PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE ALIENAÇÃO E SUBALTERNIDADE HUMANA.....	32
1.1 O TRABALHO COMO CATEGORIA ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL.....	33
1.2 OS DESAFIOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE.....	42
1.3 A CONDIÇÃO DE ALIENAÇÃO E SUBALTERNIDADE DO TRABALHADOR NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	48
 CAPÍTULO 02 AS CONTRADIÇÕES NO INTERIOR DO ESTADO CAPITALISTA.....	66
2.1 ESTADO E O SEU CARÁTER CONTRADITÓRIO.....	66
2.2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL.....	79
 CAPÍTULO 03 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: delimitando marcos históricos.....	101
3.1 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	101
3.2 O CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	110
3.3 A GESTÃO DO SUAS NO CONTEXTO NACIONAL.....	116
3.4 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO PARANÁ NA GESTÃO 2015-2018.....	130
 CAPÍTULO 04 MUNICÍPIOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE QUE ESTÃO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL SITUADO EM PONTA GROSSA-PR.....	138

4.1 MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA-PR: ASPECTOS SOCIO-ECONÔMICO.....	139
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA DO CRAS DA REGIÃO DE PONTA GROSSA.....	166

CAPÍTULO 05 O PROTAGONISMO CIDADÃO NO CONTEXTO DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS: POTENCIALIDADES PARA O SEU EXERCÍCIO.....177

5.1 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	178
5.2 DESPROTEÇÃO SOCIAL E MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES DA VULNERABILIDADE SOCIAL.....	190
5.3 FUNDAMENTOS IMPORTANTES PARA O TRABALHO PROFISSIONAL	204
5.4 PROCESSO DE TRABALHO JUNTO ÀS FAMÍLIAS.....	213
5.5 O DESAFIO DE AVANÇAR/SUPERAR AS PRÁTICAS IMEDIATISTAS.....	222
5.6 PROTAGONISMO CIDADÃO.....	236
5.7 PROCESSOS PEDAGÓGICOS COM POTENCIAL DE ROMPER A SUBALTERNIDADE.....	255

CONCLUSÃO.....270

REFERÊNCIAS.....287

APÊNDICE A: Roteiro do questionário aplicado junto aos profissionais que atuam na equipe interdisciplinar dos CRAS no ano de 2014.....304

APÊNDICE B: Roteiro do questionário aplicado aos profissionais que atuam na equipe interdisciplinar dos CRAS durante o processo do curso 01 Capacita SUAS – 2015.....308

INTRODUÇÃO

A tese em questão é consequência de reflexões que se iniciaram no momento da banca de defesa da dissertação de mestrado e nesse sentido, justificamos a importância de recuperar este período. Na ocasião do mestrado, a pesquisa realizada abordou a respeito do “Empoderamento: possibilidades da prática profissional nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em Ponta Grossa-PR.”.

Por meio da pesquisa, os depoimentos dos sujeitos entrevistados, nos trouxeram várias categorias de análise, tais como ações socioeducativas, trabalho interdisciplinar e condições de trabalho dos profissionais. No momento de defesa da dissertação a banca sugeriu que, em próximas ocasiões, fosse considerada a situação de que: pensar as ações socioeducativas pressupõe pensar na educação, numa educação que vá além do capital, como bem situa Mézaros (2005). Nesse contexto os profissionais têm um papel fundamental, haja vista que mediante uma prática pedagógica, podem contribuir para o processo de protagonismo dos sujeitos, ora podem legitimar a ordem capitalista e ora contribuir para o estabelecimento de ações que façam a crítica da ordem social estabelecida.

Esta pesquisa de doutorado tem como objeto os processos pedagógicos potencializadores do protagonismo cidadão no contexto dos CRAS situados nos municípios de pequeno e médio porte que pertencem à área de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social situado na cidade de Ponta Grossa-PR.

Outro aspecto que é relevante mencionar é o fato de que após a consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS entre os anos de 2004 e 2005 há todo um debate empreendido, tanto pelos sujeitos que atuam no âmbito da formulação e planejamento da política, quanto no âmbito da gestão e execução, com a finalidade de fomentar reflexões e estratégias a respeito do trabalho social desenvolvido junto às famílias no âmbito do sistema. Esse debate tem considerado a importância do atendimento das demandas imediatas das famílias e principalmente considera o desafio de concretizar práticas que tenham a capacidade de contribuir junto ao processo de protagonismo das famílias/indivíduos atendidos. Essa perspectiva tem como foco colaborar para que projetos de vida sejam construídos junto a essas famílias/indivíduos num processo que sinaliza para a importância

relacional da assistência social no contexto das políticas públicas. O desafio que se coloca para a assistência social é contribuir para o favorecimento de acesso aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais que tenham a capacidade de ofertar não apenas um produto que seja material e avançar para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, onde seja possível potencializar a capacidade protetiva das famílias que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

Tal reflexão por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA gera desafios aos profissionais, já que os mesmos em seu cotidiano têm que atender as demandas familiares e ainda, a médio e longo prazo instituir práticas que sejam capazes de contribuir para, o desenvolvimento de segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar preconizado na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

O novo formato da Política de Assistência Social enfatiza que o campo da assistência social enquanto política pública deve, mediante os resultados que gera, ter a capacidade de ampliar a agenda dos direitos sociais a serem afirmados a todos os cidadãos brasileiros, conforme suas necessidades e independente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos (BRASIL, 2005a).

A PNAS pontua que o SUAS concretiza a garantia de proteção social ativa, pois busca não submeter os usuários dos serviços sob a lógica da tutela, ao contrário, visa oportunizar um processo de aquisição de condições de autonomia, resiliência e protagonismo, com vistas ao acesso a oportunidades, capacitações, serviços, condições de convívio e socialização (BRASIL, 2005a).

Dessa forma, o texto da PNAS segue afirmando que as ações desenvolvidas no âmbito da rede socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania concebem o cidadão e a família como sujeito protagonista da rede de ações e serviços. Nessa perspectiva, tem como objetivo abrir “[...] espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social, atuando sob o princípio da reciprocidade, baseada na identidade e reconhecimento concreto [...]” (BRASIL, 2005a, p. 93).

Tonet (2014, p.03), referindo-se a Marx, expõe que para este autor a “[...] cidadania é parte integrante do que ele denomina emancipação política. Logo, faz parte do campo da política. E a política, é para ele, em essência, uma forma de opressão. Como diz junto com Engels, no Manifesto Comunista (1998:31): Em

sentido próprio, o poder político é poder organizado de uma classe para opressão de outras”.

Ser cidadão, para Marx, não é ser efetivamente livre, mas apenas formalmente livre, igual e proprietário, pois por mais direitos que um cidadão possa ter e por mais que se busque aperfeiçoar tais direitos, não se elimina a desigualdade que está na raiz de uma sociedade fundada na lógica capitalista, portanto, há uma impossibilidade, na sociedade da emancipação humana (TONET, 2014).

Marx (2010) em seu livro intitulado “A questão judaica” argumenta que devemos buscar a emancipação humana, que pressupõe que os homens sejam efetivamente livres.

Tonet (2005a, p. 79) lembra que “Emancipação humana, para Marx, nada mais é do que um outro nome para comunismo”. Momento em que ocorreria uma transição para o trabalho associado, o que implicaria em uma nova subjetividade do trabalho, pois nessa relação os homens estabeleceriam outras relações entre si, tendo em vista que no ato do trabalho comparecem: a teleologia, a causalidade, a busca dos meios, a objetivação, ações que estão permeadas pelo gasto de energias físicas e espirituais.

No trabalho associado, os homens, realizariam um intercâmbio com a natureza, e estabeleceriam no processo de produção material um controle do processo de trabalho, colocariam em comum as suas forças, desde a produção, a distribuição e o consumo dos elementos produzidos mediante o processo do trabalho. No trabalho associado, ainda que não possa ser extinta por completo a sujeição do homem à natureza, é possível afirmar que nessa forma de organização do trabalho estariam ausentes tanto a sujeição dos homens à natureza, quanto a sujeição e exploração dos homens aos outros homens. (TONET, 2005a).

Del Roio (2005a, p. 6-7) afirma que nesse processo de transição para o trabalho associado seria oportunizado a liberdade humana, pois o que é a liberdade se não a possibilidade do “[...] domínio consciente sobre o processo de autoconstrução genérica e sobre o conjunto do processo histórico, significando a superação de toda alienação”.

Vista, portanto, de uma maneira positiva, a atividade do trabalho deveria ser um momento de grande satisfação, um momento de autoconstrução pessoal, na medida em que permitiria ao homem produzir bens para satisfazer as suas necessidades e, ao mesmo tempo, dar vazão à sua criatividade, objetivando-se de maneira rica e multifacetada. Tudo isto é

anulado no trabalho capitalista pela transformação deste numa atividade da qual o trabalhador não é o verdadeiro sujeito. Além de que, no mais das vezes e como expressão disto, também é realizada em condições físicas e espirituais extremamente degradantes. (TONET, 2005^a, p.67).

Considerando a existência desse debate no interior do marxismo e reconhecendo a necessidade de emancipação humana frente ao processo de alienação provocada na sociabilidade capitalista, e reconhecendo os limites da emancipação política, a qual está relacionada com a aquisição do status de cidadão.

Ressaltamos que nesta pesquisa, ainda que a cidadania/emancipação política tenha seus limites, buscaremos evidenciar como a cidadania representa um avanço para a ampliação e acesso aos direitos sociais dos usuários da assistência social.

Portanto, a partir dessas exposições consideramos oportuno fazer algumas reflexões a respeito de alguns pressupostos desta tese: Quais são as implicações quando se afirma serem os usuários dos serviços socioassistenciais um cidadão protagonista? Percebemos a necessidade de qualificar a categoria cidadania e protagonismo para então procedermos com a discussão em torno das possibilidades e limites de constituição do protagonismo cidadão no âmbito do SUAS.

Nessa linha de pensamento, num segundo momento refletimos sobre como os serviços e benefícios, ofertados no contexto do SUAS, reconhecidos como direitos favorecem ou não a participação cidadã e consequentemente se os mesmos têm condições de contribuir para o processo de protagonismo mediante uma participação propositiva.

Concernente a abertura de espaços e oportunidades para o exercício da cidadania, no contexto do SUAS, existe o CRAS, considerado equipamento que oferta serviços e benefícios de proteção social básica e que se localiza em territórios de vulnerabilidade social. Ao mencionarmos o processo de constituição do protagonismo cidadão, especificamente no âmbito do CRAS, é importante considerar três aspectos: o território, Matricialidade sociofamiliar e a vulnerabilidade social.

O exercício da cidadania ocorre em determinado local, no território onde vivem as famílias. Milton Santos (1994) define território como um espaço que é construído e constituído por pessoas, dessa forma, território para o autor é produto histórico, pois é resultado das necessidades e interesses do ser humano e assim

sendo, corresponde a um campo de atuação, de expressão de poderes público, privado, governamental ou não-governamental e especialmente populacional, o autor ainda conclui afirmando que cada território tem uma determinada área específica, particular. E é por isso que tem que se analisar toda a dinâmica territorial ao se instituir ações no âmbito das políticas sociais.

Na lógica do território, o CRAS oferta proteção social básica, CRAS é um equipamento, dessa forma há que se pensar a respeito de como as ações desenvolvidas pela equipe interdisciplinar tem condições de favorecer uma participação cidadã e com vistas ao protagonismo?

Sobre a matricialidade sociofamiliar o aspecto a se considerar diz respeito a atuação junto às famílias. Como atuar com as famílias referenciadas no território dos CRAS com vistas a propiciar o exercício da cidadania, considerando que é objetivo do CRAS favorecer segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar? Argumentamos que o CRAS pode ser esse espaço, pois mediante estabelecimento de processos pedagógicos é possível contribuir para o exercício da cidadania. No entanto, há que se investigar se a prática dos profissionais dos CRAS (no caso de nossa pesquisa iremos considerar especificamente os CRAS situados nos municípios de pequeno e médio porte que estão na área de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR) têm se desenvolvido pautadas a partir das diretrizes sinalizadas pela PNAS e no desenvolvimento de tal prática, é intenção observar os desafios e limites que a equipe encontra na tentativa de concretizar uma intervenção profissional que contribua para o protagonismo cidadão.

É necessário investigar a prática profissional e a realidade em que estão inseridas as equipes profissionais, averiguar como as equipes estão se organizando para dar conta dos pressupostos indicados pela PNAS. Como essas equipes por meio do trabalho interdisciplinar potencializam o exercício da cidadania no contexto de vida dos usuários?

Historicamente, ser assistido pela assistência social significava não ser cidadão e a partir da Constituição Federal de 1988, há uma mudança paradigmática sobre essa questão, mediante a afirmação do direito a assistência social constitui-se como direito de cidadania. Considerando a herança histórica da não afirmação da

cidadania no âmbito da assistência social, como favorecer esse processo na atualidade junto às famílias em situação de vulnerabilidade?

A PNAS de 2004 estabelece que estar em vulnerabilidade significa estar em situação em que um indivíduo/família se encontra excluído socialmente, esta exclusão é resultado do processo de produção e reprodução de desigualdade social, onde se originam processos de discriminação e segregação.

O texto da PNAS (2005, p. 42) segue afirmando que estar vulnerável à pobreza não é uma questão que se limita a um fator econômico, tão pouco se trata apenas de qualificar individualmente uma pessoa como capaz ou incapaz. Estar em uma situação de vulnerabilidade à pobreza está relacionado também às configurações familiares e aos ciclos de vida das famílias, ou seja, uma família pode não ser vulnerável no sentido econômico, no entanto no âmbito da mesma família podem ocorrer situações de violência contra criança ou adolescente, contra a mulher, contra um idoso ou até mesmo contra uma pessoa com deficiência e nesse caso cabe ao CRAS situado no contexto de território prestar atendimento a essa família.

O CRAS é o local onde não apenas os interesses imediatos das famílias são atendidos, pois tem possibilidades de ser um espaço de “desenvolvimento humano e de emancipação” (ABREU, 2011, p. 233).

Em síntese: nossa pesquisa busca investigar como essas equipes estão dando conta disso? Quais estratégias tais equipes desenvolvem? Há um processo pedagógico, uma ação pedagógica que se desenvolve junto às famílias para materializar os pressupostos de protagonismo cidadão?

Nossa tese está assentada na perspectiva de que há uma necessidade de que as equipes de profissionais interdisciplinares atuantes no contexto do CRAS realizem sua prática profissional com vistas a oportunizar o exercício do protagonismo cidadão dos usuários, e nesse contexto consideramos que as ações devem ser realizadas mediante processos pedagógicos que considerem a realidade, as demandas destes usuários e os limites e possibilidades que os profissionais encontram no desenvolvimento de tais práticas.

Trata-se de instituir processos pedagógicos onde os sujeitos sejam convocados a exercitarem a cidadania mediante fomento de debates sobre as suas reais demandas onde a metodologia utilizada é a participação dialógica fundamentada na práxis, ou seja, os sujeitos são motivados a refletir a respeito das

situações de sua vida cotidiana. Este processo participativo e reflexivo tem condições de favorecer mudanças nos comportamentos e atitudes o que pode resultar em “[...] processos de reivindicações, enfrentamentos e resistências coletivas [...]” (DURIGUETTO e BALDI, 2012, p. 196).

Faz-se necessário instituir processos pedagógicos embasados em uma leitura crítica da realidade que contribua para reflexões que potencialize os usuários a se perceberem enquanto cidadãos protagonistas diante de suas próprias demandas socioeconômicas, políticas, culturais, etc.

O objetivo geral desta pesquisa de doutorado é: “Analisar os limites e possibilidades dos processos pedagógicos contribuírem junto ao processo do exercício do protagonismo cidadão nos CRAS situados nos municípios de pequeno e médio porte que estão na área de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR”.

Para tanto, foi necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos: analisar o modo de produção capitalista para contextualizar a atual sociabilidade e seus limites junto ao processo de protagonismo e cidadania. Abordar sobre o Estado e seu papel na definição das políticas sociais públicas. Contextualizar o SUAS no âmbito da Seguridade Social e a constituição da Proteção Social Básica no Brasil; caracterizar a organização da Proteção Social Básica nos municípios de pequeno e médio porte localizados na região de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR; caracterizar a constituição das equipes interdisciplinares dos CRAS localizados na região de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR; verificar os desafios e limites das práticas profissionais desenvolvidas pelas equipes interdisciplinares dos CRAS localizados no contexto da pesquisa e compreender como se efetiva o processo de potencializar o exercício do protagonismo cidadão a partir das práticas profissionais exercidas pelas equipes interdisciplinares dos CRAS localizados no contexto da pesquisa.

Importa destacar, que quanto à abordagem, esta pesquisa é de natureza quali-quantitativa, ou seja, tem um enfoque misto, pois trabalhamos articulando dados qualitativos e quantitativos. A esse respeito Prates (2012, p.124) assevera que:

Por tratar-se de estudos orientados pelo materialismo dialético e histórico, a coleta e articulação de dados empíricos objetivos e subjetivos, como mediação necessária para tentar explicar os fenômenos investigados, parece ser uma condição, na medida em que a teoria dialética postula [...] a necessária articulação entre os aspectos quantitativos e qualitativos.

Nosso objeto de pesquisa requereu uma discussão sobre como as práticas dos profissionais foram sendo construídas e isso não é mensurável, portanto, foi necessário buscarmos os relatos, por parte dos profissionais, a respeito de suas intervenções para depois termos condições de proceder com a análise a partir do referencial teórico utilizado.

Os dados quantitativos foram utilizados para complementar e qualificar nossa pesquisa, por isso usamos os indicadores sociais disponibilizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI do MDSA, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES e dados estatísticos de fonte primária do próprio município. Exemplo desses dados são: População residente por faixa etária nos municípios; Mercado de trabalho; Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM; População em situação de extrema pobreza por faixa etária; Mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade social; Famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2015 e Indicador de Desenvolvimento das unidades CRAS –IDCRAS.

A Política de Assistência Social foi o pano de fundo de nossa pesquisa e o contexto empírico da mesma foram os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS situados nos municípios que integram o Escritório Regional de Ponta Grossa. O Escritório Regional – ER da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS corresponde a uma unidade descentralizada político-administrativa, que presta assessoria e apoio técnico aos municípios na gestão da política de assistência social no Paraná.

A cidade de Ponta Grossa sedia o ER, e pertence à sua área de abrangência totalizando 18 municípios, no entanto, Ponta Grossa não participou de nossa pesquisa, tendo em vista que é município de grande porte. Isso gera dificuldade de análises e até mesmo de comparação em relação aos outros municípios que participaram da pesquisa, que em sua grande maioria são de pequeno porte. Os 17 municípios que participaram da pesquisa foram: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú,

Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Os 17 municípios dispõem de aproximadamente 20 CRAS, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a equipe de referência profissional atuante no CRAS é composta por uma equipe interdisciplinar: Assistente Social, Psicólogo e preferencialmente Pedagogo.

As normativas do SUAS adotam o termo “equipe de referência” para se referir às equipes de profissionais, o trabalho desenvolvido na perspectiva de equipe corresponde a uma metodologia para a gestão do trabalho, cuja finalidade é integrar dialogicamente as diversas profissões que compõem a equipe de referência. Parte do pressuposto de que nenhum especialista, de modo isolado, tem condições de oferecer uma abordagem integral ao usuário (CAMPOS e DOMITTI, 2007).

A PNAS desafia os profissionais que atuam nas equipes de referência do CRAS a desenvolver sua prática pautada no pressuposto de contribuir junto ao processo do protagonismo cidadão dos usuários, considerando que a própria PNAS expõe que o SUAS ao concretizar a garantia de proteção social ativa opera mediante a perspectiva de oportunizar um processo de aquisição de condições de autonomia, resiliência e de protagonismo.

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, estabelecemos alguns momentos que nortearam todo o processo de investigação, importante destacar que alguns destes momentos se efetivaram paralelamente a outros momentos. Portanto, a pesquisa foi composta por 04 momentos:

1) Pesquisa bibliográfica: momento em que nos debruçamos a proceder com leituras de autores de referência, e a partir do debate proposto pelos mesmos adquirimos fundamentação teórica adequada. Os principais autores consultados foram: Behring (2011); Draibe (1993); Esping-Andersen (1991); Gramsci (1999), (2000), (2001); Jaccoud (2009), (2013); Lessa (1996), (2001), (2012), Lukács (2013); Marx (2004), (2008), (2013), (2010), (1987); Mészáros (2004), (2005), (2006); Pochmann (2004); Ranieri (2001); Semeraro (2001), (2006); Simionatto (2009), (2011), (2014); Sposati (2003), (2005), (2009), (2013), Tonet (2005), (2007).

2) Pesquisa documental: momento em que realizamos consultas a fontes primárias como dados coletados junto aos municípios pesquisados, consultamos também documentos da Política de Assistência Social,

normativas, legislações, etc. Sítios da internet, como do Ministério de Desenvolvimento Social com destaque para as páginas da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI que disponibiliza informações e relatórios com dados da política de assistência social nos municípios brasileiros, sítio do IPARDES, do IBGE e etc.

3) Pesquisa de campo: a pesquisa de campo foi um momento que se processou a partir de alguns passos: caracterização dos municípios na região mediante pesquisa documental buscando acesso de documentos no Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR. e nos municípios localizados no contexto da pesquisa; aplicação do questionário junto às equipes profissionais em dois momentos.

Nossa intenção com a aplicação do questionário¹, em 2014, foi proceder com uma caracterização dos sujeitos e depois formular perguntas que pudessem dar conta de caracterizar a prática profissional, e posteriormente elaborar questões mais abertas que abordassem sobre: as dificuldades, os limites e os desafios que os profissionais percebem no desenvolvimento do trabalho junto com a equipe em relação ao propósito do exercício do protagonismo cidadão das famílias atendidas no CRAS.

Antes de iniciarmos com a aplicação dos questionários, realizamos um Pré-teste no mês de abril/2014 com um profissional do CRAS de Ponta Grossa para observar se o mesmo estava adequado.

Posteriormente, iniciamos, no mês de maio/2014, a aplicação do questionário que iria fornecer dados para caracterizar as equipes de referência dos CRAS dos 17 municípios. Importante destacar que para a coleta dos dados dos questionários participamos periodicamente do Fórum dos Trabalhadores do SUAS na Região de Ponta Grossa no período de maio a setembro de 2014, onde foi possível estabelecer contato com os profissionais e expor os objetivos da pesquisa em tela. Nesse período, tivemos contato com 56 profissionais, todos foram convidados a participar da pesquisa, mas nem todos os profissionais participaram, pois nessa fase tivemos a devolução de 40 questionários, representando 14 municípios. Salientamos, que conforme estabelece o Comitê de Ética em Pesquisa – COEP da Universidade

¹ O roteiro dos questionários aplicados aos profissionais da equipe de referência do CRAS estão no apêndice.

Estadual de Ponta Grossa – UEPG no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE a participação dos sujeitos de pesquisa junto ao processo foi voluntária, quer dizer, não foram obrigadas a responder ao questionário, portanto, ao entregar o questionário aos profissionais fizemos questão de deixá-los a vontade quanto à decisão em participar ou não da pesquisa.

Num segundo momento da pesquisa de campo aplicamos questionário junto aos profissionais durante o processo do Curso 01 do Capacita SUAS, entre os meses de outubro a dezembro de 2015. Destacamos que com este questionário também realizamos um pré-teste no início do mês de outubro de 2015, o qual foi aplicado a um profissional do CRAS de Ponta Grossa.

O Curso 01 do Capacita SUAS ocorreu na cidade de Ponta Grossa na UEPG, ocasião em que entregamos 40 questionários, no total obtivemos a devolução de 26 questionários, representando 14 municípios. Nesse momento da pesquisa, o questionário aplicado continha apenas questões abertas, as quais tinham como foco inquirir os profissionais a respeito das demandas que os mesmos atendiam em seu cotidiano e como os mesmos realizavam/não realizavam atividades com foco nos processos educativos, se os mesmos conseguiam perceber que tais atividades contribuíam junto ao processo do protagonismo cidadão.

4) Análise dos dados: momento em que foram construídas nossas categorias de análise a partir de todo material empírico coletado junto aos sujeitos de pesquisa.

No intuito de proceder com a análise das respostas obtidas, trabalhamos com a concepção de categorias. Sobre as categorias, Prates (2012, p.117) oportunamente esclarece que:

Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações e da constituição de totalizações provisórias, passíveis de superação sistemática, porque históricas.

As categorias são históricas, emanam da realidade e dessa forma são partes constitutivas do real e num processo de leitura e análise fornecem elementos que contribuem para a explicação dos fenômenos e ainda favorecem o estabelecimento de processos interventivos no real (PRATES, 2012).

Netto (2011, p.14) contribui junto ao debate em torno das categorias expondo como Marx as interpretava:

As categorias, diz ele, “exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias ontológicas); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias reflexivas). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado).

À medida que procedemos com a leitura das respostas dos profissionais foi possível elencar certas categorias que foram emergindo e dessa forma reorganizamos todo o material com uma configuração diferente do que aquela estruturada por questões dos questionários. As categorias que emergiram com as respostas forneceram o fio condutor de nossas análises e reflexões.

Uma vez elencadas as categorias procuramos reproduzi-las teoricamente apresentando os relatos dos profissionais, a seguir pontuamos as categorias de análise desta pesquisa: 1) vulnerabilidade e risco social; 2) desproteção social e múltiplas manifestações da vulnerabilidade social; 3) fundamentos importantes para o trabalho profissional; 4) processo de trabalho junto às famílias; 5) o desafio de avançar/superar as práticas imediatistas; 6) protagonismo cidadão e 7) processos pedagógicos com potencial de romper a subalternidade.

Considerando que aplicamos dois questionários em momentos distintos aos profissionais da equipe de referência dos CRAS, convém destacar que para diferenciarmos os sujeitos de pesquisa em relação aos questionários optamos pela seguinte classificação: os profissionais que estiverem com a letra A, como por exemplo, Pedagogo 1-A, onde A corresponde às respostas do questionário aplicado em 2014. Por sua vez, as respostas adquiridas no questionário em 2015 serão acompanhadas da letra B, por exemplo, Pedagogo 1-B.

Esta tese é composta por 05 capítulos: o primeiro capítulo trata do processo de alienação e subalternidade do ser humano, portanto, foi necessário recuperar a discussão proposta por Marx (2013) e Lukács (2013) sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho. Os autores recuperam o debate em torno do trabalho em um sentido genérico, não o trabalho em sua relação direta com o trabalho na sociedade

capitalista, mas sim aquele trabalho no sentido ontológico, pois estamos nos referindo ao trabalho que produz objetos que são úteis, ou seja, que produz valores de uso. “As novas funções que o trabalho adquire no curso da criação de uma produção social em sentido estrito (os problemas do valor de troca) ainda não estão presentes na nossa representação [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Para entender a relação que os usuários da política de assistência social estabelecem com o contexto onde estão inseridos, foi importante recuperarmos o debate em torno da categoria trabalho no sentido ontológico e a produção da alienação e subalternidade no sistema capitalista, tendo em vista que essas categorias marcam este sistema.

O segundo capítulo aborda sobre a relação que se estabelece entre capital e trabalho assalariado, relação em que emerge uma série de situações que reclamam a intervenção do Estado. Tal intervenção, em alguns momentos até pode dar a impressão de haver elementos conciliáveis entre capital e trabalho, e o papel que o Estado desempenha nessa relação, nos leva a perceber que se trata de elementos inconciliáveis.

Foi imprescindível recuperar a discussão em torno da função que o Estado exerce na relação capital e trabalho, pois compreender a função social desempenhada pelo mesmo no capitalismo é fundamental para que possamos perceber o limite da incorporação das demandas da classe trabalhadora pelo poder estatal e desta forma, poderemos compreender os motivos pelos quais o atendimento das necessidades dos cidadãos é inconciliável com a lógica do sistema capitalista (MELO, 2012).

Já o terceiro capítulo é o momento em que apresentamos o contexto da Assistência Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, com destaque para a persistência de uma ambiguidade: a gênese da assistência social é marcada pela ideia da caridade e filantropia, ações que desde a antiguidade se fazem presentes na sociedade, tais características persistem em se fazer presentes nas ações da assistência, mesmo que esta área seja reconhecida como direito social. Portanto, “[...] é importante considerar que mesmo com os avanços recentes, sempre na direção da ruptura desses traços [...], essa unidade de contrários parece sempre rondar as intenções republicanas de torná-la pública e reconhecê-la como política” (PAULA, 2013, p.89).

Ainda no capítulo três contextualizamos o SUAS no âmbito da Seguridade Social e a constituição da Proteção Social Básica no Brasil, bem como situamos a Gestão do SUAS em âmbito nacional e igualmente no Estado do Paraná.

No capítulo quatro caracterizamos a organização da Proteção Social Básica nos municípios de pequeno e médio porte localizados na região de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR. Procedemos, num primeiro momento, com uma caracterização dos municípios da região por meio da apresentação de alguns dados como a população da região, sua faixa etária, analfabetismo, famílias em condição de pobreza, etc.

Na sequência do capítulo, apresentamos a constituição das equipes interdisciplinares dos CRAS² localizados nos municípios da região, destacamos que para caracterizar as equipes utilizamos informações obtidas mediante o questionário preenchido para levantamento de dados juntos aos profissionais.

O capítulo cinco é o momento em que verificamos os desafios e limites das práticas profissionais desenvolvidas pelas equipes interdisciplinares dos CRAS localizados no contexto da pesquisa. Neste capítulo expomos os resultados das análises dos questionários respondidos pelos profissionais da equipe de referência dos CRAS pesquisados.

Nas considerações finais são esboçados os resultados obtidos através desta pesquisa, pontuamos os desafios que se colocam aos profissionais dos CRAS, principalmente considerando o cenário político atual, ano de 2016, ano marcado por tentativas de desmonte de direitos e conquistas sociais, principalmente no âmbito da Política da Assistência Social.

Da mesma forma, sinalizamos as possibilidades de favorecimento do protagonismo cidadão no contexto dos CRAS, ponderando que processo pedagógico com vistas ao desenvolvimento do protagonismo cidadão pode ser dirigido com objetivo de mostrar aos usuários aquilo que marca a sociedade de classes. É um processo que não necessita de grandes descobertas científicas ou da elaboração de fórmulas de atendimento ao usuário. Mas trata-se de socializar conhecimento: “Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente

² A caracterização foi elaborada com os dados obtidos no primeiro questionário aplicado junto às equipes interdisciplinares dos CRAS que se encontram na região de abrangência do ER de Ponta Grossa.

verdades já descobertas, “socializa-las” por assim dizer; [...]” (GRAMSCI, 1995, p.13).

CAPÍTULO 01

PRESSUPOSTOS PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE ALIENAÇÃO E SUBALTERNIDADE HUMANA

Para tratar do processo de alienação e subalternidade do ser humano, necessário se fez recuperar a discussão proposta por Marx (2013) e Lukács (2013) sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho. Os autores recuperam o debate em torno do trabalho em um sentido genérico, não o trabalho em sua relação direta com o trabalho na sociedade capitalista, mas sim, aquele trabalho no sentido ontológico.

A importância dessa abordagem ocorre uma vez que ela nos permite apreender a possibilidade de buscarmos em acontecimentos do cotidiano da existência humana alguns elementos para um melhor entendimento de como se dão as relações entre indivíduo e sociedade na presente atualidade, a partir de uma situação histórica concreta. Esta abordagem contribui para que possamos investigar a capacidade dos sujeitos, mediante as ações que desenvolvem numa perspectiva de reflexão e ação, intervirem no curso da história, com capacidade de alterar as condições nas quais se encontram. Dessa maneira, construindo uma nova forma de sociabilidade por meio do processo do trabalho no sentido ontológico, transformam seu entorno e a si mesmos.

É oportuna a reflexão empreendida por Harvey (2013, p. 117), quando o autor, referindo-se a Marx afirma que:

[...] Marx confere ao processo de trabalho um sentido não apenas de criatividade, mas também de nobreza. [...] os seres humanos podem transformar radicalmente o mundo, de acordo com sua imaginação e com determinado propósito, e ter consciência do que estão fazendo. E que, com isso, têm o poder de transformar a si mesmos. Portanto, precisamos refletir sobre nossos propósitos, tomar consciência de como e quando intervimos no mundo, transformando a nós mesmos. Podemos e devemos nos apropriar com criatividade dessa possibilidade dialética. Não há, portanto, uma transformação neutra de uma natureza exterior a nós. O que fazemos “lá fora” tem muito a ver conosco “aqui dentro”. Marx, nos faz refletir sobre o que essa dialética significa exatamente para nós, assim como para a natureza, da qual somos apenas uma parte: daí a abordagem universalista para compreendermos o processo de trabalho. Isso implica que a natureza humana não é algo dado, mas está em constante evolução.

Na abordagem do trabalho no sentido ontológico é possível perceber que o homem³ se relacionava com a natureza e seu entorno de uma forma muito diferente do que presenciamos hoje no contexto social capitalista. Na perspectiva ontológica o que é central é a capacidade criadora do homem, sua capacidade de transformar radicalmente o mundo mediante uma finalidade estabelecida em sua consciência. Mais tarde veremos que essa relação no modo de produção capitalista fica esvaziada de sentido, pois o que importa é o trabalho se sujeitando ao capital e tão somente produzindo coisas que sejam comercializáveis.

Veremos que por meio do processo do trabalho, do intercâmbio que o homem realiza com a natureza, que o mesmo se afasta das barreiras naturais (LUKÁCS, 2013) e se humaniza deixando de ser um ser meramente biológico para então tornar-se ser social. Nesse processo, o homem mediante o trabalho transforma o exterior e transforma a si mesmo. Isso demonstra a capacidade criadora e transformadora existente no homem e, que por meio do trabalho no modo de produção capitalista, essa situação passa a não ser tão significativa e expressiva.

1.1 O TRABALHO COMO CATEGORIA ONTOLÓGICA DO SER SOCIAL

Numa perspectiva marxiana e lukacsiana⁴, a categoria trabalho é fundante do ser social, pois trabalho se encontra na gênese de uma nova esfera do ser distinto do ser biológico que meramente se adapta ao ambiente. Nessas condições o trabalho é considerado “[...] o motor decisivo do processo de humanização do homem” (LUKÁCS, 2013, p. 64).

O trabalho é categoria ontológica do ser social, ou seja, o trabalho em um sentido genérico, não o trabalho em sua relação direta com o trabalho na sociedade capitalista, mas sim, aquele trabalho com potencial transformador das relações

³ Quando nos referimos ao homem, aqui estamos tratando do homem no sentido genérico, do gênero humano e não homem numa perspectiva masculina ou feminina. Inicialmente não usamos o termo ser humano, tendo em vista que o homem/mulher, através do desenvolvimento das forças produtivas passam a se humanizar mediante o processo do trabalho na perspectiva ontológica, deixam de ser meramente um ser biológico para se aproximar da condição de ser social, ser humano (LUKÁCS, 2013)

⁴ Importante assinalar que Lukács nasceu na Hungria em 1885, dois anos após a morte de Karl Marx. “[...] até o final de sua vida, a trajetória intelectual de Lukács evolui para a elaboração de uma proposta de recuperação de Marx que pusesse em relevo o caráter radicalmente revolucionário da sua obra. Contra todas as concepções que cancelam a possibilidade ontológica da revolução socialista, Lukács se propõe a demonstrar como, por quais mediações, os homens são os únicos responsáveis por sua história, de tal modo que não há nenhuma justificativa para que a ordem burguesa venha a ser o “fim da história””. (LESSA, 2001, p.85).

sociais. Estamos nos referindo ao trabalho que produz objetos que são úteis, isto é, que produz valores de uso. “As novas funções que o trabalho adquire no curso da criação de uma produção social em sentido estrito (os problemas do valor de troca) ainda não estão presentes na nossa representação [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p. 41).

O homem é um ser histórico, dotado de capacidades que foram se aprimorando ao longo dos anos. De ser natural, o homem, por meio do trabalho, passa a ser social num processo onde deixa de simplesmente se adaptar passivamente para uma adaptação ativa. Nessa perspectiva, é possível afirmar que “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade” (LUKÁCS, 2013, p. 43).

É a partir do trabalho, projetando em sua consciência com uma finalidade como um ato dirigido e utilizando instrumentos para alcançar tal finalidade que a consciência humana transpõe a simples adaptação ao meio e tem a capacidade de transformar a natureza. Fato que para os animais é algo impossível, pois há animais que até podem transformar a natureza com suas ações, no entanto, essa transformação ocorre de forma involuntária, não é consciente. Contudo, no caso do homem, essa transformação ocorreu a partir de uma finalidade estabelecida em sua consciência, a partir de um ato dirigido (LUKÁCS, 2013).

Nesse processo, o homem projeta idealmente em sua consciência, fenômeno que é conhecido como teleologia. A teleologia corresponde ao momento de planejamento da ação, o homem antecipa em sua mente aquilo que pretende realizar por meio da ação.

Nessas condições:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a

por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animalescas [*tierartig*], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva (MARX, 2013, p. 255).

Na exposição acima, Marx afirma que o homem, inicialmente, tinha o controle do processo de trabalho, cabia a ele, *pari passu*, observar todo o processo do trabalho e verificar se estava atingindo seus objetivos, isso exigia do homem uma capacidade de pensamento consciente sobre todo o processo. Ao ter consciência do processo, refletindo e agindo sobre ele, o homem transformava não apenas seu entorno, mas principalmente ele mesmo era transformado.

Marx (2013) refere-se ao homem transformando a natureza, produzindo aquilo que lhe é útil para sobreviver por meio de uma interação ativa entre o homem e a natureza. Nesse processo, o homem projeta sua ação com uma finalidade e, para realizar tal projeção é necessário ter consciência, ainda que o resultado dessa projeção não se objetive ou concretize idealmente. No esforço de objetivar aquilo que se estabeleceu previamente em sua consciência, o homem faz uso do esforço físico e também é necessária a vontade orientada a um fim.

[...] importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada *teleologicamente* *direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito (NETTO; BRAZ, 2006, p. 32).

Qual o fim proposto do trabalho no contexto capitalista? O lucro, produção de mercadorias que gerem lucros. No trabalho, no sentido ontológico, a relação que importa é o homem se tornando um ser social, agindo ativamente sobre o mundo. No capitalismo isso é secundário, até mesmo irrelevante, pois não há preocupação com o ser humano e sim, com a mercadoria, com as coisas e o lucro gerado por elas.

No processo de trabalho comparecem algumas categorias que são centrais para compreendermos o mesmo, dentre elas, destacamos a teleologia e a objetivação.

Sobre a teleologia, esta diz respeito a uma categoria que “[...] implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins” (LUKÁCS, 2013, p. 48). A teleologia corresponde ao momento de planejamento, pois antecede a ação, trata-se de antecipar aquilo que será realizado na ação. O trabalho, na perspectiva ontológica, tem a capacidade de favorecer para que haja a possibilidade de cumprirmos de forma objetiva/concreta aquilo que foi antecipado em nossa consciência.

O trabalho favorece para que seja possível colocar em andamento uma atividade antes inexistente, atividade esta, que já estava previamente determinada, isso corresponde ao pôr teleológico, onde “[...] com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico” (LUKÁCS, 2013, p. 48).

No processo do pôr teleológico “[...] um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo” (LUKÁCS, 2013, p. 53).

A esse respeito Lessa (1996, p.5) assinala que:

Um machado é muito mais do que mera pedra e madeira: é a pedra e a madeira organizada numa determinada forma que apenas poderia surgir por uma transformação teleologicamente orientada do real. Nenhum processo natural, seja ele qual for, poderia produzir algo semelhante a um machado; este é um ente que apenas pode surgir enquanto construto humano.

Nessas circunstâncias, o machado foi objetivado devido ao fato de antes, o homem previamente ter idealizado em sua consciência, projetou o objeto que iria construir e escolheu dentre os instrumentos que estavam à sua disposição na natureza para poder cumprir com seu objetivo.

Vale destacar que nem sempre aquilo que foi antecipado previamente na consciência humana consegue ser objetivado exatamente da mesma forma, haja vista que não se pode desconsiderar o fenômeno da casualidade. Há certos eventos que acontecem no mundo natural e que fogem ao controle do homem no momento em que o mesmo busca objetivar aquilo que antecipou previamente. Nessas condições, o resultado muitas vezes não corresponde exatamente à finalidade (LESSA, 1996).

Sobre a objetivação:

[...] a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se **objetiva**, isto é, quando a matéria natural, pela **ação material** do sujeito é **transformada**. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma **objetivação** do sujeito que efetua (NETTO; BRAZ, 2006, p.32 grifos do autor).

A objetivação corresponde ao momento concreto do trabalho, gera uma nova situação tanto objetiva quanto subjetiva, pois transforma a realidade e o sujeito.

Com a objetivação, o produto do trabalho passa a ser generalizado e universalizado, isso ocorre, pois nesse contexto, o homem passa a estabelecer a comunicação com aqueles que se encontram em seu entorno. O conhecimento que pertencia somente a um indivíduo passa a ser generalizado, outros indivíduos passam a usá-lo, e o resultado da ação também se generaliza. Esse processo gera alterações no contexto onde o sujeito está inserido, contribuindo para o desenvolvimento de um novo momento histórico.

Ao ser objetivado, o novo ente é inserido na malha causal já existente, passando a sofrer influências e a influenciar a totalidade do existente. [...], ao se transformar em uma particularidade partícipe de uma totalidade já existente, a história desse ente adquire uma indelével dimensão genérica: sua história absorve determinações da totalidade do existente e, por sua vez, retroage sobre o desenvolvimento da totalidade do real enquanto um seu ente particular. Deste modo, todo processo de objetivação necessariamente resulta em um processo objetivo de generalização dos resultados alcançados, de tal modo que, a cada nova objetivação, a totalidade do ambiente no qual está inserida o indivíduo também se altera. (LESSA, 1996, p.8).

Ao ser generalizado, o produto do trabalho passa a ser universalizado visto que esse novo produto, por exemplo, um machado, passa a ser utilizado não somente por aquele indivíduo que o construiu, mas todos em seu entorno passam a usá-lo com a finalidade de satisfazer as suas necessidades. Nesse processo de generalização e universalização o indivíduo que projetou e concretizou o produto num primeiro momento passa a não ter mais o domínio sobre o mesmo.

A produção de uma nova situação corresponde à geração de um novo momento histórico, fazendo com que todos os que vivam naquele ambiente estejam expostos às consequências, e, portanto, tenham que responder às novas situações geradas pelas objetivações singulares dos outros indivíduos. Isto, obviamente, altera não apenas a relação dos indivíduos com a natureza, mas também a relação dos indivíduos entre si. Eles têm

que responder às novas necessidades, e explorar as novas possibilidades, postas nas novas situações que surgem incessantemente. (LESSA, 1996, p.8).

Ante o exposto, é possível inferir que o trabalho não é uma atividade que ocorre de forma isolada, pois trata-se de um processo coletivo. Até o presente momento, pudemos observar que o trabalho, num sentido genérico, foi um ato que teve a capacidade de contribuir para o processo de humanização do homem, onde o mesmo se afastou das barreiras naturais e passa de ser meramente biológico para ser social, por conseguinte, nos respaldamos em Lukács (2013, p.129) para argumentar que:

[...] o trabalho modifica forçosamente também a natureza do homem que o realiza. A direção que assume esse processo de transformação está dada espontaneamente pelo pôr teleológico e pela sua realização prática. [...] a questão central da transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo. (LUKÁCS, 2013, p.129).

O processo do trabalho favoreceu para que o homem passasse a ter controle sobre seus instintos naturais, e, portanto, é possível afirmar que no processo de humanização do homem, este passa a ser mais social, e menos o ser natural passa a ser determinante para sua existência.

O trabalho gera certos efeitos no sujeito que executa a ação laborativa, dentre esses efeitos destacamos o domínio sobre si mesmo, pois o trabalho envolveu uma luta contra seus próprios instintos, onde as determinações naturais passam a não ser mais tão significativas, “[...] o homem se tornou homem exatamente nessa luta, por meio dessa luta contra a própria constituição naturalmente dada, e que o seu desenvolvimento ulterior, o seu aperfeiçoamento, só pode seguir se realizando por esse caminho e com esses meios.” (LUKÁCS, 2013, p.155).

O trabalho teve a capacidade de contribuir no processo de humanização do homem, onde este passa a transformar radicalmente o seu entorno e a si próprio. Mas, como na atualidade presenciamos no contexto social um homem diferente? Um homem que se relaciona com seu entorno e consigo mesmo de uma forma diferente, um homem que é mais objeto do que sujeito, que é mais coisa do que ser humano? A característica fundamental para o capitalismo não é o homem protagonista, sujeito, mas o homem que vende sua força de trabalho e que passa a

ser mercadoria como outra qualquer. Para prosseguirmos com nossa linha de raciocínio e justificarmos a importância de processos pedagógicos para rompimento da subalternidade é necessário abordar a respeito da diferença entre trabalho concreto, produtor de valores de uso, e trabalho abstrato, produtor de valores de troca.

Para tratar da relação entre trabalho concreto e trabalho abstrato é necessário abordar sobre o modo de produção capitalista, onde o trabalhador aparece no mercado vendendo sua força de trabalho. Nesse contexto é necessário considerar as relações que se estabelecem entre o trabalhador e o detentor dos meios de produção, o capitalista, para então podermos compreender a forma que o processo de trabalho passa a assumir no modo de produção capitalista, forma muito distinta do trabalho no sentido ontológico. Recuperar essa reflexão nos auxiliará a compreender um pouco mais sobre como o homem protagonista, que transforma o mundo, passa para a condição subalterna.

Voltemos, agora, ao nosso capitalista *in spe* [aspirante]. Quando o deixamos, ele havia acabado de comprar no mercado todos os fatores necessários ao processo de trabalho, tanto seus fatores objetivos, os meios de produção, quanto seu fator pessoal, ou a força de trabalho. Com o olhar arguto de um experto, ele selecionou a força de trabalho e os meios de produção adequados a seu negócio, seja ela a fiação, seja a fabricação de botas etc. (MARX, 2013, p. 262).

Marx (2013) afirma que no processo de compra da força de trabalho, esta se caracteriza como uma mercadoria que passa a ser consumida pelo capitalista. Por sua vez, o trabalhador passa então a consumir os meios de produção que pertence ao capitalista por meio de seu trabalho. Mediante esse processo de trabalho, onde o capitalista consome a força de trabalho, surgem dois fenômenos distintos.

O primeiro fenômeno é que o trabalhador passa a trabalhar sob o controle do capitalista, pois a ele pertence seu trabalho (MARX, 2013), ou seja, nessa relação não é o ser humano que controla, medeia ou regula seu processo de trabalho, pois isso é realizado pelo detentor dos meios de produção. É o capitalista que zela pela realização do trabalho, buscando garantir que o trabalhador utilize os instrumentos necessários a fim de que a tarefa seja realizada corretamente. O capitalista realiza essa ação, tendo em vista que o mesmo cuida para que não haja desperdício de matéria-prima (MARX, 2013).

Em segundo lugar, vale lembrar que no processo de trabalho genérico, o produto do trabalho pertencia ao trabalhador, por sua vez, quando o trabalhador vende sua força de trabalho, o produto pertence ao capitalista (MARX, 2013).

O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista (MARX, 2013, p. 262).

Lukács (2013, p.44) afirma que “[...] o valor de uso nada mais designa que um produto do trabalho que o homem pode usar de maneira útil para a reprodução de sua existência”. Na condição de sujeito que vendeu sua força de trabalho ao capitalista, o valor de uso não pertence mais ao trabalhador, ele não é mais o “dono”, se é que podemos assim dizer, do produto que foi criado por ele. Esse produto pertence ao capitalista.

Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 2013, p. 262 - 263).

Do ponto de vista do capitalista a relação de trabalho limita-se apenas a um processo de compra e venda de coisas. Marx afirma que esse trabalho corresponde ao trabalho abstrato, pois se trata de um trabalho que é apenas dispêndio de força humana. Configura-se como um trabalho humano em geral, não possui características peculiares. O dispêndio da força de trabalho produz valor de uso, mas, sobretudo, valor de troca que tem como objetivo a produção de mercadorias onde as mesmas são trocadas no mercado. Nessa relação o valor de uso é minimizado, pois o que importa é o valor de troca da mercadoria.

Nesse contexto, Harvey (2013, p.119) assinala que:

Para Marx, o cerne do trabalho está no processo. Do mesmo modo que o capital é construído como um processo de circulação, o trabalho é

construído como um processo de fabricação. Mas é um processo de fabricação de valores de uso e, sob o capitalismo, isso significa fabricar valores de uso para outros na forma de mercadoria.

No capitalismo as relações sociais e humanas ainda que subsistam, são reificadas para se constituírem em relações mercadológicas, ou seja, são relações entre mercadorias e produtos que podem ser trocados no mercado.

Lessa (2012, p.26), ao se referir a Marx e Engels, afirma que:

[...] para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de socialidade.

Mediante o trabalho abstrato, a capacidade humana de produção é reduzida a uma mera mercadoria, que é denominada força de trabalho, onde o trabalhador recebe ao final do seu dia de labor o seu salário. É possível concluir que as atividades humanas que são realizadas mediante assalariamento correspondem ao trabalho abstrato, pois “O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade.” (LESSA, 2012, p. 28).

Quando o produto de trabalho passa a ser considerado apenas como mercadoria, há uma abstração do seu valor de uso, onde a peculiaridade que envolve o processo do trabalho concreto passa a não ser considerado, não se leva em conta todas as possibilidades contidas no trabalho no sentido ontológico e sua potencialidade criadora. Abstrai-se todas essas características para então se considerar que o trabalho se resume em tão somente dispêndio de força humana que produz mercadoria:

O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato.

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, *i. e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhe é comum, elas são valores — valores de mercadorias. (MARX, 2013, p. 116).

Na sociedade capitalista, o produto do trabalho tem um caráter preeminente, qual seja: a mercadoria. Nesse contexto, o trabalhador surge como um mero vendedor de mercadorias, pois este vende sua força de trabalho “livremente” àquele que possui condições de comprá-la, onde o seu trabalho passa a admitir a característica de trabalho assalariado, trabalho como qualquer outro trabalho. As classes fundamentais dessa relação na sociedade capitalista são: trabalhador assalariado e capitalista, os quais surgem “[...] como “personificações do capital e do trabalho”, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo.” (IAMAMOTO, 2010, p.58).

Quando o processo de trabalho é subordinado ao capital, ocorre um esvaziamento do trabalho enquanto categoria capaz de contribuir com a autoconstrução humana numa perspectiva de protagonismo do ser humano.

Quando ocorre a subordinação do processo de trabalho ao capital numa concepção marxiana, ocorre a alienação e subalternidade do ser humano, aspecto a ser tratado em itens subsequentes. Na sequência, vamos tratar de algumas características do trabalho na atualidade e os seus desafios.

1.2 OS DESAFIOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Na passagem do século XX para o XXI é possível observar várias mudanças sendo processadas no mundo do trabalho. Neste cenário de transformações podemos afirmar que o crescimento do desemprego é, sem dúvida, um dos fenômenos que mais provocou a desestabilização na vida de muitos trabalhadores.

O período assinalado, contraditoriamente, é marcado por um intenso desenvolvimento tecnológico e científico e também pela precarização das relações de trabalho com um crescente quadro de informalização do trabalho e em muitas

situações, há o agravamento de problemas de saúde atrelados ao processo de trabalho (NAVARRO; PADILHA, 2007).

Segundo Alves (2011), neste cenário de precarização do trabalho, não apenas a objetividade do trabalhador assalariado sofre influência, mas, sobretudo, a sua subjetividade passa por um processo que o autor denomina de “captura” da subjetividade, onde uma série de dispositivos organizacionais e institucionais são desenvolvidos com vistas a constituir uma inovadora relação psicofísica que tem a capacidade de conformar e direcionar as ações e pensamentos dos trabalhadores em conformidade com a lógica do capital.

Diferente do que ocorria no século XIX, a classe trabalhadora hoje é mais complexa e mais fragmentada, no sentido de que à mesma pertence uma infinidade de sujeitos que estão inseridos na relação de trabalho sobre variadas formas, como por exemplo, desregulamentação das relações trabalhistas mediante a efetivação de contratos temporários de trabalho, fenômeno que provoca uma desestabilização daqueles que se encontravam em relações de trabalho formal, distintas formas de terceirização do trabalho, aumento da participação feminina no mundo do trabalho, seguido de baixa remuneração das mesmas, entre outras situações que acabam emergindo no mundo do trabalho.

É oportuna a afirmação de Antunes e Alves (2004, p. 342) quando os mesmos afirmam que:

[...] para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Sobre as classes sociais, é importante sinalizar que logo no início do livro “Manifesto do Partido Comunista” Marx e Engels (2004, p. 45) afirmam que “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de luta de classes”. Os autores seguem expondo que:

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou com uma transformação revolucionária

de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (MARX; ENGELS, 2004, p. 45 - 46).

Com a emergência da sociedade capitalista e a decadência da sociedade feudal não houve a eliminação dos antagonismos de classes, ao contrário, a sociedade burguesa estabeleceu novas classes instituindo novas relações sociais.

A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado.⁵ (MARX; ENGELS, 2004, p. 45 - 46).

No modo de produção capitalista, é possível afirmar que a sociedade se fragmentou em dois grandes polos postos: de um lado encontravam-se os detentores dos meios de produção, os burgueses ou capitalistas e do outro, os proletariados, que em linhas gerais podem ser considerados os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho àqueles que detinham o poder de compra.

Quando afirmamos que o modo de produção capitalista fragmentou a sociedade em duas classes fundamentais – burguesia e proletariado – é necessário especificar que na atualidade a classe trabalhadora é muito heterogênea, ou seja, ela é mais extensa que o proletariado industrial produtivo dos séculos XIX e XX, ainda que esta categoria de trabalhadores seja seu núcleo fundamental. Nesse sentido é importante termos uma noção ampliada de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004).

É importante salientar que, ainda que estejamos vivenciando muitas transformações no mundo do trabalho, não há como negar que a existência humana está atrelada ao trabalho, e isso acontece mesmo com aquelas pessoas que se

⁵ [...] aqueles trabalhadores que transformam a natureza nos meios de produção e de subsistência são capazes de produzir o “conteúdo material da riqueza social” – são capazes “de produzir o capital”. Estes trabalhadores que produzem o capital são denominados proletários ou operários, para distingui-los do restante dos assalariados, que são os trabalhadores. (LESSA; TONET, 2012, p. 29).

O trabalho proletário funda a sociedade burguesa [...]. O capital é “produzido” pelo proletariado. Ao lado dele há um conjunto de outros trabalhadores que, ao produzirem mais-valia, permitem a acumulação do capital. São os trabalhadores produtivos que não são proletários. E há ainda os trabalhadores que não geram mais-valia, os trabalhadores improdutivos. (LESSA; TONET, 2012, p. 29).

Ante essa exposição, é possível concluir que: “Os trabalhadores se subdividem em produtivos e improdutivos de mais-valia. E os trabalhadores produtivos de mais-valia se subdividem, por sua vez, em proletários e não-proletários”. (LESSA; TONET, 2012, p. 41).

Sobre a temática do trabalho produtivo e improdutivo, recomenda-se consultar: LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo. Instituto Lukács. 2012.

encontram em situação de desemprego. Esse fato ocorre uma vez que o trabalho ocupa grande parte do tempo da existência humana e é por meio dele que o ser humano consegue angariar recursos para dar conta de sua sobrevivência.

Portanto, a afirmação de Navarro e Padilha (2007, p.14) é apropriada quando as autoras afirmam que:

[...] o trabalho ocupa parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea. Assim, ele não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, é também fonte de identificação e de auto-estima, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade. Trabalho e profissão (ainda) são senhas de identidade.

O trabalho tem o potencial de influenciar nossas vidas a tal ponto de atuar sobre a nossa identidade social. Por meio dele, pertencemos a certo grupo, como por exemplo, grupo dos trabalhadores da indústria, grupo de professores, grupo de vendedores, etc. Esse fato provoca um sentimento de pertença e identificação entre os pares, ou seja, trabalhadores da indústria quando unidos se identificam, pois suas demandas e necessidades muitas vezes são semelhantes, o que pode contribuir para o estabelecimento de grupos de discussão no trabalho e principalmente, a filiação sindical.

É relevante destacar que, no que tange às famílias/indivíduos usuários da política de assistência social, os mesmos, muitas vezes não estão inseridos no mercado de trabalho e, quando estão, sua inserção ocorre mediante a informalidade, nas modalidades de trabalho mais degradante, nos postos de trabalho mais subalternos. Nesse sentido:

O capitalismo traz consigo uma série de contradições, muitas delas relacionadas ao mundo do trabalho. Ao mesmo tempo em que o trabalho é a fonte de humanização e é o fundador do ser social, sob a lógica do capital se torna degradado, alienado, estranhado. O trabalho perde a dimensão original e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (que visariam satisfazer as necessidades humanas) para atender as necessidades do capital (NAVARRO; PADILHA, 2007, p.15).

O trabalho em condições degradantes corresponde ao trabalho onde não há observância dos direitos mínimos para o respeito da dignidade do trabalhador. Nessa modalidade de trabalho o que se identifica são:

[...] péssimas condições de trabalho e de remuneração, pode-se dizer que trabalho em condições degradantes é aquele em que há a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da falta de condições mínimas de trabalho, de moradia, higiene, respeito e alimentação. (FILHO, 2004, p. 13).

Assim sendo, podemos concluir que nas situações onde há ausência dessas garantias existe trabalho em condições degradantes.

Se as condições de trabalho mais básicas são negadas ao trabalhador, como o direito de trabalhar em jornada razoável e que proteja sua saúde, garanta-lhe descanso e permita o convívio social, há trabalho em condições degradantes. Se, para prestar o trabalho, o trabalhador tem limitações na sua alimentação, na sua higiene, e na sua moradia, caracteriza-se o trabalho em condições degradantes. Se o trabalhador não recebe o devido respeito que merece como ser humano, sendo, por exemplo, assediado moral ou sexualmente, existe trabalho em condições degradantes. (FILHO, 2004, p.14).

Sobre a alienação, Antunes e Alves (2004) afirmam que a mesma passa a ser acentuada àqueles trabalhadores que pertencem aos estratos mais precarizados, pois os mesmos vivem em situações onde os direitos são mais precários como consequência das próprias condições de sua inserção no mundo do trabalho, como por exemplo, trabalho temporário. Nessas condições a alienação assume uma forma mais perversa, pois é balizada pela perda da dimensão de humanidade. Estes trabalhadores por vezes são expulsos do mundo do trabalho, passam a viver sob condições precárias, são excluídos do mundo do trabalho.

Expandem-se, desse modo, as formas de alienação dos que se encontram à margem do processo de trabalho. [...] estamos presenciando um processo histórico de desintegração, que se dirige para um aumento do antagonismo, o aprofundamento das contradições do capital. Quanto mais o sistema tecnológico da automação e das novas formas de organização do trabalho avança, mais a alienação tende em direção a limites absolutos. Quando se pensa na enorme massa de trabalhadores *desempregados*, as formas de absolutização da alienação são diferenciadas. Variam da *rejeição da vida social, do isolamento, da apatia e do silêncio (da maioria) até a violência e agressão diretas*. Aumentam os focos de contradição entre os desempregados e a sociedade como um todo, entre a “racionalidade” no âmbito produtivo e a “irracionalidade” no universo societal. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.348).

Ao criticarmos a sociedade capitalista, na perspectiva aqui defendida, não há como não passar pela crítica do trabalho abstrato (já mencionado inúmeras vezes neste trabalho), pois é este tipo de trabalho que produz a alienação e estranhamento do ser humano. Quanto ao processo de alienação, é importante assinalar que este

corresponde à situação onde o homem se afasta de sua essência humana, pois o mesmo se converte em coisa, ocorrendo sua reificação. O desenvolvimento da personalidade humana encontra barreiras, pois o trabalho alienado rebaixa a atividade humana a mero meio de subsistência, retirando-lhe o seu potencial criativo e transformador (NAVARRO; PADILHA, 2007).

Mesmo com a ocorrência desse fenômeno, Antunes e Alves (2004) destacam que nesse contexto é possível observar formas de resistência e lutas por parte daqueles que se recusam a aceitar tal situação. Haja vista que muitos trabalhadores e muitos daqueles que foram expulsos do mercado de trabalho e consequentemente foram impedidos de viver uma vida atribuída de sentidos, os mesmos não assistem passivamente ao processo de alienação e estranhamento. Ao contrário, se revoltam, resistem cotidianamente contra a desumanização gerada pelo atual quadro de sociabilidade capitalista. Dentre as formas de resistência podemos citar o “[...] isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de *guetos* de setores excluídos, [...]” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 349). Destacamos ainda como forma de resistência as mobilizações e os movimentos sociais que também se configuram como momentos em que a população constrói resistências de forma coletiva ao movimento do capital.

Importante também destacar que a reificação humana não gera consequências somente no mundo do trabalho, pois influencia, sobretudo, a vida fora do ambiente laboral, ou seja, permeia a sociedade como um todo. Exemplo disso são os:

[...] serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, no qual o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho, que colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade não mais particular nem meramente reduzida a sua “particularidade”. A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 349).

É possível inferir que a consequência da exploração do trabalho não é sentida apenas no ambiente laboral, extrapola este âmbito e passa a produzir efeitos sobre todas as áreas da vida do ser humano, capturando sua subjetividade e muitas vezes o impedindo de viver uma vida plena de sentidos. A subjetividade da classe

trabalhadora é transformada em um objeto, que por sua vez, passa a exercer a função de autoafirmar e reproduzir uma força estranhada, a força do capital.

1.3 A CONDIÇÃO DE ALIENAÇÃO E SUBALTERNIDADE DO TRABALHADOR NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Como visto anteriormente, o trabalho, no sentido ontológico, contribui para a humanização do homem, por sua vez, o trabalho, no contexto capitalista, produz alienação e estranhamento desse mesmo homem, uma vez que o processo de trabalho fica submetido ao capital e seus interesses. Esse processo transforma a subjetividade humana, pois o homem já não se vê, não se reconhece no produto do seu trabalho, visto que não foi algo projetado por ele, conscientemente. Ele está nessa relação, mas é apenas um objeto e não sujeito.

O modo de produção capitalista define não somente o modo como serão produzidas as mercadorias, mas também as relações sociais entre o ser humano, criando um aparato de ideias que são capazes de sustentar e legitimar sua ordem social, naturalizando as relações sociais de tal forma que as pessoas são, em muitas situações, incapazes de perceber sua perversidade no que tange a tratar as mesmas como coisas.

O capitalismo acabou por inaugurar uma nova estrutura social, tendo em vista que ao estabelecer a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe que correspondia a uma minoria da sociedade, acabou gerando o surgimento de outra classe, formada por aqueles que dispunham somente de sua própria força de trabalho (MARTINELLI, 1995).

O modo de produção capitalista passa a se sustentar a partir de relações sociais capitalistas, as quais trazem em si a marca da compra e venda da força de trabalho, esta, por sua vez, surge no capitalismo como mera mercadoria.

A burguesia, por ser detentora do capital, conseqüentemente se fortaleceu enquanto classe, passou a consolidar uma ordem burguesa no interior do modo de produção capitalista. Nessas circunstâncias, a burguesia necessitava do proletariado para se consolidar, no entanto, o seu interesse pelos trabalhadores era vazio de qualquer interesse mais humano, ou seja, o trabalhador era apenas força de trabalho e tão somente isso, uma mercadoria como outra qualquer que era necessário adquirir para expansão do seu capital. É na primeira metade do século

XIX que o capitalismo se expande e com sua expansão instaura-se uma depreciação do ser humano, haja vista que ao passo que o mundo das coisas, da mercadoria era valorizado, esse movimento implicou no aviltamento do mundo do homem (MARTINELLI, 1995).

A força da vida, criadora de valores humanos, foi tragada pela mercadoria, símbolo do capital. O próprio movimento da vida humana foi substituído pelo movimento da mercadoria no mercado: à medida que esta se tornava valor, o homem se tornava mercadoria; as relações entre as pessoas já não eram mais humanas, mas relações entre coisas. O princípio geral da mercantilização e do lucro que rege o sistema capitalista, estendia-se por toda a sociedade burguesa constituída, penetrando fundo na essência das relações sociais e tornando, a cada momento, mais difícil a sobrevivência do trabalhador e sua família. (MARTINELLI, 1995, p. 42).

As relações entre os seres humanos são marcadas e mediadas pelo valor de troca e pelo dinheiro, fato que elimina toda e qualquer característica pessoal das relações. Ainda que pareça ser relações entre pessoas, são relações entre coisas. Isto faz parte da própria essência do processo de alienação do trabalhador (ALMEIDA, 1991).

O capitalismo inaugurou não apenas uma nova forma de produção de mercadorias, mas, sobretudo, inaugurou uma nova forma de pensar as relações humanas, submetendo o homem a uma condição de coisa, que gerou uma nova subjetividade no interior do ser humano, pois este já não se identificava mais com aquilo que produz, gerando o que Marx (2004) denominou de alienação.

De acordo com Almeida (1991, p.119), a alienação:

[...] ultrapassa as questões puramente objetivas ou ligadas ao caráter da produção material, alcançando a "interioridade" dos sujeitos e estruturando as suas subjetividades. Esse debate ao mesmo tempo em que levanta questões importantes sobre a essência da sociedade capitalista, permite a emergência de reflexões sobre o indivíduo e a sociedade. Especialmente, ao enfatizar a contradição entre a natureza criadora, transformadora e ativa do homem e a forma como estas dimensões se expressam no modo de produção capitalista. Ou seja, ao estar submetido às leis da produção capitalista o ser do homem como ser livre e criador é negado. Portanto, perde a possibilidade de desenvolver as suas potencialidades e de produzir livremente e universalmente.

Há um limite muito claro para o potencial criador e transformador do ser humano no interior da sociedade capitalista, esse limite fica estabelecido pela alteração nas relações sociais que se instituem nesta sociabilidade. No capitalismo, o potencial criador do ser humano fica sujeito às leis de produção capitalista, nesse

sentido, o ser humano não tem autonomia para realizar suas ações e passa a ser tratado não mais como sujeito, pois o objeto, a mercadoria se sobrepõe a ele. Nesse processo desaparecem as relações humanas e se destacam as relações de mercado.

Na tradição marxista é possível encontrar os termos alienação e estranhamento (*Entausserung* e *Entfremdung*). Em alguns momentos ambos os termos podem surgir como se fossem sinônimos, no entanto, Ranieri (2001) a partir de suas análises das obras de Marx argumenta que alienação e estranhamento correspondem não exatamente à mesma coisa, ou seja, não tem o mesmo significado, mas correspondem à determinação de um pelo outro. Nessa linha de pensamento, o autor afirma que há entre as categorias alienação e estranhamento (*Entausserung* e *Entfremdung*) uma unidade conceitual, em que alienação diz respeito a uma situação de saída de determinado estado, por sua vez, estranhamento se refere ao momento de entrada em outro estado.

A alienação (*Entausserung*):

[...] refere-se à não oportunidade do homem ter acesso aos produtos de sua atividade; ao fato de estes produtos submeterem o próprio ser humano ao seu controle e à impossibilidade de, em função destes obstáculos, os homens se reconhecerem mutuamente como produtores da história. (RANIERI, 2001, p. 10).

Já o estranhamento (*Entfremdung*) surge:

[...] em primeiro lugar, como a relação do homem com o mundo exterior dos sentidos, os objetos da natureza, na qual o ser humano é compreendido como indivíduo estranhado desta última, ou seja, trata-se de um estranhamento com relação à coisa exterior; em segundo lugar, o estranhamento aparece também como expressão da relação de trabalho com o ato de produzir no interior do processo de trabalho, ou seja, a relação do trabalhador com sua atividade, estranha, alheia, que não lhe oferece qualquer satisfação, a não ser no momento de vendê-la a alguém. Este é o estranhamento de si mesmo. Em terceiro lugar, o estranhamento aparece como algo que se vincula ao objeto de trabalho, objeto que é sinônimo de objetivação de vida do gênero humano, da efetividade das forças essenciais humanas [...]. (RANIERI, 2001, p. 13).

Ante o exposto, é possível apreender que a alienação corresponde ao momento em que o ser humano deixa a condição de sujeito que tem capacidade de ser produtor da história por meio do trabalho concreto. Consequentemente, a partir do trabalho abstrato, adentra em uma relação estranhada com o trabalho, tendo em

vista que não reconhece o produto do seu trabalho, pois ele lhe é alheio, estranho. O ser humano também se percebe alheio, estranho nas relações que estabelece com outros seres humanos, pois o mesmo não se reconhece no processo societário como sujeito que pertence ao gênero humano.

Sobre o processo de alienação Mészáros (2006, p.21) expõe que: “[...] o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do “estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo”, de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem, de outro”.

O autor supracitado afirma que no contexto capitalista, com a afirmação do contrato de trabalho entre aquele que detém os meios de produção e o trabalhador que vende sua força de trabalho, a pessoa viva (trabalhador) é transformada em coisa, em uma mera propriedade, para na sequência ser dominada por seu novo “dono”.

A principal função do tão glorificado “contrato” era, portanto, a introdução – em lugar das relações feudais rigidamente fixas – de uma nova forma de “fixidez” que garantisse ao novo senhor o direito de manipular os seres humanos supostamente “livres” como coisas, objetos sem vontade própria, desde que estes “escolhessem livremente” celebrar o contrato em questão, “alienando voluntariamente aquilo que lhes pertencia.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 38).

A alienação humana foi concretizada mediante a transformação de todas as coisas “[...] em objetos alienáveis, vendáveis, em servos da necessidade e do tráfico egoístas. A venda é a prática da alienação.” (MARX apud MÉSZÁROS, 2006, p. 39).

Nesse contexto ocorre um processo de negação da capacidade criadora do ser humano, onde este sujeito perde a potencialidade de produção livre e também perde a capacidade de se relacionar de forma dialética junto ao processo de produção material, a julgar que:

A compreensão dialética do processo de trabalho como um momento metabólico implica que as ideias não podem surgir do nada. As ideias são, em certo sentido, inteiramente naturais (uma posição fundamentalmente contrária ao idealismo hegeliano). Assim, não há nada estranho em dizer que as ideias surgem da relação metabólica com a natureza material e têm a marca dessa origem. Nossas concepções mentais do mundo não são separadas de nossas experiências materiais, de nossas relações centrais com o mundo, e, portanto, não são independentes dessas relações. (HARVEY, 2013, p.115 -116).

Quando se afirma que o processo de trabalho corresponde a um momento metabólico do ser humano, isso implica em que o trabalho é relativo ao funcionamento do próprio ser humano, ou seja, trata-se de algo que lhe é intrínseco, a sua existência humana está relacionada ao intercâmbio que ele realiza com a natureza mediante o trabalho. É nesse processo que o homem adquire suas ideias, onde surgem as suas concepções de mundo, sua experiência material influencia suas ideias e sua forma de perceber o mundo. Mediante tais experiências materiais o homem transforma o mundo e a si mesmo.

À vista disso, a reflexão de Silveira Filho (apud ALMEIDA, 1991, p.120) é pertinente, pois afirma que:

Se estamos preocupados em realizar algumas reflexões sobre a relação indivíduo e sociedade, no modo de produção capitalista, necessariamente temos que resgatar as discussões realizadas por Karl Marx, sobre um elemento básico da própria fundamentação dessa sociedade - o trabalhador livre - assalariado que tem a sua força de trabalho transformada em mercadoria, condição essencial para existência e reprodução do capital, constituindo a base das relações de classes e da propriedade privada ao capitalismo.

Para entender a relação que os usuários da política de assistência social estabelecem com o contexto onde estão inseridos, é importante recuperarmos o debate em torno da categoria trabalho no sentido ontológico e a produção da alienação e subalternidade no sistema capitalista, tendo em vista que esses são os pilares que sustentam a atual sociabilidade.

Na medida em que se cria bens, o trabalhador torna-se uma mercadoria mais barata, pois a sua desvalorização enquanto ser humano aumenta na mesma proporção em que aumenta o valor do mundo das coisas/objetos. O trabalho, no contexto capitalista, não cria somente coisas ou objetos que podem ser mercantilizados, cria, sobretudo, o trabalhador na forma de mercadoria (MARX, 2004).

Nessa relação estabelecida, o produto do trabalho do ser humano surge como um objeto estranho a ele, pois não lhe pertence, pertence a outra pessoa que não é o trabalhador, ora, se não pertence ao trabalhador, a quem pertence o produto do seu trabalho?

Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo mesmo como poder estranho, a quem pertence então?

Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então?

A outro ser que não eu.

Quem é esse ser?

[...]

O ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o homem mesmo.

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isto só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora do trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem. (MARX, 2004, p. 86).

Este outro homem corresponde ao capitalista, aquele que detém os meios de produção e que comprou a força de trabalho e que passa a ser senhor do objeto produzido pelo trabalhador.

Quando o trabalhador passa a se relacionar “[...] com a sua própria atividade como uma [atividade] não-livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem.” (MARX, 2004, p. 87).

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como [com] um objeto estranho estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. [...]. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quanto maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. (MARX, 2004, p.81).

No contexto capitalista ocorre uma apropriação do produto e da atividade do trabalhador, ocorrendo um processo de apropriação do próprio sujeito, a julgar que:

A sua relação com a Natureza passa a ser mediada por outras dimensões (capital, mercadoria, valor de troca, dinheiro). (Marx, 1971). Nestes termos o indivíduo tem que se pôr na sua atividade principal -o trabalho -como mercadoria. É assim que se constitui como sujeito, por algo exterior a ele; não há identificação do sujeito com o objeto, portanto com a Natureza. Toda a sua sobrevivência passa pelo capital, seu corpo inorgânico é mercadoria, dinheiro. Enquanto sujeitos somos mercadoria, dimensão pertencente ao núcleo de nossas subjetividades e estruturante de nossas individualidades. (ALMEIDA, 1991, p.120 -121).

Na medida em que o indivíduo internaliza o processo da mercadoria, isso implica em que o seu interior já foi subjetivado como coisa. Por conseguinte, a

alienação começa a fazer parte da estruturação de sua subjetividade (ALMEIDA, 1991), ou seja, as ideias, as representações que o indivíduo passa a ter de si mesmo são com a mercadoria e com as coisas que produz. Ele mesmo se percebe como coisa.

Ao submeter-se às leis de produção do capital, o homem trabalha para produzir mercadorias em grande quantidade, pois, dessa forma, é possível a acumulação de capital.

Neste processo, o trabalhador, além de vender sua força de trabalho ao Capitalista, através de um contrato salarial, permite que o capital tenha o poder de dispor dos produtos de seu trabalho. Com isto, se estabelece uma não identificação do trabalhador com o objeto de seu trabalho, significando uma perda da possibilidade de apropriação do resultado de sua atividade a relação é de estranhamento o que resulta em uma autorização do objeto em relação ao sujeito, isto é, o objeto se afirma com um poder independente ao próprio sujeito que o produziu. (ALMEIDA, 1991, p.120-121).

Martinelli (1995, p. 63) expõe que a alienação faz parte de um mecanismo criado para a própria preservação da sociedade burguesa capitalista, pois penetra “[...] na consciência das pessoas, leva-as a não mais se reconhecerem nos resultados ou produtos de sua atividade, se tornam alheias, estranhas, alienadas, enfim, até mesmo à realidade onde vivem”.

Separar o trabalhador dos meios de produção, levá-lo à alienação de sua própria força de trabalho, exercer um rigoroso controle sobre seus movimentos, seja no interior da fábrica, seja no contexto social mais amplo, eram, entre outros, os mecanismos usuais dos quais a burguesia se valia para consolidar o seu poder de classe e fortalecer a malha alienante que envolvia a sociedade por ela engendrada. Assim, as novas formas de prática social e suas estratégias operacionais, de acordo com os interesses burgueses, tinham de constituir mecanismos que dessem uma aura de legitimidade à ordem social burguesa, tornando-se inquestionável e, em consequência, aceitável pelo proletariado. Portanto, a busca de racionalização da prática social desejada pela burguesia tinha objetivos muito claros, relacionando-se diretamente ao seu projeto hegemônico de domínio de classe. (MARTINELLI, 1995, p.63).

Uma das estratégias que a burguesia utiliza para racionalizar sua prática social capitalista é por meio do aparato ideológico.

Sobre a ideologia, é oportuno pontuar que a mesma corresponde a um tema controverso, polissêmico e que é empregada a partir de várias perspectivas no campo das ciências sociais, por isso é necessário empreender um esforço reflexivo

na busca de compreensão desta categoria. Ideologia, por vezes é abordada como falsa consciência ou ilusão de sentidos com uma conotação pejorativa.

Entretanto, numa perspectiva marxiana e lukacsiana, este termo é abordado a partir da lógica de que a ideologia corresponde a uma forma de elaboração ideal da realidade e surge justamente para mediar os conflitos gerados em sociedade. “Em suma, logo que o conflito social se apresenta como problemática vital na realidade dos homens, as sociedades produzem instrumentos para sua resolução na forma de ideologia” (COSTA, 2006, p.08).

Costa (2006) destaca que para Lukács, ideologia está relacionada à função social que um pensamento tem capacidade de exercer no interior dos conflitos sociais, nessas circunstâncias a ideologia pode se manifestar de forma teórica ou como uma prática social.

Lukács (2013, p. 465) afirma que:

A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade.

O autor entende a ideologia como algo criado pelos homens, para que os mesmos possam viver em sociedade. A ideologia surge para trazer respostas aos conflitos que acabam sendo gerados no cotidiano dos homens. Portanto, o autor argumenta que ideologia não tem apenas uma conotação pejorativa e negativa justamente por se tratar de um complexo social necessário para o homem viver em sociedade.

[...] o trabalho é o solo genético da atividade humana, entretanto, no processo de reprodução derivado da divisão do trabalho diversificam-se as necessidades do homem, extrapolando aquelas referentes à simples reprodução da vida material. Além de buscar o domínio sobre a natureza, o homem deseja conhecer a si mesmo e para isso produz generalizações que não se destinam a agir sobre as causalidades naturais dos objetos do trabalho, mas que respondem aos conflitos que o inquietam, tendem a explicar os segredos de sua existência, de seu destino e de sua origem, buscando conferir sentido às suas necessidades afetivas. Expressam valores que se voltam à interioridade do sujeito como individualidade, que a sociedade da qual é membro é, por vezes, incapaz de responder. (COSTA, 2006, p.4 - 5).

O processo de produzir respostas aos conflitos que emergem da sociabilidade humana vai além do exercício das atividades laborais. Consequentemente surge a necessidade de instituição de normas generalizadoras do comportamento humano. Esse fenômeno ocorre no cotidiano mais imediato da vida social e adquire a forma de costumes, tradições, normas sociais, convicções religiosas, concepções de mundo, expressões artísticas e teorias científicas. O surgimento dessas respostas se justifica, uma vez que a vivência em sociedade contribui para que os homens estabeleçam conflitos entre si, tais conflitos carecem de resolução, pois caso não sejam resolvidos há o risco de perda da coesão social existente (COSTA, 2006).

Importante destacar que a natureza desses conflitos sociais varia de sociedade para sociedade, no entanto, as sociedades constroem as respostas para tais conflitos baseadas nas alternativas que emergem das próprias generalizações criadas pela sociedade onde os homens vivem e agem. Por isso Lukács (2013) usa a expressão *hic et nunc*, para se referir que é no aqui e agora, nas experiências vivenciadas pelos homens em seu cotidiano que nascem as respostas para solucionar os seus conflitos sociais.

Lukács argumenta que, se na história da humanidade tomamos o período da caça e da coleta, no qual ainda não podiam ainda estar presentes todas as determinações que caracterizam a estratificação em classes sociais, mesmo aquela mais originária, “o conceito de ideologia [...] alcança uma certa ampliação e também a sua gênese aparece sob uma luz um tanto modificada”. Diz o autor: “a caça de animais ferozes requer dos homens modos de reação totalmente diversos e comportamentos obrigatoriamente impostos por estes últimos nascem, ao menos, simultaneamente ao trabalho, ou melhor, no que concerne ao peso social são até precedentes e mais relevantes. Referimo-nos, sobretudo à coragem, à firmeza, se necessário o espírito de sacrifício, sem os quais a caça, que era habitual - como está demonstrado - durante o paleolítico, teria sido impossível”. (LUKÁCS apud COSTA, 2006, p.6).

Ante o exposto é possível perceber o surgimento de um embrião das formas ideológicas, pois no contexto acima mencionado, o estabelecimento das normas de conduta ocorre como resultado do processo de reprodução social possível na época. Pois, a caça como estratégia de reprodução individual e coletiva, lança alicerces para a instituição de modos de conduta, que nas fases seguintes de desenvolvimento da sociedade adquiriram forma ideológica, se transformando em

importantes instrumentos do processo de reprodução social, principalmente nas sociedades onde há a divisão de classes (COSTA, 2006).

No período assinalado, período da caça, não havia antagonismos de classe, a função das normas era garantir uma maior coesão no comportamento dos grupos humanos. Referindo-se a Lukács, Costa (2006, p.6) explica que o autor húngaro partia do pressuposto de que por haver uma colaboração entre os homens com vistas a assegurar a reprodução do grupo/da coletividade humana, deviam existir “aspectos da seguinte ideologia: uma certa generalização social das normas do procedimento humano, mesmo se elas não se impunham ainda em termos antagônicos no âmbito da luta entre interesses de grupos”.

Foram as atividades de subsistência humana que contribuíram para a construção das normatividades grupais, onde regras de conduta deveriam ser respeitadas por todos. Portanto, “O cotidiano mais imediato é o solo no qual a ideologia se torna um componente necessário à vida em sociedade. Surge como consequência da própria atividade social dos homens que medeiam esta mesma atividade por atos de consciência.” (COSTA, 2006, p.6).

Lukács (2013) chama a atenção em relação ao entendimento da ideologia em um sentido amplo. O autor argumenta que o importante não é somente conceituar a categoria ideologia, mas, o importante é perceber como ela se constrói e se materializa na vida cotidiana, no aqui e agora dos homens. Para o autor, a vida de cada homem, e, portanto, todas as suas realizações, quer sejam elas realizações práticas ou intelectuais, são influenciadas pelo seu ser social, ou seja, é consequência do ambiente onde o homem vive e atua. Nessas condições o autor segue afirmando que:

Este é um conhecimento muito importante, é o fundamento de toda ciência referente à sociedade. Marx diz: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o inverso: é o seu ser social que determina a sua consciência”. Porém, nesse grau de generalidade, esse conhecimento proporciona uma representação ainda confusa, de muitas formas obscura, da importância social real que cabe aos fenômenos singulares, complexos, etc. dessa área imensa. Para obter clareza nesse ponto, devemos retornar à determinação mais restrita, porém mais precisa, da ideologia. Segundo Marx, esta consiste, como vimos, em que os homens tornem-se conscientes e, com a ajuda das ideologias, travem os seus conflitos sociais, cujos fundamentos últimos devem ser procurados no desenvolvimento econômico. (LUKÁCS, 2013, p. 470-471).

A ideologia consiste em uma reação humana ao meio ambiente socioeconômico onde o ser humano vive, corresponde a uma forma de luta social travada pelo mesmo na tentativa de resolver seus conflitos. Justamente por se tratar de um instrumento de resolução de conflitos, pode adquirir as formas mais diversas no curso da história. A ideologia é uma tentativa da humanidade responder a questões como: “o que fazer?” e “como fazer?”. E, nesse sentido, é possível afirmar que a ideologia nasce determinada pelo ser social, mediante sua necessidade histórica de sobrevivência (LUKÁCS, 2013).

Sobre o papel da ideologia e sua devida contribuição na resolução de conflitos sociais, Lukács (2013, p.471) assim expõe:

[...] todos os conflitos também se manifestam como embates de interesses entre homens singulares ou então entre estes grupos humanos ou entre dois grupos desse tipo. [...] esses grupos, nos casos dados, surgem do fato de que os interesses vitais dos homens singulares que os compõem são os mesmos ou são fortemente convergentes e se mostram antagônicos aos interesses vitais de outros grupos. Nessa situação já está contido, de certo modo, o modelo mais geral possível do surgimento das ideologias, pois esses antagonismos só podem ser enfrentados eficazmente na sociedade quando os membros de um grupo conseguem convencer a si mesmos de que seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes da sociedade como um todo, portanto, de que cada um daqueles que defende esses interesses, simultaneamente faz algo útil para a sociedade como um todo. Se isso é imposto com os meios do convencimento, com violência franca ou dissimulada, resulta em nuances importantes, mas não é decisivo para a sua determinidade como ideologias [...].

Quando os distintos grupos sociais criam suas ideologias, os mesmos o fazem na tentativa de querer impor seus interesses como se os mesmos fossem os interesses de toda a sociedade. Nessa perspectiva, buscam legitimar socialmente suas ideias, teorias ou práticas sociais e, por isso podem usar de violência ou não, de persuasão ou coerção.

A ideologia do modo de produção capitalista está ancorada a partir de tais premissas, pois ela é erigida no intuito de legitimar os interesses de um determinado grupo social. Suas ideias e práticas passam a soar como se todos aqueles que vivem na sociedade tivessem os mesmos interesses.

[...] é possível antecipar que o capitalismo, enquanto modo de produção permeado pela contradição entre classes sociais antagônicas, produz fenômenos ideológicos singulares que se caracterizam como ideologias [...]. Os conflitos somente tomam proporções realmente significativas como conflitos de classe e com isso as ideologias [...] se geram e têm seu campo de operações. Quando o conflito social apresenta-se como problema vital

para a sociedade, no qual as classes travam lutas sociais sob os mais diversos aspectos, penetrando até o íntimo das individualidades, a ideologia, então, se expressa como instrumento ideal de luta que serve aos embates entre grupos humanos com interesses antagônicos. (COSTA, 2006, p.10).

É oportuno lembrar que nesses embates, a ideologia surge como se fosse algo neutro, ou seja, por pretender representar o interesse de toda a sociedade, ela surge sob a forma da pseudoneutralidade.

Mészáros (2004, p.65), por sua vez contribui ao afirmar que:

[...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos.

Na sociedade capitalista, a ideologia da classe dominante cumpre uma função social bem clara e precisa: manter a ordem social vigente mediante uma série de normas, regras de conduta e valores, que são disseminados socialmente e que na aparência parecem ser as normas e valores que representam toda a sociedade.

Marx explica como a classe operária, numa certa fase histórica, aceita a visão do mundo da burguesia. Ele diz que a burguesia, enquanto classe dominante, influencia e educa a classe operária segundo a sua própria concepção. [...]. Marx vê muito bem como a burguesia difunde sua própria ideologia para toda a sociedade; mas vê também a contradição que se desenvolve na sociedade e mostra como, a partir do desenvolvimento das forças produtivas (e o proletariado é a principal força produtiva na sociedade capitalista), nasce a luta de classe, com o que se elaboram novas concepções, a concepção revolucionária da classe operária. (GRUPPI, 1978, p.90).

Mesmo não representando todo o conjunto da sociedade, a burguesia estabelece sua ideologia ao constituir-se como classe hegemônica, consequentemente, a classe trabalhadora passa a ser a classe subjugada. Nessa relação, a classe dominante cria mecanismos que legitimam seu estilo de vida, seu poder sobre a classe trabalhadora, e vai construindo todo um modo de vida pautado nos princípios capitalistas, através de um processo que tende a educar a classe trabalhadora, para que a mesma passe a adotar as ideias da classe dominante.

Entretanto, Gruppi (1978) expõe que Marx já alertara sobre a possibilidade da classe trabalhadora (que é a classe dominada, subjugada no modo de produção capitalista) fazer o enfrentamento dessa situação opressora mediante a elaboração de um projeto de classe pautado nos ideais e coerentes com as demandas da classe trabalhadora.

As classes sociais, dominadas ou subalternas – como diz Gramsci –, participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. E a ideologia das classes dominantes corresponde à função histórica delas, e não aos interesses e à função histórica – ainda inconsciente das classes subalternas. Vemos assim a ideologia das classes ou da classe dominante chegar às classes subalternas, operária e camponesa, por vários canais, através dos quais a classe dominante constrói a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia. (GRUPPI, 1978, p.67- 68).

Ainda que influenciadas pela ideologia da classe dominante, as classes dominadas ou subalternas têm reações que denotam resistência e luta, mesmo sendo reações espontâneas. Tais reações favorecem o movimento de luta e reivindicação das mesmas. E nessas circunstâncias esse movimento contribui para que as classes dominadas percebam a contradição entre a visão de mundo imposta a elas e a realidade em que vivem (GRUPPI, 1978).

A esse respeito, Gruppi (1978) ressalta que Gramsci partia do pressuposto de que em todo o ser humano há uma consciência imposta pelo meio em que ele vive, assim sendo, essas consciências que lhe foram impostas colaboram para a produção de influências diversas e até mesmo contraditórias.

Quando a consciência do ser humano está em um estágio de não criticidade, reagindo aos estímulos sociais de forma espontânea, nessa fase a consciência é permeada por uma diversidade de influências ideológicas que ao longo dos anos foi se acumulando mediante diferentes estratificações sociais e culturais. Deste modo, “A consciência do homem não é mais do que o resultado de uma relação social, e é ela própria uma relação social” (GRUPPI, 1978, p. 67).

Por conseguinte, Yazbek (1999, p. 66) afirma que ao adentrar o universo das classes dominadas e das classes subalternas e suas representações, é importante fazê-lo situando tais classes no contexto das relações que se estabelecem no interior da sociedade, o que denota uma longa e penosa trajetória onde é possível constatar não somente a sua subalternidade como decorrência da pobreza material,

resultado da contradição capital e trabalho, mas também é possível constatar uma pobreza moral e espiritual.

[...] a subalternidade é aqui [...] resultante direta das relações de poder que se estabelecem na sociedade. Tem, portanto seus contornos ligados à própria formação social que a gera e se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais, políticas, culturais, mas nas atitudes mentais dos próprios “pobres” e de seus interlocutores na vida social.

Sobre a subalternidade, é importante pontuar que esta categoria teórica foi trabalhada nas obras de Gramsci. A esse respeito Yazbek (1999, p. 67) expõe que:

[...] Gramsci reporta-se ao elemento da espontaneidade característico das histórias das classes subalternas, analisando como essa espontaneidade pode ser transformada em direção consciente. Gramsci coloca-se contra o fetichismo da espontaneidade, fazendo críticas àqueles que recusam ou minimizam a luta cotidiana no sentido de dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos. Ou seja, para ele, a espontaneidade é um traço fundamental das classes subalternas que está expresso na sua própria visão de mundo. Essa espontaneidade é que estabelece o nexos entre o pensar e o agir subalternos (o que traz implícitos elementos ideológicos conservadores e tradicionais).

Presente no comportamento das classes dominadas e subalternas, a espontaneidade é analisada pelo autor italiano como sendo um elemento que pode contribuir para que as mesmas realizem o enfrentamento da ordem burguesa, no entanto, o espontaneísmo não é suficiente, é necessária a direção consciente, no sentido de construção de um projeto contra-hegemônico.

As classes subalternas são analisadas por Gramsci a partir da relação entre classe operária e campesinato italiano de sua época. Nesse período o autor observou que não havia uma unidade entre a classe operária e campesinato no que diz respeito à luta contra o sistema capitalista. Gramsci denominou que estas classes correspondiam às classes subalternas, as quais não eram homogêneas e possuíam uma vida fragmentada. Tal fragmentação constituía-se como um empecilho para que as classes subalternas, que eram exploradas e oprimidas pelo capitalismo, formassem um projeto revolucionário centrado na aliança operário-camponesa (DEL ROIO, 2007).

As classes subalternas acabavam por ignorar o processo histórico e ainda ignoravam a ideologia imposta sobre elas pela classe dominante capitalista, nessas condições Gramsci (1999, p.95) afirma que não é possível:

[...] ter uma concepção do mundo criticamente coerente — sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções. A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e “originais” em sua atualidade. Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado em face de problemas de um passado frequentemente bastante remoto e superado? Se isto ocorre, significa que somos “anacrônicos” em face da época em que vivemos, que somos fosseis e não seres que vivem de modo moderno.

Ao formular um projeto contra-hegemônico, capaz de fazer frente ao projeto societário capitalista, Gramsci argumenta que é necessário considerar os fatos históricos como algo que influencia o presente e não como se os fenômenos históricos que nos desafiam a construir uma nova sociabilidade já estivessem superados ou se tratassem de algo tão distante da realidade atual que não vale a pena ser considerado.

Gramsci alerta ainda para a enorme diversidade cultural presente nas classes subalternas, portanto, é impossível colocar as mesmas dentro de um único enquadramento. Isso nos remete a pensar nos usuários atendidos pela política de assistência social, onde os mesmos também não podem ser enquadrados e tratados a partir de uma receita pronta. É necessária uma leitura mais apurada sobre as situações vivenciadas pelos mesmos e a partir disso buscar construir estratégias de atendimento de suas demandas.

A subalternidade diz respeito a um dos indicadores sociais que tem a capacidade de ocultar ou revelar:

[...] o lugar que o segmento das classes subalternas que recorre à assistência social ocupa no processo produtivo e sua condição no jogo do poder. Submerso numa ordem social que o desqualifica, num cotidiano marcado pela resistência, vai aí constituindo os padrões mais gerais de sua identidade, sua consciência e representações. (YAZBEK, 1999, p.66).

As classes subalternas não são homogêneas, aqueles que podem ser considerados usuários da política de assistência social também não o são. Numa perspectiva gramsciana, as classes subalternas devem ser consideradas em suas particularidades, seus conhecimentos, seus saberes e folclores que lhe concedem a capacidade de percepção do mundo ao seu redor. Assim, não é possível ter uma concepção de classe linear ou esquemática (GRAMSCI, 1999).

Del Roio (2007) expõe que para Gramsci as classes subalternas constituíam-se em um universo amplo e complexo, e era necessário levar isso em conta quando a intenção fosse a construção de um projeto revolucionário de unificação dos grupos subalternos com a finalidade de elevá-los à condição de consciência crítica. Por conseguinte, era importante obter conhecimento a respeito da cultura popular, do folclore ou senso comum das classes subalternas e perceber como o senso comum pode ser articulado com a visão de mundo dos intelectuais que tivesse a capacidade de contribuir para que as classes subalternas passassem do senso comum ao bom senso. Tendo em vista que o “[...] ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões [...]” e ainda deve-se considerar que “O senso comum é um agregado caótico de concepções disparatadas e nele se pode encontrar tudo o que se queira.” (GRAMSCI, 1999, p.117).

Del Roio (2007) referindo-se a Gramsci expõe que para este autor a estratégia de emancipação das classes subalternas implicava em uma reforma moral e intelectual mediante processo de educação das massas, por isso era importante considerar o folclore, a religião, o senso comum dessas classes. Era necessário também organizar a vida a partir de novas bases a fim de materializar uma nova subjetividade no interior das classes subalternas, pois, negar a velha ordem implicava em elaborar de forma teórico-prática um novo projeto de vida que fosse construído conforme a direção possível do movimento do real. Portanto, construir uma nova subjetividade, capaz de ser crítica e ao mesmo tempo em que tivesse a qualidade de negar a condição subalterna, partia primeiramente das condições reais existentes, de suas contradições e até mesmo dos fragmentos que compunham a ideologia subalterna.

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto,

significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. (GRAMSCI, 1999, p. 94).

O conhecimento que norteava a visão de mundo das classes subalternas era um agregado de ideias e concepções que necessitavam ser explicitadas e ao mesmo tempo, criticadas para que então fosse possível situar essa visão de mundo dentro de um contexto mais global e universal tornando-a mais coerente com seu modo de vida e com seus projetos de sociedade. Dessa forma seria possível desmistificar a ideologia dominante e elevar cultural e moralmente as classes subalternas onde as mesmas passariam do senso comum para o bom senso. Esse processo seria possível mediante instituição de práticas pedagógicas diferentes.

Até o presente momento desenvolvemos uma linha de raciocínio que buscou considerar alguns aspectos: trabalho no sentido ontológico, o processo de alienação e subalternidade do ser humano no modo de produção capitalista e a importância da ideologia nesse contexto.

Optamos por trilhar esse caminho com intenção de, ao resgatar o debate em torno destas categorias, que as mesmas fundamentassem a discussão em torno do nosso objeto de pesquisa: potencial das práticas pedagógicas e contribuir junto ao processo do protagonismo cidadão dos usuários dos CRAS.

O trabalho no sentido ontológico revela o potencial criador e transformador do homem, revela que o homem passa a se humanizar e ser um ser social através do trabalho, do intercâmbio realizado com a natureza e nesse sentido, ao realizar o intercâmbio com a natureza o homem transforma a si mesmo e ao seu entorno gerando um novo momento histórico. Dessa forma, podemos afirmar que na perspectiva defendida até o presente momento, o homem é o ser revolucionário, produtor da história.

Lukács (2013) assevera a urgência de se recuperar a ideia de que a revolução é possível, tendo em vista que toda a história da humanidade é feita pelos homens. O que determina a história é o que os homens fazem na vida cotidiana, os atos concretos dos mesmos. Portanto, é necessário resgatar o gênero humano no sentido de que ele se perceba como sujeito revolucionário, recuperar a responsabilidade dos homens pela história a partir da ontologia, não ser dominado pela alienação e construir relações sociais autênticas.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que aquilo que o homem faz em seu ambiente de vida e ambiente social interfere no seu modo de pensar, de

conceber o mundo, ou seja, os pensamentos, as ideias do ser humano são influenciadas pelas ações que este realiza no solo material, concreto, objetivo.

Portanto, aquilo que o usuário da política de assistência social realiza, exterioriza, objetiva no mundo concreto, é resultado de sua relação com seu contexto social.

Merece ser destacado o fato de que as ações desenvolvidas junto à política de assistência social referem-se a ações que são regulamentadas pelo Estado, pois dizem respeito a uma política social pública. Há certos elementos que merecem ser ponderados, visto que o Estado cumpre uma função social, que ora é de coerção e até mesmo de violência e, ora surge sobre a aparência de buscar harmonizar a relação conflituosa entre capital e trabalho. A esse respeito, Lessa e Tonet (2012, p.13) afirmam que o Estado “[...] é um instrumento especial e imprescindível de repressão dos trabalhadores para a reprodução da sociedade de classes, desde as mais antigas até a mais desenvolvida dos nossos dias”.

No capítulo seguinte iremos refletir a respeito do Estado e as políticas sociais, com ênfase para a política pública de assistência social.

CAPÍTULO 02

AS CONTRADIÇÕES NO INTERIOR DO ESTADO CAPITALISTA

Na relação que se estabelece entre capital e trabalho assalariado emerge uma série de situações as quais reclamam a intervenção do Estado. Desta forma, tal intervenção, em alguns momentos até pode dar a impressão de haver elementos conciliáveis entre capital e trabalho e o papel que o Estado desempenha nessa relação e que ora, nos levam a perceber que se tratam de elementos inconciliáveis.

Nesse sentido, é imprescindível recuperar a discussão em torno da função que o Estado exerce na relação capital e trabalho, pois compreender a função social desempenhada pelo mesmo no capitalismo é fundamental para que possamos perceber o limite da incorporação das demandas da classe trabalhadora pelo poder estatal e desta forma, poderemos compreender os motivos pelos quais o atendimento das necessidades dos cidadãos é inconciliável com a lógica do sistema capitalista (MELO, 2012).

2.1 ESTADO E O SEU CARÁTER CONTRADITÓRIO

Inicialmente, importa ressaltar que o Estado Moderno surge no cenário social exercendo uma forma de poder político distinta das formas de poder político que o antecederam. A esse respeito, Fleury se referindo a Gruppi (1994, p.12) destaca que este autor expõe que:

[...] poderíamos caracterizar o Estado moderno como o poder político que se exerce sobre um território e um conjunto demográfico. Este Estado, que supõe um governo unitário e cujo poder se exerce em nome de uma nação (um povo e um território), tem na sua soberania plena e em sua separação da sociedade civil, os principais elementos diferenciadores das formas que o precederam. Em outros termos, a soberania plena do Estado moderno reside na sua não submissão a qualquer outra autoridade existente na sociedade como fundamento do dever político e condição de exercício do poder. A distinção entre Estado e sociedade civil diz respeito à separação que se processa entre a esfera do poder político e a esfera produtiva onde vigoram os interesses econômicos particulares, encontrando-se na polarização público/privado a expressão deste fenômeno.

O Estado moderno tem como característica peculiar a sua não submissão a nenhum outro tipo de autoridade existente na sociedade. É no âmbito do Estado que reside o poder político, tal poder, *a priori*, deve ser exercido com a finalidade de estabelecer o bem público e coletivo. Já o âmbito da sociedade civil corresponde à esfera produtiva onde predomina os interesses econômicos particulares.

Como já exposto em itens precedentes, no modo de produção capitalista surge um grupo particular de indivíduos que se apropriam da riqueza socialmente produzida, e é nesse contexto de apropriação privada da riqueza que surge o fenômeno da ruptura entre os interesses dos indivíduos e os interesses comunitários. Nessas condições houve a necessidade da criação de uma instância que tivesse a capacidade de buscar conciliar as contradições geradas entre as classes sociais. É possível afirmar que a propriedade privada é pressuposto necessário do Estado moderno.

[...] a partir do momento em que o excedente econômico produzido pela sociedade passou a ser apropriado por uma classe particular, surgiram, ao mesmo tempo, por necessidade imanente, novas esferas, a exemplo do Estado, do Direito, de determinadas formas de consciência social [...] (ANDRADE, 2012, p.13).

Na relação que se estabelece entre capital e trabalho assalariado emerge uma série de situações as quais reclamam a intervenção do Estado, pois quando mencionamos as relações sociais de produção, é necessário ter em mente que estamos falando das contradições que surgem no interior das classes envolvidas (capital e trabalho), contradições que se complexificam e passam a se configurar em contradições sociais e políticas. Desta forma, “Toda sociedade torna-se o “lugar” da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em “espaços de poder” – a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, entre outros [...]” (IAMAMOTO, 2010, 49-50).

É oportuno afirmar que há uma indissociável relação entre economia e política. Há uma relação de complementaridade entre o sistema capitalista e a sua estrutura de comando político, o Estado.

O Estado moderno é fruto das contradições e representa o domínio de classe, entretanto, é importante buscar compreender esta instância como síntese de múltiplas determinações, nesse sentido Goran Therbon (2014, p.01) apresenta alguns questionamentos:

¿Qué tipo de relación existe entre, por un lado, las clases sociales – que se definen fundamentalmente por su posición dentro de la economía-, y, por el otro, el ejercicio del poder político a través del Estado? ¿Existe una clase dominante en este o en aquel país? Si existe, ¿cuál es esa clase? ¿Cómo ejerce su dominación?

É possível afirmar que o Estado pode representar, simultânea e contraditoriamente, não só os interesses da classe burguesa, mas também interesses de outras classes sociais. O que se verifica, em situações concretas, é que as classes são representadas de formas diferentes no interior do Estado burguês, ou seja, há um interesse que prevalece que é hegemônico.

A abordagem aqui realizada sobre o Estado tem como pressuposto a perspectiva marxista, pois:

[...] em Marx e em muitos marxistas, para além de uma simples constatação de estrutura e do funcionamento da sociedade, a contribuição é teórica e política. É no combate à exploração capitalista que são percebidas, concretamente, as dinâmicas e contradições extremas da estrutura política de nossos tempos”. (MASCARO, 2013, p.11).

A abordagem marxista avança no sentido de que a mesma não se limita somente em explicar como o Estado atua e como funciona a sua estrutura burocrática. Tal abordagem busca elucidar a natureza de classe do Estado e a sua relação com as mesmas no contexto societário.

Tonet (2014) se referindo a Marx expõe que para este autor não é o Estado que funda a sociedade e sim o trabalho, logo podemos concluir que é o trabalho e não a política o fundamento ontológico do ser social. No entanto, só o trabalho não dá conta da reprodução do ser social. É necessário outros complexos, tal como religião, a política, o direito, a educação, etc. Nessa perspectiva, Marx argumenta que o Estado moderno tem sua origem na propriedade privada e na divisão das classes sociais. A partir dos antagonismos presentes entre as classes sociais que surge a necessidade de instituição do Estado, este por sua vez, tem em sua criação uma definição explícita de contribuir com a manutenção dos interesses burgueses.

Marx (1987, p.15) “apanha as dimensões políticas e econômicas do Estado ao compreender o Estado burguês como uma expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo. [...] mostra como o Estado é, em última instância, um órgão da classe dominante.”

Mas, o autor também destaca que o Estado corresponde a uma instância permeada pelas contradições existentes entre as classes trabalhadora e capitalista. Muito embora o Estado represente o domínio de uma classe sobre a outra, ainda assim o mesmo é permeado por conflitos e desta forma em alguns momentos o Estado passa a atuar atendendo interesses de outras classes com o intuito de manter a coesão social.

Desde el punto de vista del materialismo histórico, las clases son portadoras de determinadas relaciones de producción. Por ello, identificar a la burguesía como clase dominante supone localizar el poder del Estado dentro de la matriz de la dinámica y las contradicciones del capitalismo, tal y como aparece, con sus tendencias, posibilidades y problemas específicos, en una fase y en una coyuntura dadas. Análogamente, cada gobierno está en relación con una determinada clase dominante, –dentro de una matriz histórico-social específica, que circunscribe lo que hace el Estado y determina las posibilidades de cambio. (THERBON, 2014, p.6).

Marx formula a ideia de estrutura e superestrutura, onde a estrutura corresponde à base econômica da sociedade, onde se localizam as forças produtivas e as relações sociais de produção. Relações sociais entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem força de trabalho, ou seja, entre os burgueses e proletários.

Por sua vez, a superestrutura corresponde ao sistema político, jurídico, religioso, filosófico (força política e ideológica), ou seja, corresponde ao Estado propriamente dito e seus aparelhos de coerção.

Na relação capital e trabalho:

[...] que se põe sob as mais variadas formas, não poderia funcionar sem a presença de um “instrumento”, externo a essa mesma relação, mas requerido necessariamente por ela, que garantisse a reprodução da sociedade sob essa forma. Vale dizer, que mantivesse os trabalhadores como trabalhadores assalariados e os capitalistas como proprietários dos meios de produção e do capital. (TONET, 2014, s/p.).

O instrumento que corrobora para a manutenção do contexto acima citado corresponde ao Estado, pois sem a sua intervenção, o capitalismo teria sérias dificuldades de se manter.

No entanto, Tonet (2014, s/p.) explica que:

[...] o Estado não é propriamente um “instrumento”, vale dizer, algo que possa ser apropriado por qualquer classe e colocado ao seu serviço. Ele é,

na verdade, uma relação social, gerada pela existência de classes sociais antagônicas e que tem como função permitir a reprodução da sociedade segundo os interesses das classes dominantes. Ora, manter esses interesses significa, sob as mais variadas formas, garantir a exploração e a dominação do homem pelo homem. Por isso, diz Marx (Glosas críticas ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma social. De um prussiano, p. 81): A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. E acrescenta que a impotência do Estado face aos problemas sociais é a clara demonstração de que ele não pode eliminar aquilo que é o seu fundamento e que dá origem àqueles problemas, vale dizer, a propriedade privada.

Estado moderno diz respeito a um resultado das relações sociais capitalistas. Em sendo resultado, Estado exerce a função de realizar a manutenção do modo de sociabilidade capitalista, e o faz mediante ações que corroborem para que a classe dominante permaneça no poder, garantindo a exploração e dominação da classe trabalhadora.

Se Estado é então, resultado das relações sociais capitalistas, passa a ser uma instância necessária nessa sociabilidade, por outro lado, se ele intervém no contexto societário, buscando eliminar a exploração e dominação capitalista, ele estaria eliminando o seu modo de ser, ou seja, não seria mais uma instância necessária, portanto, não é objetivo do Estado realizar tal enfrentamento.

Nessa lógica de raciocínio residem os limites do Estado em incorporar as demandas da classe trabalhadora, pois quando Estado atende tais demandas ele o fará até certa medida, medida essa que é dada pela classe burguesa capitalista, desde que não interfira em seus interesses de acumulação capitalista.

No entanto, à primeira vista essa dinâmica não se revela à sociedade, pois ela é revestida de todo um aparato ideológico, é por isso que mais à frente iremos ver que Gramsci afirma que Estado não é só coerção, é também consenso. Estado opera ideologicamente, buscando consentimento da classe trabalhadora para cumprir seu papel junto à classe burguesa. Nessa dinâmica surgem novos mecanismos de dominação/direção de classe.

Mészáros (2011) seguindo a mesma linha de raciocínio de Marx, compreende o Estado como sendo uma estrutura de comando do capital, o qual forneceu ao capitalismo as bases para que o mesmo tivesse a aparência de um Estado coeso. Nessa lógica as ações do Estado têm a finalidade de contribuir para a expansão do capitalismo, remediando as situações sociais como se as mesmas existissem por uma questão natural e não em decorrência do modo de produção capitalista. Portanto, no que concerne às situações geradas em consequência da

contradição entre capital e trabalho, Estado moderno age implementando políticas sociais, por exemplo, que atuam apenas na aparência, nos efeitos e não nas causas geradoras de tais situações.

O Estado moderno [...] atua em duas frentes distintas, porém, não desarticuladas. Por um lado, busca promover certas necessidades reais que dizem respeito ao conjunto da sociedade, tais como, educação, saúde, habitação, serviços de seguridade social e manutenção da chamada infraestrutura; por outro lado, atua na satisfação daqueles “apetites em sua maioria artificiais”, a saber, na sustentação da máquina burocrática/administrativa de imposição da lei e também do complexo militar industrial, diretamente ligado à garantia dos interesses do capital. (ANDRADE, 2012, p.22 - 23).

A atuação do Estado ocorre mediante ações que ora tem como foco atender as demandas dos segmentos organizados da sociedade em torno dos direitos sociais e ora visa atender aos interesses do capital, nesse sentido, o Estado moderno cumpre as:

[...] prioridades reprodutivas do sistema do capital, e para tanto tem que se adaptar a cada circunstância histórica, ou melhor, encontrar os meios mais apropriados a cada fase específica do desenvolvimento capitalista, definindo diferentes conformações históricas segundo os mesmos interesses dominantes. (PANIAGO, 2012, p.70).

Quando indicamos no início deste capítulo que o Estado possui um caráter contraditório, estamos partindo do pressuposto de que esta instância, em tese, deveria atuar no contexto societário representando os interesses da coletividade, como um ato de vontade coletiva que não atende os interesses de grupos particulares da sociedade civil. No entanto, comungamos com Gramsci quando o autor sinaliza que as ações do Estado, muitas vezes, representam os interesses de uma das classes fundamentais – classe burguesa; esta detém o poder econômico e em decorrência seus interesses são hegemônicos no interior do Estado. Ou seja, o Estado é monopolizado pela classe burguesa e dessa forma em seu interior o que sobressai são os interesses dessa classe, ainda que em certos momentos as demandas da classe trabalhadora sejam atendidas, por isso da constatação de que o Estado é uma instância permeada por contradições.

Gramsci assevera que o Estado se ampliou, e com essa ampliação estatal outras instâncias da sociedade civil interagem dialeticamente com o mesmo. Estas

instâncias disseminam a ideologia dominante e buscam, através do consenso e não apenas da coerção, legitimar o pensamento burguês na sociedade capitalista.

É a partir de sua concepção ampliada de Estado que Gramsci identifica um conjunto de instituições componentes da sociedade civil, denominadas de “aparelhos privados de hegemonia”, compreendendo o sistema escolar em todos os níveis, incluindo as universidades, as formas de organização da cultura (museus, bibliotecas, editoras), os meios de organização da informação em geral (jornais e revistas à época – e hoje ainda a televisão e a internet), os movimentos sociais, a organização sindical, os partidos políticos, bem como as igrejas, instituições herdadas de um modo de produção passado. (SIMIONATTO; COSTA, 2014, p.69).

As instituições acima mencionadas garantem a direção política e ideológica na sociedade capitalista, pois a classe dominante usa essas instituições para buscar o consenso na sociedade, ou seja, a classe dominante domina não apenas usando a força, mas, sobretudo o consenso.

[...] uma das razões que possibilitava às classes dominantes tomar o poder e mantê-lo não era necessariamente o uso da força bruta, mas, em grande medida, a dominação cultural e sua capacidade de difusão de ideias, valores, filosofias e visões de mundo por toda a sociedade. (SIMIONATTO, 2009, p.45).

Nessa linha de pensamento, Simionatto e Costa (2014) afirmam que há uma interface com hegemonia e os conceitos de ideologia e de “aparelhos privados de hegemonia”.

Por isso, Gramsci usa o termo Estado ampliado, pois o mesmo nos leva a entender os novos mecanismos de “dominação/direção de classe”, que se fazem presentes na sociedade civil no modo de sociabilidade capitalista (SIMIONATTO; COSTA, 2014).

Gramsci, mediante a concepção de Estado ampliado, revela que esta instância é permeada pelas lutas de classes, portanto “Gramsci percebe que, na sociedade capitalista moderna, o Estado se ampliou e os problemas relativos ao poder se complexificaram na trama da sociedade, fazendo emergir uma nova esfera social que é a “sociedade civil”” (SIMIONATTO, 2011, p. 68).

A (nova) função estatal, de direção social, de consenso, de hegemonia, é dada na (nova) esfera da sociedade civil, sendo o espaço onde se confrontam os diversos projetos de sociedade (o que lhe permite visualizar a ampliação do fenômeno estatal), percebendo a incorporação das lutas de classes na esfera estatal. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.45).

Frente a isso, Gramsci (2000, p. 254 - 255), afirma que “[...] por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil”. Trata-se de uma relação dialética entre o poder governamental e a sociedade civil.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “ sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado” , planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “ domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “ jurídico”. (GRAMSCI, 2001, p. 20 - 21).

A sociedade civil corresponde ao espaço onde se organizam diversos interesses e onde os mesmos entram em confronto, espaço onde é possível observar os conflitos e contradições. É na sociedade civil que se encontram os organismos privados, que têm como função difundir a hegemonia do grupo dominante. Nesse contexto a sociedade civil é composta por aparelhos privados de hegemonia.

A sociedade política diz respeito ao conjunto de aparelhos, através dos quais a classe dominante exerce a violência. Os aparelhos de coerção estatal garantem a disciplina no contexto social, atuam principalmente quando há momentos de crise no comando e direção da sociedade, momentos onde há um fracasso do consenso e da coesão social. Exemplo de instituições que compõem a sociedade política são as burocracias executivas do Estado, a polícia militar (GRAMSCI, 2001).

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2000, p. 41- 42).

Estado cumpre a responsabilidade de contribuir para a expansão da classe dominante, para tanto apresenta os interesses desta classe como se os mesmos fossem interesses universais. Nessa dinâmica, com vistas a superar eventuais

desequilíbrios entre os interesses da classe dominante e os interesses da classe subordinada, Estado faz concessões, onde em alguns momentos os interesses da classe subordinada passam a ser incorporados pelo Estado. É o que veremos mais adiante quando tratarmos do Estado de Bem-Estar Social, momento em que trabalhadores passam a conquistar direitos sociais que se materializam mediante as políticas sociais.

Para compreender essa dinâmica no interior do Estado e da sociedade, Gramsci se apoiou em Maquiavel, pois este autor analisou os fenômenos políticos a partir de um conjunto de polarizações, e da mesma forma, Gramsci define Estado ampliado fazendo uso de um conjunto de polarizações, tais como: Sociedade civil/Estado; consenso/força; persuasão/coerção; moral/política: hegemonia/ditadura; direção/domínio; civilização/violência (FLEURY, 1994).

O exercício do poder político nas sociedades complexas, a reprodução da dominação de classe, não estaria restrito às funções coercitivas, mas envolveria ademais o alcance do consentimento ativo e voluntário dos dominados, ou seja, a hegemonia. Assim, para Gramsci "o Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados". (FLEURY, 1994, p.24 - 25).

O Estado, com vistas a construir, consolidar e reproduzir uma direção cultural hegemônica, exerce não apenas uma função coercitiva frente aos dominados, mas, sobretudo, desempenha uma função pedagógica gerando um conformismo social que seja capaz de ser funcional ao desenvolvimento do grupo dominante (FLEURY, 1994).

Simionatto se referindo a Coutinho (2014, p.70) afirma que:

Conforme assevera Coutinho (2010, p. 30), "uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção de mundo [...] 'bizarra e heteróclita'", frequentemente contraditória, que orienta "o pensamento e a ação de grandes massas de homens e mulheres". É exatamente neste senso comum que se manifestam determinados valores e formas de pensar que "asseguram a reprodução do capitalismo" contemporâneo e se expressam na realidade atual através de práticas concretas levadas a efeito por governos, organismos internacionais e outras instituições mediante as políticas neoliberais [...].

Estado educa para o consenso através dos seus aparelhos privados de hegemonia, faz uso dos mesmos e para tanto organiza, mobiliza as instituições com vistas a conformar a opinião pública.

Por ora é importante mencionar que Gramsci, nos fornece elementos que contribuem para compreender Estado como uma instância contraditória e conflituosa e que é permeada pelos interesses de classe. No interior do Estado moderno interagem diferentes perspectivas de realidade, diferentes projetos políticos que tencionam entre si e que disputam a hegemonia como uma possibilidade de estratégia política de afirmação de certo modo de vida, de certa visão de mundo.

Portanto, partimos do pressuposto de que ao analisar a Política de Assistência Social é importante analisá-la a partir de uma perspectiva que considere tais contradições no interior do Estado e da sociedade e que ainda, considere possibilidades da criação de uma contra-hegemonia mediante a elevação da cultura das classes subalternas, ou mediante o exercício do protagonismo cidadão das classes subalternas, ou como no caso da nossa pesquisa, dos usuários dos serviços socioassistenciais do CRAS.

Dias (2013, p.129) sinaliza que “A hegemonia tem os seus pés fincados no solo da luta social”, é um fenômeno que tem uma relação intrínseca com a construção de uma nova sociabilidade onde o pressuposto não é apenas a “destruição” do adversário, mas a construção de uma nova identidade das classes subalternas. Pois a construção de uma contra-hegemonia pressupõe a desconstrução de consensos forjados pela burguesia. Nesse processo há uma relação dialética de construção e desconstrução e vice-versa com finalidade de forjar rupturas com o consenso burguês estabelecido. Esse processo só é possível uma vez que ocorra uma ampliação das conquistas econômicas, políticas e culturais pelas classes subalternas (SANTOS, 2013).

Dessa forma, a hegemonia apresenta uma imbricação da produção de conhecimento e de “cultura superior”, que se desenvolve nas contradições de classe, envolvendo os elementos econômicos, os saberes, as culturas e as aprendizagens dos subalternos, em ressonância com “princípios” e experiências da prática social concreta. Portanto, visa romper o existente a partir do próprio existente, para daí gerar o novo. Por isso, a prática de dominação e as relações de poder, que estão intercaladas em todos os espaços, adquirem multifacetados formatos. (SANTOS, 2013, p.113).

Tendo isso em vista é possível afirmar que um processo contra-hegemônico ocorre quando as classes dominadas e subalternas passam a ocupar os espaços de tomada de decisão, espaços que são estratégicos no interior do Estado, por exemplo, contribuindo para que ocorra uma alteração na correlação de forças.

A esse respeito Santos (2013, p.113) advoga que:

Há uma multiplicidade de lacunas que leva ao embate de concepções, aumentando, cada vez mais, os dissensos e os conflitos políticos. Os diversos focos de resistência e de luta sobressaem, confrontando o pensamento de que o Estado (sociedade política) centraliza e gera todo o poder, refratário a qualquer vulnerabilidade. Com isso, a maior expansão, na sociedade civil, das forças emancipadoras das classes subalternas divisa políticas socioeconômicas radicais que sublinhem a inversão das correlações de forças, passando a hegemonia da burguesia para a totalidade dos trabalhadores.

Essa leitura de correlação de forças e do processo de hegemonia, nos leva a perceber o Estado como uma instância permeada por contradições e vulnerável às lutas de classes que são gestadas no interior da sociedade. Fato que nos leva a deduzir a respeito da importância dos movimentos organizados da classe trabalhadora, como movimento que cria possibilidades de incorporação de suas demandas na agenda estatal e, sobretudo favorece que sujeitos que pertencem à classe trabalhadora passem a ocupar lugares estratégicos no interior do Estado, contribuindo para colocar limites ao capital e a sua sociabilidade.

É oportuno afirmar que a perspectiva gramsciana contribui para uma leitura das políticas sociais públicas como um espaço de lutas e contradições e veremos que a construção das políticas sociais no Brasil, principalmente no campo da Seguridade Social, traz essas marcas.

Até o presente momento foi possível apreender que no interior da atual sociabilidade há, portanto, duas instâncias: Estado e sociedade civil. Ao Estado cabe planejar e formular um conjunto de instituições jurídicas e políticas denominadas políticas sociais públicas, cujo foco seja oferecer serviços que tenham a capacidade de dispor de certo padrão de proteção social aos cidadãos. (FLEURY, 1994). Assim sendo, as políticas sociais se referem a certa correlação de forças que se consolida mediante um movimento histórico da contradição no capitalismo.

A análise da intervenção do Estado nas questões sociais, através das chamadas políticas sociais, tem como corolário a existência de uma relação de direito positivo que se estabelece entre o cidadão e o seu Estado. Ou

seja, a intervenção estatal via políticas sociais, regulando e/ou propiciando condições de manutenção e reprodução de uma parcela da população, é considerada uma função intrínseca ao Estado moderno, configurando padrões de direitos sociais próprios a cada nação. (FLEURY, 1994, p.11).

É através do acesso às políticas sociais que os cidadãos têm acesso aos direitos sociais. Tais direitos têm a capacidade de contribuir para a reprodução social de milhares de famílias. Na ausência das políticas sociais uma considerável parcela da população brasileira, trabalhadores ou não, não teria condições de acessar serviços de saúde, educação, habitação, por exemplo.

É importante explorar as contradições inerentes aos processos sociais e em consequência admitir que as políticas sociais podem ser centrais na agenda de luta dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital. Marx ao analisar as primeiras legislações fabris do século XIX reconheceu que essas legislações ao impor limites ao capital, representaram uma vitória da classe trabalhadora (BEHRING, 2011).

Pensar as políticas sociais é uma tarefa que exige considerar sua múltipla causalidade e negar uma visão unilateral sobre esse fenômeno (BEHRING, 2011).

Importante ressaltar que o conceito de cidadania também tem sua origem no desenvolvimento do Estado capitalista tendo em vista que é na sociedade capitalista que se faz necessário a instituição formal de direitos que qualificassem o indivíduo como um cidadão perante o Estado. Por conseguinte, é possível inferir que:

[...] a crescente intervenção estatal por meio das políticas sociais é em si mesma a manifestação da natureza contraditória do capitalismo, que tem origem na necessidade do Estado de atuar como forma de atenuação dos efeitos mais destrutivos da ordem capitalista sobre os fatores de produção, mas cuja intervenção torna-se, por sua vez, elemento de potencialização e agudização da contradição básica deste modo de produção entre a socialização das forças produtivas e a apropriação privada da riqueza social. (FLEURY, 1994, p.11).

Estado atua estabelecendo políticas sociais como forma de amenizar os efeitos do modo de produção capitalista, isto é, atua somente nas consequências que este sistema provoca na sociedade. Estado não atua fazendo enfrentamento das causas da contradição: apropriação privada da riqueza social produzida e a socialização das forças produtivas.

Tonet (2014, p.03) referindo-se a Marx expõe que para este autor a “[...] cidadania é parte integrante do que ele denomina emancipação política. Faz parte do campo da política. E a política, é para ele, em essência, uma forma de opressão. Como diz junto com Engels, no Manifesto Comunista (1998:31): Em sentido próprio, o poder político é poder organizado de uma classe para opressão de outras”.

Ser cidadão para Marx não é ser efetivamente livre, mas apenas formalmente livre, igual e proprietário, já que por mais direitos que um cidadão possa ter e por mais que se busque aperfeiçoar tais direitos, não se elimina a desigualdade que está na raiz de uma sociedade fundada na lógica capitalista, portanto há uma impossibilidade na visão do autor em tela no que tange à construção de um mundo cidadão (TONET, 2014).

Marx (2010) em seu livro “Sobre a questão judaica” argumenta que devemos buscar a emancipação humana, pois a emancipação humana pressupõe que os homens sejam efetivamente livres.

A cidadania - como relação que se estabelece entre os indivíduos, igualados a nível formal, e o seu Estado, através da participação dos primeiros no exercício do político e no atributo de um conjunto de direitos positivos frente a este Estado - é condição de reprodução da dominação social, desde que oculta a existência das relações contraditórias de exploração. Nega inclusive a existência de atores coletivos, as classes sociais, com interesses contraditórios e antagônicos, sendo, portanto essencial para a construção da ideologia liberal do Estado como representante da vontade coletiva. Neste sentido, a relação de cidadania é condição da consolidação das desigualdades de classe, remetendo os requisitos de igualdade a um plano formal que impede de problematizar as desigualdades existentes no nível social e a relação do Estado com as classes sociais. (FLEURY, 1994, p.43 - 44).

No entanto, a autora em questão chama a atenção para a questão de que, ainda que este tipo de cidadania tenha seu limite, mesmo assim é importante reconhecer que ela representa um avanço para as classes oprimidas, exemplo disso são os escravos que outrora existiam na sociedade, tais indivíduos sequer eram considerados como seres humanos, e com a constituição da cidadania, esse cenário é alterado.

Desta maneira, compreendemos que ao mesmo tempo que produto da luta de classes, a cidadania enquanto parte da ordem simbólica, atua dialeticamente, conformando identidades sociais e políticas das classes dominadas, no processo intersubjetivo de interpelação, no qual uma classe assimila um conjunto de atributos através dos quais se individualiza, se reconhece e é reconhecida pelos demais componentes da sociedade. Em

resumo, a construção da cidadania resulta da dinâmica das relações de poder, sendo ao mesmo tempo parte do processo de constituição e consolidação da hierarquia de poder na sociedade. (FLEURY, 1994, p.60).

Há uma relação entre política social e cidadania, onde a aquisição do status de cidadão não implica imediatamente em acesso aos direitos sociais e nesse cenário, a política social se torna o centro de um conflito de classe e não somente uma forma de dissolver ou desfazer tais conflitos (BEHRING, 2000), pois as políticas sociais não se estabelecem, na sociedade capitalista, a partir da lógica de redistribuição da riqueza e de renda, deste modo:

[...] o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. [...]. Constata-se, que a política social - que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência - configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho. (BEHRING, 2000, p. 24).

Especificamente, no Brasil, Behring e Boschetti (2011) afirmam que o ano de 1923 é chave para a compreensão do formato das políticas sociais brasileiras, com a aprovação da Lei Eloy Chaves, lei que estabeleceu a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão⁶.

No entanto, antes de abordarmos as políticas sociais no contexto brasileiro e as particularidades do sistema de proteção social que se constituiu no país, é importante entender o processo de estabelecimento deste sistema no contexto internacional.

2.2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A necessidade de estabelecer um sistema de proteção social público surge ainda no século XIX, momento do auge da industrialização e onde se estabelecem as relações de trabalho assalariadas. Paralelo a esses acontecimentos, expande-se também a vulnerabilidade e insegurança social dos trabalhadores inseridos nas

⁶ A Caixa de Aposentadorias e Pensões eram destinadas para os empregados das empresas ferroviárias.

novas relações de trabalho, pois até esse momento a proteção social era garantida mediante as relações familiares, partia do pressuposto da solidariedade familiar/comunitária, não havendo necessidade de outro tipo de intervenção, até porque as relações de trabalho também se davam no interior das famílias (JACCOUD, 2009).

Com a industrialização e a urbanização das sociedades modernas, ampliou-se o risco de as famílias de trabalhadores caírem na miséria em decorrência da impossibilidade de obter um salário no mercado de trabalho. As causas poderiam ser múltiplas – doença, velhice, desemprego, morte – e passaram a ser chamadas de “risco social”. Impôs-se, assim, ao Estado, face aos riscos sociais, a tarefa de atuar na oferta de proteção social, a princípio instituindo mecanismos que possibilitassem a garantia de renda quando da impossibilidade de acessá-la pela via do trabalho e, posteriormente, garantindo uma oferta de serviços e benefícios associados a certo patamar de bem estar. (JACCOUD, 2009, p.58).

À vista disso, surge então um Estado de Bem-Estar Social mediante a constatação de que a:

[...] perda de capacidade de gerar bem-estar não é geralmente um problema individual, mas social. Não apenas porque as consequências são sociais (pobreza, indigência, privações, dependências, mendicância, violência), mas também porque boa parte das causas também o é. Dentre essas causas, destaca-se o funcionamento normal das economias de mercado em sociedades industriais que, destruindo outras formas de sociabilidade e solidariedade, impõe riscos sociais próprios (acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, desemprego, instabilidades). (KERSTENETZKY, 2012b, s/p.).

Especificamente sobre a instituição de sistemas de proteção social é possível afirmar que foi no cenário do pós-guerra que as economias capitalistas avançadas implementaram um avançado sistema inédito de proteção social, onde o Estado era responsável por desenvolver um papel singular de intervenção mediante políticas públicas. O foco era contribuir para “[...] expansão econômica e [...] enfrentamento das iniquidades geradas no interior das sociedades capitalistas” (POCHMANN, 2004, p.03).

A especificidade da construção dos Estados de Bem-Estar Social é, entretanto, outra: responder à questão social que surge com a expansão da pobreza e da vulnerabilidade nos grupos participantes ou potencialmente participantes do processo de acumulação e de produção de riquezas. Em torno deles articula-se uma questão ao mesmo tempo política e social, em termos do acesso e da organização do trabalho e da vulnerabilidade daí decorrente. O chamado Estado de Bem-Estar nasceu, de fato, da construção de um sistema de garantias em torno das relações de trabalho

assalariadas. Sua expansão a outras situações de vulnerabilidade da vida social foi, nos países desenvolvidos, em especial naqueles da Europa Ocidental, crescente e associado à expansão do assalariamento e ao processo de fortalecimento do Estado-nação e da cidadania (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.186).

Constata-se que o Estado de Bem-Estar surge como uma estratégia de atendimento de demandas dos trabalhadores em face das contradições e das consequências da relação que se estabelece entre capital e trabalho. Há a constatação de que parcela significativa da classe trabalhadora estava em condições de pobreza e vulnerabilidade necessitando de proteção social. É nesse sentido que o atendimento das demandas da classe trabalhadora se torna uma questão social, pois é produzida a partir das relações sociais capitalistas.

Nesse momento emerge o Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State.

Existe alguma controvérsia em torno do significado dos termos aqui utilizados. Fenômenos de natureza política semelhante são classificados sob as categorias de Welfare State, Estado-Providência (État-Providence) ou ainda Estado Social. Embora essa distinção seja relevante em determinados contextos, aqui ela não é realizada. Utiliza-se uma definição bastante ampla de Welfare State, que é entendido como a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população. (MEDEIROS, 2001, p.06).

É importante fazer essa delimitação de conceitos/termos tendo em vista que nosso trabalho apenas discorrerá sobre a existência de um Welfare State/Estado de Bem-Estar Social⁷.

Pochmann (2004) explica que o Estado de Bem-Estar Social surge justamente como uma forma de renúncia das ideias do liberalismo clássico de Adam Smith, fato que contribuiu para que o Estado assumisse um novo papel e também a lógica era desmercantilizar a sociedade civil, restringindo dessa forma o papel do livre mercado.

Tal processo foi acompanhado pela emergência de uma esfera diferenciada de intervenção estatal – a social –, distinta das esferas econômica e política. De fato, o avanço do processo de legitimação da participação do indivíduo pobre no espaço político e a reprodução da pobreza no âmbito das relações

⁷ Recomendamos consultar: KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado de Bem estar na idade da razão**. A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Elsevier; Campus, 2012; ARRETCHE, M. T. S. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State**: Teorias Explicativas. BIB, n.39, p.3-40, 1995.

As obras em questão pontuam sobre as controvérsias existentes em torno do fenômeno do Welfare State.

econômicas, em que pese a progressão na produção de riquezas, permitiu a ampliação do campo de ação social do Estado por meio de políticas sociais. Foi neste ambiente que se afirmou a questão da desigualdade como questão central, cujas implicações situam-se fora do campo econômico e requisitam a intervenção pública pela via de políticas de Estado. A cidadania, expandida tanto em termos políticos como em termos sociais, permitiu a construção de um novo paradigma para a organização da proteção social: os direitos sociais. Assim, a construção dos direitos sociais de educação, saúde e proteção social, base da cidadania social, reporta-se a uma estratégia de enfrentar a temática da desigualdade, central no debate político das sociedades modernas. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.187).

Nesse raciocínio Estado deveria “[...] conceder proteção social a todos os cidadãos e garantir a edificação de uma sociedade menos desigual, enfrentando a estratificação imposta pelo mercado” (POCHMANN, 2004, p.04).

A respeito da desmercantilização/desmercadorização Esping-Andersen (1991, p.102) explica:

Nas sociedades pré-capitalistas, poucos trabalhadores eram propriamente mercadoria no sentido de que sua sobrevivência dependia da venda de sua força de trabalho. Quando os mercados se tornaram universais e hegemônicos é que o bem-estar dos indivíduos passou a depender inteiramente de relações monetárias. Despojar a sociedade das camadas institucionais que garantiam a reprodução social fora do contrato de trabalho significou a mercadorização das pessoas. A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento do *status* de pura mercadoria. A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado.

Nessa perspectiva, a educação ou saúde, por exemplo, enquanto direito do cidadão passam a ser serviços ofertados sob a responsabilidade estatal, deixam de ser serviços que apenas o mercado pode oferecer para entrar no patamar do direito. Nessa lógica, Estado passa a subsidiar tais serviços, e as políticas sociais se configuram como medidas de diminuição da condição mercadológica, pois a prestação dos serviços passa a ser considerada sob o prisma dos direitos sociais. Quando um indivíduo necessita de educação ele não precisa acessar apenas o mercado, o mesmo poderá acessá-lo enquanto um direito social, sem ter que pagar ou depender do mercado, pois a educação passa a compor a agenda dos governos como uma política social pública.

A esse respeito Medeiros (2001) expõe que as políticas sociais contribuem para o aumento da capacidade de consumo das famílias dos trabalhadores, haja

vista que ao passo que não precisam pagar por serviços de saúde, por exemplo, as famílias podem consumir outros produtos no mercado. Paralelamente, para o Estado, as políticas sociais implicam em investimentos com habitação, transporte, saneamento, etc.

Dessa forma é possível concluir que:

[...] o Welfare State é também um mecanismo de regulação política da sociedade. A partir do momento em que a negociação coletiva dos níveis salariais e das condições de trabalho se generaliza na sociedade, o processo de barganha entre capitalistas e trabalhadores passa a ser tratado como assunto público. Assim, o crescimento da organização política dos trabalhadores faz que o Estado passe a incluir na agenda política nacional os interesses dos trabalhadores organizados. (MEDEIROS, 2001, p.07).

Esping-Andersen (1991, p.102) corrobora com esse debate ao destacar que antes da emergência da sociedade do capital, a força de trabalho não era considerada como mercadoria, pois sua sobrevivência não dependia da venda da sua força de trabalho.

Quando os mercados se tornaram universais e hegemônicos é que o bem-estar dos indivíduos passou a depender inteiramente de relações monetárias. Despojar a sociedade das camadas institucionais que garantiam a reprodução social fora do contrato de trabalho significou a mercadorização das pessoas. A introdução dos direitos sociais modernos, por sua vez, implica um afrouxamento do status de pura mercadoria. A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado.

A desmercadorização, para os trabalhadores passou a ser uma prioridade, principalmente no sentido de mobilização dos mesmos, pois quando eles dependem apenas do mercado fica difícil de mobilizá-los para reivindicar seus direitos. Portanto, a desmercadorização promove o fortalecimento da classe trabalhadora e consequentemente enfraquece a autoridade do empregador (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.102).

[...] o equilíbrio do poder de classe altera-se fundamentalmente quando os trabalhadores desfrutam de direitos sociais, pois o salário social reduz a dependência do trabalhador em relação ao mercado e aos empregadores e assim se transforma numa fonte potencial de poder. Para Heimann, a política social introduz um elemento de natureza diversa na economia política capitalista. É um cavalo de Tróia que pode transpor a fronteira entre capitalismo e socialismo.

Nesse contexto é possível observar a classe trabalhadora se organizando, reivindicando seus direitos buscando dar visibilidade às suas demandas. Quando a classe trabalhadora luta por seus direitos sociais, ocorre um processo de contra-hegemonia, pois há uma luta por uma nova perspectiva de atendimentos das demandas, não só do capital, mas, especialmente, da classe trabalhadora.

Pochmann (2004) destaca três condicionantes estruturais que contribuíram para o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social: Lógica industrial moderna, democracia de massa e sociedade salarial.

A lógica industrial moderna se refere ao momento de industrialização, contexto em que ocorreu a reunião, num mesmo espaço físico, de milhares de trabalhadores submetidos às mesmas condições de trabalho e com condições de vida análogas.

O componente organizativo propiciado pelo enorme contingente de empregados sob o mesmo teto viabilizou o surgimento de um novo tipo de sindicalismo, sobretudo na grande empresa, com preocupações direcionadas à garantia de melhores condições de trabalho e mais alto padrão de vida para todos, diferentemente do antigo sindicalismo de ofício que atuava fundamentalmente para ocupados com maior qualificação. (POCHMANN, 2004, p.05).

Sobre a democracia de massa, o autor em questão destaca que ao passo que ocorreu a universalização do voto, partidos políticos de base operária começaram a se organizar, tais partidos tinham suas origens ligadas ao sindicalismo. “Nesse sentido, o avanço da democracia nas economias desenvolvidas possibilitou a chegada da representação operária, inicialmente, no Poder Legislativo e, posteriormente, no Poder Executivo.” (POCHMANN, 2004, p.05).

Contribuindo com este debate Coutinho (2010, p.36) afirma que “[...] Welfare surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital”.

Quanto à sociedade salarial, o Estado de Bem-Estar social contribuiu para o estabelecimento de “[...] sociedades constituídas a partir de mercados de trabalho organizados e assalariados, inclusive com intervenção dos Estados.” (POCHMANN, 2004, p.06).

Em síntese, a presença de medidas de natureza trabalhista e social protetoras e de bem-estar foi fundamental para atingir maior homogeneidade social no centro do capitalismo mundial. Em outras palavras, o pleno emprego transformou-se no principal fundamento do processo de estruturação do mercado de trabalho organizado a partir do assalariamento, bem como possibilitou o acesso a um padrão relativamente homogêneo de bem-estar [...]. (POCHMANN, 2004, p.06).

Esping-Andersen (1991) afirma que no contexto internacional o Estado de Bem-Estar Social não foi um fenômeno homogêneo, tendo em vista que houve variações “internacionais dos direitos sociais”. O autor distingue três grupos⁸ de variações: Welfare State Liberal, Welfare State conservador/corporativo, Welfare State de regime social-democrata.

No Welfare State Liberal prevalece a assistência social àquelas pessoas que comprovam que são pobres, ou seja, as regras para ter acesso aos benefícios são restritas e estigmatizam as pessoas. Já os planos de previdência social são modestos, pois há um encorajamento por parte do Estado para que as pessoas busquem no mercado os planos privados de previdência. Para Esping-Andersen (1991) a consequência do Welfare State Liberal é a minimização dos efeitos da desmercadorização. Os exemplos deste modelo são os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

No Welfare State conservador/corporativo o que prevalece é a ideia da família, pois Estado só intervém quando a família falha, por isso é conservador.

É um modelo comprometido com a preservação da família tradicional, há incentivo à maternidade, logo “Creches e outros serviços semelhantes prestados à família são claramente subdesenvolvidos; o princípio de “subsidiaridade” serve para enfatizar que o Estado só interfere quando a capacidade da família servir os seus membros se exaure.” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.109).

Predomina também a lógica corporativa, tendo em vista que nesse modelo “[...] o legado histórico do corporativismo estatal foi ampliado para atender a nova estrutura de classe “pós-industrial””. (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.108). Nesse sentido, as pessoas têm acesso aos direitos sociais a partir de sua inserção econômica, há apenas uma diferenciação do status ocupacional.

⁸ Há outras classificações, além das de Esping-Andersen quanto ao Estado de Bem-Estar Social, como a de Titmuss (1958) e de Korpi (1980), por exemplo. A esse respeito consultar: GERSCHMAN, S.; VIANNA, M.L.W. (orgs). **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

No Welfare State conservador/corporativo “[...] a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi marcante e, por isso, a concessão de direitos sociais não chegou a ser uma questão seriamente controvertida” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.108 e 109). São exemplos desse modelo países como a Áustria, a França, a Alemanha e a Itália.

No Welfare State de regime social-democrata houve uma extensão dos princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais. É classificado como social-democrata justamente porque foi a social-democracia a força responsável pela reforma social.

Em vez de tolerar um dualismo entre Estado e mercado, entre a classe trabalhadora e a classe média, os social-democratas buscaram um *welfare state* que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. Isso implicava, em primeiro lugar, que os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias; e, em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida garantindo-se aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos. (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.109).

Dessa forma, um trabalhador que exerce a função de auxiliar geral, por exemplo, desfruta dos mesmos direitos que um executivo ou funcionário público de alto padrão. “[...] todas as camadas são incorporadas a um sistema universal de seguros, mas mesmo assim os benefícios são graduados de acordo com os ganhos habituais. [...]” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.109-110).

O Welfare State de regime social-democrata desenvolve uma política de emancipação do indivíduo em relação ao mercado e ainda preza pela retirada do peso de responsabilidade de bem-estar exclusiva da família.

[...] ao contrário do modelo corporativista-subsidiador, o princípio aqui não é esperar até que a capacidade de ajuda da família se exaure, mas sim de socializar antecipadamente os custos da família. O ideal não é maximizar a dependência da família, mas capacitar a independência individual. (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.110).

Os países onde há a predominância desse modelo de sistema de proteção social são os países escandinavos (KERSTENETZKY, 2012a).

A seguir apresentamos uma tabela onde estão sintetizadas as principais diferenças e convergências dos três modelos propostos por Esping-Andersen.

TABELA 01 – Variáveis estruturantes e os regimes de Bem-estar

	Liberal	Conservador/corporativo	Social-democrata
Mix público-privado	Privado	Público (seguridade)	Público (serviços)
Desmercantilização	Baixa	Intermediária	Alta
Estratificação	Dualismo	Estratos ocupacionais	Universalismo
Desfamiliarização	Alta	Baixa	Alta
Desemprego	Baixo	Alto	Baixo
Fecundidade	Alta (reposição)	Baixa	Alta (reposição)

Fonte: Kerstenetzky (2012a, p.132).

Quanto aos grupos do welfare state Esping-Andersen (1991, p.110-111) adverte que:

Os welfare states formam um grupo, mas precisamos reconhecer que não existe um único caso puro. Os países escandinavos podem ser predominantemente socialdemocratas, mas não estão isentos de elementos liberais cruciais. Os regimes liberais também não são tipos puros. O sistema de previdência social norte americano é redistributivo, compulsório e longe de ser atuarial. Ao menos em sua primeira formulação, o New Deal era tão socialdemocrata quanto a socialdemocracia contemporânea da Escandinávia. E os regimes europeus conservadores incorporaram tanto impulsos liberais quanto socialdemocratas. Com o passar das décadas, tornaram-se menos corporativistas e menos autoritários. Apesar da falta de pureza, se nossos critérios essenciais para definir os welfare states têm a ver com a qualidade dos direitos sociais, com a estratificação social e com o relacionamento entre Estado, mercado e família, então obviamente o mundo compõe-se de aglomerados distintos de regimes.

Se no pós segunda guerra mundial ocorreu uma ascensão do Estado de Bem-Estar Social em nível mundial, no final dos anos de 1970 esse modelo passa a ser questionado. Isso aconteceu devido ao baixo crescimento econômico que gerou entraves ao processo do pleno emprego.

A perda relativa de importância do emprego industrial, envolvida numa outra lógica de produção em redes mundiais, fragilizou compromissos sociais entre empregados e patrões, comprometendo as bases da sociedade salarial e esvaziando o conteúdo dos regimes democráticos. (POCHMANN, 2004, p.7).

No entanto, o autor em questão assevera que mesmo vivenciando este momento de crise, o Estado de Bem-Estar Social continua sendo um “[...] atributo inequívoco da proteção social e trabalhista das classes subalternas no capitalismo avançado.” (POCHMANN, 2004, p.07).

O Estado de Bem-Estar Social tem esse atributo uma vez que o mesmo corresponde a um componente fundamental no que tange ao “[...] enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade de renda” (POCHMANN, 2004, p.07).

Nesse momento iremos abordar sobre as circunstâncias do surgimento e do desenvolvimento do Welfare State no Brasil, lembrando que tais circunstâncias diferem do ocorrido nos países centrais, pois além de ocupar uma posição diferente na economia mundial, o país traz as marcas de setores industriais modernos convivendo com setores tradicionais (MEDEIROS, 2001).

Outro aspecto que merece destaque é que conforme sinalizado por Pochmann (2004) a difusão do trabalho assalariado e da democracia de massa foram fatores basilares da constituição de um sistema de proteção social nos países centrais. Todavia, não podemos esquecer que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão (1888), aspecto que favoreceu para “[...] uma transição extremamente conservadora para o assalariamento, através da imigração de mão-de-obra europeia e asiática, deixando a população negra excluída da possibilidade de imediata integração pelo emprego salarial.” (POCHMANN, 2004, p.7).

Igualmente, a constituição do regime republicano no Brasil não dispôs da participação popular com avanço da democratização política. No entanto, esses eventos coincidem com o ciclo de expansão nas atividades produtivas, com destaque para a economia cafeeira, aumentando o ritmo de expansão da economia brasileira. Consequentemente “[...] o país não conseguiu combinar o crescimento econômico com a construção de uma sociedade justa, democrática e socialmente menos desigual.” (POCHMANN, 2004, p.8).

Mesmo com tais particularidades, o Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State se consolidou no Brasil entre as décadas de 1930 e 1970. Draibe (1993) explica que reconhece a instituição do Estado de Bem-Estar Social no Brasil nessas décadas tendo em vista que:

É útil, desde logo, explicitar a concepção de "Welfare" com a qual estamos trabalhando [...]. Por "Welfare State" estamos entendendo, no âmbito do Estado Capitalista, uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a Economia, entre o Estado e a Sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e o comportamento do emprego e salário da economia,

afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora. Concretamente, trata-se de processos que, uma vez transformada a própria estrutura do Estado, expressam-se na organização e produção de bens e serviços coletivos, na montagem de esquemas e transferências sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados e, finalmente, na regulação da produção e de bens e serviços sociais privados. (DRAIBE, 1993, p. 19).

Ou seja, a autora parte do pressuposto de que o Estado de Bem-Estar Social surge no Brasil no momento em que há uma sequência de políticas e intervenção estatal, onde a população passa a ter acesso a certos bens e serviços. Importante destacar que as primeiras iniciativas de proteção social são direcionadas aos servidores do Estado, civis e militares, e que aos poucos, vai se estendendo aos trabalhadores da indústria e comércio. Essa proteção social no início era limitada a seguros coletivos para a conservação da renda dos grupos dos trabalhadores citados e se estendia aos seus familiares (KERSTENETZKY, 2012a).

Fundamental, nessa concepção, é o caráter de sistema nacionalmente articulado, estatalmente regulado da proteção social. Por isso mesmo, ao pensar a periodização de constituição de "Welfare" no Brasil, somente podemos ter como ponto de partida a década de trinta, considerados o conjunto de transformações do Estado brasileiro e as formas de regulação social que aí têm início. (DRAIBE, 1993, p.19).

É necessário reconhecer que a realidade do Estado de Bem Estar Social brasileiro não é imóvel, imutável, ao longo dos anos adquiriu certas características, foi se transformando conforme a realidade social vivenciada na sociedade brasileira. A esse respeito Cardoso Jr. e Jaccoud (2005) destacam três vertentes históricas mediante as quais o Sistema Brasileiro de Proteção Social se organizou: a primeira vertente tinha como meta o enfrentamento da questão social no contexto da República Velha. Questão social aqui entendida como demandas que a classe trabalhadora colocou no cenário social e político brasileiro. O atendimento de tais demandas materializou-se através de políticas sociais corporativistas em meados de 1930 com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) e com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Emerge, nesta nova concepção, uma mudança na forma de compreender o valor do trabalho e na forma de perceber as massas trabalhadoras urbanas e suas vulnerabilidades. Neste contexto, passa a ser gestada a construção de uma nova forma de governabilidade sobre o social, distinta tanto das ações assistenciais privada, quanto das redes de proteção assentadas nas tutelas de cunho tradicional. A consolidação da ação social do Estado,

realizada na década de 1930, deu-se, assim, pelo trabalho [...]. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.188).

A segunda vertente, após a década de 1930, foi constituída a partir da tradição filantrópica e caritativa, tinha como finalidade atender as situações de pobreza que eram pontuais.

Sob a hegemonia de um projeto de bem-estar baseado no desenvolvimento da produção econômica nacional e na ampliação do assalariamento, a proteção social às populações vulneráveis não incorporadas pelo trabalho assalariado con-tinuaria, durante o período entre 1930 e 1980, orientada na forma de uma gestão filantrópica da pobreza, realizada predominantemente por instituições privadas que contavam com o apoio de financiamento público (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.190).

E finalmente a última vertente sinalizando para políticas sociais cuja base era a afirmação dos direitos sociais de cidadania, esta lógica se firmou em 1988 com a Constituição Federal.

A estes três diferentes paradigmas juntou-se, na década de 1960, um conjunto de intervenções sociais do governo federal ancoradas em sistemas de remuneração de fundos públicos. Estas formas de intervenção, ainda hoje presentes e atuantes no terreno das políticas sociais brasileiras [...]. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.181).

Quanto à construção do sistema de proteção social brasileiro, Pochmann (2004) explica que foi a partir da Revolução de 1930, momento em que o projeto de industrialização se estabeleceu, ainda que tardiamente se comparado com outros países, que o custo da reprodução da força de trabalho passou a ser de responsabilidade do trabalhador. Ou seja, o salário recebido mensalmente pelo empregado urbano deveria ser capaz de dar conta da alimentação, do vestuário, da moradia, da previdência e da assistência, da educação, da saúde, etc. Nesse sentido, a fixação de um salário mínimo, que foi criado em 1940, passou a ser importante e paralelamente, passou a ser importante também “[...] a estrutura de tributação elaborada com vistas ao financiamento, pelo Estado, das políticas públicas de educação, saúde, previdência e assistência.” (POCHMANN, 2004, p.10).

O autor em questão afirma que no Brasil se estabeleceu um sistema de proteção social de caráter meritocrático e particularista, ou seja, que partia do pressuposto do mérito do trabalhador urbano e que merecia proteção apenas aqueles trabalhadores que possuíam carteira assinada.

Ao lado da implementação da política de proteção social propriamente dita, ou seja, aquelas medidas destinadas a garantir um fluxo de rendas e de serviços àqueles que, participantes do processo produtivo, se encontravam em condições de impossibilidade de trabalho – por motivos de doença, invalidez ou morte –, realizaram-se regulamentações das relações e condições de trabalho. Assim, todo o sistema de aposentadorias e pensões, consubstanciado em um complexo mecanismo de transferências monetárias, deriva de direitos que se fundam no exercício pretérito do trabalho, mais especificamente do emprego assalariado legal, de acordo com a experiência dos modelos chamados bismarkianos ou meritocrático-contributivos. Mantiveram-se fora do alcance do sistema de proteção social as populações não participantes do processo de acumulação. Contudo, isso não significou uma ausência de propostas em sua direção. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.189).

A população excluída das relações formais de trabalho assalariado deveria acessar os serviços de assistência social. Esta ainda não era uma política pública, conseqüentemente era oferecida às pessoas mais pobres a partir da concepção de favor/caridade. Nesse contexto a assistência social era marcada pelo caráter de amparo e auxílio aos mais necessitados, onde “ao longo do tempo, grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio” (SPOSATI et al, 2003, p. 40). Nessa relação o Estado exercia somente um papel de agente de apoio e de fiscalização às instituições que prestavam assistência social. A pobreza era enquadrada como caso de polícia, resultado de incompetência individual.

O período ao qual estamos nos referindo corresponde às décadas de 1930 até década de 1960. Foi nesse momento que o Brasil estabeleceu as bases do seu sistema de proteção social, as quais permaneceram sem alteração até meados de 1964, contexto da ditadura militar. Neste período ocorreu a consolidação do sistema de proteção social, houve uma expansão das políticas sociais com organização estatal de vários serviços sociais básicos, no entanto os mesmos era prestados de forma precária.

O contexto da ditadura militar:

[...] é usualmente apontado como significativo do ponto de vista de uma orientação universalizante das políticas sociais, uma vez que alguma proteção previdenciária é estendida aos trabalhadores rurais (fora da lógica contributiva, no espírito do Estatuto do Trabalhador Rural) e às empregadas domésticas e aos autônomos, e que há a unificação do sistema previdenciário público do país, com a montagem de segmentos públicos e privados de saúde complementares ao segmento contributivo. (KERSTENETZKY, 2012a, p.181).

Ao expandir os benefícios e serviços sociais, principalmente para a população que até então era excluída, pode-se afirmar que no período dos militares ocorreu uma certa universalização básica. No entanto, a provisão dos mesmos não implicou em qualidade nos serviços e benefícios. Isso contribuiu para segmentar os serviços de saúde e educação, por exemplo. Nessa lógica o setor público era direcionado aos pobres, e a classe média trabalhadora passou a usar os serviços da rede privada que dispunham de mais qualidade (KERSTENETZKY, 2012a).

Jaccoud (2009, p.61) destaca que até a década de 1980:

De fato, o acesso às principais políticas de proteção social ainda se realizava pela participação do trabalhador ao seguro social previdenciário. Os segmentos sociais que não participavam dessa política pela via da cotização – como os trabalhadores rurais, os trabalhadores do setor informal, entre outros – não eram cobertos por benefícios e serviços associados aos riscos sociais, inclusive os serviços de saúde, sendo precariamente atendidos pela assistência social ou pelo segmento filantrópico da saúde.

Assim sendo, a autora em questão afirma que é por isso que Sposati (1991) formulou o conceito de “Estado de Bem Estar Ocupacional” ao se referir ao sistema de proteção social brasileiro, pois os direitos somente eram assegurados àquelas pessoas que possuíam contrato formal de trabalho. Nesse sentido, o contrato de trabalho era aquele que classificava as pessoas como cidadão a ser atendido pelos serviços da previdência social ou da assistência social, e nessa lógica, cabia à assistência social “amparar” aqueles que não serviam para o capital.

É possível afirmar que a proteção social no Brasil se desenvolveu a partir da lógica do seguro social onde houve a exclusão, durante muito tempo, daquelas pessoas que não participavam formalmente do mercado de trabalho. No entanto, a partir da década de 1980 é instituído no momento da Constituição Federal de 1988 o Sistema de Seguridade Social composto pela Previdência Social, Saúde e Assistência Social.

Visando melhor apresentar esse debate, vamos recorrer aos argumentos sintetizados por Jaccoud (2009, p.63) a qual por sua vez expõe que “[...] a Constituição de 1988 alargou o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios”.

A partir da Constituição Federal de 1988 o sistema de proteção social passou por inúmeras transformações, dentre as quais a autora em questão destaca: a instituição do Sistema de Seguridade Social articulado e integrado com as políticas de previdência social, saúde e assistência social⁹; a responsabilização do Estado quanto a oferecer serviços de saúde de forma universal, público e gratuito e o reconhecimento da assistência social enquanto política pública.

A Seguridade Social corresponde a um sistema que tem como finalidade garantir que os membros de uma sociedade sejam protegidos de uma série de privações econômicas e sociais tais como: enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, invalidez, velhice, morte, desemprego, pobreza ou vulnerabilidade e, essa proteção é concretizada mediante o estabelecimento de medidas públicas via política de seguridade social.

Jaccoud (2009, p.61) problematiza a questão do sistema de proteção social ao afirmar que em se tratando de um sistema tem-se como ponto de partida que as políticas sociais possuem características comuns e que as mesmas são integradas e articuladas no que diz respeito à oferta de serviços e quanto ao impacto que as mesmas devem exercer no contexto social. No entanto, ainda que haja um esforço estatal no campo da proteção social brasileira, a autora destaca que o mesmo tem seu reconhecimento pela estruturação de programas e políticas de caráter amplo e permanente, mas não é reconhecido pelo fato de abrigar ações articuladas entre as políticas, desafio a ser enfrentado na área da proteção social. Mas a autora ressalta que mesmo tendo esse desafio, as ações do sistema de proteção social no Brasil concretizam “[...] um conjunto que, mesmo que heterogêneo, incompleto e muitas vezes ineficaz, dotaram o país de um sistema de proteção amplo, com impacto efetivo, apesar de desigual”.

A partir da Constituição Federal de 1988 uma extensa massa de cidadãos passa a ter assegurado um conjunto de direitos sociais. (KERSTENETZKY, 2012b). No entanto, a década seguinte (1990), do ponto de vista econômico, não foi tão

⁹ O foco dessa pesquisa é analisar a Política de Assistência Social, portanto recomendamos consultar as seguintes obras quanto as Políticas de Saúde e Previdência Social: BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo. Cortez. 2011 e JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social**. Série Seguridade Social. Texto para discussão Nº 1372. IPEA. 2009. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1372.pdf. Acesso em 10 de abril de 2015.

favorável assim para que os direitos conquistados fossem concretizados, haja vista que o país vivenciou um contexto de:

Crise da dívida, inflação, desequilíbrio externo, mas também as políticas macroeconômicas adotadas para enfrentar esses problemas, foram os marca-passos da dinâmica do estado do bem-estar, determinando a aplicação ou a modificação das normativas constitucionais. (KERSTENETZKY, 2012b, s/p).

A partir de 1990 o Brasil passa a vivenciar uma experiência marcada pela precarização das relações de trabalho a partir da flexibilização trabalhista, gerando insegurança em diversos trabalhadores, privatização de empresas públicas, novas reformas no contexto da previdência social, precarização das políticas sociais, retomando a lógica da focalização em detrimento da universalização, etc.

A responsabilidade por essas mudanças é do receiturário neoliberal que tinha como pressuposto, em nível mundial, que a crise se abateria em decorrência do Estado de Bem-Estar social ter implementado políticas sociais as quais fizeram com que Estado aumentasse os seus gastos. Logo, era necessário rever tais estratégias estabelecendo uma nova forma de atuação estatal. Era o retorno de preceitos liberais, onde Estado deveria intervir menos e o mercado deveria ter mais liberdade de atuação no interior da sociedade.

Um dos principais pressupostos do neoliberalismo é a defesa de que o mercado, diferente do Estado, assegura um aproveitamento pleno e eficiente dos recursos econômicos, garantindo o crescimento mais acelerado da produção. Justificando que um mercado livre de interferências estatais “assegura estabilidade econômica e uma justa distribuição de renda, na medida em que cada fator for remunerado de acordo com sua contribuição na produção” (FEIJÓO, 1997, p.12).

Dentro da visão neoliberal, há um estímulo ao individualismo e à competitividade em que se estabelece na sociedade quem é mais forte e trabalhador, assim as políticas sociais são focalizadas nas pessoas mais pobres, que não são capazes de se qualificar, para conseguir um bom trabalho, e garantir sua própria sobrevivência.

A doutrina neoliberal tem como pressuposto que a submissão ao Estado, gera a perda do direito de liberdade individual, a questão da desigualdade não é considerada como algo ruim e sim, uma forma de expressão da liberdade da natureza humana, pois nem todo mundo nasceu para ser igual. Esse pensamento

fortalece a contradição capital-trabalho, uma vez que avalia as desigualdades de classe como algo natural.

A lógica é culpabilizar o indivíduo por sua situação de pobreza, pois todos somos livres e iguais (na formalidade) e em sendo iguais as condições de pobreza e desigualdade são naturais, não há culpados, nesta concepção, perde-se a historicidade das relações sociais. Por serem naturais não tem como conceituar as desigualdades como justas ou injustas, elas simplesmente existem e não há culpados e principalmente o Estado não precisa atuar com direitos sociais ou políticas sociais, pois não foi o Estado quem causou as desigualdades. Sendo assim, as sequelas da questão social, como a pobreza, a ausência de saúde, o desemprego, o desabrigo, podem no máximo ser encarados como eventos ruins para a sociedade, mas nunca injustos, porque não há culpados. É o destino, dizem os liberais¹⁰ (PEREIRA, 2006).

Em relação à assistência social Sposati (2009, p.22) assinala que:

A assistência social nasceu como prática estatal, sob a compreensão liberal, pela qual a cada um cabe suprir por seus meios suas próprias necessidades. Sob essa concepção, o dinheiro público só pode ser aplicado para atender a alguém na condição de um socorro, isto é, quando não tem mais condições pessoais e está em uma situação que a coloca em risco.

Coutinho (2010, p.37) ao se referir a esse momento de desmonte de direitos sociais afirma que “[...] a luta de classes não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles que já foram conquistados no passado”.

Pois para o autor “Na época neoliberal, não há espaço para aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos na tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos [...]” (COUTINHO, 2010, p.37).

¹⁰ O liberalismo é uma tradição heterogênea, organizada, no entanto, em dois aspectos que lhe garantem unidade interna: o primeiro é constituir uma corrente de pensamento organizada em torno dos interesses de classe da burguesia; em segundo lugar, consiste numa tradição centrada no conceito de liberdade. Ou seja, a ordem burguesa e a garantia de liberdades. Mas, de que liberdade se trata? A tradição liberal tem uma visão formal de liberdade. From (1980) distingue a liberdade negativa, formal ou “liberdade de...” [...], da liberdade positiva ou “liberdade para...”. O liberalismo concebe a liberdade apenas na dimensão “negativa”, e entende que a intervenção do Estado deriva na sua limitação. [...] Esta dimensão “negativa” de liberdade (na qual se esgota a concepção liberal de liberdade) é insuficiente e incapaz de realizar a plena liberdade e igualdade social, especialmente em se tratando de uma sociedade essencial e estruturalmente desigual, como a sociedade capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 49 - 50).

Mesmo sendo reconhecido como atributo de proteção social e trabalhista das classes subalternas no capitalismo avançado (POCHMANN, 2004), o Estado de Bem-Estar Social está perdendo espaço para o neoliberalismo. No lugar de ser o promotor direto da reprodução da força de trabalho, reconhecendo-a como sujeito de direitos, o Estado tem atuado como provedor de serviços sociais para os pobres (NEVES, 2005).

Neves (2005) contribui com este debate ao argumentar que, na última década, o neoliberalismo tem buscado ganhar uma nova roupagem, transfigurando seu discurso para que o mesmo tenha uma conotação mais aprazível no meio social. A partir de um novo Programa, denominado Terceira Via, os defensores do neoliberalismo procuram apresentar uma nova agenda político-econômica para o mundo.

Denominado de Terceira Via, centro-radical, centro-esquerda, nova esquerda, nova social-democracia, social-democracia modernizadora ou governança progressiva, esse projeto – direcionado, principalmente, às forças sociais de centro-esquerda que chegaram ao poder nos últimos anos do século XX ou que lutam intensamente para isso – parte das questões centrais do neoliberalismo para refiná-lo e torna-lo mais compatível com sua própria base e princípios constitutivos, valendo-se de algumas experiências concretas desenvolvidas por governos de países europeus. (LIMA; Martins, 2005, p.43).

O Programa da Terceira Via foi sistematizado por Anthony Giddens, este afirma que certas políticas de cunho neoliberal foram estratégias necessárias de modernização, no entanto, a Terceira Via problematiza que nesse contexto o social foi desconsiderado gerando ameaça à coesão social. Além de concordarem com as políticas de viés neoliberal, é possível perceber que a Terceira Via opera a partir da ideia de sociedade harmônica quando diz que houve uma ameaça na coesão social. Tal afirmação revela que a Terceira Via, ainda que na aparência tenha resquícios da “esquerda”, mesmo assim em seu discurso fica claro que não há preocupação com o conflito capital X trabalho e as consequências geradas por tal conflito. “Identifica-se que o centro das preocupações da Terceira Via não se relaciona aos efeitos nefastos que se abateram de forma radical sobre os trabalhadores, mas sim ao grau de estabilidade político-social vivida pelos países.” (LIMA; MARTINS, 2005, p.45).

O Programa da Terceira Via admite que “[...] uma economia forte se faria com um mercado forte e não pelo dirigismo estatal” (LIMA; MARTINS, 2005, p.45).

À vista disso, a Terceira Via parte do pressuposto de que é necessário uma inovação do espaço, denominado sociedade civil. Para tanto é importante a abertura de espaços de solidariedades, de diálogos para restaurar a coesão cívica, adotando posturas mais harmônicas. Somente assim a sociedade poderia em conjunto, com espírito coletivo realizar o enfrentamento das incertezas e mazelas sociais. Isto posto, Estado deve adotar uma postura pedagógica estimulando uma nova cultura cívica com vistas a promover a coesão social, o empreendedorismo social e ação voluntária dos cidadãos (LIMA; MARTINS, 2005).

Terceira Via e doutrina liberal compartilham os mesmos princípios. Isso fica mais evidente quando a Terceira Via defende que tanto a promoção da igualdade com inclusão social quanto a do bem comum deveriam ser asseguradas pela produção de “políticas [sociais] gerativas” que desenvolvam o chamado “capital social” dos grupos de indivíduos para a ação, inculcando neles o espírito empreendedor, a autoconfiança, a capacidade de administrar riscos e rompendo em definitivo com a cultura da dependência criada pelo Estado de bem-estar social e suas políticas sociais universais. (LIMA; MARTINS, 2005, p.57).

Nessa perspectiva, desemprego e as situações de pobreza e vulnerabilidade social são admitidos como resultado da incapacidade individual e, portanto devem ser tratados por meio de ações de ajuda mútua, articulando a teoria do capital humano com a teoria do capital social.

Na lógica do capital humano:

[...] o homem-trabalhador é reduzido a um tipo de capital. De posse dessa questionável compreensão, é proposto que todos seriam capitalistas: alguns por serem proprietários dos meios de produção (a burguesia) e outros por serem proprietários do capital humano (os trabalhadores). Partindo desse pressuposto, a teoria do capital humano chega a uma impressionante conclusão: no capitalismo não existem classes sociais. (LIMA; MARTINS, 2005, p.62).

Nessa lógica não há classes sociais, uma vez que todos são detentores de capital.

Em geral, seus defensores afirmam que o desenvolvimento do “capital social” de diferentes grupos seria capaz de reverter a situação de pobreza das comunidades e gerar atitudes não-passivas diante do aparelho de Estado. Trata-se de uma concepção cunhada no modelo de Estado neoliberal e que tem por objetivo educar as frações da classe trabalhadora para uma nova realidade em que as políticas sociais universais não responderiam positivamente às necessidades e capacidades das pessoas.

Nessa linha, a solução dos problemas e a realização de demandas deveriam ser buscadas na mobilização social de pequenos grupos e por intermédio de “parcerias” com a aparelhagem estatal e outros organismos da sociedade civil, e não mais nas políticas universalizantes. (LIMA; MARTINS, 2005, p.63).

A ideia em abordar o projeto de sociabilidade da Terceira Via, presente no contexto social brasileiro, é justamente chamar a atenção para uma característica fundamental que temos defendido desde o início deste trabalho, qual seja: a existência de um conflito de classes, que gera desigualdades sociais. Nesse contexto de conflitos entre as classes fundamentais há uma apropriação privada da riqueza socialmente produzida e uma socialização das forças produtivas. No entanto, a Terceira Via parte da suposição de negar a existência de tal conflito. Ao contrário, o Programa neoliberal da Terceira Via ignora os problemas das relações de exploração.

Comungamos com Tonet (2007, p.2) quando o autor expõe que:

[...] não há três alternativas para a humanidade. Só há duas. E a realidade tanto histórica do capitalismo, quanto cotidiana, mostra cada vez mais isso: ou a barbárie cada vez mais intensa do capitalismo, ou a superação dele em direção à emancipação humana, ou comunismo. Não há terceira alternativa (obviamente, a extinção da humanidade, embora sendo uma possibilidade, não é considerada uma alternativa). E, no entanto, a maioria dos intelectuais e a maioria dos movimentos de esquerda está procurando uma terceira alternativa, está defendendo uma terceira via. Uma alternativa que não existe. Está procurando, não importa o nome que seja dado, o aperfeiçoamento dessa ordem social.

Diante dessas evidências é possível observar que no interior do Estado existe uma hegemonia, esta hegemonia é a do capital, portanto, isso explica o porquê das políticas sociais – especialmente a política de assistência social – serem tão fragmentadas e fragilizadas, e ainda não tem uma ideia de emancipar de fato o usuário.

O atendimento é ainda residual, ou seja, mesmo que tenhamos uma política social que aponte para o protagonismo cidadão, como veremos mais adiante ao abordar a Política Nacional de Assistência Social, a atuação ainda se dá na lógica do imediatismo, não há efetivamente interesse que a assistência seja uma política pública de direitos, pois ainda se opera na lógica de que é a sociedade civil quem tem que dar conta de seus pobres e o Estado vai dar o mínimo necessário às

famílias. Por isso o programa da Terceira Via, infelizmente, tem conseguido ganhar espaço no contexto social brasileiro.

Até o presente momento procuramos descrever a dinâmica que se processa no interior do Estado moderno, tendo como fundamento os pensamentos de autores clássicos do marxismo, com destaque para Gramsci, autor que desenvolveu as ideias de Estado ampliado e hegemonia.

Nesse sentido, foi possível perceber que o terreno das políticas sociais, inclusive a Política de Assistência Social, corresponde a um espaço permeado por conflitos, contradições e visões de mundo, as quais em muitas vezes correspondem à visão de mundo da classe dominante.

Assim sendo, tendo como parâmetro a Política de Assistência Social, é importante refletir a respeito da mesma no sentido de perceber os limites que a mesma enfrenta ao buscar concretizar os seus princípios e diretrizes de promover o protagonismo cidadão dos seus usuários.

Como vimos, o homem num primeiro momento da humanidade é dotado de todo um potencial criador e transformador e que à medida que este vai se inserindo na sociabilidade capitalista passa a ter que adotar outra postura, não mais de criador, sujeito revolucionário. Passa a ser mera mercadoria, força de trabalho que possui um preço, e o preço pago por sua força de trabalho não consegue lhe oferecer condições dignas de sobrevivência. Nessa dinâmica, trabalhadores são impelidos a se organizar para reclamar seus direitos enquanto classe social. Estado surge justamente nesse momento, com intuito de buscar ser aquela instância que, em tese, deveria prezar pelos interesses da coletividade.

No entanto, no modo de sociabilidade capitalista, a classe dominante economicamente, também é a classe dominante politicamente, logo, os interesses dos trabalhadores são atendidos até certa medida. Suas demandas são atendidas de forma que os interesses do capital não sejam afetados e também de forma que a sociedade permaneça em harmonia.

Para conseguir esse feito, Estado se amplia, outras instâncias da sociedade civil passam a interagir com o Estado dialeticamente com vistas a disseminar a ideologia dominante. No entanto, isso se realiza mediante a busca do consenso social. Ou seja, Estado e seus aparelhos privados de hegemonia (Escola, igreja, mídia) realizam tal ação muitas vezes “educando” a sociedade de uma forma que tudo, na aparência, seja encarado de forma natural, as desigualdades são naturais,

a pobreza é algo natural. Situações são naturalizadas de tal forma que as pessoas concebam a ordem social capitalista como algo imutável, insuperável.

Nessa lógica onde tudo é naturalizado, a ideia de que existirão pessoas pobres que não conseguirão por suas próprias forças sobreviver em sociedade e, portanto Estado deve oferecer alguns serviços para atender esse público, emerge com um tom de culpabilização individual dessas pessoas e não se problematiza o capitalismo e as desigualdades que decorrem do mesmo.

Aqui, a política de assistência social surge com a lógica de atender os pobres com serviços precários, há uma estigmatização do público que é atendido por esta política.

No que tange à trajetória da política de assistência social, no capítulo seguinte iremos pontuar os principais eventos que marcam esta política no contexto brasileiro, seus avanços e desafios enquanto política pública rompendo com esta lógica de atendimento de culpabilização dos usuários.

CAPÍTULO 03

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: delimitando marcos históricos

A trajetória da Assistência Social¹¹ no Brasil é marcada por uma mudança paradigmática com a Constituição Federal de 1988, momento em que a assistência social passa a ser reconhecida como política pública. Todavia, “[...] é importante considerar que mesmo com os avanços recentes, sempre na direção da ruptura desses traços [...], essa unidade de contrários parece sempre rondar as intenções republicanas de torná-la pública e reconhecê-la como política.” (PAULA, 2013, p.89).

Paula assevera que essa unidade de contrários permeia as ações da área da assistência social, pois:

Para muitos estudiosos das políticas sociais a Assistência Social é a política social mais emblemática. E isso por uma razão simples: ela é em um só tempo a mais antiga área de atenção sociocoletiva na história da humanidade e a última a ser reconhecida por vários Estados modernos com o estatuto de política pública. Isso significa que “pensar” a Assistência Social não é tarefa simples. (PAULA, 2013, p.89).

A história da assistência social revela essa ambiguidade, pois sua gênese é marcada pela ideia da caridade e filantropia, ações que desde a antiguidade se fazem presentes na sociedade, tais características persistem em se fazer presentes nas ações da assistência, mesmo que esta área seja reconhecida como direito social.

No presente capítulo iremos ainda contextualizar o SUAS – Sistema Único de Assistência Social no âmbito da Seguridade Social e a constituição da Proteção Social Básica no Brasil, bem como iremos situar a Gestão do SUAS em âmbito nacional e igualmente no Estado do Paraná.

3.1 TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A partir da Constituição Federal de 1988 a Assistência Social passou a ganhar status de Política Social Pública, compondo junto com a Saúde e Previdência Social o Sistema de Seguridade Social Brasileiro, através dessa nova configuração

¹¹ Para maiores detalhes da Trajetória da Assistência Social consultar SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a Ordem e a Des-Ordem**: Mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.

estabeleceu-se um campo fértil e ao mesmo tempo de avanços e desafios referente à assistência social como política.

O texto da Constituição Federal de 1988 assim estabelece no capítulo II art. 194: “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 2010, p. 40).

Nesse momento Gonçalves (2010, p. 69) destaca que “há uma virada paradigmática instituída com a Constituição Federal de 1988, no que tange à normatividade da assistência social como direito”, ou seja, a assistência deixa de ser considerada ação pontual caritativa e ato da bondade alheia para se constituir enquanto política social cujo pressuposto é o direito.

[...] a Constituição de 1988 lançou as bases para uma expressiva alteração da intervenção social do Estado, alargando o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos relevantes no que diz respeito ao desenho das políticas, à definição dos beneficiários e dos benefícios. A ampliação das situações sociais reconhecidas como objeto de garantias legais de proteção e submetidas à regulamentação estatal implicaram significativa expansão da responsabilidade pública em face de vários problemas cujo enfrentamento se dava, parcial ou integralmente, no espaço privado. A intervenção estatal, regulamentada pelas leis complementares que normatizaram as determinações constitucionais, passou a referir-se a um terreno mais vasto da vida social, tanto com objetivos de equalizar o acesso a oportunidades, como de enfrentar condições de destituição de direitos, riscos sociais e pobreza. (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.182).

Essa expressiva alteração se dá em decorrência de que a assistência social passa a ser qualificada como política pública de responsabilidade estatal, com destaque para o fato de que um usuário da assistência social não é mais o pobre ou o carente, mas o cidadão. Nesse contexto é responsabilidade do Estado desenvolver serviços, dispor de benefícios financeiros com intuito de realizar ações de:

[...] atenção a fragilidades do ciclo de vida, ao esgarçamento do sistema de pertencimento desde a família, buscando a superação de privações. Essa significativa mudança na proteção social brasileira estende, legalmente, a agenda da responsabilidade estatal para além da idade produtiva (16 aos 64 anos) e dos benefícios substitutivos do salário (que são próprios da proteção ao trabalho), para alcançar cuidados e atenções que preservem a vida, a dignidade humana, afiancem meios de sobrevivência e defesa de direitos humanos e sociais. (SPOSATI et al, 2013, p.225).

O art. 203 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: **I** - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; **II** - o amparo às crianças e adolescentes carentes; **III** - a promoção da integração ao mercado de trabalho; **IV** - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; **V** - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 2010, p.42).

Um dos avanços para a área da assistência social a partir da Constituição Federal de 1988 foi a questão do acesso sem contribuição prévia, ou seja, para poder acessar os direitos relacionados à assistência social não era necessária contribuir com a previdência social, por exemplo. No entanto, é necessário pontuar que ao mesmo tempo em que representou avanço, ainda assim a universalização ocorreu de forma restrita, ou seja, ela é focalizada nos mais pobres.

Nos últimos anos, a assistência social vem construindo uma nova trajetória, organizando-se sob novos padrões e afirmando-se como parte integrante do sistema brasileiro de proteção social. A partir do seu reconhecimento, pela Constituição Federal, como política social asseguradora de direitos no âmbito da seguridade social, a assistência social passou por expressivas alterações. Teve início a superação de um quadro histórico de quase ausência da ação pública, marcada pelo clientelismo e patrimonialismo, pelos auxílios e doações, pelas iniciativas fragmentadas, voluntaristas e mesmo improvisadas do assistencialismo. Era um quadro onde a assistência, voltada para ações de ajuda aos pobres e carentes e ancorada na caridade, na filantropia ou na benemerência, desresponsabilizava o Estado face aos serviços e atenções. (JACCOUD, 2013, p.37).

Com a qualificação da assistência social como política pública o quadro acima citado é alterado, pois a partir de então a assistência passa a ser tratada não mais como uma ação de bondade e caridade, sem planejamento ou agenda. Na verdade, é a partir desse contexto que a assistência social entra na agenda política e então se exige um planejamento rigoroso para implementar suas ações, isso exige ainda a participação de profissionais qualificados, fato que altera o antigo quadro das damas de caridade e do voluntarismo, que agiam no improviso, com ações fragmentadas.

A efetivação da primazia do estado na assistência social e reconhecimento de direitos de cidadania em seus usuários tem por enorme desafio nacional realizar profunda alteração no tradicional formato de gestão dessa área, fragmentado em múltiplas iniciativas marcadas, sobretudo, por personalismos de esposas de governantes, transferência de recursos para

organizações da sociedade civil, ações diluídas e descontínuas sem qualquer articulação entre os entes federativos. O conteúdo e a gestão estatal da assistência social que, no Brasil e na instância federal, tiveram início ao final da primeira República, coincidindo com a ditadura varguista do Estado Novo, lançaram raízes ideopolíticas que impregnaram de primeiras damas as ações nessa área, fortalecendo o patrimonialismo e a privatização familiar de funções do Estado. (SPOSATI et al, 2013, p.226).

Buscando realizar o enfrentamento dessa cultura que se solidificou no interior da assistência social, torna-se imprescindível uma postura de resistência ao patrimonialismo com vistas a legitimar ações que tenham como premissa a afirmação de direitos sociais de cidadania e a responsabilização estatal na oferta de serviços socioassistenciais de qualidade.

Ainda que com muitos desafios a assistência social a partir de 1988 “[...] vem protagonizando avanços legislativos, institucionais e políticos” (JACCOUD, 2013, p.37), exemplo desse avanço é a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993:

Dentre os princípios da Loas destaca-se aquele que se refere a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica (Art. 4º, Inciso I) por ser um princípio que expressa sua natureza desmercantilizada e seu caráter não contributivo. Assim, a assistência se coloca como uma das políticas que participam do processo de enfrentamento da pobreza e de deslocamento da desigualdade, parte de um processo civilizatório mais amplo que abarca medidas de monta como o reconhecimento e efetivação de outras políticas sociais com as quais se relaciona como a saúde, a educação, o trabalho, a previdência social, etc. Isso nos obriga sempre a analisar a política de assistência na ótica dos direitos sociais de modo amplo e para além dela mesma. É deste modo que a descentralização com a primazia do Estado, o comando único em cada esfera governamental e a gestão compartilhada com a sociedade civil pelos Conselhos, Conferências e Fóruns, em seu planejamento e controle se configuram como possibilidades que caso se transformem em garantias podem efetivar a construção de seguranças sociais voltadas ao atendimento de necessidades da população. (PAULA, 2013, p.90).

A LOAS sinaliza que a assistência social é política de Seguridade Social não contributiva, dever do Estado e direito do cidadão, ainda afirma que, independente de contribuição, todo cidadão tem direito à assistência social, ou seja, trata-se de direito universal. A LOAS avança ao afiançar que é objetivo da Política de Assistência Social prover os mínimos sociais, mas que isso se fará através de um conjunto integrado de ações, isto é, somente a assistência social não tem como dar respostas a todas as demandas dos usuários, para tanto é fundamental o trabalho em rede com as outras políticas.

A construção de direitos sociais associados à Assistência Social tem elevado à condição da cidadania social grupos pobres da sociedade. Isto foi feito para idosos e portadores de deficiência pobres, que desde 1996 usufruem do direito constitucional de desfrutarem, sem contrapartida alguma, de parte do excedente geral da sociedade sob a forma de benefícios monetários por intermédio do Benefício de Prestação Continuada (BPC). (CARDOSO JR.; JACCOUD, 2005, p.220).

No ano de 1995 inicia-se o processo de realização das Conferências de Assistência Social, as quais foram instituídas pela LOAS, as mesmas ocorreriam a cada 02 anos iniciando nos municípios, depois seria realizada as Conferências Estaduais, e por último a Conferência Nacional de Assistência Social, a qual deveria sintetizar todo esse processo que se iniciou nos municípios. A primeira Conferência Nacional ocorreu em Brasília em 1995 cujo objetivo foi avaliar a situação e propor diretrizes para aperfeiçoamento do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, esse evento contou com ampla participação da sociedade, fato esse que abriu espaço para reafirmar a Assistência Social como direito e não mais como favor. “As Conferências de Assistência Social, realizadas a cada dois anos, são também espaços privilegiados de debate, nos quais as mais diversas realidades, demandas e prioridades dos municípios e estados têm a possibilidade de nortear os avanços em âmbito local, regional e nacional.” (COLIN; PEREIRA, 2013, p.105).

As conferências se constituem em um momento fértil de debate sobre a política de assistência social, momento de propor diretrizes em nível nacional, estadual e municipal. A conferência é ainda um local de conferir se as propostas estão sendo executadas e implementadas.

No ano de 1997 foi editada a Norma Operacional Básica – NOB, a qual conceituou o sistema descentralizado e participativo ampliando “o âmbito de competência dos governos federal, municipais e estaduais e instituiu a exigência do Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para o município receber recursos federais.” (BRASIL, 2007, p. 12).

Também em 1997 foi realizada a II Conferência Nacional de Assistência Social com o tema: “O sistema descentralizado e participativo da assistência social - construindo a inclusão - universalizando direitos”.

Em 1998 é reeditada a NOB, esta “diferencia serviços, programas e projetos; amplia as atribuições dos Conselhos de Assistência Social; e cria os espaços de

negociação e pactuação - Comissões Intergestora Bipartite e Tripartite¹², que reúnem representações municipais, estaduais e federais de assistência social.” (BRASIL, 2007).

Mesmo vivenciando um contexto de debates e renovações de textos que traziam conceituações sobre o trabalho da assistência, Sposati (2005) afirma que esta área convivia com certas crises, pois em oito anos de existência a LOAS em quase nada foi estimulada e capacitada a ter vida pública e política.

A crise na gestão da assistência social vai sendo acentuada. Uma das mais graves foi a do impedimento da realização da III Conferência Nacional em 1999, no primeiro ano da reeleição do presidente FHC. Foi derrubada sua realização por ordem presidencial e reprogramada para dezembro de 2001. Rompeu-se o disposto em lei onde as Conferências Nacionais deveriam se realizar de dois em dois anos [...]. (SPOSATI, 2005, p. 22-23).

Desta forma, em 2001, dois anos mais tarde realizou-se a III Conferência Nacional de Assistência Social cujo tema foi “Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios”, o tema foi pertinente, pois nesse momento era claro que esta área convivia com o movimento contraditório com seus méritos e deméritos, essa conferência ficou caracterizada por um momento de reflexão onde ficou claro o atropelo da primeira infância da Menina LOAS (SPOSATI, 2005).

Em 2003, quando já estava no governo Luiz Inácio Lula da Silva, é realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social a qual celebrou os 10 anos da implantação da LOAS o tema da mesma foi “Assistência Social como Política de Inclusão: uma nova agenda para a cidadania – 10 anos de LOAS”, momento em que é aprovado o texto da Política Nacional de Assistência Social, uma das principais deliberações desta Conferência¹³ foi o estabelecimento do Sistema Único de

¹² A Comissão Intergestora Tripartite – CIT é um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais. Ela negocia e pactua sobre aspectos operacionais da gestão do atual Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, para isso, mantém contato permanente com as Comissões Intergestoras Bipartites – CIBs, para a troca de informações sobre o processo de descentralização. As CIBs são instâncias estaduais destinadas à interlocução de gestores, constituídas por representantes do Estado e dos municípios, que representam os interesses e as necessidades da região, referentes à assistência social. Elas negociam e pactuam sobre aspectos da organização e gestão do Sistema Estadual de Assistência Social, observando as deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social, a legislação vigente e as orientações da CIT e do [Conselho Nacional de Assistência Social \(CNAS\)](#). (BRASIL, 2007, p.30)

¹³ Em 2005 foi realizada a V Conferência de Assistência Social com a temática “SUAS – Plano 10 – Estratégias e metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social”. Em 2007 o tema da VI Conferência foi “Compromissos e responsabilidades para assegurar Proteção pelo SUAS”. Em 2009 a temática foi a VII Conferência teve o tema “Participação e Controle social no SUAS”. Em 2011 a VIII Conferência teve o tema “Avançando na consolidação do SUAS”. Em 2013 o tema da IX Conferência foi “A gestão e financiamento do

Assistência Social – SUAS, também nesse mesmo ano é criado o Ministério da Assistência Social.

Já em 2004 foi instituído o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) ano em que é editada a PNAS – Política Nacional de Assistência Social que está em vigor, em 2005 é editada a NOB-SUAS e em 2006 é aprovada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH a qual tem como objetivo precípua regular a gestão do trabalho no âmbito do SUAS. Em 2009 é aprovada a Lei nº 12.201 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, também neste ano é aprovada a Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), esta tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Em 2012 a Resolução de nº 33 aprova uma nova NOB-SUAS e no ano de 2011 é alterada a Lei nº 12.435 – LOAS, a mesma passa a ser denominada Lei do SUAS.

Ainda sobre a Lei nº 12.201, Sposati (2013) chama a atenção para uma grande conquista que esta lei oportunizou para o CNAS, desde a aprovação da LOAS em 1993 até 2009 o Conselho se constituía como um local onde as instituições privadas de saúde, educação e assistência social buscavam obter vantagens, pois cabia ao Conselho registrar, emitir parecer e prestar atestado de mérito contribuindo para a isenção de pagamentos de taxas e contribuições públicas. Nessas condições o Conselho funcionava como um órgão privado de tais instituições, ferindo o caráter público da política de assistência social.

No entanto:

Foi só com a aprovação da lei 12.101/09 que o CNAS¹⁴ deixou de ser *locus* de concessão de méritos individuais, e passou a atuar tão só no âmbito da política pública de assistência social. Esta significativa alteração está a

SUAS: avaliação local”. Por sua vez a XI Conferência do ano de 2015 tem como tema “Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2016”.

¹⁴ Sposati (2013, p.22) alerta que: “[...] que se do ponto de vista federal, a privatização do Conselho Nacional da política de assistência social foi superado, o mesmo não ocorreu com os conselhos estaduais e municipais, de constituição obrigatória pela LOAS de 1993. A implantação e implementação desses conselhos dos entes federativos, seguiu o modelo de organização do CNAS. Portanto, sua formulação em legislação municipal e estadual regularizou a permanência de organizações privadas de saúde, educação para além da assistência social. Essa “contaminação” exige a releitura das legislações municipais e estaduais sobre a matéria, para que tais conselhos possam, de fato e de direito, dirigirem sua responsabilidade para o caráter público da política superando a concepção privatista da assistência social.

merecer uma análise que permita comparar a dinâmica do CNAS pós 2010. Impactos dessa mudança em seu processo decisório, sua dinâmica, as alterações na representação, maior ou menor interesse nos avanços da política, entre outras tantas perspectivas. (SPOSATI, 2013, p.21-22).

Em que pese os desafios a serem superados na área da política de assistência social, é possível afirmar que os instrumentos normativos em questão estabeleceram as condições de gestão, de financiamento, de controle social, de competências dos níveis de governo com a gestão da política, de comissões de pactuação e negociação e de avaliação e afirmam e reafirmam a assistência social como política pública.

Em sendo política pública a assistência social passa a ter a “[...] possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.” (BRASIL, 2005a, p.31).

Nessa perspectiva, as demandas que são apresentadas pelas famílias/indivíduos usuários dos serviços socioassistenciais são encaradas como sendo demandas resultantes de todo um processo que ocorre no contexto social capitalista, ou seja, são demandas que sofrem influência da estrutura social, do modo como está organizada a sociedade. Dessa forma, as necessidades e demandas dos sujeitos não são mais vistas do ponto de vista individual, não se trata de problemas de ordem pessoal.

Cabe nesse momento fazer uma ressalva quanto à questão do mundo do trabalho e sua interface com a política de assistência social, destacamos que:

O reconhecimento da contradição constitutiva da política social na relação com o trabalho supõe, ainda, a compreensão dos limites históricos das respostas institucionais do Estado, nas relações entre as classes, diante da acumulação capitalista, dos ciclos de modernização conservadora, de políticas desenvolvimentistas e da programática reformista do neoliberalismo. Respostas amplamente criticadas tendo em vista as tendências focalistas e residuais, especialmente dos programas assistenciais e de transferência de renda. (SILVEIRA, apud SILVEIRA, 2011, p.26).

Reconhecemos no capítulo 02 que ainda que represente um avanço, no que concerne aos direitos sociais, as políticas sociais têm um limite em relação à incorporação das demandas da classe trabalhadora, pois elas atuam apenas na aparência do fenômeno e não em sua essência que é a contradição existente na sociedade capitalista.

As políticas sociais brasileiras, particularmente a assistência social, são caracterizadas pela histórica ineficiência, residualidade e subalternização, sustentadas pela cultura política que fundamentou práticas de reprodução da dominação, solidificada pelos efeitos dos ciclos de autoritarismo (Couto, 2004). Trata-se de um sistema de proteção social brasileiro tipicamente meritocrático no acesso limitado a alguns setores, o que lhe conferiu uma configuração corporativista; um sistema absolutamente contaminado pela cultura patrimonialista, somada à tendência de mercantilização e restrição dos direitos sob a influência da cultura neoliberal instalada na década de 1990. (SILVEIRA, 2011, p.26).

O desafio é buscar romper com essa cultura política que permeou as práticas na área da assistência social e procurar consolidar uma política que opera na lógica do direito e não do favor/clientelismo e autoritarismo que tinha como pressuposto o mérito. Enquanto política, não cabe às ações da assistência social operar na ideia de mérito ou demérito, mas sim trabalhar na perspectiva de afiançar direitos sociais a uma parcela da população que sofre as consequências das desigualdades capitalistas em seu cotidiano e isso implica em afirmar que é uma população que sofre, sobretudo, no âmbito do trabalho, pois trata-se de uma população que está inserida, em sua grande maioria em relações de trabalho degradantes.

Na esteira da análise da relação entre assistência social e trabalho outros vetores analíticos comparecem: um tipo de desenvolvimento que privilegiou historicamente a inserção dependente na divisão internacional do trabalho, sem concluir a descolonização, refletindo um tipo de modernização conservadora que configurou crescimento desigual, alta concentração de renda, desemprego crônico, relações superexploradas e retrógradas, a exemplo do trabalho escravo e infantil; financeirização da economia e subordinação aos ditames das instituições financeiras, com aprofundamento do crescimento desigual, flexibilização da produção, da economia, do consumo e dos direitos (Iamamoto, 2007). Tais determinações históricas possuem rebatimentos diretos na assistência social, tanto na configuração da demanda por direitos quanto na insuficiente resposta. Ao mesmo tempo reposiciona a dimensão civilizatória da Proteção Social, demandando radicalidade na democratização dos espaços e mecanismos participativos, disputa dos fundos públicos e ampliação dos direitos como mediação fundamental para a construção de uma base ideopolítica que fundamente a crítica à realidade desigual. (SILVEIRA, 2011, p.27).

A afirmação da autora denota que na análise da política de assistência social não tem como desconsiderar uma série de fatores que influenciam a forma como serão estabelecidas as ações da política, ou seja, se terá ou não um patamar de civilidade ou se serão serviços residuais, fragmentados. Outro aspecto é a questão de que a questão econômica rebate também no público a ser atendido pela política

de assistência social, pois ao passo que aumenta o desemprego e a instabilidade no trabalho essa população passa a requisitar os serviços de assistência social.

Pensar a assistência social, pressupõe pensar de uma forma mais ampla, considerando os fenômenos sociais que a afetam consideravelmente.

3.2 O CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com vistas a materializar e qualificar a Política de Assistência Social, em 2005 institui-se o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, este por sua vez implementa um regime geral para a gestão da Assistência Social em todo o território nacional.

O SUAS objetiva: prestar serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos; promover o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais em área urbana e rural; e assegurar a centralidade da família, garantindo a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005a).

Os serviços socioassistenciais disponíveis no SUAS devem ser organizados pautados pela lógica da: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.

A Assistência Social enquanto proteção social tem como foco realizar o enfrentamento das situações de vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que as famílias/indivíduos enfrentam em seu cotidiano de vida. Tais situações podem se manifestar em decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (BRASIL, 2005a).

Logo a proteção social de Assistência Social mediante as ações que realiza deve favorecer aquisições materiais, sociais, socioeducativas às famílias e seus membros com vistas a suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; contribuindo para o desenvolvimento de suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (BRASIL, 2005a).

A PNAS/2004 aborda a questão da proteção social em uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social que são dirigidas a uma estrutura de garantias de direitos e de condições dignas de vida. O princípio da atenção social alcança, assim, um patamar que é balizado pelo esforço de viabilização de um novo projeto de desenvolvimento social, onde não se

pode pleitear a universalização dos direitos à Seguridade Social e de proteção social pública, sem a composição correta e suficiente da Política Pública de Assistência Social em nível nacional. (BRASIL, 2005a, p.89).

De acordo com o texto da PNAS a proteção social é responsável por afiançar as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

A segurança de rendimento diz respeito “a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir a sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego.” (BRASIL, 2005a, p. 31).

A segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia implica no recebimento de benefícios continuados e eventuais que garantam proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência que não disponha fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos (BRASIL, 2005a).

Segurança de acolhida se refere a uma das principais funções da política de assistência social, haja vista que a mesma atua com objetivo de prover as necessidades humanas tais como: direito à alimentação, vestuário e direito ao abrigo.

A segurança de acolhida se concretiza mediante estabelecimento de ações de cuidados, serviços e projetos operados em rede e destina-se a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Ao ofertar condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais desenvolvidas para os sujeitos há uma expectativa de resgatar sua autonomia, capacidade de convívio e protagonismo (BRASIL, 2005a).

A conquista da autonomia na provisão dessas necessidades básicas é a orientação desta segurança da assistência social. É possível, todavia, que alguns indivíduos não conquistem por toda a sua vida, ou por um período dela, a autonomia destas provisões básicas, por exemplo, pela idade – uma criança ou um idoso -, por alguma deficiência ou por uma restrição momentânea ou contínua da saúde física ou mental. (BRASIL, 2005a, p. 31).

Por sua vez a segurança de convívio ou vivência familiar diz respeito a um dos desafios a serem enfrentados pela política de assistência social, desta forma é

importante instituir ações que realizem o enfrentamento de situações de reclusão, de perda de vínculos e de relações (BRASIL, 2005a).

A segurança de convívio ou vivência familiar se efetiva através de ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, por meio da oferta de experiências socioeducativas, lúdicas, socioculturais, desenvolvidas em rede de núcleos socioeducativos e grupos de convivência (BRASIL, 2005a).

As seguranças que devem ser afiançadas via assistência social tem como pressuposto a lógica de que:

[...] face às fragilidades naturais do ciclo de vida, a sobrevivência do ser humano tem dependências de outrem que lhe providencie atenções e cuidados. Nem sempre há condições de que tais necessidades sejam asseguradas pelas relações familiares – por inexistentes ou rompidas – muito menos pelo mercado. Essa é a situação, por exemplo, da orfandade ou do abandono de crianças, bem como algumas situações de pessoas com deficiência, independentemente de idade, ou de idosos a partir dos 60 anos sem condições físicas de providenciar seus cuidados, como o preparo de alimentação ou cuidados de saúde. (SPOSATI et al, 2013, p.247).

A proteção social de Assistência Social está hierarquizada em proteção social básica e proteção social especial.

Especificamente, no que tange à Proteção Social Básica – PSB, objeto do nosso estudo, a mesma tem como objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco, concretizando ações em que seja possível favorecer o desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2005a).

Além da provisão da segurança de renda – por meio do PBF¹⁵ e benefícios, os quais também integram a PSB – e da articulação intersectorial para acesso a bens, serviços e recursos públicos, que contribuam concretamente para a melhoria das condições de vida das famílias, as atenções no campo da PSB também se voltam aos aspectos subjetivos e relacionais, tendo em vista o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, da autoestima, da autonomia, do protagonismo e da participação social. (COLIN; PEREIRA, 2013, p.111).

¹⁵ Em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.386/2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência condicionada de renda então existentes (PAIVA et al. 2013, p.25).

O PBF “[...] atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família. [...] no entendimento de que a pobreza não reflete apenas a privação do acesso à renda monetária, o Bolsa Família apoia o desenvolvimento das capacidades de seus beneficiários por meio do reforço ao acesso a serviços de saúde, educação e assistência social, bem como da articulação com um conjunto amplo de programas sociais” (CAMPELLO; NERI, 2013, p.11).

A PSB é responsável por prestar atendimento à população que vive em situação de vulnerabilidade social, gerada pela pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, isso implica uma atuação tanto no sentido material, de acesso a renda e bens, quanto do ponto de vista relacional, de fortalecimento de vínculos. As barreiras relacionais podem ser geradas por diversas questões, tais como individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias, são aspectos que envolvem o convívio humano (BRASIL, 2005a).

A proteção social básica opera por meio da atenção à família, seus membros e indivíduos mais vulneráveis, tendo como unidade de medida a família referenciada em razão da metodologia de fortalecimento do convívio familiar, do desenvolvimento da qualidade de vida da família na comunidade e no território onde vive. Considera-se “família referenciada” aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, e deliberados.

A proteção social básica deve se orientar por uma escala gradual de cobertura de famílias em maior vulnerabilidade, até alcançar a todos os que dela necessitarem, em territórios sujeitos a vulnerabilidade social. (BRASIL, 2005a, p. 95).

A materialização da proteção social básica ocorre através das ações desenvolvidas nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS territorializados de acordo com o porte do município; através da rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos geracionais, intergeracionais, grupos de interesse; através dos benefícios eventuais e dos benefícios de prestação continuada e através dos serviços e projetos de capacitação e inserção reprodutiva (BRASIL, 2005a).

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS se constitui em uma unidade pública estatal de base territorial surge como uma estratégia para materializar os princípios de descentralização proposto na LOAS e de territorialização, conforme previsto na PNAS de 2004.

O objetivo do CRAS é trabalhar com famílias e indivíduos inseridos em seu contexto comunitário, efetivando os direitos sociais dos mesmos, sobretudo daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2005a).

O CRAS, considerado equipamento que oferta serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e que se localiza em territórios de vulnerabilidade social. Especificamente no âmbito do CRAS, é importante considerar três aspectos: o território, Matricialidade sociofamiliar e a vulnerabilidade social.

A centralidade na família e o território norteiam o trabalho social desenvolvido na PSB. Assim, além da família, a atuação deve atingir também o território, considerando aspectos como sua realidade, história e dinâmica. Nessa direção, as intervenções buscam favorecer a coletivização das demandas e enfrentamentos, o convívio comunitário, intergeracional, a mobilização social, a conscientização e a disseminação da cultura da proteção aos direitos, do protagonismo e da prevenção a situações de risco pessoal e social. O conhecimento do território onde vivem e convivem as famílias e sua realidade de vida são elementos chaves, portanto, no trabalho social na PSB, pautados na concepção de que a ampliação da capacidade protetiva deve conjugar: *trabalho social*, que articule acompanhamento familiar com garantia da segurança de renda; *intersectorialidade* e *trabalho em rede*, que viabilize a ampliação de acesso a direitos e às políticas de educação, saúde, trabalho e renda, dentre outros; e intervenções que atinjam também o *território*, coletivizando demandas e mobilizando processos que fortaleçam vínculos de pertencimento e a cultura da prevenção e proteção aos direitos. (COLIN; PEREIRA, 2013, p.111).

Milton Santos (1994) define território como um espaço que é construído e constituído por pessoas, dessa forma, território para o autor é produto histórico, pois é resultado das necessidades e interesses do ser humano e assim sendo, corresponde a um campo de atuação, de expressão de poderes público, privado, governamental ou não-governamental e especialmente populacional, o autor ainda conclui afirmando que cada território tem uma determinada área específica, particular. E é por isso que tem que se analisar toda a dinâmica territorial ao se instituir ações no âmbito das políticas sociais.

Sobre a Matricialidade sociofamiliar é importante destacar que a PNAS indica que as ações desenvolvidas no âmbito da assistência social devem ter como alvo a família, pois a mesma configura-se como locus de desenvolvimento humano, onde ocorre os desdobramentos das relações pessoais e sociais, é no interior da família que esperanças e responsabilidades são compartilhadas.

A PNAS de 2004 estabelece que estar em vulnerabilidade significa estar em situação em que um indivíduo/família encontra-se excluído socialmente, esta exclusão é resultado do processo de produção e reprodução de desigualdade social, onde se originam processos de discriminação e segregação.

O texto da PNAS de 2004 segue afirmando que estar vulnerável à pobreza não é uma questão que se limita a um fator econômico, tão pouco se trata apenas de qualificar individualmente uma pessoa como capaz ou incapaz. Mas estar em uma situação de vulnerabilidade à pobreza está relacionado também às configurações familiares e aos ciclos de vida das famílias. Ou seja, uma família pode

não ser vulnerável no sentido econômico, no entanto no âmbito da mesma família podem ocorrer situações de violência contra criança ou adolescente, contra a mulher, contra um idoso ou até mesmo contra uma pessoa com deficiência e nesse caso cabe ao CRAS situado no contexto de território prestar atendimento a essa família.

O CRAS é o local onde não apenas os interesses imediatos das famílias são atendidos, pois tem possibilidades de ser um espaço de “desenvolvimento humano e de emancipação.” (ABREU, 2011, p. 233).

A política de Assistência Social tem contribuído para a consolidação de um novo modelo de proteção social que, pautado na ótica do direito, considera a pobreza em sua multidimensionalidade e busca a integração do acesso à renda com a atenção a vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais, a partir das seguranças socioassistenciais, que constituem a base da concepção desta política no país. Para além da segurança monetária de renda, a perspectiva buscada é a da garantia de direitos e da melhoria de condições de vida das famílias, visando ao alcance de condições mais protegidas de relações familiares e comunitárias, com ampliação de acessos que contribuam para potencializar a capacidade de proteção, o enfrentamento e a superação das vulnerabilidades e riscos. (COLIN; PEREIRA, 2013, p.95).

Incluir a assistência social no campo da seguridade social foi uma determinação inovadora, pois ao tratar essa área como política pública, impõe a responsabilidade estatal, o que consequentemente rompe com a prerrogativa das atividades e atendimentos eventuais, com capacidade de estabelecer com objetividade o teor dos direitos do cidadão em sua extensão de ação, tarefa que ainda continua em construção. Portanto, pode-se afirmar que incluir a assistência social no contexto das políticas públicas significou uma ampliação no campo dos direitos humanos e sociais (SPOSATI, 2009).

Ao recuperar a história do Estado social brasileiro, foi possível observar que a mesma elucida “[...] o funcionamento da assistência social como área de transição de atenções, sem efetivá-las como plena responsabilidade estatal e campo de consolidação dos direitos sociais.”(SPOSATI, 2009, p.14). Em decorrência disso, a autora em questão afirma que é possível observar, que no âmbito da história institucional da assistência social haverá registros de que esta área configurou-se como campo que operou sob a lógica da negação de direitos, e, por conseguinte, conclui-se que são múltiplos os desafios que se apresentam. Um desses desafios

diz respeito à afirmação da cidadania, pois historicamente, a assistência social, operou na lógica de atendimento ao pobre e não ao cidadão.

3.3 A GESTÃO DO SUAS NO CONTEXTO NACIONAL

O Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA é o ministério responsável pela Política de Assistência Social.

Por sua vez a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS é responsável pela gestão da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. A SNAS é a responsável pela implementação do SUAS, igualmente compete à SNAS a gestão do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, este oferece recursos e financiamentos para serviços, programas e projetos de assistência social em todo o Brasil (BRASIL, 2005a).

As ações da SNAS são regidas pelas diretrizes da LOAS e acompanhadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Quanto ao SUAS, este sistema regula e organiza as ações socioassistenciais em todo o território nacional e parte do pressuposto de um modelo de gestão descentralizado e participativo.

Como já visto anteriormente, seus serviços, programas, projetos e benefícios têm como alvo a família e seus membros em situação de risco ou vulnerabilidade social com destaque para o território onde vivem tais famílias.

O SUAS pressupõe:

[...] gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (BRASIL, 2005a, p.39).

Os serviços socioassistenciais disponíveis no Sistema Único de Assistência Social – SUAS devem ser organizados pautados pela lógica da: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.

Como já visto anteriormente, a proteção social está dividida em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

A vigilância socioassistencial é uma área vinculada à Gestão do SUAS, é responsável por: produzir, sistematizar e analisar as informações territorializadas,

informações que correspondam as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre famílias e indivíduos, assim como, de informações relativas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

Através da vigilância socioassistencial o gestor tem condições de adquirir conhecimento a respeito da realidade de seu município, contribuindo para um melhor planejamento das ações de assistência social.

Quanto à defesa de direitos, o texto da PNAS 2004 estabelece que tanto a proteção social básica e proteção social especial devem estar organizadas com vistas a garantir aos usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.

Os eixos que estruturam o SUAS são: Matricialidade Sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; financiamento; controle social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; a Política de Recursos Humanos e a Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

A matricialidade sociofamiliar, como já sinalizamos, parte do pressuposto do reconhecimento das novas configurações da família, igualmente considera que a família exerce papel fundamental de mediadora das relações entre o indivíduo e a coletividade, pressupõe que mesmo a família sendo um espaço de socialização primária, de proteção é ao mesmo tempo *locus* de violação de direitos, portanto considera ser um espaço contraditório. Ao mesmo tempo a matricialidade sociofamiliar admite que as transformações societárias incidem sobre a família e seus membros produzindo incertezas e fragilidades, logo cabe ao Estado contribuir com a função protetiva da família como explícito no art.226 da Constituição Federal de 1988.

Quanto à centralidade da família no âmbito da Política de Assistência Social o texto da PNAS de 2004 enfatiza que a mesma supõe:

[...] que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (BRASIL, 2005a, p.41).

Como consequência as ações socioassistenciais têm como foco contribuir com a função protetiva da família para tanto é necessário:

[...] conjugar: trabalho social, que articule acompanhamento familiar com garantia da segurança de renda; intersectorialidade e trabalho em rede, que viabilize a ampliação de acesso a direitos e às políticas de educação, saúde, trabalho e renda, dentre outros; e intervenções que atinjam também o território, coletivizando demandas e mobilizando processos que fortaleçam vínculos de pertencimento e a cultura da prevenção e proteção aos direitos. (COLIN; PEREIRA, 2013, p.111).

Sobre a centralidade da família, é significativo realizarmos uma ressalva, a respeito do debate em torno da armadilha que pode estar por trás de iniciativas das políticas sociais que focam as ações no núcleo familiar. Esse é um aspecto que merece reflexão, a julgar que não adianta reconhecer a existência de diversos arranjos familiares, mas por outro lado esperar das famílias posturas conservadoras em relação à sua responsabilidade de proteção social de seus membros.

[...] culpabilizando aquelas que não conseguem desempenhar adequada ou idealmente os papéis esperados, pela condição de sobrevivência, ciclo de vida, tamanho da família, modelo de estruturação, falta de acesso aos serviços públicos, dentre outros. As famílias, especialmente as mais pobres, para manter-se enquanto unidades familiares, precisam não de novas responsabilizações e contrapartidas implícitas ou explícitas, mas de serviços dirigidos a elas, alternativos e substitutos parciais das suas funções, por períodos diurnos, enquanto os provedores ou a provedora lutam pela sobrevivência do grupo familiar. (TEIXEIRA, 2009, p.260-261).

Aquelas famílias que são chefiadas por mulheres, em sua grande maioria, são formadas por mulheres jovens, mães solteiras, viúvas ou separadas/divorciadas, as quais encontram em seu cotidiano uma série de desafios para exercer o papel tradicional de mãe, mulher, dona de casa e de profissional que trabalha “fora” de casa. São pessoas que:

[...] precisam da rede de apoio e serviços de proteção social, não só de vizinhos e conterrâneos, mas de serviços públicos alternativos que minimizem suas funções de reprodução social, com ações protetivas públicas, nos horários que estão no trabalho; para seus filhos (crianças, adolescentes e jovens), deficientes e idosos. Portanto, a ação de impulsionar suas funções de guarda, cuidado, proteção, socialização e outras, social e culturalmente atribuídas às famílias, geram culpabilização por não poderem realizar “plenamente”, conforme o padrão, essas funções. (TEIXEIRA, 2009, p.260-261).

É nesse sentido, que chamamos a atenção para as armadilhas que podem estar por trás das ações com centralidade na família, as mesmas não podem estar permeadas pelo discurso conservador e tradicional sobre os papéis impostos a

homens e mulheres no interior da família, além das configurações familiares terem sofrido diversas mudanças, os papéis atribuídos aos membros da família também se alteraram.

O pressuposto da descentralização político-administrativa contido na gestão do SUAS tem como fundamento o art.6 da LOAS que sinaliza as ações socioassistenciais devem ser organizadas em sistema descentralizado e participativo. Considera também o art.8 da LOAS, pois este indica que União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem fixar suas respectivas políticas de assistência social (BRASIL, 2005a).

O art.11 da LOAS estabelece que as ações das três esferas de governo na área da assistência social devem se realizar de maneira articulada, nessa lógica cabe à esfera Federal a coordenação e as normas gerais, já aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios compete a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas (BRASIL, 2005a).

Quanto à descentralização Sposati e Falcão (1990) destacam que esse tema merece atenção por dois motivos: primeiro, porque a descentralização implica na autonomia do município em desenvolver suas ações pautadas nas necessidades percebidas pela população local e segundo porque a descentralização pode ser interpretada por muitos gestores locais como uma “prefeiturização” das ações da assistência.

A descentralização supõe sempre uma comunidade de interesses entre os habitantes de uma fração geograficamente determinada do território nacional, comunidade que se traduz pela presença de ações e interesses locais distintos das prioridades nacionais. (SPOSATI; FALCÃO 1990, p. 17).

As autoras mencionam que no processo de descentralização, deve ser privilegiado o desenvolvimento de ações que vão ao encontro dos interesses locais, isso não significa que não seja importante que o governo federal estabeleça prioridades a serem atingidas através das políticas, mas há a necessidade de se considerar “que a diferenciação social no Brasil exige a construção de padrões alternativos e não de um padrão ideal homogêneo.” (SPOSATI; FALCÃO 1990, p.16).

Sobre a ameaça de a descentralização converter-se em prefeiturização, Sposati e Falcão (1990, p. 20) sinalizam que:

Prefeiturização significaria a incorporação e a gestão, pela prefeitura, dos recursos institucionais federais e estaduais instalados no município. Seria, pois, a “descentralização” atrelada ideologicamente aos interesses centrais, em detrimento dos locais. Em outras palavras, atreladas aos ditames do fisiologismo político ou da instância burocrática.

As autoras mencionam que como as relações sociais no Brasil, em muitas ocasiões manifestaram traços de coronelismo local, a descentralização ainda é muito confundida com a prefeiturização, ou seja, quando um governo local trata de forma privatista assuntos que são de interesses coletivos, nesse sentido há um reforço ao assistencialismo e à relação de favor.

Diante desse desafio, por mais que a descentralização traga consigo a qualidade do desenvolvimento da autonomia local, não podemos ignorar que ela traz contradições, as quais devem ser enfrentadas partindo do pressuposto de que em se tratando de políticas sociais, as mesmas sempre são desenvolvidas com vistas a atingir o bem-estar de uma comunidade local e consequentemente da coletividade e não de um grupo em específico.

Por sua vez, a territorialização considera a alta densidade populacional do Brasil, bem como heterogeneidade e desigualdade socioterritorial presentes nos municípios brasileiros.

[...] o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso. (BRASIL, 2005a, p.43)

Para realizar uma intervenção junto às famílias usuárias dos serviços socioassistenciais é necessário considerar que as mesmas pertencem à determinada região e dessa forma, ao considerar a região é preciso observar quais as particularidades da mesma. Por exemplo, uma família que vive no interior do Estado do Piauí terá demandas diferentes de uma família que vive no interior do Estado do Paraná, essas diferenças de demandas ocorrem justamente devido às diferenças regionais, logo é possível concluir que não se trata de uma população homogênea, por isso é necessário ter conhecimento da realidade em que estão inseridas as famílias.

A questão da territorialização também implica na articulação do trabalho em rede, portanto é fundamental que as políticas de saúde, educação, habitação, etc., estabeleçam um trabalho pautado na lógica da rede.

O trabalho em rede, tendo como pressuposto a concepção territorial implica em:

[...] ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada. (BRASIL, 2005a, p.44 - 45).

Mediante a compreensão da heterogeneidade das regiões e territórios, a PNAS de 2004 caracterizou os municípios brasileiros conforme o porte demográfico articulando aos mesmos indicadores socioterritoriais a partir dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando que “[...] quanto maior concentração populacional, maior será a necessidade de considerar as diferenças e desigualdades existentes entre os vários territórios de um município ou região.” (BRASIL, 2005a, p.45).

Nessa perspectiva, para caracterizar os grupos territoriais é utilizada como referência a definição de municípios como de pequeno, médio e grande porte e metrópole, para tanto é utilizada a classificação do IBGE juntamente com outras referências de análise realizadas pelo Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais e igualmente pelo Centro de Estudos da Metrópole sobre desigualdades intraurbanas.

É considerado município de pequeno porte 01 aquele cuja população chega até 20.000 habitantes, nesse contexto existe uma média de até 5.000 famílias, as mesmas em sua grande maioria vivem em zona rural.

Em geral, os municípios de pequeno porte 01:

Necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. Em geral, esses municípios não apresentam demanda significativa de proteção social especial, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços dessa natureza na região, mediante prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais, ou prestação por municípios de maior porte, com co-financiamento das esferas estaduais e federal. (BRASIL, 2005a, p.45).

Por sua vez o município de pequeno porte 02 possui entre 20.001 a 50.000 habitantes, estes municípios possuem cerca de 5.000 a 10.000 famílias em média, igualmente aos de porte 01, também possuem presença de população em zona rural. No que tange às suas características relacionais mantém-se as mesmas dos municípios pequenos 01 (BRASIL, 2005a).

O município de médio porte é aquele que tem entre 50.001 a 100.000 habitantes, em média cerca de 10.000 a 25.000 famílias vivem nesses municípios.

Municípios de médio porte ainda precisam dispor da referência de municípios de grande porte para questões de maior complexidade. No entanto, os mesmos têm mais autonomia na estruturação de sua economia, contam com a presença de algumas indústrias de transformação, além de disporem de maior oferta de comércio e serviços. A oferta de empregos formais, portanto, aumenta tanto no setor secundário como no de serviços.

Esses municípios necessitam de uma rede mais ampla de serviços de assistência social, particularmente na rede de proteção social básica. Quanto à proteção especial, a realidade de tais municípios se assemelha à dos municípios de pequeno porte, no entanto, a probabilidade de ocorrerem demandas nessa área é maior, o que leva a se considerar a possibilidade de sediarem serviços próprios dessa natureza ou de referência regional, agregando municípios de pequeno porte no seu entorno. (BRASIL, 2005a, p.46).

Entende-se por municípios de grande porte aqueles cuja população se encontra entre 101.000 a 900.000 habitantes.

São os mais complexos na sua estruturação econômica, pólos de regiões e sedes de serviços mais especializados. Concentram mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infra-estrutura. No entanto, são os municípios que por congregarem o grande número de habitantes e, pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços das várias áreas de políticas públicas. Em razão dessas características, a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como uma ampla rede de proteção especial (nos níveis de média e alta complexidade). (BRASIL, 2005a, p.46).

E metrópole corresponde aos municípios com mais de 900.000 habitantes. “Para além das características dos grandes municípios, as metrópoles apresentam o agravante dos chamados territórios de fronteira, que significam zonas de limites que

configuram a região metropolitana e normalmente com forte ausência de serviços do Estado” (BRASIL, 2005a, p.46).

A classificação em questão tem como objetivo contribuir para a organização dos serviços do SUAS, através da mesma é possível perceber que as ações de proteção social básica devem estar disponíveis em todos os municípios. Por sua vez, as ações da proteção social especial, de média e alta complexidade, devem estar presentes em municípios de médio e grande porte e, sobretudo nas metrópoles. Nessa lógica, cabe à esfera estadual, de forma direta o assessoramento técnico e financeiro na constituição de consórcios intermunicipais com vistas a contribuir com a organização dos serviços socioassistenciais.

As novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil tem como premissa o art. 204 da Constituição Federal de 1988 que indica que tanto na execução dos programas por meio das entidades beneficentes e de assistência social quanto na formulação e no controle das ações em todos os níveis de governo deve ocorrer abertura de espaços de participação da sociedade civil. A LOAS também indica o estabelecimento de “[...] um conjunto integrado de ações e iniciativas do governo e da sociedade civil para garantir proteção social para quem dela necessitar.” (BRASIL, 2005a, p.46).

O pressuposto que norteia as novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil é o de que as desigualdades sociais presentes no contexto brasileiro requer que o Estado assuma seu papel de responsável mediante estabelecimento de políticas sociais. Nessa lógica, a sociedade civil participa exercendo o controle social das ações estatais, esse controle é efetivado através dos conselhos, nos fóruns, nas conferências, em todos os níveis de governo.

O financiamento da Seguridade Social, previsto no art.195 da Constituição Federal de 1988 estabelece que:

[...] através de orçamento próprio, as fontes de custeio das políticas que compõem o tripé devem ser financiadas por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais. (BRASIL, 2005a, p.48)

Uma vez que a assistência social passou a compor, junto com a saúde e previdência social, o tripé da Seguridade Social, o financiamento da assistência social está ancorado na Seguridade Social.

Vale ressaltar que:

No Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, que toma corpo através da proposta de um Sistema Único, a instância de financiamento é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo. No âmbito federal, o Fundo Nacional, criado pela LOAS e regulamentado pelo Decreto nº 1605/95, tem o seguinte objetivo: “proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social” (art. 1º, do Decreto nº 1605/95). (BRASIL, 2005a, p.48 - 49).

O financiamento dos benefícios ocorre de forma direta aos seus destinatários, por sua vez o financiamento da rede socioassistencial ocorre através de aporte próprio e repasse de recursos fundo a fundo, e ainda através de repasses de recursos para projetos e programas que sejam avaliados como relevantes para o desenvolvimento da política de assistência social em cada esfera de governo. Para tanto, devem ser observados os critérios de partilha e elegibilidade de municípios, regiões e, ou, estados e o Distrito Federal, pactuados nas comissões intergestoras e deliberados nos conselhos de assistência social (BRASIL, 2005a).

O controle social “[...] tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado.” (BRASIL, 2005a, p.51).

A esse respeito Alves e Almeida (2013, p.145) assim entendem o controle social:

[...] controle social compreende a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Através dos conselhos os cidadãos não só participam do processo de tomada de decisões da Administração Pública, mas, também, do processo de fiscalização e de controle dos gastos públicos, bem como da avaliação dos resultados alcançados pela ação governamental.

Nessa perspectiva a sociedade civil, deveria exercer o controle sobre as ações estatais com vistas a afiançar os seus direitos, no SUAS as instâncias privilegiadas de participação são os conselhos e as conferências.

Quanto à participação social Silva et al (2005, p.375) destacam que esse processo é fundamental pois:

a) a participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório; b) a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e c) a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público.

A participação social é uma das grandes conquistas no âmbito da gestão e da execução das políticas sociais, o alargamento dos espaços de participação social gera um movimento de valorização das demandas da população, visto que é a própria população que traz para o cenário político suas reais necessidades.

Por outro lado, a participação dos Usuários nos Conselhos de Assistência Social merece ser analisada a partir de dois desafios: o primeiro é pensar que anterior à Constituição Federal de 1988 a assistência social não se constituía como política pública. Dessa forma, como vimos anteriormente, o favor, a tutela guiaram as ações realizadas nessa área. Como resultado, os usuários da assistência social se tornaram dependentes, tutelados pelas entidades que lhes assistiam, que os representavam em seu nome. Os usuários dos serviços socioassistenciais possuem um histórico precário de participação propositiva.

Outro aspecto que merece reflexão é:

[...] a necessidade de um amplo processo de formação, capacitação, investimentos físicos, financeiros, operacionais e políticos, que envolva esses atores da política de assistência social. Assim, há que se produzir uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação de indivíduos dispersos e desorganizados, e habilitação para que a política de assistência social seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlados pelos seus usuários. (BRASIL, 2005a, p.52).

É importante o estabelecimento de ações que tenham como propósito uma formação dos sujeitos envolvidos com a política de assistência social – gestores, trabalhadores, usuários – tal formação deve privilegiar o debate em torno do desafio da participação, e ainda deve buscar mobilizar tais sujeitos com vistas a contribuir que os mesmos assumam a assistência social no viés do direito social.

Quanto à participação dos gestores estaduais e municipais da política de assistência social é oportuno destacar que os mesmos igualmente dispõem de canais de participação que tem como foco discutir temas que são relevantes no âmbito da política. As comissões intergestoras tri e bipartite correspondem a “[...]”

espaços de pactuação da gestão compartilhada e democratizam o Estado, seguindo as deliberações dos conselhos de assistência social” (BRASIL, 2005a, p.52).

A Política de Recursos Humanos parte do pressuposto da necessidade de profissionalizar a política de assistência social, área marcada pelo voluntarismo e favor. Portanto, é urgente estabelecer estratégias que visem delimitar claramente o âmbito de atuação dos trabalhadores do SUAS.

Considerando que a assistência social é uma política que tem seu campo próprio de atuação e que se realiza em estreita relação com outras políticas, uma política de recursos humanos deve pautar-se por reconhecer a natureza e especificidade do trabalhador, mas, também, o conteúdo intersetorial de sua atuação. A concepção da assistência social como direito impõe aos trabalhadores da política que estes superem a atuação na vertente de viabilizadores de programas para a de viabilizadores de direitos. Isso muda substancialmente seu processo de trabalho. (BRASIL, 2005a, p.53).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB- RH/SUAS institui os eixos que devem ser considerados para Gestão do Trabalho no SUAS: Princípios éticos para os trabalhadores; Princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no SUAS; Equipes de referência; Diretrizes para a política nacional de capacitação; Diretrizes nacionais para planos de carreiras, cargos e salários; Diretrizes para co-financiamento da gestão do trabalho; Responsabilidades e atribuições do gestor federal, estadual, do Distrito Federal e municipal; Diretrizes nacionais para instituição de mesas de negociação; Organização do CadSUAS; Controle social da gestão do trabalho (BRASIL, 2011).

As discussões em torno da Gestão do trabalho no SUAS se tornam fundamentais, a julgar que a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados à população está relacionada à atuação dos profissionais. É importante estabelecer parâmetros que visam qualificar este trabalhador em todos os sentidos, desde a estrutura de trabalho, educação permanente, e principalmente no que tange ao desenvolvimento de um plano de cargos e salários.

Esse processo é relevante, já que se configura um desafio a qualificação da política de assistência social, este desafio se faz presente, em razão de as ações da assistência social se desenvolveram historicamente e culturalmente na lógica do voluntarismo, caridade e favor onde não era necessário em um primeiro momento estabelecer planejamento para execução das ações nessa área.

No processo de consolidação do SUAS a realidade desafia os formuladores da política, gestores e técnicos a adotarem outra perspectiva pautada no comprometimento com uma política pública que para desenvolver suas ações necessita de planejamento, a organização e execução de ações relativas à valorização do trabalhador e estruturação do processo de trabalho institucional, educação permanente, avaliação de desempenho, adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS, processos de negociação do trabalho, sistemas de informação e planos de cargos, carreira e salários etc. (BRASIL, 2011).

Quanto à capacitação dos profissionais vale lembrar que existe o CapacitaSUAS, um Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, este configura-se como uma forma de apoiar Estados e Distrito Federal no processo de execução dos Planos Estaduais de Capacitação do SUAS. O objetivo do CapacitaSUAS é capacitar gestores, técnicos e conselheiros da Assistência Social com base em uma Gestão do Trabalho e Educação Permanente. Pois como mencionado anteriormente, o novo desenho assumido pela Assistência Social no contexto de implementação da Constituição Federal de 1988 e afirmado no texto da atual Política Nacional de Assistência Social requer um modelo de gestão pautado em práticas profissionais que sejam comprometidas com a perspectiva do direito de cidadania, portanto é importante instituir capacitações com vistas a firmar uma nova identidade dos trabalhadores do SUAS (BRASIL, 2011).

Igualmente é oportuno destacar que há uma Política Nacional de Educação Permanente no SUAS, esta política sinaliza para a necessidade da formação e do desenvolvimento dos atores da assistência social, parte do pressuposto de que a formação e o desenvolvimento dos mesmos é importante para a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados para a sociedade (BRASIL, 2013c).

Quanto ao eixo da informação, do monitoramento e da avaliação vale destacar que o monitoramento pode ser entendido como a produção constante de informações a respeito da realidade em que as ações estão sendo desenvolvidas e a respeito dos resultados das próprias ações. O monitoramento pode gerar informação e definir se a realidade em que o programa ou projeto foi implementado sofreu alguma alteração em relação ao diagnóstico realizado previamente. Deve-se ter em conta se os objetivos e metas propostos foram alcançados.

As informações produzidas pelo monitoramento podem ser indicadores quantitativos ou qualitativos. Os indicadores quantitativos são expressões numéricas

de determinada situação: número de famílias que pertencem a um território e que estão em situação de pobreza, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, etc. Os qualitativos podem ser levantados por meio de uma entrevista, por exemplo, para indicar elementos não quantificáveis, como a qualidade da ação prestada, a percepção dos profissionais e usuários, etc. (BRASIL, 2013a).

As informações devem ser levantadas e avaliadas de acordo com um período adequado de tempo. Um programa que objetive a redução do número de crianças e adolescentes em situação de pobreza no município, por exemplo, pode ser monitorado mensalmente (gerar informações quantitativas e qualitativas), mas uma avaliação dos seus resultados pode depender de um período maior para definir se os resultados atendem aos objetivos propostos, ou se deve haver alguma mudança de planejamento do programa (BRASIL, 2013a).

A fonte das informações também é um elemento importante. Os dados utilizados como base para o planejamento podem ser de diversas fontes oficiais nacionais, estaduais e municipais, ou podem ser dados gerados especificamente para cada programa, desde que gerados com validade técnica para sua utilização como fonte de informações. Os dados qualitativos podem proceder de diversas fontes, e é interessante que se tenha um leque amplo de interlocutores que possam dar sua opinião sobre os resultados das ações, tendo em vista que o planejamento estratégico participativo também inclui uma avaliação participativa. Dessa forma, a consulta a gestores, profissionais da área, pais, professores, crianças e adolescentes, sempre com uma metodologia adequada a cada caso, pode ampliar os horizontes da avaliação, contribuindo para a adequação das ações propostas (BRASIL, 2013a).

Tendo em mãos os dados do monitoramento das ações é possível avaliar se as ações realizadas atendem aos objetivos propostos ao longo do planejamento.

Na política de assistência social a informação, o monitoramento e avaliação são os responsáveis pela:

[...] mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação da política pelas três esferas de governo. Agregado a isto, a Conferência ainda aponta para a necessidade de utilização de um sistema de informação em orçamento público também para as três esferas de governo. (BRASIL, 2005a, p.55 - 56).

Ante o exposto fica evidente o avanço que se concretizou na área da política de assistência social, desde o momento da Constituição Federal de 1988 que a qualifica como política pública, passando pelos dispositivos reguladores como a LOAS de 1993 e a PNAS de 2004 até o momento de materialização do SUAS. Estes dispositivos legais vieram a agregar com o conteúdo disposto na Constituição de 1988, a partir disso ocorreu um processo de expansão do compromisso público e da intervenção social estatal no âmbito da assistência social. O pressuposto desse compromisso é o reconhecimento das desigualdades sociais como sendo fruto das contradições que são inerentes à sociedade capitalista, a partir desse reconhecimento, pobreza e vulnerabilidade não são concebidas como um problema individual, mas um problema social e nesse sentido reclama a intervenção estatal mediante proteção social.

A Constituição ampliou as situações sociais reconhecidas como objeto de garantias legais de proteção. Expandiu significativamente a competência pública em face de vários problemas cujo enfrentamento se dava, parcial ou integralmente, no espaço privado. Alargou o arco dos direitos sociais e o campo da proteção social submetidos a regulamentação estatal. As implicações foram muitas, com impactos relevantes no desenho das políticas sociais, na definição dos beneficiários e nas especificidades das ofertas. (COLIN; JACCOUD, 2013, p.37).

A política de assistência social reconhecida como direito de cidadão e dever do Estado passa a se pautar por um projeto ético e político, parte da premissa de que as situações de pobreza, vulnerabilidade, risco social e pessoal que os usuários da política vivenciam devem ser atendidas, encaminhadas, orientadas e fundamentadas em princípios éticos, de respeito à dignidade humana, na contramão da discriminação. Ressalta-se ainda que este atendimento deve ser realizado por profissionais de nível superior, que terão como norte um planejamento anterior de como proceder no atendimento destas demandas (COLIN; PEREIRA, 2013).

Uma vez descrita a organização do SUAS em nível nacional, e considerando os objetivos desta pesquisa, qual seja – analisar os limites e possibilidades das práticas pedagógicas contribuir junto ao processo do exercício do protagonismo cidadão nos CRAS situados nos municípios de pequeno e médio porte que estão na área de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR – se faz necessário contextualizar a Política de Assistência Social no Estado do Paraná para então

prossequirmos com a contextualização da Região de Ponta Grossa-PR – nosso universo de pesquisa.

3.4 GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO PARANÁ NA GESTÃO 2015-2018

O Estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, cuja capital é Curitiba, tem uma área territorial de 199.880 km² com 399 municípios. O Paraná faz fronteira, São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. (IPARDES, 2015).

De acordo com os dados do recenseamento de 2010, o Estado possui uma população de 10.444.526 habitantes. Esta população é formada por descendentes das seguintes etnias: poloneses, italianos, alemães, ucranianos, holandeses, espanhóis, japoneses e portugueses e ainda por migrantes com sua origem dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais (IPARDES, 2015).

No que concerne à economia, a do Paraná é a quinta maior do Brasil. De acordo com os dados do IPARDES, o Estado responde atualmente por 5,98% do PIB nacional, com registro de renda per capita de R\$ 22,7 mil em 2011, acima do valor de R\$21,5 mil referente ao Brasil (IPARDES, 2015).

Os municípios da Região Metropolitana de Curitiba apresentam as maiores economias do Estado, logo Curitiba, São José dos Pinhais e Araucária são os municípios mais representativos do PIB do Paraná. Por sua vez, no interior do Estado, destacam-se Londrina e Maringá com forte presença da agroindústria e dos serviços e, em Foz do Iguaçu destacam-se as atividades relacionadas ao turismo e à produção de energia elétrica. Por sua vez, no litoral Paranaguá é destaque em decorrência das atividades ligadas ao Porto (IPARDES, 2015).

Outras importantes cidades do Estado são: Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá.

O Estado do Paraná é o maior produtor nacional de grãos, já na pecuária o destaque fica para a avicultura com 27% do total de abates do país. Quanto às atividades da indústria no Estado predominam os segmentos de veículos automotores, alimentos e refino de petróleo. Por sua vez, o valor adicionado do setor de serviços do Paraná contabilizou R\$ 130.833.000,00 bilhões em 2011, com grande

participação dos ramos de comércio, administração pública e atividades imobiliárias (IPARDES, 2015).

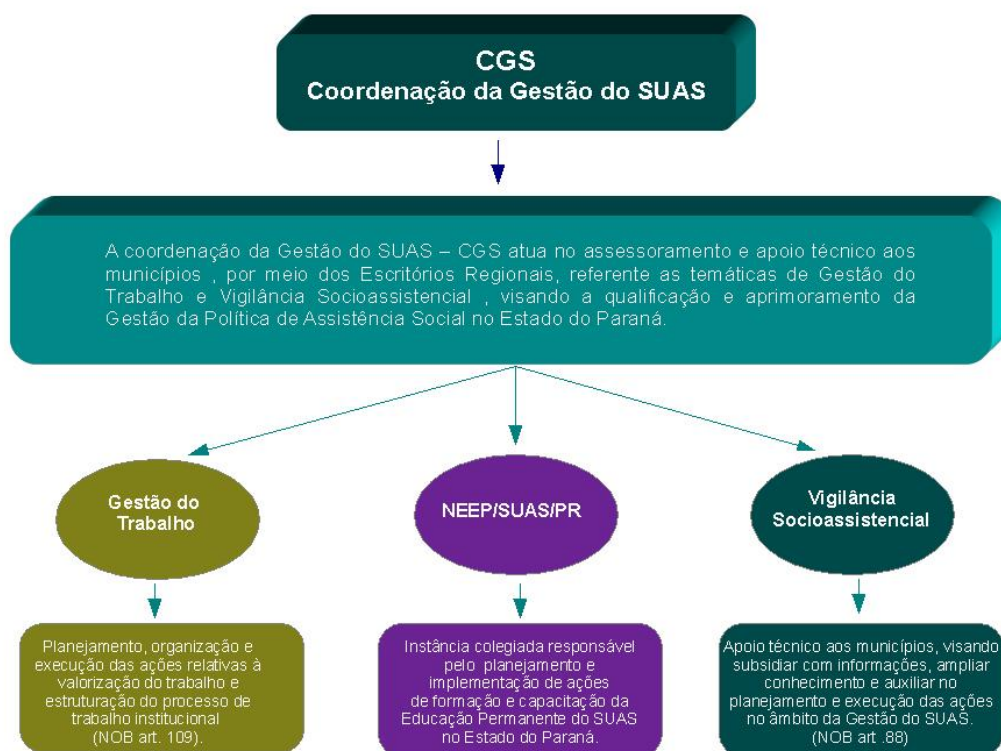
No Paraná, na gestão do Governador Beto Richa 2015-2018, no que concerne à gestão da política de assistência social, a responsável é a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, conforme a Lei nº 18.374 de 15 de dezembro de 2014, a SEDS atua na gestão e coordenação das seguintes Políticas Públicas: Assistência Social; Trabalho, Emprego e Economia Solidária; Direitos da Criança e do Adolescente; Direitos da Pessoa Idosa; Direitos da Pessoa com Deficiência e Direitos da Mulher.

São objetivos da SEDS: Consolidar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em todo o Estado do Paraná, fortalecendo os Municípios na Gestão da Política Pública de Assistência Social, na Garantia da Proteção Social a Famílias e Indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social; Promover a articulação intersetorial e o apoio técnico às ações e programas, em âmbito estadual, que propiciem a elevação do padrão da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade e risco social; Estabelecer estratégias de ações integradas de sensibilização, mobilização, execução e de controle social com as demais Políticas Públicas, no desenvolvimento da Política Estadual de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e do Sistema de Atendimento Socioeducativo (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

No âmbito da política de assistência social, a SEDS é composta pelas seguintes coordenações técnicas: Coordenação de Proteção Social Básica, Coordenação de Proteção Social Especial, Coordenação de Gestão do SUAS e Coordenação de Renda de Cidadania, além das Coordenações, ainda há a Unidade Técnica do Família Paranaense e Assessoria Técnica e Coordenação da Unidade Técnica da Política da Criança e do Adolescente - UTPCA.

O organograma a seguir tem como objetivo ilustrar a Coordenação e Gestão do SUAS na atual gestão, do governador Beto Richa 2015-2018.

FIGURA 01 – Coordenação e Gestão do SUAS



FONTE: Apresentação da Coordenação da Gestão do SUAS - SEDS 2015.

A Coordenação e Gestão do SUAS tem como finalidade contribuir junto à gestão estadual e gestões municipais no processo de planejamento e execuções das ações do SUAS, por conseguinte auxilia os Escritórios Regionais e igualmente desenvolve estratégias com intuito de cumprir as metas pactuadas nos âmbitos estadual (CIB – Conselho Intergestores Bipartite, CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social) e nacional (CIT – Conselho Intergestores Tripartite, CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e MDSA).

O organograma anterior, evidencia que para cumprir suas atribuições, a coordenação e gestão do SUAS realiza suas ações com foco nas seguintes temáticas: Gestão do Trabalho; Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS no Paraná – NEEP/SUAS/PR e Vigilância Socioassistencial.

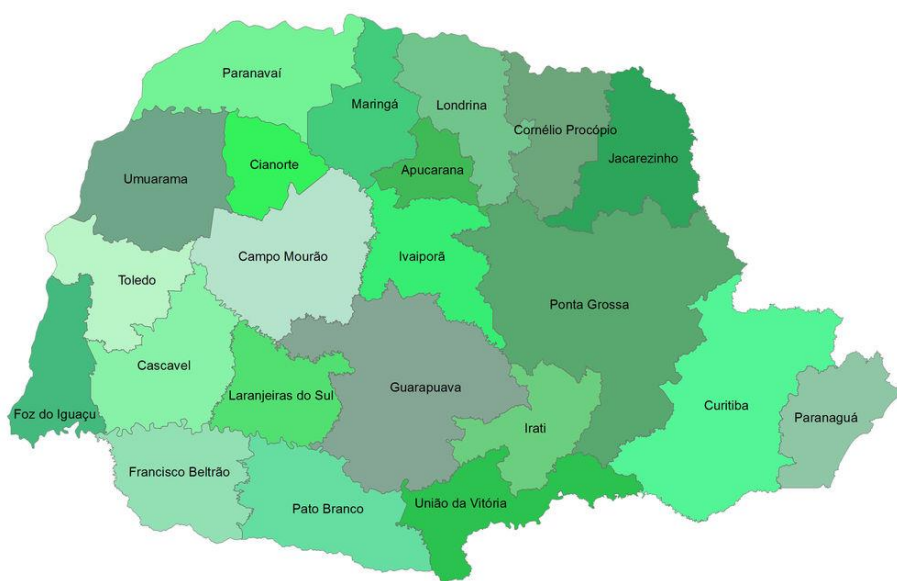
No âmbito da Gestão do Trabalho, a Coordenação e Gestão do SUAS estabelece ações com vistas a articular e organizar cursos e eventos de capacitação aos trabalhadores do SUAS, cujo foco é debater a respeito das questões inerentes ao desenvolvimento do trabalho no SUAS.

O NEEP/SUAS foi criado mediante decreto nº11873/2014, sua finalidade é contribuir com o processo de qualificação e capacitação dos trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS, tem como pressuposto o reconhecimento da necessidade de profissionalizar a gestão e qualificar a oferta de serviços e benefícios e favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos atores que compõe este sistema (SEDS, 2015).

Na área da Vigilância Socioassistencial a Coordenação e Gestão do SUAS desenvolve ações com finalidade de fornecer apoio técnico aos municípios do Estado do Paraná, conforme exposto no artigo 88 da NOB/SUAS 2012. Nesse sentido realiza a operacionalização de instrumentos que forneçam informações estruturadas, as quais são necessárias à gestão do SUAS nos municípios.

A Coordenação de Gestão do SUAS é a instância da SEDS responsável pela articulação junto à União para implantação do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social na execução do Plano Estadual de Capacitação do SUAS, visando o aprimoramento da gestão e a progressiva qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais. Além da divisão da estrutura administrativa apresentada no organograma, a secretaria dispõe de 22 Escritórios Regionais – ER, estes correspondem a unidades descentralizadas político-administrativas, que prestam assessoria e apoio técnico aos municípios na gestão da política de assistência social

FIGURA 02 – Unidades dos Escritórios Regionais da SEDS no Paraná



FONTE: ESCRITÓRIOS Regionais – SEDS, 2015.

A figura 02 mostra o mapa do estado do Paraná onde é possível visualizar as 22 regiões onde estão localizados os ER, as cidades sedes do ER são: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procopio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

Um aspecto de extrema relevância e que merece destaque é a questão da extensão territorial, pois o ER de Ponta Grossa tem em sua abrangência 18 municípios, os quais nem sempre ficam tão próximos assim, o que dificulta a assessoria do próprio escritório. Um exemplo da extensão territorial é o município de Sengés que fica a 179 quilômetros de Ponta Grossa, distância considerável quanto à questão de realização de acompanhamento das ações dos municípios.

Os ER dispõem de equipes formadas por: chefe, técnico de nível superior e administrativo. O número de profissionais está sujeito ao porte do ER, que considera a quantidade de municípios de abrangência regional (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

Ao dispor dos ER a SEDS trabalha sob a perspectiva da descentralização, este aspecto contribui para que haja um acompanhamento técnico aos municípios com mais qualidade.

Dentre os 22 escritórios, a cidade de Ponta Grossa sedia uma unidade do Escritório Regional¹⁶.

Com vistas a implementar a Política de Assistência Social no Estado do Paraná foram criados os seguintes instrumentos de gestão: Plano Estadual de Assistência Social, Pactos de Aprimoramento Estadual e Pactos de Aprimoramento Municipal.

O atual Plano Estadual Plurianual de Assistência Social 2012-2015 vem ao encontro com “a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e as determinações estabelecidas pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)” (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012, s/p).

A construção do Plano Estadual em questão objetiva o aperfeiçoamento do SUAS. No que tange ao conteúdo do Plano, o mesmo é composto pelos seguintes itens: Panorama Paranaense, a Gestão do SUAS, os Programas da Gestão

¹⁶ No capítulo seguinte abordaremos com maiores detalhes sobre o Escritório Regional de Ponta Grossa.

Estadual de Enfrentamento à Pobreza, as Diretrizes, os Objetivos, os Eixos de Atuação, as Ações e Estratégias, os Mecanismos e Fontes de Financiamento e o Monitoramento e Avaliação.

Quanto aos Programas da Gestão Estadual de Enfrentamento à Pobreza destacam-se: Programa Família Paranaense, AFAI - Atenção as Famílias dos Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas e o Programa Luz Fraterna.

O Programa Família Paranaense atua através:

[...] da articulação intersetorial entre as políticas públicas, visa a diminuição da extrema pobreza no Estado, possibilitando a superação das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias. O programa providencia para que as famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social tenham acesso facilitado aos serviços públicos, a serem disponibilizados conforme a demanda e necessidade de cada uma, com a elaboração de um "Plano de Ação" individualizado. (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012, s/p).

O Público-Alvo do Programa são as famílias que residem no Paraná e que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco. Em conjunto com o IPARDES, a SEDS desenvolveu um índice sintético, chamado Índice de Vulnerabilidades das Famílias do Paraná (IVF/PR), este mede a vulnerabilidade destacando as famílias prioritárias para participar do Programa. O IVF/PR considera outros indicadores da situação familiar além da insuficiência de renda na priorização do atendimento e atenção a família (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

O AFAI - Atenção as Famílias dos Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas se refere a uma medida que integra a metodologia do Programa Família Paranaense. Tem como finalidade contribuir para o fortalecimento do vínculo social entre familiares e o adolescente que cumpre medida socioeducativa de internação. O AFAI integra o Programa Família Paranaense justamente porque procura contribuir para que as famílias se comprometam, em conjunto com as políticas públicas, em promover um ambiente propício ao resgate da cidadania dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Os municípios com adolescentes internados no Centro de Socioeducação (CENSE) são aqueles que podem participar do AFAI (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

O Programa Luz Fraterna é um programa de desconto tarifário de energia elétrica para famílias inscritas no CadÚnico com a renda mensal per capita familiar

de até meio salário mínimo nacional (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

Cabe acentuar que os programas mencionados, assim como ocorre nos programas de âmbito nacional, tem a família como foco de suas ações, nesse sentido, é importante a reflexão empreendida por Miotto (2015) quando a autora expõe que na atualidade existe uma tentativa de articular as ações das políticas sociais com os arranjos familiares. Para a autora essa ênfase na família pode gerar uma cilada no sentido de moralização das mesmas, aspecto que classifica como familismo/familista “[...] o caráter familista da política social vem se efetivando e se reforçando em vários níveis e tem se refletido em especial no campo da oferta dos serviços sociais” (MIOTTO, 2015, p.).

Como já mencionamos anteriormente ao tratar da matricialidade sociofamiliar no contexto do SUAS, esse reforço ao familismo muitas vezes vem atrelado a um excesso de responsabilização das famílias por realizar suas funções protetivas, é oportuno destacar que essa responsabilidade vem com um tom onde a mulher passa a ser o foco das ações, desconsiderando que as atuais exigências que se colocam ao homem no âmbito familiar, quer dizer o fenômeno da divisão de responsabilidades entre os cônjuges/parceiros.

É essa dubiedade de reforço das funções protetivas da família de um lado e, de outro, como alvo de proteção social, que denota a dimensão da parceria público/privado na proteção social, e sua dimensão estratégica em contexto de redução de gastos sociais, posto que se pode contar com a parceria da família para potencializar a proteção social oferecida, mesmo quando não é em quantidade e qualidade suficientes para suprir todas as atenções necessárias e demandadas. (TEIXEIRA, 2009, p.260).

Sob dois aspectos é importante termos cuidado quando mencionamos sobre as ações com foco na família: as atribuições dos membros das famílias, ou seja, o papel que cada um exerce no contexto familiar, suas responsabilidades de cuidado, proteção e provisão e as expectativas que os profissionais colocam sobre as mesmas. E, no próprio âmbito das políticas ao delegar às famílias as responsabilidades de proteção e provisão desresponsabilizando o poder público de atender as demandas familiares, com forte redução de investimentos nas políticas sociais.

Quanto aos Pactos de Aprimoramento da Gestão Estadual e Gestão Municipal, os mesmos são definidos pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.

Os Pactos correspondem a um compromisso firmado entre o MDSA e estado e MDSA, estado e municípios com a finalidade de fortalecer o SUAS no âmbito de sua competência.

Em âmbito Estadual, é conveniente sublinhar a presença e atuação do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS criado pela Lei nº. 11.362, de 12 de abril de 1996, órgão colegiado de caráter deliberativo e permanente e que tem representação paritária entre membros do governo e da sociedade civil. O CEAS é órgão vinculado à Secretaria de Estado, tem sob sua responsabilidade a coordenação da Política Estadual de Assistência Social, com sede na Capital do Estado e abrangência em todo território estadual. (CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2016).

Ao CEAS compete: aprovar a Política Estadual de Assistência Social; avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência Social prestados pelos órgãos governamentais e não governamentais do Estado, principalmente as condições de acesso da população a esses serviços, e recomendar as medidas necessárias à correção de exclusões verificadas; propor modificações na estrutura do Sistema Estadual que tenham como finalidade a promoção, proteção e defesa dos direitos dos usuários da Assistência Social, entre outras competências (CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2016).

Considerando que o objetivo desta pesquisa é analisar os limites e possibilidades das práticas pedagógicas contribuir junto ao processo do exercício do protagonismo cidadão nos CRAS situados nos municípios de pequeno e médio porte que estão na área de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR. No capítulo seguinte iremos caracterizar a organização da Proteção Social Básica nos municípios de pequeno e médio porte localizados na região de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR.

CAPÍTULO 04

MUNICÍPIOS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE QUE ESTÃO NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DA SECRETARIA DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL SITUADO EM PONTA GROSSA-PR

Os municípios que estão situados na região de abrangência do ER de Ponta Grossa possuem características semelhantes em relação ao porte com 20.000 a 50.000 habitantes, são pequenos, no entanto apresentam peculiaridades. Veremos que há municípios que são produtores e reprodutores de processos de precarização de vida, com presença de desemprego, de informalidade, de vulnerabilidades e de fragilização de vínculos familiares e comunitários.

Tais características reforçam a necessidade de que é importante que a equipe profissional dos CRAS considere as dinâmicas internas de cada município, frente às suas condições socioeconômicas para estabelecer processos de trabalho que possam contribuir junto ao protagonismo cidadão dos usuários.

Para que possamos entender as condições e singularidades dos municípios em questão este capítulo cumpre uma função bem específica na presente pesquisa, qual seja: caracterizar a organização da Proteção Social Básica nos municípios de pequeno e médio porte localizados na região de abrangência do Escritório Regional da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social da cidade de Ponta Grossa-PR.

Para tanto procedemos, num primeiro momento, com uma caracterização dos municípios da região através da apresentação de alguns indicadores como a população da região, sua faixa etária, famílias em condição de pobreza, mercado de trabalho, IDH-M, etc.

Na sequência do capítulo apresentamos a constituição das equipes interdisciplinares dos CRAS¹⁷ localizados nos municípios da região, destacamos que para caracterizar as equipes utilizamos informações obtidas mediante o questionário preenchido para levantamento de dados juntos aos profissionais.

¹⁷ A caracterização foi elaborada com os dados obtidos no primeiro questionário aplicado junto às equipes interdisciplinares dos CRAS que se encontram na região de abrangência do ER de Ponta Grossa no ano de 2014.

4.1 MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA-PR: ASPECTOS SOCIO-ECONÔMICOS

Os municípios que integram o Escritório Regional de Ponta Grossa são: Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania, somando um total de 18 municípios. Ressaltamos que em nossa pesquisa Ponta Grossa não participou, portanto são 17 os municípios analisados neste trabalho.

No mapa a seguir é possível visualizar os 18 municípios e sua localização em relação à cidade de Ponta Grossa.

FIGURA 03 – MAPA DOS MUNICÍPIOS QUE ESTÃO NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO ER DE PONTA GROSSA



FONTE: ESCRITÓRIOS Regionais – SEDS, 2015.

Quanto ao conceito de região Cunha (2007, p.41) referindo-se a Gomes explica que este autor afirma que a ideia de região, de separar uma porção de um território e assim denominá-lo de região nos leva ao tempo do Império Romano, pois nesse contexto:

[...] a palavra *regione* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império. Gomes constata que “alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial.

Região nesse sentido se refere a um espaço geográfico, no caso da região de abrangência do Escritório Regional de Ponta Grossa, é possível afirmar, a partir dessa perspectiva, que os municípios devem reportar-se, no que tange às ações da política de assistência social, ao Escritório Regional de Ponta Grossa, pois este tem como finalidade prestar assessoria e acompanhar os trabalhos técnicos dos municípios da região.

Ainda citando Gomes, Cunha (2007, p.41) expõe que ancorado na ideia de região:

O império Romano passa a ser representado por mapas nos quais as diversas regiões “representam a extensão espacial do poder central hegemônico”, mas, no entanto, nelas “os governadores locais dispunham de alguma autonomia [...], mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma”.

Mesmo com o fim do Império Romano teve continuidade o processo de divisão regional com vistas à descentralização do poder, exemplo disso é a própria Igreja, pois de acordo com Gomes, esta instituição reforçou o regionalismo político com vistas a estabelecer sua hierarquia administrativa (GOMES apud CUNHA 2007).

A centralização do poder que resulta do surgimento do Estado moderno na Europa provoca o resgate do problema político-regional da manutenção do poder que emana de um centro, muitas vezes distante de suas periferias, nas diversas regiões que formam o território de um determinado Estado. Ou seja, ainda segundo Gomes, a questão é a mesma que deu origem ao conceito de região na Antiguidade Clássica, e se refere à “relação entre centralização, uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido”. (CUNHA, 2007, p.41- 42)

Nesse sentido, quando mencionamos os municípios que pertencem à região de abrangência do Escritório Regional de Ponta Grossa estamos nos referindo a municípios que devem prestar contas das ações na área da assistência social à SEDS. No entanto, para facilitar esse processo instituiu-se os ER como unidades

das SEDS descentralizadas que visam ampliar o diálogo entre as ações municipais e estaduais na área da assistência social.

Como visto no capítulo 03, a PNAS de 2004, para caracterizar os grupos territoriais, utiliza como referência a definição de municípios como de pequeno porte I e pequeno porte II, médio porte, grande porte e metrópole.

QUADRO 01 INFORMAÇÕES SÍNTESE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA

INFORMAÇÕES SÍNTESE SEGUNDO MUNICÍPIOS DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA		
	Total de municípios	18
	Total de habitantes	734462
Porte populacional	Pequeno Porte I	09
	Pequeno Porte II	06
	Médio Porte	02
	Grande Porte	01
	Metrópole	0
Nível de Gestão	Básica	17
	Plena	01
Numero de equipamentos	CRAS	33
	CREAS	08
	Centro POP	01
	Unidade de acolhimento	67

Fonte: PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012.

Dos 18 municípios da região 09 são de pequeno porte I, 06 são de pequeno porte II, 02 são de médio porte e apenas 01 é de grande porte. Conclui-se então que a região é composta em sua grande maioria por municípios pequenos com no máximo 50.000 habitantes.

Esse quadro, de pequenos municípios, ocorre não apenas na região de Ponta Grossa, mas em todo o Paraná.

Um dos diferenciais da política de assistência social no estado do Paraná é o número expressivo de municípios de Pequeno Porte I e II, ou seja, com baixo volume populacional, o que necessita adoção de estratégias diferenciadas na gestão desta política, tendo em vista o insuficiente volume de recursos financeiros dos municípios para gerir as políticas sociais municipais. Destaca-se que 78,2% dos municípios paranaenses são de Pequeno Porte I, 13,8% são de Pequeno Porte II, 3,5% são de Médio Porte,

4,2% de Grande Porte, e apenas um município enquadra-se como Metrópole, o que corresponde a 0,2%. (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012, s/p.).

Importante destacar que esse panorama não se restringe apenas ao Paraná, ou a região de Ponta Grossa, pois no Brasil o que predominam são os municípios de pequeno porte, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 01 Classificação dos Municípios Segundo Total de Habitantes no Brasil – 2010

Classificação dos municípios	Total de municípios
Pequeno porte I (até 20.000 hab.)	4.074
Pequeno porte II (de 20.001 a 50.000 hab.)	964
Médio porte (de 50.001 a 100.000 hab.)	299
Grande porte (de 100.001 a 900.000 hab.)	209
Metrópole mais de 900.000 hab.	15
Total	5561

Fonte: INDICADORES Sociais Municipais 2010 - IBGE

No Brasil o que predomina são os municípios de pequeno porte I com até 20.000 habitantes estes representam 73% do total de municípios brasileiros, dessa forma há a necessidade de se pensar em estratégias locais para execução da política de assistência social, principalmente os CRAS devem realizar um trabalho que considere a dinâmica destes municípios, suas peculiaridades, pois em sua grande maioria, tais municípios disporão de CRAS, dificilmente contarão com CREAS ou outros serviços socioassistenciais mais complexos.

Tabela 02 MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE PONTA GROSSA – 2015

Municípios de Abrangência do Escritório Regional de Ponta Grossa				
Município	População	Nível de Gestão	Porte do município	Número de CRAS
Arapoti	25.855	Básica	Pequeno porte II	02
Carambeí	19.163	Básica	Pequeno porte I	01
Castro	67.084	Básica	Médio porte	03
Imbaú	11.274	Básica	Pequeno porte I	01
Ipiranga	14.150	Básica	Pequeno porte I	01
Ivaí	12.815	Básica	Pequeno porte I	01

Jaguariaíva	32.606	Básica	Pequeno porte II	02
Ortigueira	23.380	Básica	Pequeno porte II	02
Palmeira	32.123	Básica	Pequeno porte II	01
Piraí do Sul	23.424	Básica	Pequeno porte II	01
Porto	4.514	Básica	Pequeno porte I	01
Amazonas				
Reserva	25.172	Básica	Pequeno porte II	01
São João do	13.704	Básica	Pequeno porte I	01
Triunfo				
Sengés	18.414	Básica	Pequeno porte I	01
Telêmaco	69.872	Básica	Médio porte	02
Borba				
Tibagi	19.344	Básica	Pequeno porte I	01
Ventania	9.957	Básica	Pequeno porte I	01

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>
 Dados organizados pela autora.

No que tange ao nível de gestão, a NOB/SUAS de 2012 expõe que tanto Estados, como Distrito Federal e os municípios são agrupados por níveis de gestão, estes níveis serão considerados por meio da apuração do Índice de Desenvolvimento do SUAS – ID SUAS¹⁸. Este índice é composto por uma série de indicadores de gestão, serviços, projetos e benefícios, os mesmos podem ser consultados a partir do preenchimento do Censo SUAS¹⁹, dos sistemas da Rede SUAS e demais sistemas do MDSA (BRASIL, 2012b).

A classificação quanto ao nível de gestão corresponderá a uma escala de aprimoramento onde: a base diz respeito aos níveis iniciais de implantação do SUAS e o topo/ápice refere-se aos níveis mais avançados. É oportuno destacar que os níveis de gestão são bem dinâmicos e as alterações podem suceder de forma

¹⁸ O Índice de Desenvolvimento do SUAS – ID SUAS é calculado levando em consideração os indicadores socioterritoriais, de gestão, de serviços e do controle social, apurados anualmente a partir do diagnóstico socioterritorial, das informações prestadas no Censo SUAS e outros sistemas da Rede SUAS, refletindo o estágio de organização e de desenvolvimento da gestão do SUAS, nos municípios, DF e estados.

¹⁹ Instituído no ano de 2010 através do decreto nº 7.334, o Censo SUAS é realizado anualmente e constitui-se em uma das ferramentas mais essenciais de avaliação e monitoramento dos serviços, programas e benefícios ofertados pelo SUAS. Sua aplicação ocorre mediante questionários que são respondidos por meio de um aplicativo eletrônico, neste aplicativo é possível atualizar informações referentes aos equipamentos pertencentes à rede socioassistencial no que tange à estrutura, serviços, recursos humanos, articulação, etc. A atualização desses dados fornece um diagnóstico da rede socioassistencial. O Censo SUAS é composto por 07 (sete) questionários específicos que devem ser respondidos: questionário da Gestão Municipal, questionário da Gestão Estadual, questionários dos Conselhos municipais e estaduais de Assistência Social, questionário dos CRAS, questionário dos CREAS (municipais ou regionais), questionários dos Centros de Referência Especializado para pessoas em situação de rua – Centros POP, questionários das Unidades de Acolhimento (BRASIL, 2013a).

automática na medida em que o ente federativo comprovar ter atingido um nível mais avançado ou também retroceder para um nível anterior (BRASIL, 2012b).

Quanto ao nível municipal são possíveis três níveis: gestão inicial quando o município adere ao sistema em grau preliminar; gestão básica que se refere ao momento em que o município possui uma cobertura básica de proteção social, bem como com a oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam a família e a gestão plena que diz respeito ao momento em que o município tem condições para gerir totalmente as ações na área da assistência social (BRASIL, 2007).

Referente ao nível de gestão a tabela 02 elucida que os 17 municípios pesquisados estão na condição de gestão básica, possuem cobertura básica de proteção social.

Tabela 03 População residente por faixa etária – municípios da região de Ponta Grossa 2010

Município	0 – 14 anos		15 a 59 anos (Total *PEA)		60 anos ou mais		Total População
Arapoti	6807	26,3%	16600	64,2%	2448	9,4%	25855
Carambeí	5409	28,2%	12349	64,4%	1405	7,3%	19163
Castro	18708	27,8%	41928	62,4%	6488	9,6%	67124
Imbaú	3223	28,5%	6851	60,7%	1200	10,6%	11274
Ipiranga	3821	27%	8988	63,5%	1341	9,4%	14150
Ivaí	3470	27%	7957	62%	1388	10,8%	12815
Jaguariaíva	8587	26,3%	21111	64,7%	2908	8,9%	32606
Ortigueira	6247	26,7%	14278	61%	2855	12,2%	23380
Palmeira	7828	24,3%	20866	64,9%	3429	10,6%	32123
Piraí do Sul	6077	25,9%	14600	62,3%	2747	11,7%	23424
Porto Amazonas	1131	25%	2896	64,1%	487	10,7%	4514
Reserva	7305	29%	15166	60,2%	2701	10,7%	25172
São João do Triunfo	3630	26,4%	8760	63,9%	1314	9,5%	13704
Sengés	5186	28,1%	11588	62,9%	1640	8,9%	18414
Telêmaco Borba	17951	25,6%	44837	64,1%	7084	10,1%	69872
Tibagi	5586	28,8%	11773	60,8%	1985	10,2%	19344
Ventania	2710	27,2%	6277	63%	970	9,7%	9957
Total região	113.676	26,8%	266.825	63%	42.390	10%	422.891

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> com dados organizados pela autora.

Notas (*) PEA refere-se a População Economicamente Ativa

No que concerne à população residente nos municípios da região de Ponta Grossa (Tabela 03), é possível observar que há certa homogeneidade quanto à distribuição dos grupos etários da região.

Os municípios em questão possuem entre 25 a 29% de sua população pertencente à faixa etária que vai de 0 a 14 anos. Trata-se de um grupo que não é economicamente ativo, pelo contrário, se encontra em situação peculiar de desenvolvimento, como bem destaca o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Na faixa etária em questão, as crianças e adolescentes, principalmente os bebês, necessitam de cuidados especiais, alimentação adequada, rica em vitaminas, pois disso resulta o seu futuro em termos de desenvolvimento físico e mental. Esta faixa etária necessita de proteção integral, educação de qualidade e que por estar em fase de desenvolvimento carece de vínculos fortalecidos com sua família.

A esse respeito, ao consultar as informações do Índice de Desenvolvimento dos CRAS – ID CRAS²⁰ (tabela 08), observamos que no que diz respeito a serviços, há municípios que deixam a desejar quanto ao aspecto da prestação de serviços que possam oferecer condições para que as famílias encontrem em suas unidades um espaço de acolhida e convivência onde será favorecido um processo de fortalecimento de vínculos.

Imbaú, Ipiranga, Palmeira, Reserva, São João do Triunfo e Ventania receberam uma nota aquém do que almejada no ID CRAS (tabela 08).

Os serviços de atendimento das demandas da faixa etária entre 0 a 14 anos requer uma verdadeira articulação intersetorial das políticas públicas, pois não demanda apenas serviços afetos à área da assistência social, mas, sobretudo das outras áreas como saúde, educação, esporte e lazer.

No total a região de Ponta Grossa como um todo tem 26,88% da população que pertence à faixa etária em questão.

A região de Ponta Grossa possui 63,09% de seus habitantes pertencentes à faixa etária dos 15 a 59 anos, conhecida como População Economicamente Ativa – PEA.

²⁰ O ID CRAS resulta da combinação de quatro indicadores dimensionais: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física. Para cada dimensão, há quatro graus de desenvolvimento (insuficiente, regular, suficiente ou superior), cujas variáveis indicam o grau de cumprimento das normativas do SUAS para aquela dimensão. (BRASIL, 2009).

Se analisarmos os municípios de forma individual, estes também têm em média entre 60 a 65% de sua população na faixa etária da PEA.

Há que se considerar que ainda que estejam inseridos em um mesmo grupo etário em decorrência da classificação da PEA, corresponde a um grupo bem heterogêneo, pois temos adolescentes, jovens e adultos que estão nesse grupo e desta forma há que se pensar as condições de vida e de trabalho dos mesmos.

Por exemplo: um adolescente de 16 anos que estuda e trabalha para ajudar na renda familiar precisa receber atenção mais específica, porquanto o mesmo não pode exercer um trabalho que prejudique seu rendimento escolar, as atividades laborais tem que ser compatíveis com o estudo.

Outro ponto a ser considerado para reflexão é a questão de que ao representar quase 65% da população da região o número de vagas do mercado de trabalho não é suficiente para inserir os mesmos em uma relação formal de trabalho, relação essa que pressupõe a proteção social pela via do trabalho.

O Gráfico nº 01 revela a situação do mercado de trabalho nos municípios, destacaremos os municípios: São João do Triunfo, Ortigueira, Ivaí e Reserva tendo em vista que os mesmos apresentam um índice precário quanto ao mercado de trabalho formal. São João do Triunfo, por exemplo, tem mais pessoas trabalhando no mercado informal de trabalho, evidencia que muitas pessoas não dispõem de estabilidade e não dispõe da proteção social adquirida pela via do trabalho. Ivaí, Ortigueira e Reserva apresentam um quadro semelhante, pois quase 50% da população economicamente ativa está no mercado informal de trabalho. Cabe destacar que esses municípios apresentam precariedade em outros indicadores como na área da educação e saúde como veremos a diante (ver gráficos 03 e 04).

Quanto às pessoas que trabalham com carteira de trabalho assinada, em Castro o setor de serviços é aquele que mais emprega os trabalhadores com carteira assinada, seguido dos setores da agropecuária, indústria e comércio. Jaguariaíva apresenta semelhanças com Castro, pois a atividade que igualmente predomina é a que corresponde ao setor dos serviços seguido pela da indústria, agropecuária e comércio (PNUD, 2013).

Em Telêmaco Borba os setores que predominantemente empregam os trabalhadores com carteira assinada é o de serviços e a indústria.

Ivaí, São João do Triunfo e Ventania são os municípios com menor índice de trabalhadores com carteira de trabalho assinada como já exposto, nestes municípios

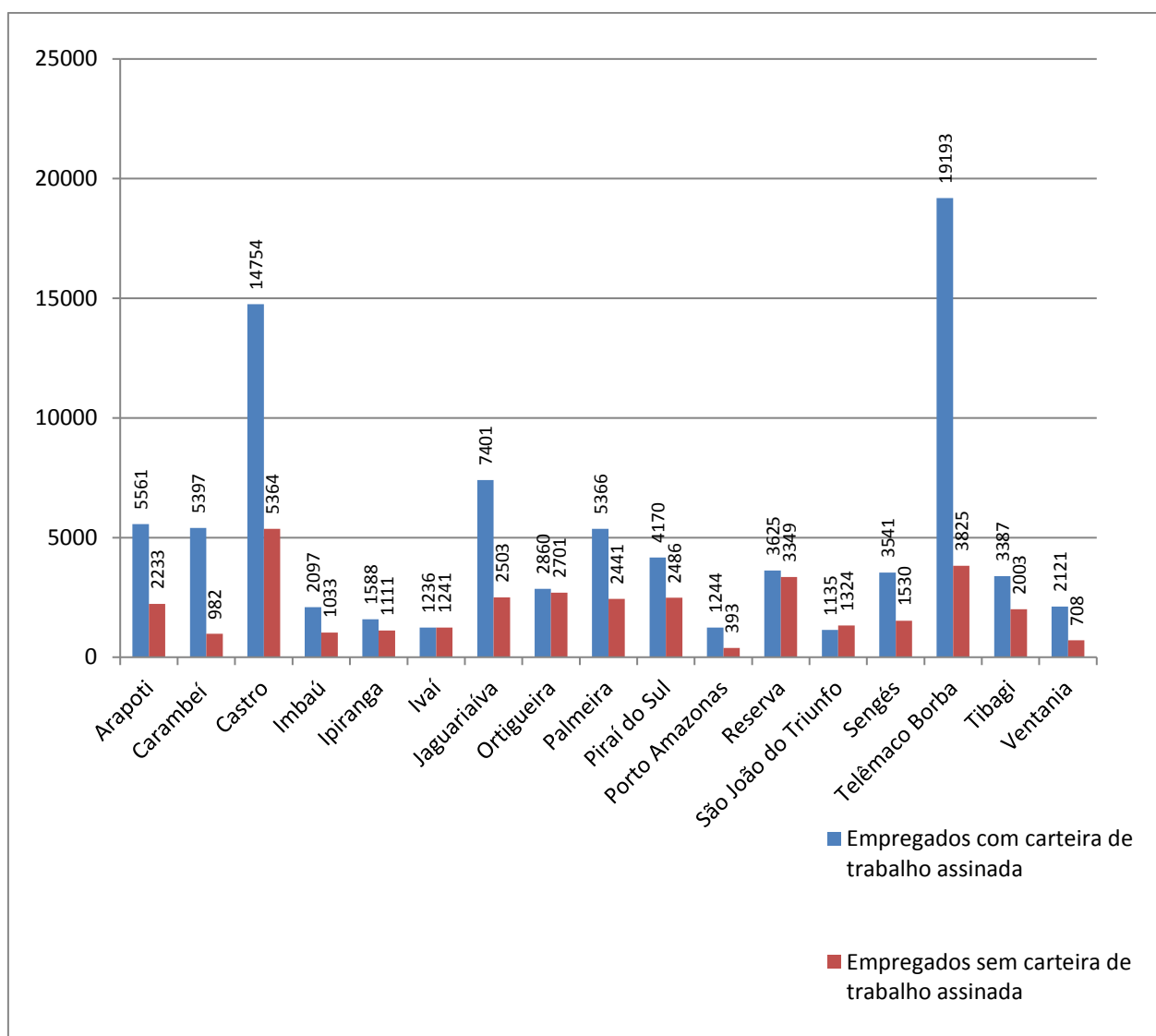
as atividades laborais que predominam são: Ivaí agropecuária 40,8% e serviços 27,4%; São João do Triunfo agropecuária 44,3%, serviços 24,5% e administração pública 21,6% e Ventania agropecuária 38,6%, serviços 21,7% e administração pública 19,4%.

Quando a PNAS expõe que é um dos seus objetivos promover/favorecer a segurança de renda aos usuários da assistência social, é importante observar o quão significativo é o Programa Bolsa Família, por exemplo, para essas pessoas que não possuem fonte de renda de forma regular, ou seja, quando são pessoas que trabalham informalmente e sem salário fixo. Em muitos casos, o valor recebido via programas de transferência de renda se tornam a única fonte de sustento destas pessoas.

A tabela 03 ainda mostra a população com 60 anos ou mais que vive na região, no total, na região de Ponta Grossa há 10% de pessoas com 60 anos ou mais que habitam nestes municípios.

Em se tratando de idosos que, dependendo da renda, haverá aquele que poderá necessitar de inclusão no BPC, por outro lado, pode ser que um idoso não necessite de benefício socioassistencial, mas precisará ser inserido nos serviços de convivência. Há situações em que um idoso poderá demandar um serviço de atenção mais especial, onde se faz presente um quadro de violência intrafamiliar contra o mesmo. Trata-se de uma faixa etária que está em uma fase de vida peculiar e que precisa de atendimento em diversas áreas, especialmente na área da saúde. Há casos de idosos que procuram o CRAS com demandas que dizem respeito à área da saúde, nesse caso é importante o trabalho em rede intersetorial para realizar o encaminhamento da demanda de forma que seja efetivado o atendimento desta demanda.

Gráfico 01 – Mercado de Trabalho – 2010



Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

Dados organizados pela autora

Além de observar o mercado de trabalho, é importante analisar o desenvolvimento humano desses municípios investigados por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM que sinaliza o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Cabe sublinhar que o desenvolvimento humano diz respeito a um processo que se relaciona com a expansão da liberdade das pessoas, liberdade essa que está intrinsecamente ligada às suas capacidades e oportunidades que as mesmas dispõem para escolher entre as alternativas que a vida lhe coloca e poder, obviamente, escolher aquilo que almejam. No entanto, é importante salientar que

tratar da temática da ampliação da liberdade das pessoas implica em abordar e considerar questões como: as dinâmicas sociais, políticas e até mesmo ambientais, pois tais questões são necessárias para que uma pessoa tenha condições de ser capaz de conquistar autonomia, ter oportunidades, ou não, de adquirir melhores condições de vida. É necessário ter em mente que:

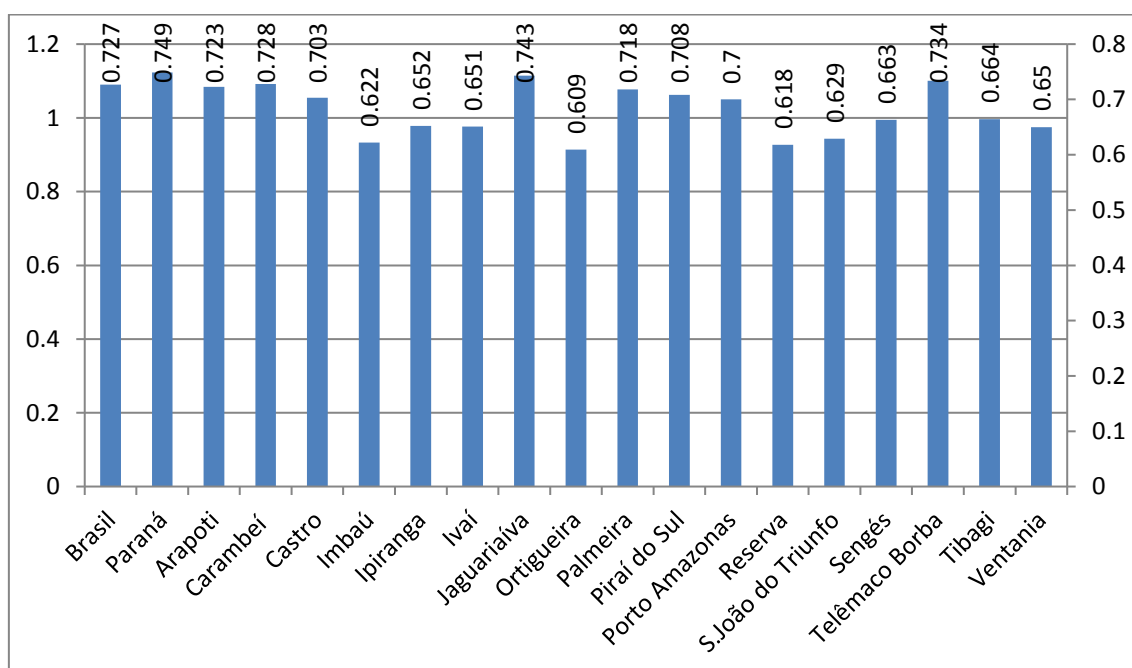
[...] desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam. (PNUD, 2013, p.23).

O valor do IDHM pode variar entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais próximo do 1 (um), maior é o desenvolvimento humano um município.

O Gráfico 02 expõe o IDHM dos municípios pesquisados neste trabalho, além de incorporar o IDHM para o Paraná e para o Brasil, com a finalidade de se comparar com a média estadual e nacional.

Ao observar este gráfico, visualizamos que os municípios que têm menor nota são: Imbaú: 0,622; Ortigueira: 0,609 e Reserva: 0,618.

GRÁFICO 02 – IDH M 2010



Fonte: PNUD, 2013.
Dados organizados pela autora.

Interessante destacar que na tabela 04 que trata da extrema pobreza por faixa etária na região, Ortigueira é o município com maior percentual de população que se encontra nessas condições com 9,11%.

Se avançarmos para o gráfico 07 que trata da vulnerabilidade expondo a condição de mulheres chefe de família com filho menor e sem o ensino fundamental, veremos também que Ortigueira novamente se destaca com 73,66% de mulheres nessas condições.

Ademais, na tabela 08 que trata do ID CRAS, no quesito Serviços e benefícios Ortigueira recebeu nota 3 (três) representando que não está nem tão distante e também nem tão perto do padrão almejado. No entanto, no quesito recursos humanos Ortigueira ficou com nota 1 (um), bem distante das condições almejadas no que tange a ter equipe de trabalhadores suficientes para atender as demandas no CRAS. A média do ID CRAS de Ortigueira gira em torno de 2 a 2,5, média que também se distancia do padrão almejado.

Nessas condições, ao visualizar tais dados, é possível concluir que Ortigueira é um município com precárias condições de desenvolvimento humano, e nesse sentido, corresponde a um município que necessita de políticas sociais públicas que possam intervir e criar condições para o desenvolvimento local e também consequentemente desenvolvimento humano. Criando condições onde seus habitantes possam ter uma vida com mais dignidade.

Quando destacamos o ID CRAS (tabela 08), o fizemos isso na intenção de salientar que justamente um dos municípios com menor IDHM da região e maior vulnerabilidade social é também um dos municípios com menor ID CRAS, ou seja, é objetivo das ações socioassistenciais por meio dos seus programas, projetos, serviços e benefícios favorecer um processo de protagonismo, autonomia dos seus usuários. Considerando a realidade de Ortigueira, as ações socioassistenciais deveriam estar em um patamar com maiores estruturas, em todos os sentidos, desde estrutura física, serviços e recursos humanos.

Constatamos, dessa forma, um grande desafio. Desafio esse que permeia os demais municípios com IDHM menor, como Imbaú e Reserva, pois Reserva, no que tange à extrema pobreza por faixa etária (tabela 04), tem uma população correspondente a 6,01% que estão nessas condições, qual seja: a de pobreza. Avançando um pouco mais, para os próximos dados, destacamos que Reserva igualmente tem a menor nota do ID CRAS (tabela 08) da região, ou seja, a estrutura

física, os serviços e benefícios e os recursos humanos estão bem distantes daquele padrão almejado, pois a média de Reserva é 1,33.

Essa realidade gera grandes desafios para a equipe do CRAS: pois sem estrutura física adequada, como fica o atendimento, será que há condições de atender os usuários de forma que os mesmos sintam-se respeitados no que tange ao sigilo profissional? Quanto aos serviços e benefícios, para ofertar serviços de convivência e fortalecimento de vínculos é necessário espaço físico adequado e, sobretudo, recursos humanos.

Quanto aos municípios com maior IDHM destacamos Jaguariaíva com 0,743, média que acompanha a do Estado do Paraná com 0,749. Telêmaco Borba com 0,734; Carambeí com 0,728; e Castro com 0,723, Castro e Carambeí possuem média próximas a do Brasil com 0,727. Referente à população em extrema pobreza por faixa etária conforme demonstrado na tabela 04, estes municípios têm uma média menor. Dentre os mesmos Telêmaco Borba tem a menor média.

Outro aspecto que é oportuno destacar é que a média do Brasil é 0,727 e do Paraná é 0,749 quanto ao IDHM, e se compararmos essas médias junto aos 17 municípios constataremos que 09 municípios da região estão abaixo da média, tanto brasileira quanto paranaense, o que é muito preocupante para a região, pois denota que 52,9% dos municípios pesquisados estão em situação de vulnerabilidade e necessitam de políticas públicas.

Por sua vez, os dados sobre o ID CRAS (tabela 08) elucidam que Castro e Carambeí são os municípios que tem suas médias com maior proximidade a do padrão almejado, haja vista que Castro tem média 4,35 (somando as notas do dois CRAS e dividindo) e Carambeí com 4,33.

Ao considerar a importância da ampliação das liberdades, o IDHM considera três aspectos que colaboram junto a esse processo: possibilidade de alcançar uma vida saudável e longa – longevidade; possibilidade de acesso ao conhecimento – educação e ter a oportunidade de gozar uma vida que tenha condições dignas – renda (PNUD, 2013).

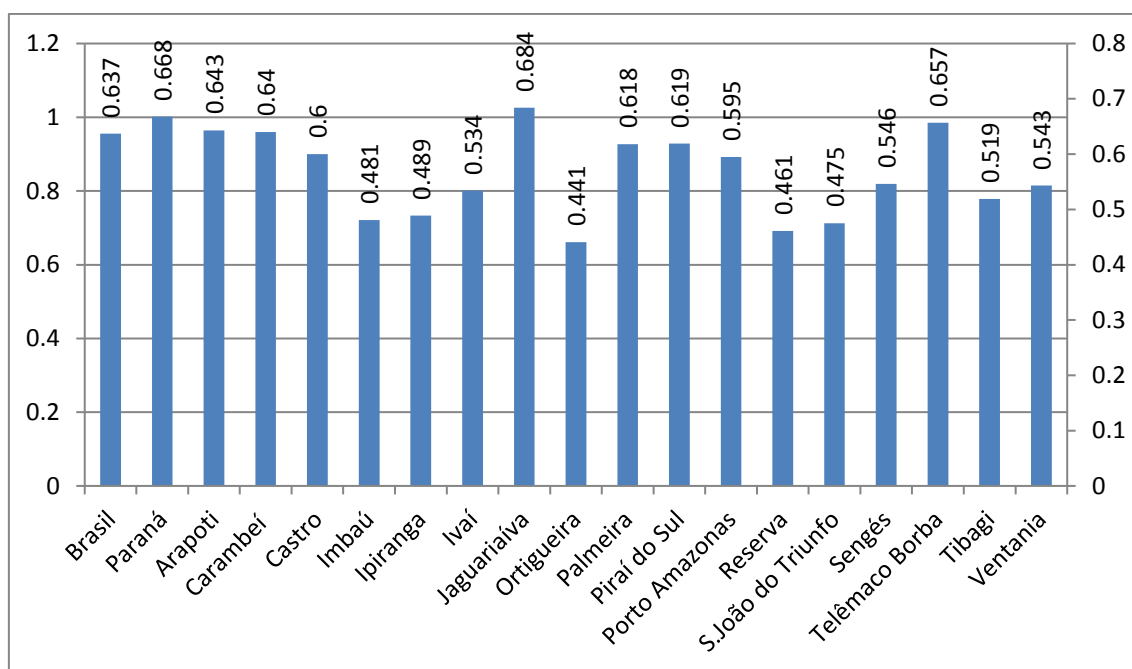
Quanto ao acesso à educação, destacamos que:

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói

confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida. (PNUD, 2013, p.25).

Ante o exposto, iremos a seguir visualizar os dados do IDH dimensão Educação dos municípios e analisar as condições da área educacional nos mesmos.

GRÁFICO 03 – IDH DIMENSÃO EDUCAÇÃO – 2010



Fonte: PNUD, 2013.
Dados organizados pela autora

A média da educação no Paraná é 0,668, média acima do Brasil 0,637. Na região em questão é possível analisar que, com exceção de Jaguariaíva (0,684), os demais municípios estão abaixo da média paranaense, uns estão bem mais abaixo do que outros.

Os municípios com menor IDH Educação são: Ortigueira: 0,441; Reserva: 0,461; São João do Triunfo: 0,475; Imbaú: 0,481 e Ipiranga: 0,489.

Ortigueira, de acordo com a tabela 05 apresenta um percentual preocupante na área educacional, pois 7,81% de suas crianças estão em condições de extrema pobreza, destas, as que se encontram na faixa etária de 0 a 5 anos: 76% estão fora da escola. Essa informação é preocupante em dois sentidos: a condição de vulnerabilidade pode levar as mesmas a uma situação de risco social e pessoal, pois há situações em que os pais ou responsáveis por ter que trabalhar deixam estas

crianças em situação vulnerável, às vezes sozinhas em casa aos cuidados de um irmão mais velho adolescente. Outra situação é a questão da empregabilidade dos pais ou responsáveis, pois muitas mães relatam que não conseguem arrumar emprego porque não tem vaga na educação infantil do bairro e consequentemente não tem com que deixar a criança. Esse quadro demonstra que a ampliação de vagas na educação infantil, é uma necessidade.

Conforme a tabela 05, o município de Ortigueira tem 4,9% de suas crianças e adolescentes vulneráveis e que estão na faixa etária de 6 a 14 anos fora da escola, ou seja, são crianças e adolescentes que não estão inseridas na educação básica. A educação básica é um momento basilar da vida dos mesmos, há estudos²¹ que indicam que durante os primeiros quatro anos do ensino fundamental, o cérebro da criança, que está em formação, deve ser estimulado, e quanto maior o estímulo, maior será a capacidade de aprendizagem e de memorização.

Na faixa etária de 15 a 24 anos, a tabela 06 destaca que há em Ortigueira 31,62% de adolescentes e jovens que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária.

Se o acesso ao conhecimento é considerado um aspecto crítico para a aquisição de uma vida com bem-estar, os dados acima elucidam que os habitantes de Ortigueira não estão tendo a possibilidade de alcançar um bem-estar desejável.

Destacamos os dados de São João do Triunfo, que tem um IDH Educação de 0,475, de acordo com os dados da tabela 05, o município tem 9,55% de crianças em situação de pobreza; 77% de crianças vulneráveis na faixa etária de 0 a 5 anos fora da escola. Este município tem ainda 3,08% das crianças e adolescentes vulneráveis fora da escola, 9,55% (ver tabela 05). De acordo com a tabela 06, há em São João do Triunfo na faixa etária de 15 a 24 anos 43,93% de adolescentes e jovens que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa etária. Ou seja, dos adolescentes e jovens que estão nesta faixa etária há quase 44% ociosos.

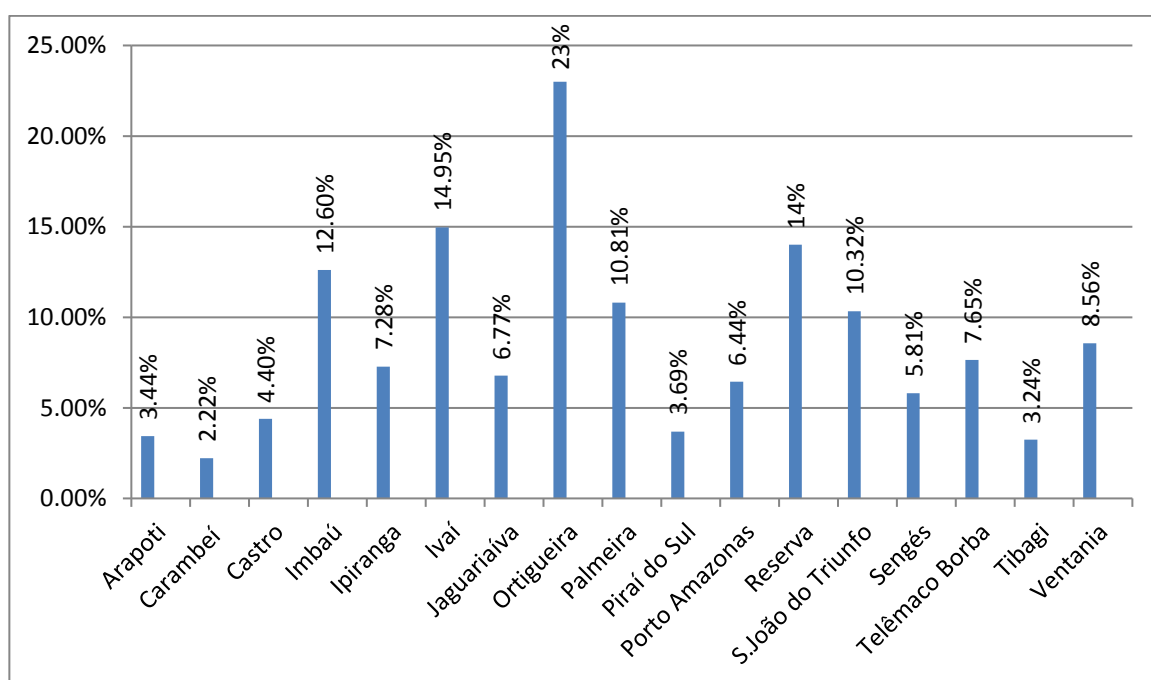
Quanto ao maior índice do IDH dimensão Educação destacamos que Jaguariaíva 0,684; Telêmaco Borba 0,657 e Arapoti 0,643 são os municípios com índice mais satisfatório. Ressaltamos que os três municípios têm um índice maior do

²¹ Consultar estudos contidos na Revista Educar para crescer. Editora Abril. A revista trata da importância da educação de qualidade, com destaque para questão de que a educação é um direito de todos e chave para o desenvolvimento do País, para tanto, busca mobilizar a sociedade para a importância do ensino.

que o do Brasil que tem 0,637 e que Jaguariaíva apresenta índice maior do que a média do Paraná que é de 0,684.

Com finalidade de contribuir com esse debate, antes de prosseguir com os dados do IDM, abriremos um parêntese apresentando um gráfico com indicadores do trabalho infantil na região.

GRÁFICO 04 – Percentual da população de 10 a 13 anos com alguma ocupação – 2010



Fonte: SAGI(http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ mapas_pobreza_mapa/cifam.php)

Dados organizados pela autora.

O Gráfico 04 revela alguns indicadores preocupantes: Imbaú 12,60%, Ivaí 14,95%, Ortigueira 23%, Palmeira 10,81%, Reserva 14% e São João do Triunfo 10,32% tem um percentual considerável de crianças e adolescentes entre 10 e 13 anos de idade inseridas em alguma ocupação.

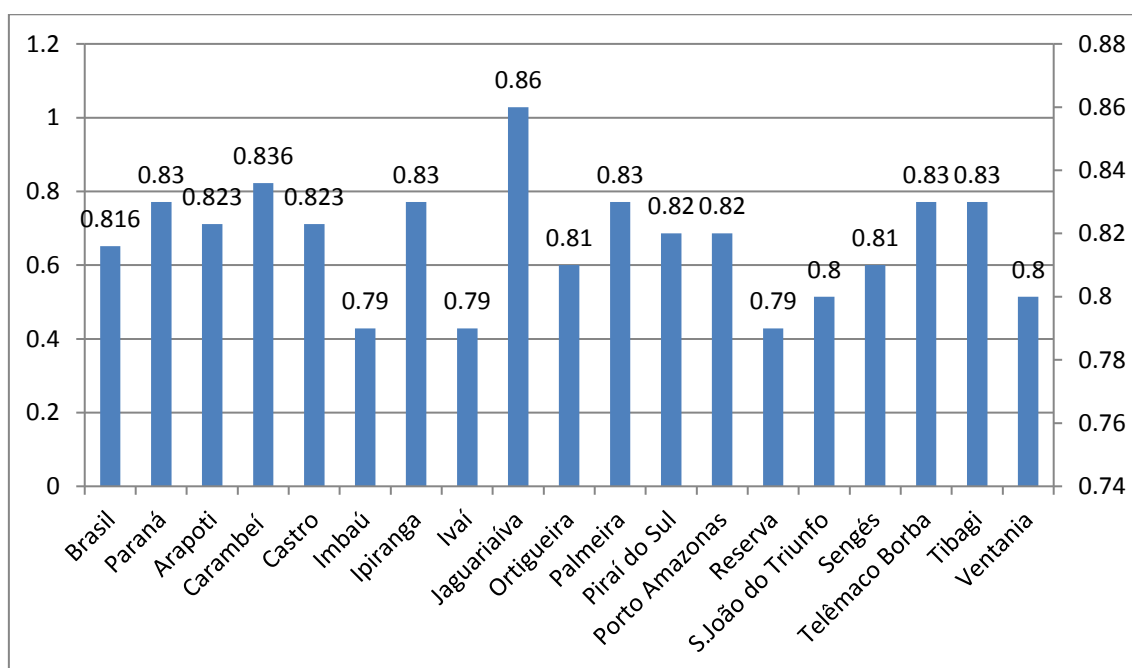
Ter a possibilidade de chegar ao ensino médio e ao ensino superior representa ter a possibilidade de um emprego melhor e com uma renda que possa ter condições de alcance de uma vida mais digna. No entanto, para crianças, adolescentes e jovens que estão em situação de vulnerabilidade, a permanência no ensino fundamental, a inserção no ensino médio e superior fica em segundo plano, tendo em vista que para auxiliar na composição da renda familiar, muitos

abandonam a escola e estudos no intuito de conseguir emprego. Mas às vezes tais empregos são em condições precárias, que não contribuem para uma formação profissional futura.

Outra dimensão do IDH é a longevidade, esta se relaciona à possibilidade de ter uma vida saudável e longa. Para tanto é necessário investimentos para que as pessoas possam ter a oportunidade do desenvolvimento de uma vida plena, digna, com boas condições de saúde, moradia, alimentação, tais aspectos aumentam as chances das pessoas terem saúde física e mental. (PNUD, 2013).

A esse respeito vejamos o gráfico 04 que expõe a questão da longevidade nos municípios pesquisados.

GRÁFICO 05 – IDHM - DIMENSÃO LONGEVIDADE – 2010



Fonte: PNUD, 2013.
Dados organizados pela autora.

O índice de longevidade no Brasil é de 0,816 e no Paraná é 0,83. Ao olharmos as médias dos municípios da região visualizamos que as mesmas estão boas, pois temos municípios com média maior que a brasileira e paranaense, sugere que na região não há tantos problemas no quesito de longevidade.

Os municípios Imbaú, Ivaí e Reserva possuem menor índice de longevidade com 0,79. Conforme dados da tabela 04 Reserva tem 0,60% dos seus idosos

vivendo em extrema pobreza. Por sua vez, Ventania tem IDH Longevidade de 0,8 e possui 3,2% de pessoas vulneráveis e que são dependentes de idosos.

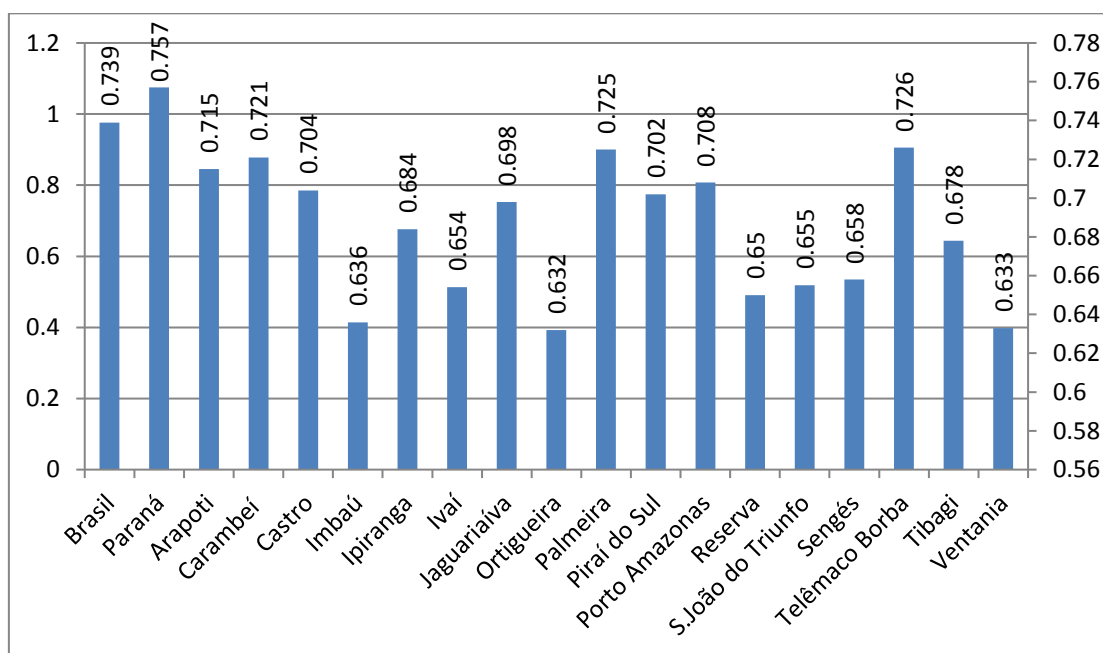
Os municípios de Jaguariaíva 0,86 e Carambeí 0,836 tem o maior índice da dimensão longevidade, inclusive ambos os municípios tem índice maior que o Brasil 0,816 e maior que o Paraná 0,83.

Quanto ao IDH dimensão renda, destacamos que este índice se relaciona com a questão do padrão de vida.

A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida. (PNUD, 2013, p.25).

Analisemos o gráfico 06 para observar como estão os municípios da Região de Ponta Grossa quanto à dimensão da renda.

GRÁFICO 06 – IDHM - DIMENSÃO RENDA 2010



Fonte: PNUD, 2013.
Dados organizados pela autora

O gráfico 06 expõe que os municípios de: Ortigueira (0,632); Ventania (0,633); Imbaú (0,636) e Reserva (0,65) como os que detêm menor IDH-renda da região.

Ortigueira possui 9,11% de sua população em extrema pobreza (ver tabela 04), tendo 73,66% das mulheres que tem filho menor e que são chefes de família e que não tem ensino fundamental (ver gráfico 07). O município ainda tem 54,19% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo e 59,98% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal conforme dados da tabela 06.

A educação é o aspecto fundamental para ter oportunidade de melhorias de renda e, se renda é um fator fundamental para aquisição de necessidades básicas como água, alimentação e moradia e, sobretudo para poder desfrutar de outros bens que vão além daqueles relacionados às necessidades básicas, como por exemplo, lazer, conclui-se que muitos habitantes de Ortigueira não estão tendo a possibilidade de acessar estes bens, haja vista o índice da dimensão renda do município e os demais dados.

Essas demandas chegam até o CRAS e, de acordo com a PNAS podem ser trabalhados no CRAS de forma direta, como cursos ofertados com objetivo de melhorar a renda familiar e até mesmo de forma indireta mediante encaminhamentos para a rede intersetorial, como programas de habitação etc.

Os municípios com melhor índice da dimensão renda são: Telêmaco Borba 0,726; Palmeira 0,725 e Carambeí 0,721, índices que se aproximam do índice do Brasil que é 0,739. Ressaltamos que do Paraná é 0,757.

Ao analisar os dados sobre o IDH municipal e as dimensões: educação, longevidade e renda, mencionamos sobre alguns municípios em particular sobre a questão da extrema pobreza e as faixas etárias. Nesse momento vamos observar a população geral que se encontra em extrema pobreza nos municípios conforme tabela 04.

Tabela 04 – População em situação de extrema pobreza por faixa etária

Município	0 – 14 anos		15 a 59 anos		60 anos ou mais		Total	Total população do município	
Arapoti	620	2,3%	855	3,3%	45	0,17%	1519	5,8%	25855
Carambeí	241	1,2%	336	1,7%	27	0,14%	604	3,1%	19163
Castro	1352	2%	1763	2,6%	163	0,24%	3280	4,8%	67124
Imbaú	310	2,7%	309	2,7%	43	0,38%	661	5,8%	11274
Ipiranga	300	2,1%	684	4,8%	29	0,20%	1013	7,1%	14150
Ivaí	506	3,9%	578	4,5%	14	0,10%	1098	8,5%	12815
Jaguariaíva	467	1,4%	594	1,8%	33	0,10%	1094	3,3%	32606

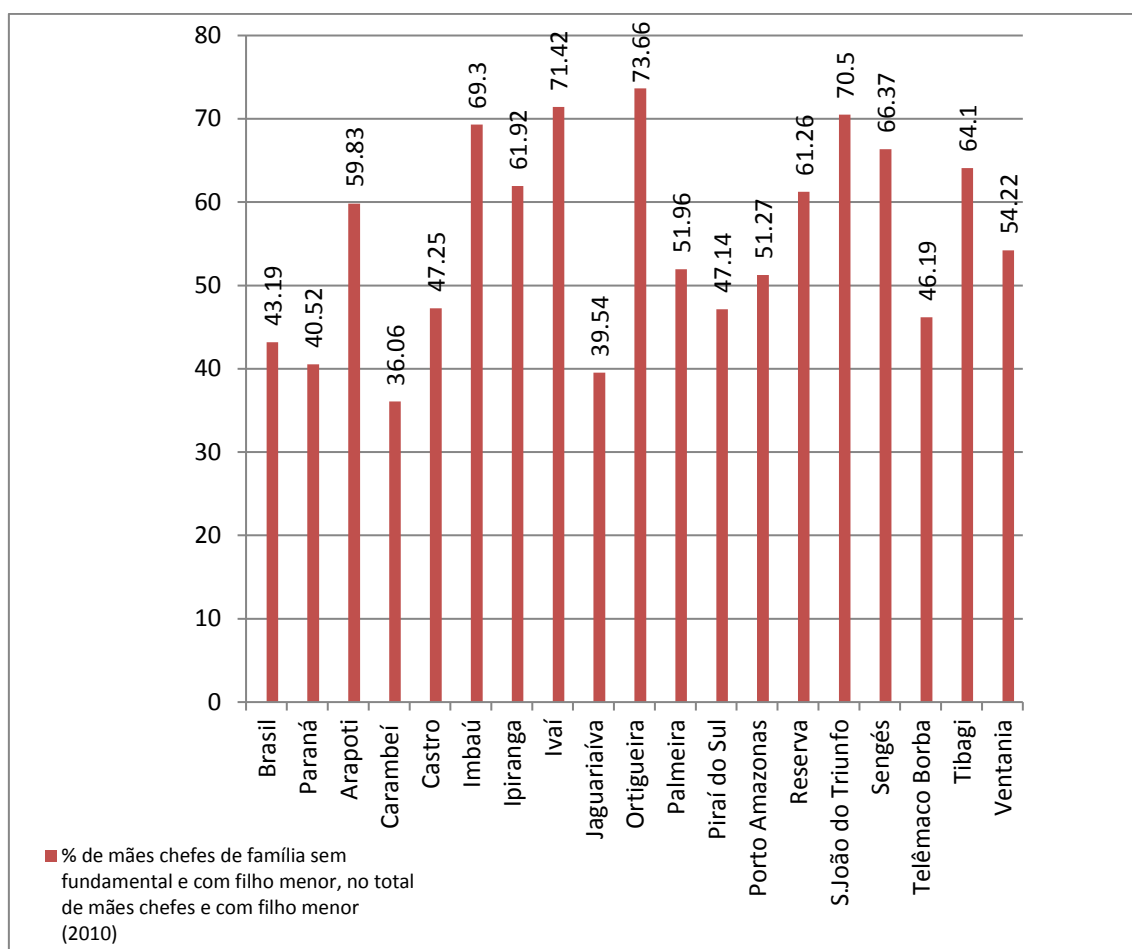
Ortigueira	678	2,8%	1359	5,8%	97	0,41%	2134	9,1%	23380
Palmeira	754	2,3%	1212	3,7%	62	0,19%	2027	6,3%	32123
Pirai do Sul	259	1,1%	407	1,7%	41	0,17%	708	3%	23424
Porto	47	1%	56	1,2%	17	0,37%	120	2,6%	4514
Amazonas									
Reserva	557	2%	829	3,2%	152	0,60%	1538	6%	25172
São João do Triunfo	395	2,8%	790	5,7%	16	0,11%	1200	8,7%	13704
Sengés	542	2,9%	800	4,3%	38	0,20%	1483	7,4%	18414
Telêmaco Borba	951	1,3%	1111	1,5%	68	0,09%	2131	3%	69872
Tibagi	425	2,1%	615	3,1%	82	0,42%	1121	5,7%	19344
Ventania	226	2,2%	331	3,3%	33	0,33%	591	5,9%	9957
Total região	8.630	2%	12.629	2,9%	960	0,22%	16.919	5,2%	422.891

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

Dados organizados pela autora.

A região de Ponta Grossa, junto com seus 17 municípios tem 5,24% de sua população vivendo em extrema pobreza. Os municípios em que há maior concentração de pobreza são: Ortigueira 9,11%; São João do Triunfo 8,75; Ivaí 8,55% e Sengés 7,48%. Estes municípios são os mesmos que igualmente apresentaram IDH-M baixo.

Gráfico 07 – % de Mulheres em situação de vulnerabilidade



Fonte: PNUD, 2013.
Dados organizados pela autora

O gráfico 7 expõe o percentual de mulheres que estão em situação de vulnerabilidade, que são mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor. Das mulheres que são chefes e tem filho menor, Ortigueira tem 73,66% de mulheres sem ensino fundamental, Ivaí tem 71,42%. No Brasil são 43,19% das mulheres nesta condição, e no Paraná são 40,52. Portanto, a maioria dos municípios da região apresenta um percentual bem mais elevado que a média brasileira e a paranaense. Salientamos que, ainda que os municípios de Carambeí e Jaguariaíva tenham os menores índices (36,06% e 39% respectivamente), resultado menor que o do Brasil e Paraná, é necessário realizar enfrentamentos das situações de vulnerabilidades das mulheres nessas localidades.

A esse respeito Carloto (2005, p.16) contribui ao afirmar que:

[...] a condição de gênero, a responsabilidade pela esfera doméstica, pelo cuidado dos filhos sem uma rede de proteção social, sem acesso a um trabalho e salário dignos, potencializa a condição de vulnerabilidade, ficando a mulher dependente de benefícios providos pelas políticas de assistência, que por sua vez, além de quantitativamente baixos, são seletivos, focalizados e temporários.

Além de estarem em condições de vulnerabilidades, há a condição de gênero, tema que está na pauta das pesquisas e debates das ciências humanas e sociais, quando mencionamos a questão do gênero estamos problematizando a respeito da necessidade de um olhar mais inclusivo em relação às mulheres que ainda lutam pelo seu reconhecimento no meio social. E por sua vez, as mulheres que são chefes de família e que são pobres e vulneráveis desenvolvem um sentimento de impotência frente às responsabilidades que se colocam em seu cotidiano, portanto as mesmas precisam de políticas de proteção social que não sejam temporárias, mas que possam lhe oferecer proteção social enquanto as mesmas estiverem em condições de vulnerabilidades (CARLOTO, 2005).

Tabela 05 – Vulnerabilidade crianças

Município	% de crianças em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2010)	% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola (2010)	% de crianças de 6 a 14 fora da escola (2010)	% de crianças extremamente pobres (2010)
Brasil	30,39	56,85	3,31	11,47
Paraná	25,51	57,42	2,45	3,51
Arapoti	28,93	63	2,32	7,93
Carambeí	28,13	65	1,77	3,53
Castro	31,81	63	2,78	6,02
Imbaú	44,49	71	2,82	8,83
Ipiranga	51,03	78	2,58	7,17
Ivaí	45,97	86	2,8	13,45
Jaguariaíva	28,24	67	1,97	4,39
Ortigueira	54,71	76	4,9	7,81
Palmeira	32,8	72	4,48	9,43
Piraí do Sul	34,03	69	2,46	4,27
Porto Amazonas	40,21	52	2,21	3,85
Reserva	51,58	70	3,79	6,31
São João do Triunfo	48,48	77	3,08	9,55
Sengés	45,49	82	2,27	8,18
Telêmaco Borba	25,72	60	1,6	4,86
Tibagi	39,64	74	3,35	6,88
Ventania	45,55	72	4,31	6,45

Fonte: PNUD, 2013.

Dados organizados pela autor

A tabela 05 revela a situação das crianças e a vulnerabilidade, destacamos o município de Ivaí que tem 13,45% de suas crianças vivendo em situação de extrema pobreza. Nessas situações salientamos a importância dos programas de transferência de renda, principalmente o Programa Bolsa Família – PBF, tendo em vista que um dos objetivos do programa é a busca de erradicação da extrema pobreza.

Campelo e Neri (2013) acentuam que o PBF, mediante transferência de renda, tem objetivo de aliviar as necessidades materiais imediatas de famílias que vivenciam situações de pobreza e ausência de recursos. Aliada à compreensão de que pobreza não está limitada à ausência de renda, o PBF trabalha com ações articuladas com a área da assistência social, da segurança alimentar, da saúde e da educação com vistas a potencializar as capacidades das famílias atendidas. “Com o Bolsa Família, o Brasil pôde, enfim, recusar a histórica banalização e naturalização da pobreza e da fome e afirmar um novo patamar de garantias sociais, que exigem o reconhecimento e o progressivo alargamento de padrões mínimos de bem-estar a todos os cidadãos” (CAMPELLO; NERI, 2013, p.19).

Tabela 06 – Vulnerabilidade: Trabalho Educação e Renda

Município	% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo (2010)	% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal (2010)	% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo. (2010)	% de vulneráveis e dependentes de idosos (2010)	% de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa (2010)
Brasil	24,92	35,24	13,46	2,42	33,34
Paraná	23,39	31,55	8,57	1,31	33,24
Arapoti	26,56	37,37	13,46	1,32	44,18
Carambeí	24,81	31,04	10,17	1,28	41,38
Castro	30,59	39,92	14,32	2,21	35,67
Imbaú	43,51	54,19	20,8	2,25	43,93
Ipiranga	46,04	43,49	21,95	1,7	34,09
Ivaí	40,19	54,94	22,82	1,08	26,99
Jaguariaíva	25,07	35,83	13,12	1,62	38,15
Ortigueira	54,19	59,98	28,03	2,65	31,62
Palmeira	30,5	41,34	15,22	1,56	36,49
Piraí do Sul	31,71	43,17	16,29	1,95	44,56
Porto Amazonas	33,64	34,8	14,59	1,76	43,84
Reserva	51,01	58,33	27,15	2,07	33,71
São João do	46,98	47,31	21,58	1,13	32,02

Triunfo					
Sengés	40,42	47,83	24,49	2,63	41,21
Telêmaco					
Borba	24,05	33,21	9,83	1,51	45,11
Tibagi	38,22	48,97	19,57	2,58	38,49
Ventania	40,56	46,86	22,43	3,2	36,63

Fonte: PNUD, 2013.

Dados organizados pela autora

A tabela 06 novamente revela a vulnerabilidade do município de Ortigueira, pois o mesmo tem 54,19% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo; tem 59,98% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; com 28,03% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo.

Reserva também se destaca na tabela 06, pois conta com 51,01% de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo; 58,33% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal.

São João do Triunfo com 46,98% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal.

Telêmaco Borba tem 45,11% de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população vulnerável dessa faixa, seguido de Piraí do Sul com 44,56% e Arapoti com 44,18%.

A tabela 07 elucida que na região de Ponta Grossa, entre os 17 municípios temos mais famílias com renda entre R\$154,00 e meio salário mínimo per capita, com um número de 22.147 famílias inscritas no CadÚnico e menos famílias com renda per capita acima de meio salário mínimo, com um total de 11.134 famílias inscritas no CadÚnico.

Se observarmos a proporção de percentual de domicílios em relação ao percentual de famílias inscritas no CadÚnico iremos observar que Ortigueira tem 74,23%, Tibagi tem 66,86%, Imbaú tem 64,96% e Reserva tem 58,22%; isso denota que nestes municípios há um número significativo de famílias vivendo em vulnerabilidade, em condições de pobreza e denota, sobretudo, a urgência da implementação de políticas sociais.

Tabela 07 – Famílias inscritas no Cadastro Único em setembro de 2015

Município	Renda per capita familiar de até R\$77,00	Renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00	Renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo	Renda per capita acima de meio salário mínimo	Total de famílias	Total de domicílios	Percentual do total de famílias inscritas no CadÚnico em relação ao total de domicílios do município
Arapoti	933	696	963	296	2.888	7.948	36,33%
Carambeí	562	356	631	340	1.889	5.576	33,87%
Castro	2.009	2.005	4.030	2.559	10.603	19.829	53,47%
Imbaú	602	550	759	327	2.238	3.445	64,96%
Ipiranga	283	512	1.032	248	2.075	4.148	50,02%
Ivaí	529	580	661	312	2.082	3.745	55,59%
Jaguariaíva	1.141	832	1.381	867	4.221	10.339	40,82%
Ortigueira	1.125	1.740	1.663	960	5.488	7.339	74,23%
Palmeira	525	829	1.364	623	3.341	9.810	34,05%
Piraí do Sul	650	710	1.410	452	3.222	7.217	44,64%
Porto Amazonas	122	103	332	141	698	1.379	50,61%
Reserva	1.226	942	1.344	889	4.401	7.559	58,22%
São João do Triunfo	713	527	630	364	2.234	4.101	54,47%
Sengés	792	575	1.292	627	3.286	5.613	58,54%
Telêmaco Borba	1.391	1.352	3.296	1.474	7.513	21.737	34,56%
Tibagi	1.980	535	869	456	3.840	5.743	66,86%
Ventania	802	155	490	199	1.646	3.079	53,45%
Total região	15.385	12.999	22.147	11.134	61.665	128.607	47,94%

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>

Dados organizados pela autora

A tabela 08 expõe sobre o ID CRAS, trata-se de um indicador que tem a finalidade de monitorar os CRAS a partir da sistematização das características afetas ao funcionamento dos CRAS nos municípios. Este indicador combina as seguintes dimensões: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física.

Tabela 08 – IDCRAS*: Indicador de Desenvolvimento dos CRAS, segundo o Censo SUAS 2014

Município	Dimensão estrutura física	Dimensão Serviços e Benefícios	Dimensão Recursos Humanos	IDCRAS Sintético
Arapoti	4	2	1	2,33
Carambeí	5	3	5	4,33
Castro	2	5	2	3
Castro	5	5	5	5
Castro	2	5	4	3,67
Imbaú	5	1	5	3,67
Ipiranga	3	1	3	2,33
Ivaí	3	5	4	4
Jaguariaíva	3	5	2	3,33
Jaguariaíva	2	5	2	3
Ortigueira	4	3	1	2,67
Ortigueira	2	3	1	2
Palmeira	4	1	4	3
Piraí do Sul	5	2	2	3
Porto Amazonas	5	3	4	4
Reserva	2	1	1	1,33
São João do Triunfo	2	1	3	2
Sengés	5	2	5	4
Telêmaco Borba	5	2	3	3,33
Telêmaco Borba	5	2	2	3
Tibagi	2	5	5	4
Ventania	1	1	4	2

Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>

Dados organizados pela autora

Nota (*): 1 = representa as situações mais distantes do padrão almejado; 5 = representa as situações que mais se aproximam dos padrões de qualidade desejáveis.

Quanto aos dados do ID CRAS, é possível visualizar que no que tange à dimensão estrutura física, os menores índices são de Ventania 1; Tibagi 2; São João do Triunfo 2; Reserva 2; um dos CRAS de Ortigueira recebeu nota 2; um dos CRAS de Jaguariaíva também recebeu nota 2 e Castro, dos 3 CRAS pesquisados, dois receberam nota 2.

De acordo com o “Guia de orientação técnica – SUAS nº 01: Proteção Social básica da assistência social” (BRASIL, 2005b), o espaço do CRAS deve ser compatível com os serviços ofertados na instituição. O guia descreve que deve ter sala de recepção dos usuários, uma sala para entrevista que contribua com o processo de sigilo profissional e sala para reunião. O guia ainda ressalta sobre a importância de espaço físico para realizar as oficinas de aprendizagem e os grupos

de convivência, deve ser um espaço que tenha acessibilidade e que seja acolhedor aos usuários.

É necessário ainda que o CRAS disponha de internet, linha telefônica, computador, na frente da instituição deve ter placa de identificação para que os moradores da comunidade reconheçam o CRAS. Todos esses aspectos são necessários para uma boa estruturação física do CRAS e para que o mesmo tenha condições de cumprir com seus objetivos.

Na dimensão estrutura física os municípios que estão mais próximos do padrão almejado são: Carambeí 5; um dos CRAS de Castro com 5; Imbaú 5; Piraí do Sul 5; Porto Amazonas 5; Sengés 5 e Telêmaco Borba 5.

Na dimensão serviços e benefícios as maiores notas ficam com Castro 5; Ivaí 5; Jaguariaíva 5 e Tibagi 5.

Já as menores ficam por conta de Imbaú, Ipiranga, Palmeira, Reserva, São João do Triunfo e Ventania com 1.

Quanto aos serviços, os principais ofertados no CRAS são: o PAIF; serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica para famílias e seus membros que se encontram em situação de vulnerabilidade social; prevenir situações de risco em seu território de abrangência contribuindo para fortalecimento de vínculos familiares e comunitários afirmando a garantia de direitos.

Na dimensão recursos humanos os municípios com maiores notas foram: Carambeí, um dos CRAS de Castro, Imbaú, Sengés e Tibagi com 5. Já as menores notas ficaram com: Arapoti, Ortigueira, Palmeira e Reserva com 1.

Um dos maiores desafios do SUAS, especificamente do CRAS diz respeito a recursos humanos, pois ainda que as normativas do SUAS exponham qual a composição da equipe de referência do CRAS, as diversas formações profissionais que devem estar presentes na equipe e a forma de contratação dessas equipes, qual seja, concurso público, muitos municípios ainda não seguem tais normativas.

Esse quadro prejudica as ações a serem realizadas no CRAS, pois ao não ter equipe de referência completa o trabalho fica muitas vezes no atendimento de demandas imediatas e burocráticas. Quando não se tem profissionais contratados mediante concurso público, há uma rotatividade nas instituições e isso prejudica a continuidade dos trabalhos, consequentemente as famílias usuárias dos CRAS são as que mais sofrem com perdas no acesso aos direitos sociais.

Destacamos que aqueles municípios que receberam no geral as menores notas: Ortigueira, Reserva, São João do Triunfo e Ventania, são aqueles que apresentaram menores IDH, índices de extrema pobreza, ou seja, quase todos se destacaram nos gráficos e tabelas anteriores por receberem médias baixas. Estes municípios precisam adquirir uma melhor estrutura em relação às políticas públicas, especificamente sobre no âmbito da política da assistência social e dos CRAS, pois uma ação articulada com CRAS e as demais políticas públicas tem a capacidade de favorecer para um melhor enfrentamento das condições de vulnerabilidade e pobreza existente na região.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS EQUIPES DE REFERÊNCIA DO CRAS DA REGIÃO DE PONTA GROSSA

Os dados referentes à caracterização das equipes de referência dos CRAS da Região de Ponta Grossa²² foram adquiridos mediante questionário respondido pelos profissionais de nível superior das referidas equipes.

Os 17 municípios dispõem de 24 CRAS, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a equipe de referência profissional de nível superior atuante no CRAS é composta por uma equipe interdisciplinar: Assistente Social, Psicólogo e preferencialmente Pedagogo. Nesse sentido, no momento em que aplicamos o questionário o número total de sujeitos que estavam aptos a participar de nossa pesquisa eram 54 profissionais. No entanto, obtivemos a devolução dos questionários preenchidos de 40 profissionais, significa que 74% dos sujeitos de nossa pesquisa responderam ao questionário.

Nossa intenção com a aplicação do questionário foi proceder com uma caracterização dos sujeitos de nossa pesquisa e ainda observar, a partir do relato dos mesmos, as dificuldades, os limites e os desafios que os profissionais percebem no desenvolvimento do trabalho junto com a equipe em relação ao propósito do exercício do protagonismo cidadão das famílias atendidas no CRAS.

²² Como já mencionado anteriormente, conforme critérios estabelecidos pela pesquisadora os CRAS do município de Ponta Grossa não participaram da pesquisa. Portanto, ao invés de 18 municípios, são 17 os municípios participantes da pesquisa.

Antes de iniciarmos com a aplicação dos questionários, realizamos um Pré-teste no mês de abril/2014 com um profissional do CRAS de Ponta Grossa para observar se o mesmo estava adequado.

Posteriormente, iniciamos no mês de maio/2014 o levantamento de dados do questionário. Importante destacar que para atingir o objetivo proposto, a pesquisadora participou periodicamente do Fórum Regional dos (as) Trabalhadores (as) do SUAS²³ na Região de Ponta Grossa, onde estabeleceu contato com os profissionais e teve a oportunidade de expor sobre a pesquisa em questão.

Quanto à composição das equipes de referência o questionário revelou o seguinte panorama:

QUADRO 02 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE REFERÊNCIA DA REGIÃO DE PONTA GROSSA

Composição da equipe de referência	Total
3 Assistentes Sociais (01 é coordenador) e 1 Psicólogo (a)	04
3 Assistentes Sociais (01 é coordenação) e 1 Pedagogo (a)	04
2 Assistentes Sociais (01 é coordenação) e 1 Psicólogo (a)	04
2 Assistentes Sociais e 1 Psicólogo (a)	03
2 Assistentes Sociais e 1 pedagogo (a)	02
1 Assistente Social e 1 Psicólogo (a) (equipe volante)	01
1 Assistente Social e 1 Psicólogo (a)	12
1 Assistente Social, 1 Psicólogo (a) e 1 Pedagogo	02

²³ O Fórum Regional dos (as) Trabalhadores(as) do SUAS é um encontro realizado pelos profissionais de nível fundamental, médio e superior, que atuam na política de Assistência Social nos municípios situados na Região de Abrangência do Escritório Regional de Ponta Grossa-Paraná por meio de rede socioassistencial governamental ou não governamental.

(a) (coordenação)	
1 Assistente Social (coordenação), 1 Psicólogo (a) e 1 Pedagogo.	01
1 Assistente Social (coordenação) e 1 Psicólogo (a)	02
1 Psicólogo (a)	01
1 Assistente Social	02
02 Pedagogos (a) (01 coordenação), 01 Assistente Social e 01 psicólogo	01
Total	40

Fonte: Dados organizados pela autora.

A NOB-RH/SUAS expõe que a composição da equipe de referência dos CRAS varia de acordo com o porte do município.

QUADRO 03 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE DE REFERÊNCIA DOS CRAS CONFORME PORTE DO MUNICÍPIO

Porte do Município	Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio Porte	Grande Porte	Metrópole
Equipe de referência	2 técnicos de nível médio e 2 técnicos de nível superior, sendo 1 assistente social e outro preferencialmente psicólogo	3 técnicos de nível médio e 3 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais e preferencialmente 1 psicólogo.	4 técnicos de nível médio e 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS.		
	As equipes de referência do CRAS devem ter um coordenador, de nível superior.				

Fonte: BRASIL, 2011.

Considerando que os municípios de abrangência do ER de Ponta Grossa em sua grande maioria são pequeno porte I e pequeno porte II, é possível inferir no Quadro 02 que grande parte das equipes são coerentes ao que pontua a normativa, ao mesmo tempo, podemos visualizar que há municípios onde a equipe de referência é insuficiente para realizar as ações do CRAS, pois é equipe composta por apenas um profissional, ou seja, é incompatível com a normativa.

Esse cenário gera transtorno sob dois aspectos: por um lado sobrecarrega o profissional, que não consegue dar conta do seu trabalho e por outro lado a comunidade também sofre perdas, tendo em vista que não consegue receber o atendimento devido, pois não há equipe de referência no CRAS.

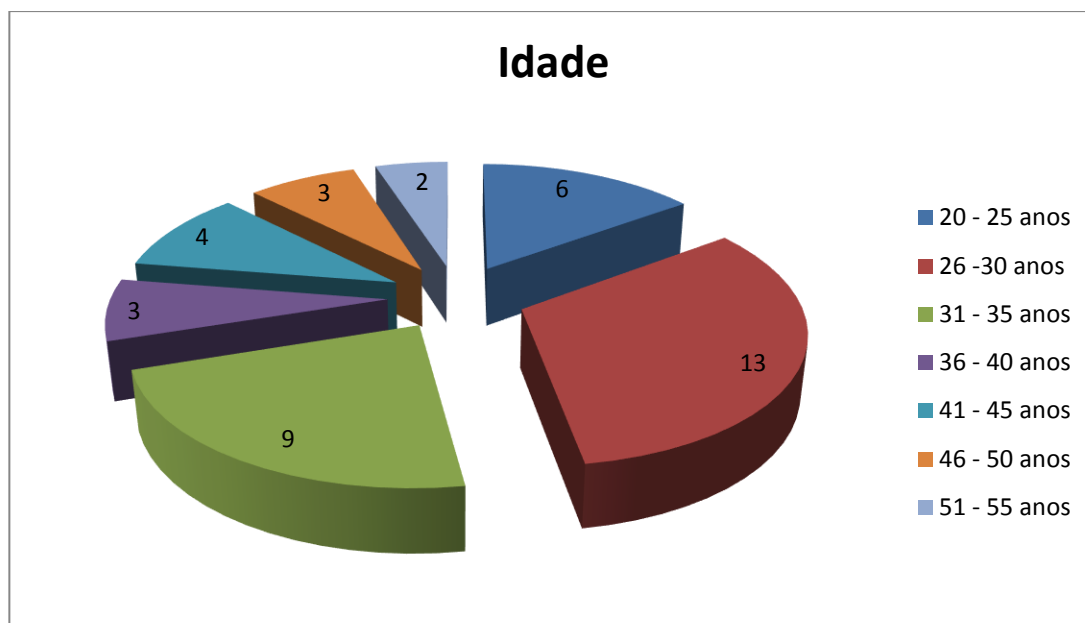
Quanto ao perfil dos profissionais, os mesmos são em sua grande maioria do gênero feminino, 37 mulheres e 03 do gênero masculino.

Esse quadro é resultado de herança cultural, a história das ações de caridade e assistência social é marcada pelas damas de caridade, mulheres que possuíam certo poder aquisitivo e que eram responsáveis por realizar as atividades relacionadas à filantropia. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982).

É nesse sentido que Baptista (2009) afirma que as relações sociais moldam as práticas profissionais, visto que as relações que se estabelecem no interior da sociedade vão expressar as formas como as práticas profissionais irão realizar suas intervenções, as práticas profissionais abrigam em sua configuração as sínteses do movimento histórico. Na década de 1930 era muito comum que somente as mulheres estivessem presentes no desenvolvimento das ações da assistência social. Eram mulheres ligadas à igreja e às classes sociais mais abastadas e esse panorama por um longo tempo permaneceu, no entanto, com a profissionalização desses sujeitos e com a qualificação da assistência social como política pública, esse quadro vem se alterando onde não apenas mulheres estão inseridas na política da assistência social, mas também os homens se fazem presente no SUAS na condição de trabalhadores.

Quanto à idade dos profissionais, temos o seguinte quadro:

GRÁFICO 8 – IDADE PROFISSIONAIS



Fonte: Dados organizados pela autora.

Os profissionais são de perfil jovem, considerando que a idade dos mesmos se concentra entre 26 a 35 anos, que se inseriram recentemente no mercado de trabalho devido à expansão da política de assistência social, principalmente expansão do CRAS.

A formação profissional que predomina dentre os 40 profissionais é a de Serviço Social, sendo 27 Assistentes Sociais, 10 Psicólogas (os) e 03 Pedagogas. O fato de o Serviço Social se fazer mais presente no interior dos CRAS está relacionado com sua história muito próxima com a Assistência Social, em alguns momentos houve até mesmo uma confusão entre Serviço Social e Assistência Social como se fossem sinônimos.

Concernente à instituição em que os profissionais cursaram a graduação, predominantemente destacamos a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 19 profissionais se formaram na instituição. Isso ocorre, pois a mesma é referência de ensino superior na região pesquisada. Os outros profissionais cursaram a graduação em diversas universidades, tais como: UNICENTRO, UEL, UNINGÁ, UNOPAR, etc.

Dos 40 profissionais, 32 realizaram ou estão realizando algum curso de pós-graduação nas mais diversas áreas como é possível observar a seguir no quadro:

QUADRO 04 – CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-graduação Área	Total
Especialização na Área da Administração.	10
Especialização na Área da Educação	05
Especialização na Área da Saúde.	12
Especialização na Área de Recursos Humanos.	02
Especialização na Área da Psicologia.	02
Especialização na Área do Serviço Social.	01
Especialização na Área de Terapia Familiar.	01
Especialização na Área da Sociologia.	01
Especialização na Área das Políticas Públicas.	01
Especialização na Área das Ciências Sociais.	04
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas	01
Mestrado em Psicologia	01
Não respondeu	01

Fonte: Questionário aplicado aos profissionais dos CRAS

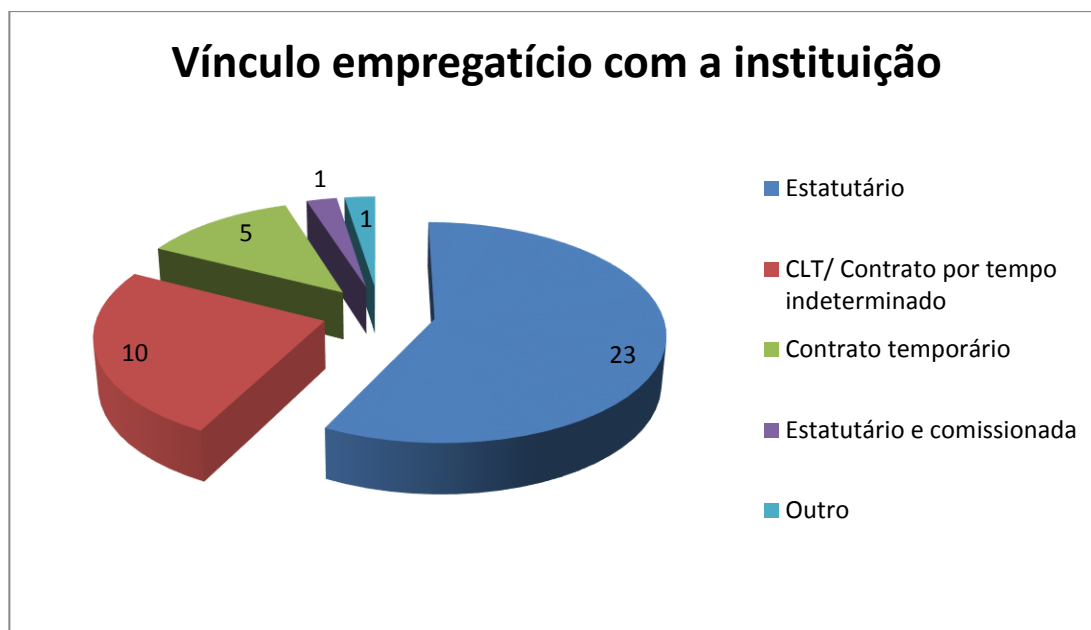
Dados organizados pela autora.

Os demais profissionais (08) que não cursaram pós-graduação justificaram que não o fizeram, pois não sabe em que área fazer, ou não teve oportunidade e que ainda pretende iniciar nos próximos semestres.

Perguntamos aos profissionais se os mesmos participam de atividades de atualização como palestras, seminários, congressos, cursos de extensão, 38 dos 40 profissionais responderam que sim, participam. A maioria (15 profissionais) participa sempre que ofertado pelo Escritório Regional ou outros órgãos, os demais profissionais participam mensalmente (06), bimestralmente (04), trimestralmente (02), semestralmente (06), anualmente (03) e a cada dois anos (01).

No que tange à atuação profissional no interior do CRAS, indagamos a respeito do vínculo do profissional com a instituição pesquisada:

GRÁFICO 09 VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM A INSTITUIÇÃO



Fonte: Questionário aplicado aos profissionais dos CRAS
 Dados organizados pela autora.

Pouco mais da metade dos profissionais (23) que responderam ao questionário são funcionários efetivos, os demais profissionais trabalham sob o regime de contrato, a NOB/RH-SUAS (2011) expõe que toda a equipe de referência do CRAS deve ser composta por servidores públicos efetivos.

A necessidade de haver uma equipe de referência formada por funcionários públicos efetivos ocorre uma vez que é importante que não haja rotatividade no CRAS com vistas a garantir a continuidade, eficácia e efetividade dos programas, serviços e projetos ofertados pela instituição. Nesse sentido é imprescindível a realização de concursos públicos, pois mediante o mesmo é possível também a garantia dos direitos trabalhistas dos profissionais, logo o concurso deve ser prioridade dos órgãos gestores da assistência social nas três esferas de governo. (BRASIL, 2011).

Quanto à carga horária realizada pelos profissionais no contexto do CRAS, 28 responderam que trabalham 40 horas semanais, 10 trabalham 30 horas, 01 trabalha 24 horas e 01 afirmou trabalhar mais de 40 horas.

Questionamos aos profissionais como os mesmos avaliam o seu nível de autonomia no emprego. A maioria, 25 profissionais, responderam que é bom o seu nível de autonomia, 14 afirmaram ser regular e 01 afirmou ser ruim.

Ainda nesta questão da autonomia deixamos espaço para que os profissionais justificassem sua resposta, 32 justificaram. As respostas podem ser visualizadas a seguir:

QUADRO 05 – JUSTIFICATIVA PROFISSIONAIS QUANTO À AUTONOMIA NO CRAS

Justificativa
Bom Tem autonomia para tomar decisões. Consigo desempenhar as atividades planejadas. Tem bom relacionamento com órgão gestor e equipe da Secretaria de Assistência Social. Acredita na profissão que escolheu. O profissional planeja, executa, avalia e expõe as ações pertinentes e consegue enxergar os resultados.
Regular Atuação do órgão gestor é imediatista. Questões políticas. Gestão centralizadora. Excesso de burocracia atrapalha o serviço. Pouco incentivo do setor. Pouca autonomia. Não há diálogo entre órgão gestor e o profissional.
Ruim As tarefas executadas são na maioria impostas pela coordenação e secretário, não permitindo que a equipe planeje as ações.

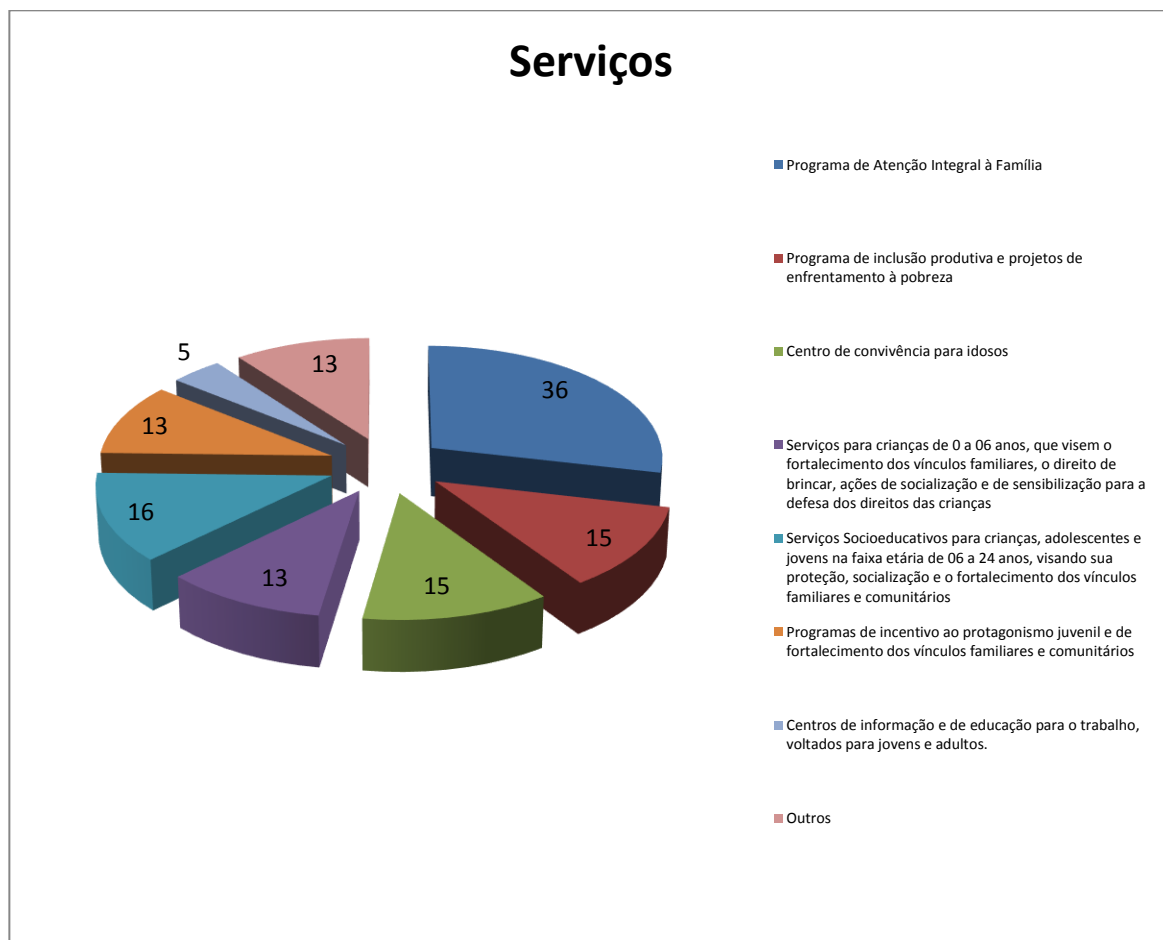
Fonte: Questionário aplicado aos profissionais dos CRAS

Dados organizados pela autora.

Em relação aos serviços ofertados no CRAS, perguntamos aos profissionais em quais destes serviços eles estão inseridos. Quase cem por cento destes profissionais estão envolvidos com o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, conforme pode ser visto a seguir²⁴:

²⁴ Questão era de múltipla escolha, logo muitos profissionais assinalaram mais de uma opção.

GRÁFICO 10 SERVIÇOS EM QUE OS PROFISSIONAIS SE INSEREM



Fonte: Questionário aplicado aos profissionais dos CRAS

Dados organizados pela autora.

No que tange aos outros programas, os profissionais citaram o Programa Família Paranaense, este corresponde a um programa do atual Governo do Paraná que:

[...] por meio da articulação intersetorial entre as políticas públicas, visa a diminuição da extrema pobreza no Estado, possibilitando a superação das vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias. O programa providencia para que as famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social tenham acesso facilitado aos serviços públicos, a serem disponibilizados conforme a demanda e necessidade de cada uma, com a elaboração de um "Plano de Ação" individualizado. (PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012, s/p.)

Quanto aos serviços pontuados pelos profissionais, vale destacar que há uma normativa intitulada “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais” que estabelece e padroniza os serviços a serem prestados no SUAS.

Esta normativa expõe que correspondem aos serviços da proteção social básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2014).

Esses 03 serviços se desdobram em outras ações, programas e projetos que podem ser realizados no interior do CRAS.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF):

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2014, p. 12).

Já o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos corresponde a um “Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social” (BRASIL, 2014, p.16).

As ações realizadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos devem prever o estabelecimento de ações que tenham temáticas relacionadas a grupos intergeracionais, heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros. Nesse sentido os serviços devem contemplar: serviço para crianças até 6 anos, serviço para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, serviço para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, serviço para jovens de 18 a 29 anos, serviço para adultos de 30 a 59 anos e serviço para idosos.

Por sua vez o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas objetiva:

[...] a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de

oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. (BRASIL, 2014, p.24).

Em todas as atividades desenvolvidas nos serviços de proteção social básica é esperado que as famílias/indivíduos passem a ter as seguintes aquisições: Segurança de acolhida, segurança de convívio familiar e comunitário, segurança de desenvolvimento e autonomia.

Este capítulo corroborou para conhecermos os indicadores sociais, pois os mesmos favoreceram a visualização de certas demandas dos municípios que estão na região do ER de Ponta Grossa.

Ficou evidente que a região em questão, embora homogênea no que concerne ao porte dos municípios, a julgar que são municípios pequenos com 20.000 a 50.000 habitantes, é bem heterogênea em termos de demandas e características socioeconômicas.

Na região existem alguns bolsões de pobreza, em que está presente um contexto de vulnerabilidade social onde as políticas sociais são necessárias para o enfrentamento de tais situações, pois as mesmas quando não atendidas afetam a proteção social dos cidadãos.

Destacamos os municípios de: Imbaú, Ortigueira, Reserva, São João do Triunfo e Ventania, os mesmos possuem indicadores sociais preocupantes que a nosso ver evidenciam a necessidade de atuação do poder público no sentido de ofertar serviços públicos de qualidade que tenham a capacidade de incidir de forma mais positiva no quadro social e econômico dos municípios.

Nessas localidades é urgente a expansão das políticas sociais, no sentido de que as mesmas possam chegar aos territórios onde há a prevalência de pobreza e vulnerabilidade social. Necessário que o Estado estimule a criação de redes de proteção social oportunizando o acesso a direitos sociais básicos como: renda, moradia, saúde, educação e inclusão produtiva, direitos que são condições *sine qua non* para combater a pobreza e reduzir as desigualdades.

CAPÍTULO 05

O PROTAGONISMO CIDADÃO NO CONTEXTO DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS: POTENCIALIDADES PARA O SEU EXERCÍCIO

As categorias analíticas numa perspectiva marxiana emanam da realidade e podemos usar as mesmas na tentativa de buscar explicar o movimento de constituição do real e dos fenômenos que o envolvem. Para isso é necessário um movimento de sucessivas aproximações com essa realidade, mediante ação que é imbuída de processo reflexivo capaz de perceber as contradições que estão por trás dos fenômenos presentes na realidade, os quais devem ser entendidos como síntese de múltiplas determinações (PRATES, 2012).

Analisar a realidade a partir das categorias favorece no sentido de que instrumentaliza o pesquisador a realizar uma “[...] análise interconectada, amplia a possibilidade de atribuir-se sentidos e explicações à realidade.” (PRATES, 2012, p.117).

Nesse movimento de análise da realidade a partir de categorias a abstração é uma atividade intelectual fundamental:

A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir “determinações as mais simples”. (NETTO, 2011, p.44).

É nesse sentido que buscamos construir este capítulo, considerando as categorias que emergiram a partir das respostas dos profissionais da equipe técnica dos CRAS, e ao perceber tais categorias, nós as abstraímos e realizamos um processo de reflexão e análise, as análises foram alimentadas por embasamento teórico procurando contextualizar as categorias no movimento sócio-histórico.

Nos itens que se seguem iremos trabalhar com as seguintes categorias: vulnerabilidade social; desproteção social e múltiplas manifestações da vulnerabilidade social; fundamentos importantes para o trabalho profissional; processo de trabalho junto às famílias; o desafio de avançar/superar as práticas

imediatistas; protagonismo cidadão e processos pedagógicos com potencial de romper a subalternidade.

5.1 Vulnerabilidade e risco social

Nesta categoria empírica abordaremos a respeito das demandas atendidas pelos profissionais atuantes nos CRAS participantes desta pesquisa, demandas que remetem às diversas situações de vulnerabilidade e riscos sociais vivenciadas pelas famílias usuárias dos serviços socioassistenciais dos CRAS em questão.

O ponto de partida para tratar o tema da vulnerabilidade e risco social é a própria Política de Assistência Social, pois o foco principal da mesma é garantir proteção social àquelas famílias e seus membros que se encontram em situação de insegurança, sendo assim constitui-se público alvo de atendimento desta política uma extensa parcela de indivíduos e famílias vulnerabilizadas, que estão em pobreza ou pobreza extrema em decorrência do próprio processo de acumulação do capital (CARVALHO; SILVEIRA, 2011).

A pobreza pode se manifestar de diversas formas, ela é resultado das relações sociais que cada vez mais se tornaram complexas na sociedade capitalista. Pobreza, nesse sentido, diz respeito a uma forma de inserção na vida social, a uma condição de classe, dessa forma trata-se de uma construção histórica e que tem diversas faces que não se limita apenas ao não acesso a bens materiais, mas também está relacionada ao não acesso aos direitos sociais (YAZBEK, 2012).

[...] todas as situações sociais vividas pelos sujeitos que demandam a política de Assistência Social têm a mesma estrutural e histórica raiz na desigualdade de classe e suas determinações, que se expressam pela ausência e precariedade de um conjunto de direitos como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, distribuição de renda, entre outras formas de expressão da questão social. (CFESS/CFP, 2007 p.11).

A respeito dessas considerações, vamos analisar algumas respostas dos profissionais da equipe de referência dos CRAS pesquisados:

“As demandas são muitas, nossa maior procura é em relação a habitação, saneamento básico, emprego, educação, alimentação, saúde, esporte, lazer entre outros, destacando também a necessidade dessas famílias serem escutadas e acompanhadas, pois a discriminação por serem pobres ainda é muito grande.” (Pedagoga 01-A).

“A demanda atendida pelo serviço social no CRAS é composta por diversas situações que giram em torno, basicamente, de questões de renda. Sendo assim, cotidianamente chegam ao nosso conhecimento a baixa escolaridade, o desemprego, problemas com relação à estrutura habitacional, condições precárias de saúde, dificuldade de acesso a serviços públicos, insegurança alimentar, entre outros.” (Assistente Social 03-A).

“Existem diversas situações que levam a família a uma situação de vulnerabilidade social, são demandadas decorrentes da pobreza, fome, questões habitacionais, questões familiares e individuais, entre outras, por isso não é possível informar porque tal demanda é mais comum que outra, são realidades e contextos diversos, não pode-se reduzir a apenas um motivo, é preciso considerar as particularidades de cada família/ usuário.” (Assistente Social 03-A)

Os relatos dos profissionais evidenciam que as demandas que as famílias usuárias dos CRAS lhes trazem correspondem a um conjunto de direitos sociais que não está restrito ao âmbito da assistência social, mas correspondem a direitos de outros segmentos, nesse sentido Sposati (2009) problematiza essa questão ao afirmar que é necessário levar em conta as vulnerabilidades e riscos que correspondem à assistência social em produzir respostas. Há riscos e vulnerabilidades como ausência de trabalho, habitação, educação, transporte, saúde, etc, que cabem a outras políticas públicas. Não há como a assistência social produzir respostas a todas as necessidades humanas dos seus usuários, estas necessidades são comuns a muitas políticas sociais e, sobretudo econômicas.

A Lei 8.742/1993, que foi alterada pela Lei 12.435/2011 e que oficializa o SUAS em todo o território nacional, no que tange à proteção social básica define que a mesma corresponde a um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que tem como premissa a prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, onde o desenvolvimento de potencialidades deve estar presente no atendimento das demandas dos usuários e suas famílias favorecendo o processo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

É importante esclarecer as responsabilidades e ofertas de serviços que competem à Política de Assistência Social, pois a mesma é uma política setorial específica. A Política de Assistência Social não consegue por si só realizar o enfrentamento e até mesmo superar todas as situações de vulnerabilidades sociais que são vivenciadas pelas famílias/indivíduos em sentido amplo, consequentemente é necessária ação articulada entre as diferentes políticas setoriais. Pois a vulnerabilidade é constituída por diversos fatores e nesse sentido se faz indispensável essa ação articulada.

É importante diferenciar as informações ou fatores de vulnerabilidade que caracterizam o contexto mais amplo de vulnerabilidades das famílias e dos territórios em que as mesmas vivem (BRASIL, 2013a).

Para ficar mais claro, podemos citar como exemplo a situação do saneamento básico, pois o mesmo constitui-se como fator de vulnerabilidade e no processo de caracterização do território onde vive a população diz respeito a um elemento fundamental. Todavia, o enfrentamento da ausência da oferta desse serviço corresponde a uma ação específica desenvolvida pelas áreas de habitação e infraestrutura. É por isso que cabe a reflexão sobre os fatores de vulnerabilidade cujo enfrentamento exige ações específicas da política de assistência social, ações essas que são capazes de garantir as seguranças e proteções que, de acordo com a LOAS e a PNAS cabem ser asseguradas no contexto da política de assistência social (BRASIL, 2013a).

O trabalho infantil (por exemplo) representa um fator de vulnerabilidade, nesse sentido, ter condições de quantificar o número de crianças que estão vulneráveis diante desse fator corresponde à demanda potencial para o Serviço de Convivência adequado a essa faixa etária (BRASIL, 2013a).

Igualmente, podemos pensar em situações em que as crianças pertencentes às famílias em situação de pobreza, que corresponde a um fator de vulnerabilidade, e que não estejam incluídas em escolas de tempo integral, outro fator de vulnerabilidade, e que em decorrência dessa situação passa grande parte do dia sem os cuidados de um adulto, da mesma forma, esta criança compõem a demanda potencial para o Serviço de Convivência (BRASIL, 2013a).

Prever com exatidão a demanda potencial constitui-se em um desafio para a assistência social, visto que esta área há pouco tempo é considerada como política pública, direito do cidadão e dever do Estado. Assim sendo, há fortes resistências no que se refere à busca por qualificação e profissionalização dessa política. No entanto, em que pese os desafios, é necessário considerar que mesmo sendo recente a inserção da assistência social no âmbito das políticas públicas, não há como negar a quantidade de material produzido na área reafirmando a necessidade de qualificação e profissionalização dos trabalhadores do SUAS.

Quanto às demandas atendidas, analisemos as considerações dos profissionais da equipe de referência dos CRAS pesquisados:

“Usuários/famílias em situação de vulnerabilidade econômica e social, promoção do protagonismo e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários numa perspectiva multidisciplinar além do caráter preventivo de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições.” (Psicóloga 08-A).

“Benefícios eventuais: cesta básica, passagens, auxílio funeral; Grupos do PAIF; Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos com serviços referenciados do CRAS (idoso, 06 a 12 anos).” (Assistente Social 23-A).

“Famílias em situação de vulnerabilidade social, indivíduos, jovens, idosos em situação de comodismo, questões referentes a cultura da população, desemprego.” (Assistente Social 26-A).

Os profissionais destacam que as demandas que os mesmos atendem são demandas de famílias em situação de vulnerabilidades sociais, é oportuno delimitar o que é estar em risco ou vulnerabilidade social.

Falar em riscos e vulnerabilidades sociais pode ter diversos significados, no entanto, há um desafio, no âmbito da política de assistência social em classificar quando uma pessoa se encontra em uma situação de risco ou vulnerabilidade social.

Sposati (2009, p. 28) afirma que:

A constituição da assistência social como política que busca construir seguranças sociais, o que é próprio do ambiente da seguridade social, traz um necessário debate sobre as desproteções e suas causas, bem como a discussão sobre riscos e vulnerabilidades sociais. A proximidade desses dois conceitos tem gerado múltiplos debates e concepções entre os que militam e analisam a política de assistência social.

A autora em questão afirma a necessidade de falar sobre desproteções e suas causas. Estar desprotegido em uma sociedade capitalista, que gira em torno do mercado, traz algumas consequências para o cidadão, desta forma, é necessário instituir ações, estratégias que possam proteger os mesmos, contra as contingências advindas dessa sociedade.

Para Sposati (2009, p. 29):

A noção de riscos tem um conteúdo substantivo, um adjetivo e outro temporal. O conteúdo substantivo diz explicitamente o que é o risco. Essa noção imediatamente leva à sua abordagem temporal: o antes, que se ocupa das causas do risco, e o depois, que se ocupa dos danos, sequelas, perdas que provoca. Há, porém, uma questão adjetiva, que vai se tornar fundamental para o desenho da política e diz respeito à graduação do risco. A vivência do risco pode proporcionar sequelas mais ou menos intensas, por decorrência da vulnerabilidade/resistência dos que sofrem o risco, como também do grau de agressão vital do próprio risco. Portanto, trabalhar situações de risco supõe conhecer as incidências, as causalidades, as dimensões dos danos para estimar a possibilidade de reparação e

superação, o grau de agressão do risco, o grau de vulnerabilidade/resistência ao risco. (grifo do autor).

A autora argumenta que quando se trata de risco é importante implementar ações preventivas e ações que tratem da situação de risco quando isso já se concretizou. E, quando a situação de risco já é algo concreto, é fundamental a análise dos graus em que esse risco já está instalado e as possibilidades que a família/indivíduo tem de enfrentar tal risco. No caso da proteção social que compete à política de assistência social devem ser instaladas ações de prevenção dos seguintes riscos:

- situações de violência intrafamiliar; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade;
- situações que denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, tais como: vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; atos infracionais de adolescentes com consequente aplicação de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos, crianças ou pessoas com deficiência em instituições de acolhimento; qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência), ainda que residindo com a própria família. (BRASIL, 2013a, p. 11).

E se tais situações já estiverem instaladas devem ser desenvolvidas ações que busquem realizar o enfrentamento das mesmas e das sequelas que as situações de riscos podem gerar no contexto familiar/individual. O que não é fácil, pois as sequelas geradas pelas situações de riscos são marcas que ficam no âmbito subjetivo, e que demanda dos profissionais a realização de um trabalho de longo prazo.

É oportuno destacar que, para caracterizar os riscos sociais, se faz necessário considerar que se trata de uma condição que envolve aspectos multidimensionais e não restringir a apenas um fator de ordem econômica, ainda que a ausência/insuficiência de renda pode desencadear uma situação de risco social (BRASIL, 2013a).

Frente a isso, é possível inferir que o enfrentamento das situações de riscos supõe ações que derivam de um processo reflexivo e analítico do profissional. Mais do que apenas acionar instrumentos de intervenção como uma visita domiciliar, por exemplo, para averiguar as situações de riscos, principalmente quando o mesmo já se materializou, as estratégias de enfrentamento desses casos devem ser coerentes

com as condições de vida do usuário, sempre respeitando os seus limites e fragilidades em enfrentar e até mesmo de perceber aquela situação como um risco de fato.

“Evasão escolar, drogadição, violências na comunidade e família, falta de condições financeiras e familiares.” (Pedagoga 03-A).

“Desestruturação familiar; situação econômica/financeira precária; desemprego; crianças e adolescentes com comportamentos disruptivos; habitação (necessidade de casa própria).” (Psicóloga 01-A).

“Negligência contra idoso, negligência contra criança, pobreza, doenças, alimentação, falta de emprego e crianças fora da escola.” (Psicóloga 05-A).

“Dificuldade de resolver as divergências intrafamiliares, em especial aquelas relativas aos conflitos maritais e dos processos de educação (informal) dos filhos.” (Psicólogo 06-A).

“Encaminhamentos para documentação civil básica, benefícios da Previdência Social e programas de transferência de renda dos governos Federal, Estadual e Municipal e benefícios eventuais (auxílio natalidade, cesta básica, auxílio funeral, cobertores). Efetuamos ainda o acolhimento e encaminhamento para atendimentos no Conselho Tutelar e CREAS I.” (Psicóloga 07-A).

Os relatos dos profissionais elucidam que muitas das demandas que os mesmos atendem em seu cotidiano no CRAS correspondem a situações de risco, ressaltamos que todos os relatos destacam a questão da fragilidade dos vínculos familiares como sendo um risco presente no contexto de vida das famílias atendidas.

Bronzo (2009, p. 173) explica que é possível oferecer algumas respostas frente às situações de riscos, tais respostas podem ser produzidas conforme as estratégias que foram desenvolvidas antes ou depois da situação de risco se instalar. As respostas podem ocorrer de duas formas:

[...] as ações podem se dar na perspectiva da prevenção ou na da redução ou mitigação do risco. Na **prevenção**, a finalidade das estratégias é reduzir a probabilidade de produção de riscos adversos, as quais ocorrem, portanto, antes que se produzam os riscos. Tais estratégias envolvem políticas macroeconômicas, de regulação, de meio ambiente, de educação, de prevenção de epidemias, entre outras. Na perspectiva preventiva da proteção social, as medidas envolvem a redução dos riscos de desemprego, de subemprego e de baixos salários, por exemplo. Na **mitigação**, as intervenções voltam-se para a redução dos efeitos de riscos futuros e, portanto, tais estratégias situam-se antes da produção dos riscos, à medida que buscam reduzir a repercussão ou os efeitos dos eventos de riscos, caso ocorram. Trata-se de medidas *ex ante*, que buscam reduzir o impacto do risco, caso este se materialize.

As linhas de ações de enfrentamento dos riscos podem ser instaladas de maneira preventiva, ou seja, antes que o mesmo ocorra, ou serem desenvolvidas para reduzir os efeitos gerados pelas situações de risco, o importante na área da Política de Assistência Social e especificamente no âmbito do CRAS é desenvolver estratégias que tenham a capacidade de fazer enfrentamento das situações de risco junto às famílias/indivíduos inseridas(os) em seu território.

Considerando a diversidade cultural do Brasil, sua dimensão continental e as diversidades regionais, é preciso pensar em modelos abertos de trabalho social com famílias. Que a ação desenvolvida seja alicerçada no diagnóstico local – vulnerabilidades e possibilidades dos territórios, riscos e potencialidades das famílias e comunidades, a fim de se desenvolver um trabalho social mais próximo de sua realidade e, dessa forma, ser mais efetivo. (ANDRADE; MATIAS, 2009, p.224).

As autoras em questão tratam da coerência dos serviços socioassistenciais disponíveis no território, isto é, os mesmos têm que ser coerentes com a realidade local das famílias, dessa forma um diagnóstico é fundamental para que haja tal coesão.

[...] também constitui um grande desafio encontrar a justa medida entre ações coletivas e individuais. Dever-se-ia individualizar o acompanhamento em situações de maiores vulnerabilidades e risco e coletivizar o trabalho em contextos em que a situação de vulnerabilidade é compartilhada em determinado território. Dado o tamanho desse desafio, destaca-se que o desenho de tipologias adequadas e efetivas de trabalho social deve ser fruto do esforço coletivo dos governos federal, estaduais e municipais bem como das universidades, a fim de implantar modelos de trabalho social capazes de prevenir, enfrentar e mitigar as situações de risco e vulnerabilidades e promover a inclusão social das famílias. (BRASIL apud ANDRADE; MATIAS, 2009, p.224).

O trabalho junto às famílias deve ser orientado pelo pressuposto do fortalecimento das mesmas e também considerar que as mesmas têm a capacidade de serem protagonistas, no sentido de perceber sua potencialidade quando do momento de enfrentamento das condições de vulnerabilidade social, trabalhando sentimentos de fatalismo, por exemplo. É importante analisar as situações vivenciadas pelas mesmas, considerando que haverá momentos em que será necessária uma intervenção individual com intuito de não expor a família ou até mesmo culpabilizá-la. Da mesma forma, haverá momentos em que as demandas das famílias serão demandas coletivas e nesse caso é importante tratá-las

coletivamente com foco de promover ações que percebam o potencial do território em produzir situações de vulnerabilidade social, e que, portanto, a comunidade recebe os impactos produzidos pelo território.

A reflexão sobre demandas coletivas e/ou individuais pode ser visualizada na resposta da Assistente Social 03-A.

“Definir o motivo das demandas cotidianas trazidas pelos usuários ao CRAS é um exercício que dificilmente oferece resultados concretos, considerando que a realidade dos sujeitos é composta por diversos determinantes culturais, sociais, econômicos e mesmo familiares podendo ou não ser responsáveis pela reprodução de situações ou superação das mesmas. Dessa forma, procuramos considerar, frente as demandas apresentadas, principalmente a individualidade do sujeito de forma a contribuir com a superação da situação de vulnerabilidade vivenciada.” (Assistente Social 03-A).

Portanto, as ações a serem realizadas junto às famílias devem ser elaboradas e planejadas buscando considerar suas especificidades.

[...] cabe refletir sobre o tipo de família a que a ação se destina, e se ela terá algum significado. Por exemplo: qual a composição desta família? Quem são seus membros? Quantos homens e mulheres? A que grupos raciais ou étnicos pertencem? Qual a idade de seus membros? Que história de vida cada um deles tem para contar? Em que área vivem (urbana ou rural)? De que serviços dispõem em sua comunidade? Quais as atividades desempenhadas no dia-a-dia pelos homens e pelas mulheres, incluindo-se as crianças, os jovens e os idosos? Como cada um dos membros da família usa o seu tempo? Quais as expectativas e necessidades de cada um dos membros da família com relação ao trabalho social que será realizado? É necessário o encaminhamento para os serviços de proteção social especial ou de outras políticas públicas? Do que cada um mais e menos gosta de fazer? Estas e outras perguntas poderão auxiliar a adequar o material pedagógico e o instrumental técnico-metodológico às ações e características das famílias acompanhadas. (ANDRADE; MATIAS, 2009, p.223 - 224).

Na perspectiva aqui defendida, se faz necessário conhecer de fato a família a ser acompanhada para não incorrer em estratégias que ao invés de fortalecer produzirão mais estigma sobre as mesmas. Deve-se ter cuidado para não cair na armadilha para não reproduzir papéis tradicionais, como por exemplo, o caso do papel da mulher dentro do âmbito doméstico. O excesso de responsabilidade que recai sobre a mulher no cuidado dos filhos e ao mesmo tempo essa mesma mulher se vê na responsabilidade de trabalhar para poder sustentar sua família. “Desse modo, o acompanhamento familiar constitui instrumento que pode reforçar ou combater desigualdades de gênero no seu âmbito mais naturalizado/invisibilizado e, por isso, de difícil alcance: a esfera privada.” (ANDRADE; MATIAS, 2009, p.225).

A PNAS de 2004 estabelece que estar em vulnerabilidade significa estar em situação em que um indivíduo/família encontra-se excluído socialmente, esta exclusão é resultado do processo de produção e reprodução de desigualdade social, onde se originam processos de discriminação e segregação.

O texto da PNAS (2005, p. 42) segue afirmando que estar vulnerável à pobreza não é uma questão que se limita a um fator econômico, tão pouco se trata apenas de qualificar individualmente uma pessoa como capaz ou incapaz. Mas estar em uma situação de vulnerabilidade à pobreza está relacionado também às configurações familiares e aos ciclos de vida das famílias.

Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem.

Por sua vez, Bronzo (2009, p. 172) faz a seguinte indagação **“Famílias em condição de vulnerabilidade: o que isso quer dizer?”** (destaque do autor).

Para Bronzo (2009, p. 172) é importante estabelecer algumas distinções, entre pobreza e vulnerabilidade, pois ambos os termos não correspondem à mesma coisa, por isso da importância de se definir com mais clareza e objetividade o que se entende por famílias em situação de pobreza, em condição de vulnerabilidade ou fragilizadas, pois comumente tais termos são utilizados como se fossem sinônimos. “Nem todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade são pobres – situados abaixo de alguma linha monetária de pobreza –, nem todos os pobres são vulneráveis da mesma forma”.

A discussão/estratégias de ações que permeiam o campo da proteção social, especificamente a área da assistência social, se centram em dois tipos de famílias: aquelas que enfrentam suas vulnerabilidades e conseguem sair da pobreza e há aquelas famílias que não conseguem lograr tal “êxito”. Para Bronzo (2009, p.173) essa discussão remete a uma reflexão sobre a “[...] contribuição possível e necessária das políticas públicas ao fortalecimento das capacidades de indivíduos, famílias e regiões para o enfrentamento e a superação da condição de vulnerabilidade”.

Nessa perspectiva a autora segue afirmando que:

O enfoque da vulnerabilidade e dos riscos permite uma ponte mais direta com o campo das políticas públicas, ao explicitar as diferentes estratégias que devem ser desenvolvidas para fazer frente a riscos específicos e fortalecer a capacidade de resposta das famílias, para redução de sua vulnerabilidade. Vulnerabilidade relaciona-se, por um lado, com a exposição ao risco e, por outro, com a capacidade de resposta, material e simbólica que, indivíduos, famílias e comunidades conseguem dar para fazer frente ao risco ou ao choque (que significa a materialização do risco). As políticas e os programas inserem-se nesse campo como elementos que podem fortalecer a capacidade de resposta das famílias e de seus membros e reduzir-lhes a vulnerabilidade. (BRONZO, 2009, p. 173).

Com base nas argumentações de Bronzo, podemos inferir que, se os serviços disponíveis na rede socioassistencial forem compatíveis com as demandas das famílias/indivíduos, se as ações implementadas no contexto da política de assistência social forem coerentes com as realidades dos mesmos. Estas ações poderão contribuir para o fortalecimento das famílias/indivíduos e no que tange à vulnerabilidade social esse fortalecimento pode ser fundamental para que famílias/indivíduos se percebam enquanto sujeitos com potencialidades, colaborando para a capacidade de construção de respostas dos mesmos frente às situações de privações que vivenciam em seu cotidiano.

“Acredito que é uma consequência desencadeada por vários fatores: cultural, histórico familiar, falta de incentivo, de oportunidades, informação, orientação, entre outros.” (Psicóloga 01-A).

“O município ainda tem boa parte da população que saiu da área rural, que não tiveram oportunidade de estudar adequadamente, e seus filhos também tem grande deficiência no estudo.” (Psicóloga 03-A).

“Existe essa demanda por falta de oportunidade e conhecimento da população em relação aos serviços prestados e acesso principalmente da educação.” (Psicóloga 05-A).

“Oportunidade em Programas de Trabalho e de Transferência de Renda; Programa Habitacional Rural; Atendimento com Benefícios Eventuais e BPC, Acompanhamento de Caso e Encaminhamento/Acompanhamento de Documentação Pessoal.” (Assistente Social 01-A).

“O Histórico de assistencialismo e vínculo forte a benefícios assistenciais, sem trabalho visando o protagonismo, é o que caracteriza a existência dessas demandas, ainda muito presentes, pois os CRAS têm apenas 03 anos de atividade, saindo do primeiro estágio da gestão anterior. [...]” (Assistente Social 02-A).

“Os usuários não têm grau de instrução para se inserir no mercado de trabalho, assim não conseguindo ser protagonista de sua própria vida, e também se observa uma questão cultural do assistencialismo ainda arraigado a visão política do município.” (Assistente Social 05-A).

“Certo de que o sistema vigente tende a excluir uma grande parcela da população de requisitos básicos de um ser humano, como educação de qualidade, alimentação, e principalmente a propriedade.” (Assistente Social 06-A).

Nos relatos dos profissionais vamos destacar duas questões: 1) questão da oportunidade e 2) assistencialismo e primeiro-damismo.

Sobre a questão da oportunidade, vamos considerar a mesma a partir da ideia de origens de classes, o que nos remete a uma questão de desigualdade de oportunidades. Nem todas as famílias atendidas tiveram a mesma oportunidade no que tange ao acesso à educação, emprego, saúde. Os gráficos apresentados no capítulo 04 evidenciaram essa realidade, os indicadores apresentados sinalizaram para municípios que apresentavam baixo índice educacional, situações de extrema pobreza, presença de vulnerabilidade social e precariedade de renda. Um contexto marcado por essas situações muda substancialmente o acesso a oportunidades dessas pessoas em relação até mesmo de oportunidades de construir projetos de vida. Diante desse cenário as ações da política de assistência social e, sobretudo a perspectiva do direito social, podem contribuir para reduzir “[...] vulnerabilidades e incertezas, igualando oportunidades e enfrentando as desigualdades.” (JACCOUD, 2009, p.69).

Corroboram com esta análise os dados expostos no gráfico 03 – Gráfico IDHM Educação, os mesmos revelam a dificuldade que a região tem em relação à educação, pois vimos que todos os municípios estão abaixo da média paranaense e que alguns estão bem abaixo da média.

Quanto ao aspecto do assistencialismo e primeiro-damismo, essas são as marcas que infelizmente se fizeram, e ainda se fazem presentes na política de assistência social, nesse sentido, é um desafio produzir ações que tentem romper com esta lógica afirmando a assistência social como direito social e política pública.

Referente a esse aspecto Iamamoto (2014) expõe que é importante considerar as particularidades dos pequenos municípios brasileiros e os desafios que os profissionais têm quanto a efetivar práticas profissionais que tenham como premissa o direito social. Nesses municípios os profissionais ficam mais sujeitos a interferência das forças políticas em seu cotidiano, onde a fronteira entre o público e o privado são pouco nítida, fato que contribui para a permanência de ações clientelistas, assistencialistas e patrimonialistas.

Embora a CF/88 tenha elevado a assistência social ao patamar de política de seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social, persiste ainda uma resistência e permanece a ideia discriminadora que refere o termo assistência social ao assistencialismo e à prática assistencialista. Com esses significados, seria uma política tuteladora, de prática do favor, da subalternidade, da acomodação e não do desenvolvimento de capacidades, de aquisição de novas condições de sustentabilidade. (SPOSATI, 2009, p.49).

Prefeitos, gestores e muitos técnicos ainda têm resistência em reconhecer a assistência social enquanto política pública alicerçadora de direitos sociais, e ao ter essa resistência insistem em executar as ações da assistência social tendo como premissa que qualquer um pode fazer, não privilegiam o conhecimento técnico e a qualificação profissional, perpetuam intervenções que vão na contramão dos princípios e diretrizes do SUAS. “No final das contas, o resultado é a manutenção do clientelismo, assistencialismo e baixo desempenho das políticas, com o não equacionamento sustentável das condições de vulnerabilidade.” (BRONZO, 2009, p.186).

Nesse sentido, opera a assistência social sob o princípio de solidariedade como ação de entidades sociais subvencionadas pelo Estado. Sob essa ótica não há interesse em ter recursos humanos estatais ou fortes regulações para a inserção de entidades na rede socioassistencial. O órgão gestor pode estar sob a tutela de uma primeira-dama sem configurar nepotismo. A ausência do Estado é natural. (SPOSATI, 2009, p.15).

Enfrentar esse desafio no âmbito da assistência social pressupõe considerar a historicidade contida no modelo de atendimento pautado no assistencialismo e primeiro-damismo. Se a intenção é legitimar o SUAS como modelo de atendimento dos usuários da assistência social com foco nos direitos sociais é preciso considerar a história, e, pensar não apenas o que pretendemos enquanto futuro do SUAS, mas, sobretudo o que foi construído no passado em relação à assistência social e a partir disso construir bases críticas que sejam capazes de fazer o enfrentamento das práticas assistencialistas que persistem em serem promovidas no interior do SUAS.

Aplicar um modelo na realidade exige a capacidade estratégica de enfrentar condicionantes, determinantes e impactos nos elementos do presente e do passado, que não condizem com o modelo que se deseja concretizar para o futuro. Portanto, a aplicação do modelo supõe a alteração do que já vinha ocorrendo e, ainda, um novo modo de realizar a leitura dos fatos e elementos em mutação. (SPOSATI, 2009, p.15).

Essa é uma árdua tarefa a ser realizada pelos trabalhadores, pesquisadores e militantes do SUAS, e embora árdua, é importante sinalizar que a própria existência do SUAS hoje nos revela que essa tarefa já está em construção na sociedade brasileira.

5.2 Desproteção social e múltiplas manifestações da vulnerabilidade social

Neste momento interessa-nos analisar, através das respostas dos profissionais, quem são os usuários em termos de condições concretas que expressam a sua situação de vulnerabilidade social; Como tais situações afetam o coletivo, a comunidade e a família e diante disso, observar quais as demandas que eles trazem para as equipes dos CRAS.

No item anterior abordamos sobre a questão da vulnerabilidade social, apresentamos alguns conceitos à luz da PNAS de 2004 e também apresentamos o debate que autores realizam em torno desta categoria, porém neste item pretendemos trabalhar a vulnerabilidade social e as diversas formas como esta se manifesta na vida das famílias usuárias dos serviços socioassistenciais a partir do prisma da despreteção social.

Sposati (2013) afirma que vivemos em uma sociedade do capital, sociedade marcada por profundas contradições que se manifestam de diversas formas que culminam em situações de despreteção social.

Quanto à relação entre assistência social e despreteção social, Sposati (2007) assevera que quando vamos tratar do tema sobre despreteção social no contexto da PNAS é necessário ainda fazer alguns esclarecimentos: a autora chama a atenção para o capítulo 2 da PNAS de 2004 onde este, afirma que a assistência social está inscrita no âmbito do sistema de seguridade social brasileira desde a Constituição Federal de 1988, e, portanto a assistência social está situada num contexto de proteção social, obviamente que essa proteção social deve ser articulada com as demais áreas: previdência social e saúde e demais campos que se referem aos direitos sociais e de condições dignas de vida.

A autora segue afirmando que a própria concepção de assistência social se amplia quando a mesma passa a ser situada no contexto da proteção social, pois a ideia de proteção social traz em si o entendimento de prevenção. Dessa forma, é necessário romper com a ideia de que o campo da assistência social opera na linha

do socorro, amparo, ajuda e apoio social, agir nessa lógica significa que a intervenção ocorrerá após a ocorrência da violação de direitos ou da desproteção social. Romper com esse paradigma implica em partir do pressuposto de que a “[...] proteção social traz a necessidade de ser inaugurada no âmbito da assistência social a dimensão preventiva.” (SPOSATI, 2007, p.17). É necessário pontuar a particularidade das proteções sociais afetas ao campo da assistência social enquanto política social pública, direito do cidadão e dever do Estado. (SPOSATI, 2007).

Para Sposati (2007, p.17) estar protegido significa:

[...] ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão/precarização/privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição. Porém, estar protegido não é uma condição inata, ela é adquirida não como mera mercadoria, mas pelo desenvolvimento de capacidades e possibilidades. No caso ter proteção e/ou estar protegido não significa meramente portar algo, mas ter uma capacidade de enfrentamento e resistência.

Ser protegido, na perspectiva acima defendida, sugere a necessidade de desenvolvimento de habilidades e capacidades para que um indivíduo/família passe a ter forças de enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades sociais que possam acometê-los, e quando o indivíduo/família não tem tal possibilidade, entra em cena um terceiro que possa dar esse suporte/proteção. A capacidade de enfrentamento e resistência das situações de desproteção social pode ser afetada quando a pobreza está presente, pois os pobres têm menos condições de enfrentar tais condições, todas as pessoas estão sujeitas aos riscos sociais. No entanto, aquelas que se encontram em situação de pobreza estão mais vulneráveis, pois dispõem de menos mecanismos de enfrentamento, é necessário uma ação com vistas ao desenvolvimento de habilidades e capacidades.

Na sociedade capitalista os cuidados com a vida e a prevenção dos riscos podem ser adquiridos via mercado e nesse sentido não se trata de proteção social, mas sim de uma mercadoria que pode ser comprada por aqueles que têm condições. Já as pessoas que não possuem poder de compra ficam a mercê da proteção social (SPOSATI, 2007). Todavia a forma de acesso à proteção social é via:

[...] teste de meios (ou seleção por renda) para detectar se de fato esta pessoa deve ser atendida sem pagamento. Neste caso não se está tratando de um direito pleno de quem possui a necessidade e precisa tê-la atendida, mas sim de uma concessão pela baixa renda. Esta situação fragiliza a concepção de política pública fundada em direito e torna o campo compensatório do mercado voltado para o que os liberais nominam de hiposuficientes, isto é, um recurso linguístico para uma linguagem discriminatória que define alguém de insuficiente. (SPOSATI, 2007, p.18).

Nessa linha de pensamento liberal, é como se o hipossuficiente necessitasse de uma “ajuda” ou “favor” do Estado para que ele tenha condições de superar sua condição improdutivo de beneficiário. Nessas condições é importante introduzir:

[...] no modelo de proteção social a disciplina de frequência a treinamentos para que se reduzam situações de dependência que requerem proteção e se ampliem oportunidades de “exercício de autonomia” isto é, ocupação remunerada de mão de obra, para que o beneficiário se transforme em provedor de sua própria proteção. (SPOSATI, 2013, p.657).

Castel (2005) pondera que ser protegido não corresponde a um estado natural do ser humano, pois a proteção corresponde a uma situação construída socialmente, tendo em vista que a insegurança e a desproteção não são acontecimentos que surgem de uma forma acidental, mas corresponde a um fenômeno que está intrinsecamente ligado ao modo de vida da sociedade moderna. Nessas circunstâncias, ser protegido constitui em uma situação onde o ser humano está resguardado dos eventos que ameaçam impedir sua própria sobrevivência. O ser humano se percebe destituído de proteção quando toma consciência de que está à mercê dos fenômenos eventuais que podem ameaçar sua subsistência.

Por exemplo, seja ela devida à doença, ao acidente, ao desemprego ou à cessação da atividade em razão da idade, a incapacidade de “ganhar a vida” trabalhando coloca em questão o registro da pertença social do indivíduo que tirava os meios de sua subsistência de seu salário, e o torna incapaz de controlar sua vida a partir de seus próprios recursos. Deverá, pois, ser assistido para sobreviver. (CASTEL, 2005, p.27).

O autor em questão indaga: como pode um ser humano projetar seu futuro, fazer projetos de vida se as condições de desproteção/insegurança o perturbam todos os dias de sua vida? Tendo em vista que a insegurança social faz com que esta pessoa trave todos os dias de sua vida um verdadeiro combate pela

sobrevivência, a qual, numa sociedade moderna permeada por desproteção social e vulnerabilidade, a segurança social é cada vez mais incerta.

A necessidade de proteção social ocorre uma vez que o ser humano não dispõe por si só de mecanismos que sejam capazes de protegê-lo e que garantam sua independência social. Diante desse cenário “[...] onerá-lo com a responsabilidade principal do processo que deve assegurar-lhe esta independência, é na maioria das vezes impor-lhe um negócio de otário.” (CASTEL, 2005, p.80).

Importante destacar, que como mencionamos anteriormente, a sociedade capitalista fez da proteção uma mercadoria, quem tem poder de compra tem que, via mercado, consumir esta mercadoria. Mas aquele que não tem condições de comprar, e nesse contexto, leia-se: o pobre, tem que buscar via políticas sociais focalizadas e estigmatizadoras, a proteção social, uma vez que o mesmo não conseguiu dar conta dessa responsabilidade, que certamente ocorreu por uma disfunção pessoal e não estrutural.

Contribuindo com este debate Rego e Pinzani (2013, p.35) destacam que a:

[...] interiorização da imagem negativa que o resto da sociedade, ou sua parte mais poderosa do ponto de vista ideológico, constrói da pobreza e dos pobres. Negatividade que passa pela atribuição aos indivíduos da responsabilidade pela sua situação (como se eles tivessem escolhido ser pobres, nascer em uma família pobre, bairro pobre, área rural pobre, enfim em um país pobre, ou que não cuida deles).

No capítulo primeiro da pesquisa discorreremos sobre o poder da ideologia e como a mesma é instituída com vistas a resolver conflitos e não contradições que se manifestam na sociedade capitalista. A forma que a classe dominante trabalha com a questão das situações de desproteção social, extrema pobreza, riscos e vulnerabilidade social é impondo aos sujeitos que se encontram nestas condições a responsabilidade dos mesmos em produzirem respostas para as suas próprias demandas. “A orientação é a de que o beneficiário possa se tornar um empreendedor [...] a perspectiva da proteção social é tornar-se o mais reduzida possível e contrapor a “dependência com a condição de ser consumidor.” (SPOSATI, 2013, p.658).

A seguir expomos algumas respostas dos profissionais do CRAS, as mesmas elucidam algumas situações de desproteção social vivenciadas pelas famílias/indivíduos usuários dos serviços socioassistenciais.

“São famílias que estão em situação de extrema pobreza tanto financeira como cultural e, além disso, tem o uso abusivo do álcool e drogas.” (Pedagoga 01-B).

“Idosos que moram sozinhos; famílias de baixa renda que recebem algum benefício; famílias que recebem cartão cidadania (alimentação); famílias com moradias bastante precárias; desempregados e também famílias dos presidiários; jovens gestantes.” (Pedagoga 03-B).

“São usuários em sua maioria mulheres, chefes de família, sem renda fixa, e sem escolaridade. Exemplo: mulher, 31 anos, doméstica, mãe de 06 filhos, grávida de mais, sem parceiro, era vítima de violência doméstica. E sua única renda fixa é provida pelo Bolsa Família.” (Psicóloga 01-B).

“O território de abrangência do CRAS é composto atualmente por 24 vilas, e quase todas possuem áreas de vulnerabilidade social, tais como focos de favelas, áreas de ocupação irregular (invasão), área de risco próxima à linha do trem, entre outras. Como expressões das questões sociais em algumas regiões se destacam a violência, o consumo e o tráfico de drogas, a pobreza devido à baixa escolaridade, o subemprego ou o desemprego. Como o município é 98,2% rural, o trabalho sazonal na agricultura é frequente, porém muitas vezes sem garantias trabalhistas. Os programas de transferência de renda atingiram as famílias do território e praticamente não temos notícias de famílias que ainda não tiveram acesso, ou que ainda não receberam informações sobre os programas sociais e critérios para a inclusão. Já realizamos vários encontros ou reuniões que chamamos de Reunião de Acolhida, tanto no CRAS, como nos equipamentos da comunidade, como escolas, SME, organização não governamental e centro de idosos.” (Assistente Social 07-B).

“Basicamente se constituem de cidadãos de com escolaridade, sem qualificação profissional, com renda per capita menor que meio salário mínimo, beneficiário do Programa Bolsa Família, ou não, em situação de desemprego ou sem trabalho, do arrimo de família, que buscam a superação de sua situação de vulnerabilidade através das transferências de renda federal e estadual, sem, contudo deixar de solicitar com relativa frequência benefícios eventuais como: cesta básica de alimentos, autorização para fotos e vale gás. A falta de regularização dos BEs contribui no processo contínuo ainda presente do assistencialismo, como prática profissional, que leva ao comodismo, tanto dos usuários como dos agentes profissionais.” (Assistente Social 10-B).

As respostas elucidam as situações de pobreza e de extrema pobreza dos usuários, corroboram com esta análise os dados da Tabela 04 que trata da “População em situação de extrema pobreza por faixa etária”, nesta tabela foi possível visualizar que a região de Ponta Grossa, junto com seus 17 municípios tem 5,24% de sua população vivendo em extrema pobreza e que nos municípios de Ortigueira 9,11%; São João do Triunfo 8,75; Ivaí 8,55% e Sengés 7,48% há maior concentração de pobreza.

Vamos destacar uma situação que é semelhante nas respostas dos profissionais; entre tantas situações, há uma que se destaca que é a questão da renda. A Pedagoga 1-B expõe que as famílias atendidas no CRAS são famílias extremamente pobres financeiramente e culturalmente; por sua vez a Pedagoga 3 ressalta que são famílias de baixa renda e ressalta os benefícios que as mesmas

recebem; a Psicóloga 1-B destaca que além de serem de baixa renda, os usuários atendidos no CRAS em sua grande maioria são mulheres chefes de família; a assistente social 7-B destaca que são famílias em situação de subemprego e desemprego, que recebem benefícios de transferência de renda e a Assistente Social 10-B enfatiza que os usuários em sua grande maioria são pessoas de baixa renda, em situação de desemprego e que igualmente recebem benefícios de transferência de renda.

Antes de tratar da questão da renda, sublinhamos a questão da pobreza financeira e cultural destacada pela Pedagoga 1-B. Rego e Panzini (2013) salientam que em condições de ausência de meios materiais há uma situação de ausência de esperança, ausência de sonhos de expectativas de uma vida melhor. Portanto, os autores afirmam que nestas condições o ser humano fica limitado apenas em satisfazer as suas necessidades mais básicas e concluem que a pobreza material resulta em pobreza espiritual. Nesse sentido, “[...] a falta ou ausência absoluta de esperança de mudar sua situação no futuro podem torná-los resignados ou violentos. Tudo isso aumenta sua vulnerabilidade como pessoas destituídas de direitos [...]” (REGO; PANZINI, 2013, p.150-151).

Chamamos a atenção para a renda, pois é objetivo da assistência social a segurança da sobrevivência. Se faz necessário afiançar o direito à sobrevivência como um valor humano, e é por esse motivo que a assistência social opera na lógica da garantia da segurança da sobrevivência. Parte do pressuposto da urgência de um rendimento básico para aquelas pessoas que se encontram fora das relações formais/dignas de trabalho (SPOSATI, 2007).

Nessa linha de pensamento, Sposati (2007) argumenta que a proteção social à sobrevivência no campo da assistência social desdobra-se, em três eixos:

O primeiro eixo tem relação com o desenvolvimento bio-psico-social e ciclo de vida.

Trata-se da proteção ao enfrentamento próprio às fragilidades do ciclo de vida que se compõem não só do seu percurso biológico (infância, adolescência, adulto, velhice), mas também do percurso psico-social desse ciclo, ampliando para maturação do ser humano em sua capacidade de reprodução (união, casamento, paternidade e maternidade, construção de identidade pessoal e social, construção do projeto pessoal, enfrentamento de separações, rupturas, morte, exercício de cidadania, representação, entre tantos outros). (SPOSATI, 2007, p.20).

O segundo eixo tem uma natureza ética, pois trata da preservação da dignidade humana e da sobrevivência:

Significa avançar para as condições de qualidade de vida e não sob um foco minimalista de sobrevivência. No caso inclui-se aqui o pleno exercício da capacidade humana enquanto acesso à direitos básicos de cidadania, vida individual e coletiva com acesso à rede de serviços e infra-estrutura, acesso a justiça. (SPOSATI, 2007, p.20).

O terceiro eixo corresponde à proteção à renda, a autora destaca este eixo, pois do seu ponto de vista é importante a proteção à renda, tendo em vista que estamos inseridos em uma sociedade do capital que é comandada pelo mercado e pela capacidade de compra de mercadorias que contribuem para a reprodução social e sobrevivência (SPOSATI, 2007).

A autora ainda destaca que quando a sobrevivência passa a compor a agenda dos direitos sociais, há um avanço no sentido de assegurar, àqueles que não alcançam o status de consumidor, a condição de cidadãos. Tanto aquele que busca garantir a sobrevivência via mercado ou via políticas públicas, são cidadãos, pois a garantia da sobrevivência é direito urgente de cidadania e não somente privilégio que se compra no mercado.

Nessa linha de pensamento, Sposati (2007, p.19) assevera que sempre que possível é necessário questionar o termo carente, assistido, pobre, termos esses usados para se dirigir ao usuário dos serviços socioassistenciais.

Porque carente? Porque assistido? “Idoso carente”, “família carente”, “criança carente” e por aí vai. Até a Defensoria Pública fala que atende a carentes. A perspectiva da ação deve ser a de valorizar, afirmar, garantir o direito e este é compatível com cidadãos.

A assistência social não corresponde a uma política de proteção social específica para pobres, aliás, erradicar a pobreza é uma tarefa muito desafiadora e ambiciosa. A pobreza é um mal decorrente de um modelo socioeconômico, trata-se de um problema estrutural e não cabe a uma política social resolver. Pois para resolver tal problema é necessária uma infinidade de ações tais como: redistribuição de renda, meios, acessos, representação, participação e etc. (SPOSATI, 2007).

Assistência social precisa ter demarcado um campo substantivo de ação, no âmbito da proteção social, que deve ser definido a partir de situações

objetivas de prevenção, vulnerabilidade e risco e não pela fragmentação de pedaços da população perfiladas como clientelas. (SPOSATI, 2007, p.19).

Jaccoud (2007, p.34) também problematiza sobre o debate da pobreza no âmbito da assistência social e sinaliza que:

[...] o debate sobre a pobreza não pode se fazer de forma estanque e dissociada do debate sobre vulnerabilidades, o debate sobre vulnerabilidades não pode se resumir ao debate sobre a pobreza. Ou seja, é necessário lembrar que as responsabilidades da PNAS não se limita ao enfrentamento das situações sociais derivadas da insuficiência de renda. As proteções asseguradas por essa política social não devem se limitar a atuar quando instalada a “desproteção.” Seu desafio é também o de evitar a desproteção, enfrentar a vulnerabilidade e prevenir a violação de direitos nos campos da sobrevivência, autonomia, acolhida ou convívio.

A autora em questão concorda com Sposati (2007), pois a mesma problematiza a questão de que, via de regra, discute-se que os usuários da assistência social são os pobres, e que esta política realiza o enfrentamento da pobreza. A assistência social inscrita no patamar de política pública deve realizar uma intervenção voltada para a proteção social, o que implica em uma ação preventiva. Planejar sua atuação antes da violação de direitos, antes dos rompimentos dos vínculos e atuar com sujeitos que se encontram em situações de risco e vulnerabilidade social e é claro que, em se tratando de sujeitos que se encontram em situação de pobreza, os mesmos passam a ser sujeitos da política de assistência social, mas o atendimento da assistência social não se limita a estes apenas.

Contribuindo com este debate Rego e Pinzani (2013, p.66) expõem:

[...] a vivência de carências rudes e tacanhas impede as pessoas de desenvolverem suas funções humanas, tolhendo suas capacidades de demandar e fruir direitos – e não apenas isso, o que não é pouco, mas reduz suas capacidades de humanização. A expansão dos direitos e a experiência deles na constituição da personalidade e da vida em geral fazem das pessoas seres humanos mais capacitados para se expressarem e agirem no mundo. A pobreza não é somente privação de dinheiro e recursos materiais, é também privação de capacidades e não desenvolvimento de funções humanas importantes, o que torna os pobres ainda mais pobres.

É nesse sentido que a assistência social passa a realizar sua intervenção com pessoas em situação de pobreza, tendo em vista que estas pessoas por se encontrarem em situações de precariedade de renda consequentemente vivenciam

a precariedade em outras áreas de suas vidas, pois como bem lembramos anteriormente, vivemos em uma sociedade de mercado, onde para sobrevivermos precisamos consumir e só consumimos quando possuímos renda, caso contrário, não o fazemos.

A desproteção social na sociedade de mercado se transmuta em renda, mais ainda, em *per capita*, ou, dito em outros termos, em condição de acesso ao consumo. Essa é uma situação de tensão entre obter segurança de renda e sobreviver em uma sociedade onde a mercadoria exige capacidade de consumo no mercado. Essa tensão presente na dinâmica das atenções de assistência social é uma das questões mobilizadoras do confronto com os direitos socioassistenciais. (SPOSATI, 2013, p.664).

Castel (1997) afirma que situações de desemprego/subemprego repercutem nas relações familiares, a esse respeito vejamos os relatos dos profissionais dos CRAS.

“Geralmente mulheres, (buscam e/ou solicitam os serviços do CRAS mais que os homens), com baixo nível de escolaridade, sem ocupação formal ou informal (desempregadas) – “donas de casa”, com idades entre 21 e 55 anos, comumente solteiras, separadas ou em relacionamento de união estável, normalmente possuem dois ou mais filhos e são beneficiárias de Programas de Transferência de Renda, especialmente do Programa Bolsa Família. Estas representam a maioria das famílias atendidas pelo CRAS, cujas configurações familiares são desestruturadas, caracterizadas pela ausência de vínculos e/ou por vínculos afetivos estremecidos, situações socioeconômicas precárias, ausência de renda, desemprego, conflitos familiares, evasão escolar, falta de qualificação, drogadição, entre outros fatores.” (Psicóloga 03-B).

“Os usuários que expressam sua vulnerabilidade social são as famílias que estão inscritas no PBF e demais programas do CADÚNICO, que fazem parte do Programa Família Paranaense, ou membros que a apresentam vulnerabilidade imediata e temporária. Exemplo 01: mãe com 05 filhos pequenos, pai não paga pensão alimentícia, pois está desempregado. A família reside em área de risco. A mãe trabalha esporadicamente por dia, visto que não conseguiu vaga para creche para seu filho. Exemplo 02: adolescente engravidou com 13 anos, o pai tem 25 anos e não assumiu o bebê, consequentemente não paga pensão alimentícia. A avó da criança se obrigou a parar de trabalhar para auxiliar nos cuidados da neta nos primeiros meses. Exemplo 03: adolescente usuário de drogas, apenas o pai trabalha registrado na família, a mãe possui deficiência leve. Família numerosa.” (Psicóloga 05-B).

“Famílias “desestruturadas”, dependentes do BF; famílias com baixa escolaridade ou nenhuma, grande evasão escolar; deficientes, idosos sozinhos, sem apoio familiar.” (Psicóloga 07-B).

“Baixa escolaridade, altos índices de dependência química (álcool e drogas), vínculos familiares fragilizados.” (Assistente Social 01-B).

“Famílias em situações de vulnerabilidades sociais relacionadas a emprego, idosos e mulheres em situação de isolamento social, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes, etc.

Muitas destas procuram a unidade de atendimento devido alguma fragilidade ou vínculo familiar rompido e são encaminhados para os serviços pertinentes para tentar superar a situação vivenciada.” (Assistente Social 04-B).

Os relatos dos profissionais dos CRAS contém as seguintes situações: mulheres, na grande maioria que buscam os serviços dos CRAS, mais do que os homens, são mulheres que muitas vezes cuidam de seus 2 ou mais filhos sozinhas e não recebem pensão alimentícia, não têm escolaridade e não trabalham, não têm renda regular a não ser aquela renda advinda dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família; são famílias que se encontram com vínculos frágeis, ou rompidos, um dos profissionais até mesmo colocou entre aspas “desestruturadas”, possivelmente para relacionar ao fato de que a família está em situação de vulnerabilidade e risco social com fragilidades de vínculos. As situações que mais uma vez se destacam são: renda, desemprego, relações familiares e comunitárias.

Quanto à questão das mulheres em vulnerabilidade, o gráfico 7 expõe o percentual de mulheres que estão em situação de vulnerabilidade, que são mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, das mulheres que são chefes e tem filho menor, Ortigueira tem 73,66% destas sem ensino fundamental, Ivaí tem 71,42%. São percentuais bem elevados em relação a situação dessas mulheres, os dados revelam a urgência de estabelecer estratégias de atendimento às mesmas, principalmente porque na atualidade há o reconhecimento de que a mulher culturalmente em nosso país foi mais oprimida, o que gerou consequências em diversas áreas, tal como a violência física contra a mulher, desigualdades no acesso a educação para a mulher, etc.

Sposati (2007) evidencia que uma das singularidades da proteção social inscrita no âmbito da assistência social é buscar fortalecer a capacidade protetiva das famílias (em suas diversas configurações), a par dessa singularidade, outro objetivo da assistência social, ainda na perspectiva de fortalecer a família é promover uma densidade nas relações familiares e comunitárias. Isso diz respeito à questão relacional que a assistência social se propõe a trabalhar com as famílias usuárias dos seus serviços, e essa questão relacional deve ser trabalhada nos diversos ciclos de vida das famílias.

Do ponto de vista da autora, a partir dessa atuação, com foco na matricialidade sociofamiliar, haverá um complemento entre as seguranças de proteção social no âmbito da assistência social como a segurança da acolhida e o

fortalecimento do convívio e da sociabilidade. O fortalecimento do convívio e da sociabilidade se configura como um desafio, a julgar que os usuários da assistência social são estigmatizados no contexto social, nesse sentido é necessário investir em ações e estratégias que tenham a capacidade de promover a participação coletiva fazendo enfrentamento dos preconceitos e estigmas.

Os objetivos de intervenção propostos pela política de assistência social convergem entre si. Vimos que é objetivo promover a segurança da sobrevivência mediante acesso à renda e contribuir junto ao processo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Castel (1997) destaca que em situações de desemprego há a possibilidade de ocorrência de agravos familiares. A escolha dos objetivos de intervenção da assistência social não é aleatória, seus objetivos e ações convergem entre si, pois considera que há uma relação entre a precarização do trabalho/renda e a fragilidade dos suportes relacionais.

As situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional. (CASTEL, 1997, p.23)

A precarização das relações de trabalho contribui para que muitos trabalhadores passem por uma situação de instabilidade e desemprego. Ocorre a generalização de uma situação precária a todos os trabalhadores e muitos passam a exercer trabalhos informais e se inserem em condições degradantes de trabalho.

Juntamente com a precarização do trabalho surge a deterioração dos vínculos familiares, tais vínculos de certa forma constituem-se em uma forma de “proteção aproximada” (CASTEL, 1997).

Sobre a desfiliação cabe sublinhar que o indivíduo que se encontra na zona da desfiliação é aquele considerado pela sociedade como vagabundo, é errante no mundo, pois não trabalha, ainda que tenha condições para tal, além

de não estar trabalhando esse sujeito não dispõe de apoio relacional, é rejeitado por toda a parte e pode sofrer medidas repressivas que o levariam à morte em situações extremas (CASTEL, 1997).

Da mesma forma, a fragilidade da estrutura familiar é acompanhada, frequentemente, das situações de degradação das redes de sociabilidade popular que aqui eu cito apenas. Sabe-se que o bairro popular serviu frequentemente de rede de proteção, tanto do ponto de vista econômico quanto em relação aos riscos de dessocialização determinados pela pobreza. (CASTEL, 1997, p.32).

A precarização das relações de trabalho, além de afetar o âmbito familiar, traz consequências para o coletivo/comunitário.

“Vivendo em situação precária começam a realizar pequenos roubos e furtos e na sequência na expectativa de ganhar dinheiro fácil acabam se envolvendo com drogas.” (Pedagoga 03-B).

“Como as famílias não conseguem prover o básico em questão alimentar, habitacional e limites comportamentais, o desenvolvimento psicossocial acaba sendo insuficiente. Em sua maioria os filhos dessa família, ou acabam se tornando responsáveis muito cedo, ou se tornam agressivos, inconsequentes, ou de alguma forma acaba afetando não somente eles, mas como também a comunidade.” (Psicóloga 01-B).

“Uma família que não possui uma base e/ou estrutura sólida, tanto em termos socioeconômicos quanto em relação aos vínculos afetivos entre os seus membros, consequentemente terá dificuldades de encontrar um equilíbrio para a reestruturação e superação de suas fragilidades. Em busca desse equilíbrio, muitos recorrem à coletividade, buscando na comunidade uma rede de apoio que os auxiliem nesse processo, no entanto, nesse percurso se deparam com pessoas cujas situações deflagram condições semelhantes às suas. Diante desse cenário e sem condições favoráveis para a superação de seus problemas, há um agravamento na situação de vulnerabilidade social em que se encontram.” (Psicóloga 03-B).

“Levando em consideração que estamos diante da sociedade do “Capital”, e os seres humanos são julgados de acordo com sua colocação profissional e renda, as situações que afetam o coletivo são de julgamento morais ex.: não trabalha por que, tem filho por causa do programas do governo, entre outros pré-julgamentos. O estigma social que norteia a renda das famílias e/ou indivíduo atualmente prejudica nas ações da coletividade, pois segmenta os grupos por renda e as situações de vulnerabilidade permeiam, para classes mais subalternizadas, evidencia a divisão de classes sociais, sendo assim, a participação do coletivo, da comunidade e dos arranjos familiares, por uma questão cultural, está em torno da renda, que vai se reproduzindo de geração em geração, por isso que prejudica o todo e torna um desafio profissional.” (Assistente Social 06-B).

“A baixa escolaridade, o subemprego, o desemprego, o uso indevido de álcool e outras drogas, o tráfico são expressões da questão social que afetam o coletivo, pois se expressam por meio da violência social, violência doméstica, pobreza, ato infracional, evasão escolar de adolescentes e outras vulnerabilidades; consequentemente atingem as famílias e seus membros, especialmente as mulheres, crianças, adolescentes e pessoas idosas. Podem ser constatados através do noticiário, dos números de atendimentos na Delegacia, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e outros equipamentos da rede sócio assistencial e do Sistema de Garantia de Direitos.” (Assistente Social 07-B).

“Podemos inferir a partir da caminhada profissional de 6 anos e 7 meses lidando com a política de assistência social no Município de Telêmaco Borba, que a situação de vulnerabilidade social, a que nossos usuários estão expostos, causam estragos na vivência familiar e comunitária, baixa autoestima, falta de pertencimento, explorações sexuais, profissionais e políticas, desesperança, comodismo, passividade, agressividade, preconceito, separação social, violência doméstica e comunitária e muitas outras.” (Assistente Social 10-B).

Os profissionais destacam uma série de situações que acabam se desenvolvendo no âmbito familiar em decorrência da presença das situações de fragilização de vínculos familiares, afirmam que esses acontecimentos influenciam o âmbito comunitário de diversas formas em suas respostas destacam: a presença de furtos e roubos na comunidade, presença de violência em diversos aspectos, uso abusivo de álcool, drogadição, isolamento social, agressividade, atos infracionais cometidos por adolescentes, etc.

A assistência social, assim como a saúde, [...], não se limita à proteção social ao ciclo de vida ou à análise da renda *per capita* de uma família. Enquanto política de proteção social com matricialidade sociofamiliar é a relação entre provedores e dependentes em uma família (a razão de dependência), a rede de vínculos sociais que a família e seus membros mantêm com a parentela, amigos, vizinhos, associações, somadas às possibilidades concretas de oferta de acessos, com que a família conta, nas políticas públicas no território onde vive, que estabelecem sua capacidade de reagir às desproteções sociais que enfrenta, ponderado sempre os agravos das necessidades de proteção dos membros que compõem a família. (SPOSATI, 2013, p.670).

O âmbito de atuação da assistência social é muito amplo, a julgar que esta política não é somente responsável por favorecer acesso a um programa de transferência de renda, a assistência social tem como objetivo trabalhar em um contexto familiar e comunitário. Isso implica em desenvolver estratégias que sejam capazes de promover uma intervenção no âmbito familiar fortalecendo vínculos. Os atendimentos até podem ser realizados de forma individual, no entanto o foco é capacitar, fortalecer a famílias e seus membros para que estes adquiram possibilidades de enfrentamento das condições que os abatem. Ou seja, trata-se de juntamente com a família fortalecer vínculos, auxiliar na construção de projetos de vida e dessa forma, contribuir para que a família possa ser fortalecida no contexto comunitário, no território em que está inserida. As ações da assistência social tem que ser planejadas com intuito de promover um protagonismo coletivo, onde as famílias da comunidade passem a reivindicar seus direitos sociais nas diversas áreas.

A assistência social, assim como a saúde, opera para além do indivíduo, isto é, introduz a família como núcleo de proteção social. Não ocorre, todavia, um caminho de articulação entre as duas políticas quanto às implicações da inclusão da família no âmbito da proteção social brasileira, o que deveria ser tematizado de forma mais alargada possibilitando sair de uma discussão um tanto sem horizonte, no âmbito da assistência social, que se ocupa da crítica do trabalho com famílias como uma reedição do familismo, ou da guetização de responsabilidades de proteção social ao âmbito familiar. (SPOSATI, 2013, p.670).

A PNAS de 2004, ao expor a diretriz da matricialidade sociofamiliar, sinaliza que é intuito da assistência social realizar uma abordagem com foco na família, todavia isso não significa um retrocesso ao conservadorismo junto aos seus usuários. Ao contrário, parte-se do pressuposto de que as famílias não são responsáveis por sua condição de vulnerabilidade e de pobreza, nesse sentido, é necessário realizar uma ação de proteger a família para que esta possa proteger seus membros. O teor do discurso não é culpabilizar, mas, sobretudo perceber as capacidades e potencialidades das famílias e seus membros e inseri-las em um contexto de proteção social, pois:

A desproteção diante da existência de vulnerabilidades e riscos pode ocasionar agravos, ou seja, ofensas e danos ao indivíduo, à família e a grupos sociais e, conseqüentemente, à cidadania afrontando o acesso aos direitos sociais e a própria dignidade humana. (MUNIZ *et al* 2007,p.38).

Quando a PNAS de 2004 afirma a importância de afiançar o direito à convivência familiar, comunitária e social, a política parte da premissa de que é direito dos usuários dos serviços socioassistenciais em todas as etapas do ciclo da vida ter a possibilidade de manutenção do convívio familiar.

Anterior à PNAS de 2004, a lógica de atendimento de famílias/indivíduos em situação de risco ou vulnerabilidade social era o isolamento familiar e comunitário, onde o atendimento era realizado de forma individual, desconsiderando que o processo de vulnerabilidade e risco social é um fenômeno gerado no interior das relações sociais capitalistas.

Nesse prisma, havia um deslocamento da atenção, não se considerava o âmbito social, mas o individual, num processo que gerava culpa e responsabilização dos sujeitos que se encontravam em situação de vulnerabilidade.

A proteção social inscrita no âmbito do SUAS opera a partir da premissa de atendimento coletivo/comunitário, busca reforçar a concepção de não culpar o indivíduo por suas condições, mas, principalmente nos leva a considerar a lógica perversa e desigual do sistema capitalista de produção.

5.3 Fundamentos importantes para o trabalho profissional

Neste momento, interessa-nos saber quais conhecimentos os profissionais consideram importantes para o seu trabalho junto ao CRAS, cabe sublinhar que as equipes de referência são compostas por diferentes categorias profissionais de nível superior, as mesmas são orientadas por códigos de ética e nesse sentido têm possibilidade de agregarem a dimensão ética aos serviços e benefícios, à gestão do SUAS (BRASIL, 2011).

Ao se tratar de categorias profissionais distintas “[...] impõe-se o desafio histórico do conhecimento, colocando a formação como dimensão estratégica no interior da relação fundante “trabalho–educação” (CARVALHO; SILVEIRA, 2011, p.163).

Igualmente é oportuno salientar que o conhecimento adequado para a intervenção profissional junto à Política de Assistência Social é um aspecto fundamental, pois já vimos em itens precedentes que a assistência social se caracterizou num primeiro momento como uma área onde a caridade e o voluntarismo era algo inerente a ela. Isso não significa que ainda hoje não haja resquícios dessas práticas em seu interior, logo afirmar que é necessário conhecimento técnico, ético e político para realizar o trabalho junto à assistência social, é afirmar que hoje estamos operando na lógica do direito social e não do favor e clientelismo e, sobretudo afirmar que a assistência social é uma política pública de Estado, portanto é necessário planejamento de suas ações.

A esse respeito Silveira (2011, p.32) afirma que:

As novas requisições para o trabalho na assistência social exigem a capacidade de exercer a autonomia, a crítica e a criatividade, nos processos de desenvolvimento de protagonismo, autonomia e participação, no projeto de ampliação dos direitos e dos mecanismos democráticos com a reestruturação do setor público na assistência social.

Com a finalidade de afirmar a importância do conhecimento para atuar no âmbito da política de assistência social, Carvalho e Silveira (2011) expõem que nos anos de 2010 e 2011 o Conselho Nacional de Assistência Social realizou uma mobilização com intuito de debater a respeito do reconhecimento das categorias profissionais de nível superior no interior do SUAS, o objetivo era afirmar a necessidade de qualificação profissional para atuar no sistema.

O debate em questão realizou-se mediante processo de exposição de pesquisas, oficinas e Encontros Regionais em todo o Brasil, este movimento resultou no Encontro Nacional com os Trabalhadores do SUAS, nesse processo houve o envolvimento de diversas categorias de trabalhadores, especialistas na área e pesquisadores. O foco era debater a respeito dos conhecimentos, habilidades, competências e estratégias que eram imprescindíveis para a intervenção profissional junto ao SUAS, neste momento apontou-se para a necessidade da educação permanente, tendo como pressuposto de tal educação as demandas advindas da prática profissional no cotidiano do SUAS. Esse movimento elucidou a importância da articulação entre Trabalho e Formação Profissional, com destaque para o conhecimento que deve ser considerado no processo de formação desses profissionais (CARVALHO; SILVEIRA, 2011).

“Além dos conhecimentos inerentes à formação do profissional, aqueles relativos ao diagnóstico do território referenciado pelo CRAS e os fatores de risco identificados em cada caso.” (Psicólogo 06-A).

“Além do conhecimento específico sobre o serviço social na área de atuação, é importante que o profissional tenha conhecimento sobre a rede de atendimento, além das atividades desenvolvidas por toda a equipe, para desta forma desenvolver um trabalho articulado.” (Assistente Social 03-A).

“Todos os conhecimentos específicos do Serviço Social, principalmente relacionados a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Leis, normativas, entre outros. Cabe ressaltar o conhecimento da realidade da população atendida e de todos os equipamentos da rede sócio assistencial.” (Assistente Social 04-A).

Os profissionais destacam em suas respostas que para desenvolver o seu trabalho no CRAS é necessário mais do que o conhecimento específico de sua área de formação profissional, apontam que é necessário o conhecimento do território, ou seja, do local onde o CRAS está inserido, da rede de atendimento, das legislações pertinentes à Política de Assistência Social. Isto é, são saberes e conhecimentos

que são requisitos para um bom desenvolvimento da intervenção profissional junto à população usuária dos serviços disponíveis no CRAS.

Silveira (2011) salienta que os fundamentos que são requisitados aos profissionais correspondem a saberes referentes ao projeto social do direito à assistência social, e dessa forma é fundamental que os profissionais tenham conhecimento da trajetória da política de assistência social e sua natureza, pois dessa forma os mesmos terão condições de fazer a mediação entre o direito e as demandas dos usuários.

Nessa linha de pensamento a autora em questão enfatiza alguns saberes técnicos e políticos que se fazem necessário para o trabalho no SUAS:

Identificação e análise das necessidades sociais e das respostas socioinstitucionais, com realização de diagnóstico sócio-territorial e pesquisas sociais;[...] Trabalho socioeducativo voltado ao desenvolvimento de capacidades/potencialidades, de consciência crítica, de recomposição de direitos, de construção de projetos de vida, com protagonismo, participação e desenvolvimento da autonomia dos sujeitos de direitos.(SILVEIRA, 2011, p.30 - 31).

Os conhecimentos destacados são importantes visto que o domínio dos mesmos pode contribuir junto à ação profissional cotidiana no CRAS, um diagnóstico sobre a realidade local tende a favorecer na elaboração das respostas das demandas apresentadas no território. Igualmente, a habilidade na realização de trabalhos educativos junto aos usuários é importante, pois muitas vezes os usuários chegam ao CRAS carentes de projetos de vida, sem perspectivas de futuro dadas as condições de risco e vulnerabilidade social em que se encontram. Nesse sentido, um profissional apto a fazer uma abordagem com essas características tem que ser um profissional que não tenha uma visão moralizante, mas inovadora, que apesar das fragilidades percebidas no usuário, perceba também suas potencialidades. Isso exige um profissional que não fique preso apenas no repasse de informações institucionais, mas que, sobretudo estimule um processo de reflexão e problematização junto ao usuário.

Importante fazer um adendo sobre a questão da visão moralizante, pois é composta por valores, que compõe o conhecimento do profissional, nesse sentido é preciso que o mesmo faça a crítica de conhecimentos e de crenças silenciosas, de aceitação passiva de fatos que quase nunca questionamos em nosso cotidiano porque julgamos como naturais. É necessário fugir da tendência de conceber o

usuário como carente, necessitado, coitado, cliente, internalizando valores construídos em padrões preconceituosos (MUNIZ, 2007).

[...] com consequente naturalização da desigualdade, com efeitos na definição de comportamentos considerados patológicos nas dinâmicas sociais e familiares; reforço da política como prestação de ajuda e oportunidades que permitem a superação da dependência; práticas repressivas e higienistas que remontam as tradicionais formas de assistir e reprimir, segregar e culpabilizar; práticas de gestão patrimonialista, expressando a incorporação de interesses particularistas, ou práticas tecnocráticas, centradas na produtividade quantitativa; entre outras. (SILVEIRA, 2011, p.21).

Como resultado, se o usuário não é percebido como cidadão, portador de direitos, com dignidade humana, sujeito de todo o processo socioassistencial, o trabalho do profissional de referência não conseguirá estabelecer vínculos e confiança, aspecto que é importante quando dizemos que este profissional tem que ser uma referência para o usuário.

A esse respeito Silveira (2011, p.21) adverte que “As relações conservadoras dificilmente são superadas sem rigor teórico-metodológico e direção ético-política, já que prevalece no cotidiano a internalização de valores baseados em padrões considerados adequados, forjados nas tradições e no preconceito”.

“Primeiramente o domínio técnico dos instrumentais, constante capacitação para atuação no SUAS e utilização correta das ferramentas disponíveis para a eficácia das ações.” (Assistente Social 01-A).

A Assistente Social 01-A destaca a importância da capacitação para atuação no SUAS, a esse respeito Silveira (2011, p.32) corrobora ao defender o processo de educação permanente no SUAS:

A educação permanente em assistência social implica os trabalhadores na participação direta nos processos de organização do trabalho, qualificação dos serviços e conquistas progressivas das condições condignas em que as práticas cotidianas são realizadas. As bases teórico-metodológicas da educação permanente consideram a crítica das tendências históricas que orientam a assistência social, sobretudo sua racionalidade reprodutora de relações de subserviência, e avança na qualificação teórica e política de sua trajetória democrática como política não contributiva no âmbito da proteção social brasileira.

A importância da educação permanente ocorre uma vez que, como já discutido em itens anteriores, há toda uma ideologia que sustenta a lógica capitalista

em nossa sociedade, e nessa concepção a assistência social corresponde a uma ação que “acomoda” os desajustados que não querem trabalhar e por isso usam o benefício do Bolsa Família. Um processo de educação permanente com uma base teórico-metodológica crítica tende a fazer o enfrentamento dessas ideias que se disseminam no interior da sociedade e avançam para a perspectiva do direito social embutido dentro da política de assistência social.

“Além dos conhecimentos em relação as leis, decretos, resoluções, portarias e normas, precisamos ter o conhecimento da empatia, de estar sempre se colocando no lugar do outro, atendendo com qualidade e respeito, destacando que os serviços oferecidos aos usuários sejam vistos como direito.” (Pedagoga 01-A).

“Para trabalhar no CRAS primeiramente é necessário você conhecer os programas oferecidos pelo governo, como bolsa família, PAIF, Serviço de fortalecimento de vínculo. Também é importante ter conhecimento do ECA, Cartilha dos direitos dos idosos, entre outros, além de possuir um perfil para trabalhar com a população mais vulnerável.” (Assistente Social 19-A).

A Pedagoga 01-A destaca que é importante conhecer as legislações que embasam o SUAS e sublinha a importância de prestar os serviços aos usuários na lógica dos direitos. A Assistente Social 19 também cita as legislações e destaca o perfil profissional para trabalhar com pessoas em vulnerabilidade.

A esse respeito Silveira (2011, p.33 - 34) assim expõe:

A concepção da formação no SUAS deve considerar, ainda, que a ética do trabalho na área requer o desenvolvimento de perfis profissionais com habilidades que permitam a avaliação de desempenho e resultados na prestação de serviços, no compromisso político com os usuários e a realização dos direitos e mecanismos democráticos.

Os processos formativos, nessa perspectiva, demandam diferentes níveis que permitam, desde a identificação das necessidades e vulnerabilidades sociais nos territórios, até o trabalho social voltado ao desenvolvimento da capacidade protetiva das famílias, projetos coletivos e individuais, organização e mobilização popular, dentre outros. Assim, o cotidiano de trabalho e de luta social e política pelo direito é fonte de intervenção e projeção de finalidades a serem percorridas com protagonismo individual e coletivo. Cotidiano este a ser sistematizado e transformado a partir de condições objetivas, das dinâmicas socioinstitucionais em que a questão social se expressa e demanda respostas qualificadas em matéria de direitos e de participação.

A autora defende que o cotidiano do trabalho no SUAS, e aqui destacamos o cotidiano do CRAS é permeado pela luta da afirmação do direito dos usuários, essa é a fonte de intervenção do trabalho destes profissionais. Nesse sentido, cabe aos

profissionais desnaturalizarem as desigualdades sociais efetivando práticas profissionais que busquem a concretização dos direitos sociais, reforçando o protagonismo dos usuários. Uma intervenção com esse ponto de vista requer a construção de nova práxis no trato das vulnerabilidades sociais no interior da política de assistência social. (SILVEIRA, 2011). Isto é, exige dos profissionais um processo de maior reflexão a respeito das demandas atendidas, uma reflexão que não se limita a uma leitura aparente da realidade, mas que ao contrário faça a mediação e busque a essência dos fenômenos em que estão envolvidas as demandas apresentadas pelos usuários.

“Documentos que embasam nossa prática como LOAS, NOB-RH SUAS, PNAS, código de ética, CF de 1988, ECA, Estatuto do Idoso, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.” (Psicóloga 08-A).

“Todas as legislações como Constituição de 88, LOAS, PNAS, SUAS, ECA, E. do Idoso, e outros como: experiência com abordagem, entrevistas, planejamento, projetos de intervenção.” (Assistente Social 02-A).

“Legislação e regulamentações pertinentes à Política de Assistência Social e áreas afins, Educação para a Paz e Convivências, Trabalhos em Grupo, Controle Social e demais temas que norteiam as atividades de grupo e atendimentos individuais.” (Assistente Social 11-A).

“Código de Ética e Legislação Vigente como a LOAS, Tipificação, NOB SUAS e NOB RH, PNAS e demais decretos, resoluções e Portarias. Também é necessário conhecer sobre outras políticas públicas como Previdência, Saúde e Educação.” (Assistente Social 18-A).

As respostas dos profissionais quanto ao conhecimento necessário para atuar junto ao CRAS giram em torno das legislações nacionais, como a Constituição Federal de 1988, os Códigos de Ética das profissões, Estatutos da Criança, do Idoso e também destacam as normativas próprias do SUAS.

Carvalho e Silveira (2011) salientam que nos Encontros Regionais no ano de 2010, estimulados pelo CNAS, o Encontro Regional Nordeste resultou em uma grande contribuição para a área, pois o Encontro Regional sintetizou em um documento o relato dos debates do encontro. Este documento culminou em uma espécie de mapeamento teórico-conceitual referente a conhecimentos que se fazem importantes para a intervenção profissional no âmbito do SUAS, tais conhecimentos se configuram como eixos fundantes de estudo.

Conhecimentos analíticos no campo das Ciências Sociais que permitam desenvolver análises de conjuntura, desvelando as contradições da realidade e SUAS expressões objetivas e subjetivas; Conhecimentos sobre as configurações contemporâneas das classes sociais em suas dinâmicas na vida brasileira; Conhecimento sobre as novas configurações e reconfigurações políticas do Estado Brasileiro, focando as suas expressões a nível nacional, estadual e municipal; Conhecimento sobre os redimensionamentos do mundo do trabalho, contemplando, de modo específico, as populações sobrantes que vivem nas tensões entre formas de exclusões e inclusões precárias; Conhecimentos sobre as novas dimensões da pobreza que permitam delimitar territórios populacionais que vivem situações de vulnerabilidade e risco social; Conhecimento dos processos organizativos e de mobilização de grupos e das comunidades, contemplando, de modo especial, as populações que habitam as periferias e fazem parte das comunidades quilombolas e indígenas; Conhecimento sobre as configurações contemporâneas da família, adentrando na constituição das territorialidades; Conhecimentos sobre a questão da formação de identidades nas trajetórias de pessoas e grupos, em meio a contextos de inseguranças, riscos e violências. (CARVALHO; SILVEIRA, 2011, p.164 -165).

Na perspectiva das autoras em tela, tais conhecimentos são urgentes a serem inseridos na agenda das capacitações dos profissionais, pois os mesmos correspondem a conhecimentos pertinentes à própria sociedade como um todo e também conhecimentos específicos da própria política. São conhecimentos que atendem às novas requisições da inserção profissional no interior da Política de Assistência Social e que ao mesmo tempo em que qualificam o profissional, tendem a qualificar as respostas a serem dadas aos usuários desta política. São conhecimento basilares que dizem respeito desde aos conteúdos iniciais e avançam para o aperfeiçoamento e formação técnica necessária ao exercício profissional no SUAS (SILVEIRA, 2011).

“O conhecimento da política de assistência social como um todo é essencial, pois é a base do trabalho, mas no CRAS se faz necessário o conhecimento dos mecanismos para a inserção nas demais políticas também, pois como porta de entrada da Assistência Social, a informação objetiva e responsável deve nortear os profissionais no contato com os usuários. Nas atividades com grupos, é importante se estabelecer um elo entre o profissional e o usuário, por isso, independente da formação se faz necessário algumas teorias para nortear a prática, ou seja, psicologia e pedagogia social, práticas da educação libertadora de Paulo Freire, entre outras.” (Assistente Social 16-A).

A Assistente Social 16-A destaca que, além dos conhecimentos inerentes ao SUAS, é necessária adoção de certas teorias que irão nortear a ação profissional no contato com o usuário.

A partir desse entendimento Carvalho e Silveira (2011) argumentam que para exercer um trabalho de qualidade na Política de Assistência Social, com

perspectiva emancipatória, é necessária uma formação que conjugue três dimensões: a dimensão política, a dimensão ética e a dimensão técnica.

A formação política se refere ao apoio, estímulo, fortalecimento e organização de grupos populares que tenham como foco reivindicar os direitos da população, principalmente direitos socioassistenciais (CARVALHO; SILVEIRA, 2011).

É necessário destacar que o ambiente das políticas públicas corresponde a um espaço de correlação de forças, onde é necessário tomar posicionamentos políticos se comprometendo com projetos societários, no caso do SUAS, as normativas, diretrizes que o fundamentam estão balizados com o compromisso de construção de uma nova ordem social, é importante os profissionais dos CRAS se apropriarem desse debate.

A formação ética requer dos profissionais:

[...] o dever de perseguir a autonomia do trabalho, assegurando a liberdade de pesquisar, planejar, executar e avaliar. Exige pautar o exercício profissional no respeito à cultura, aos valores da sociedade e dos territórios, na perspectiva de afirmação dos direitos humanos, zelando particularmente pela garantia dos direitos socioassistenciais. É mister zelar pela qualidade dos serviços prestados, bem como promover os meios de melhor informar os direitos dos usuários. Em verdade, ética e política são fortemente entrelaçadas uma ação política não pode ser separada da ética; e uma atitude ética, necessariamente, encarna respostas políticas. (CARVALHO; SILVEIRA, 2011, p.167).

A ética remete a uma ação prática consciente, é produto de escolhas que o profissional/indivíduo faz entre alternativas diferentes, a postura ética é orientada por valores que buscam objetivar aquilo que consideramos valioso, bom e justo (BARROCO, 2012).

Entender o profissional como sujeito ético-moral é tratá-lo como um sujeito dotado de certos atributos que lhe permitem agir eticamente: vontade, racionalidade, consciência, senso moral, ou capacidade de responder por seus atos e discernir entre valores morais (certo/errado, bom/mau, etc.). Dizemos que as ações ético-morais são conscientes quando o sujeito assume que os demais podem sofrer as consequências de seus atos, se responsabilizando por eles. (BARROCO, 2012, p.77).

Uma intervenção profissional fundamentada em postura ética engendra uma reflexão sobre a moral dominante e permite questionar os preconceitos, as verdades

estereotipadas, o senso comum, as superstições que impregnam determinados fatos ou processos sociais reais.

Já a formação técnica diz respeito à capacidade de fazer o trabalho necessário frente às demandas dos usuários, implica no: “que fazer” e o “como fazer”, para tanto o profissional deve estar munido de embasamento teórico-metodológico, pois este embasamento irá nortear a sua prática profissional. “A rigor, a competência técnica é uma construção cotidiana, e função das interpelações da realidade, já que cada território tem especificidades a serem conhecidas para que se definam objetivos e estratégias para o planejamento e oferta dos serviços socioassistenciais” (CARVALHO; SILVEIRA, 2011, p.168).

“Conhecer a realidade local, a cultura e aspectos regionais muito presentes nesta localidade principalmente por se tratar de um município de pequeno porte. Bem como respeitar estes aspectos tão relevantes para esta comunidade. Além disso, uma formação continuada por parte dos profissionais com intuito de garantir direitos sociais e inovar nas ações a serem desenvolvidas.” (Assistente Social 09-A).

A Assistente Social 09-A acrescenta em seu relato a necessidade de formação continuada, pois é importante para garantir direitos e ainda inovar as ações. Quanto à formação continuada/educação permanente destacamos que:

A capacitação dos trabalhadores da área da Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. (BRASIL, 2011, p.40).

O foco da educação permanente e formação continuada é o compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários dos serviços socioassistenciais.

Nesse sentido foi formulada a Política Nacional de Capacitação - PNC/SUAS, esta “[...] parte do reconhecimento da dimensão processual do aprendizado, assim como a gradativa consolidação dos saberes necessários para enfrentar os desafios cotidianos na perspectiva de qualificar a oferta e consolidar o direito socioassistencial.” (BRASIL, 2011, p.40).

A elaboração da PNC/SUAS elucida a necessidade da formação e do desenvolvimento dos operadores do direito socioassistencial em todo o Brasil, o

resultado desta capacitação será um aprimoramento na qualidade dos serviços ofertados à sociedade (BRASIL, 2011).

Da mesma forma foi formulada a Política Nacional de Educação Permanente no SUAS PNEP/SUAS, esta parte do pressuposto de que:

Dadas as características próprias do trabalho realizado no âmbito do SUAS, o estranhamento por parte dos trabalhadores quanto ao contexto histórico, social, econômico e político em que é realizado e ao seu significado ético e político resulta em prejuízo à qualidade do Sistema e à efetivação dos direitos socioassistenciais por ele providos. (BRASIL, 2013a, p.40).

Além do conhecimento a respeito do cotidiano do SUAS, do seu funcionamento, sua organização e estrutura, existe um conhecimento que se torna fundamental para o exercício profissional no interior da Política de Assistência Social que é a história, sem o conhecimento deste contexto a ação profissional ficará limitada a meros repasses de informações, atendimentos emergenciais e cumprimento de agendas, em detrimento da garantia dos direitos socioassistenciais.

5.4 Processo de trabalho junto às famílias

Neste momento, interessa-nos saber como são organizadas as atividades junto às famílias, ou seja, como a equipe profissional desenvolve seu processo de trabalho junto às famílias.

No início desta pesquisa afirmamos que trabalho é uma categoria fundante do ser social, fundante porque, “[...] é por meio dele que se dá o salto do ser natural ao ser social e são produzidos os bens materiais necessários á vida humana. Além disso, o trabalho é a mediação através da qual o homem transforma a natureza, adequando-a aos seus fins e, ao mesmo tempo, se constrói a si próprio”. (TONET, 2005b, p.471), mas é preciso salientar que o trabalho é fundante do ser social, porém não é um ato que esgota o ser social.

Vimos ainda, que no processo de trabalho comparecem algumas categorias tais como a teleologia e a objetivação.

A teleologia “[...] implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins.” (LUKÁCS, 2013, p. 48). A teleologia corresponde ao momento de planejamento, pois antecede a ação, trata-se de antecipar aquilo que será realizado na ação. Nessas circunstâncias o trabalho, na perspectiva ontológica, tem a

capacidade de favorecer para que haja a possibilidade de cumprirmos de forma objetiva/concreta aquilo que foi antecipado em nossa consciência.

No processo do pôr teleológico “[...] um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo.” (LUKÁCS, 2013, p. 53).

Vale destacar que nem sempre aquilo que foi antecipado previamente na consciência humana consegue ser objetivado exatamente da mesma forma, haja vista que não se pode desconsiderar o fenômeno da casualidade, ou seja, há certos eventos que acontecem no mundo natural e que fogem ao controle do homem no momento em que o mesmo busca objetivar aquilo que antecipou previamente.

A objetivação corresponde ao momento concreto do trabalho, gera uma nova situação tanto objetiva quanto subjetiva, pois transforma a realidade e o sujeito.

Ante o exposto, destacamos que iremos analisar o processo de trabalho junto às famílias a partir da direcionalidade técnica que os profissionais empregam ao mesmo, ou seja, qual a intencionalidade/finalidade revestida em suas ações, o que tem a ver com a teleologia.

Aqui “[...] o processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas.” (GUERRA, 2000, p.3).

Isto significa afirmar que no processo de trabalho se faz necessária adoção de uma prática profissional que tenha como pressuposto a práxis, nesse sentido a práxis contribui junto ao processo de estabelecimento das finalidades. Pois a práxis implica em reflexão-ação, e ancorada no trabalho real, no envolvimento e na postura adotada nas atividades humanas conscientes e intencionais. É a estreita complementação entre a teoria e a prática, ou vice-versa, viabilizando a possibilidade de transformar a natureza e a sociedade (VÁZQUEZ, 2011).

Assim considerada, a existência da práxis em uma prática profissional sugere a realização de ações que tenham uma finalidade objetiva, racionalizada, é a prática impregnada pela consciência crítica e reflexiva na relação homem-realidade, é a própria transformação do real.

Cabe destacar que o processo de trabalho junto às famílias passa pela articulação da equipe interdisciplinar, ou seja, as ações devem ser planejadas em

conjunto considerando os diversos pontos de vista de cada profissional da equipe de referência.

“São realizados grupos de convivência para as diferentes faixas etárias (idosos, mulheres, crianças e adolescentes), além de visitas domiciliares para verificação da situação familiar e inclusão nos demais serviços oferecidos pelo CRAS.” (Psicóloga 01-A).

“As famílias são selecionadas pelo seu índice de vulnerabilidade, depois disso a assistente social e psicóloga fazem visita para convidá-las a participar do grupo os quais são divididos pelas demandas, as atividades são: diagnóstico, escuta, trabalho em grupo, cartazes, fotos, são proporcionados momentos de reflexão para que as famílias possam refletir sobre sua capacidade de evoluir e progredir, podendo um dia sonhar novamente.” (Pedagoga 01-A).

“O CRAS conta com o PAIF e o Programa Família Cidadã (oferecido pelo município), atualmente 87 famílias acompanhadas pela equipe que fazem parte do PAIF e PFC, dentro do CRAS existem diversas atividades desenvolvida junto a essas famílias como: reuniões mensais, cursos, capacitações e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, essas atividades são organizada junto com as famílias, colocando sempre em discussão a necessidade da família e seus membros, buscamos sempre consultar nosso usuários para então realizar um planejamento efetivo das atividades.” (Assistente Social 04-A).

Os relatos evidenciam que cada equipe segue uma forma de organizar o trabalho junto às famílias, no entanto a maioria desenvolve trabalhos coletivos, onde observam suas necessidades e demandas para então estabelecer a intervenção que julga mais apropriada.

A partir da escolha da concepção de trabalho social com famílias do PAIF que será adotada, é importante que se desenhe a(s) metodologia(s) a serem implantada(s), de acordo com as características dos territórios, planeje a organização do espaço físico, defina os equipamentos necessários, os processos de trabalho, a carga horária, e a rotina de planejamento das atividades semanais (acolhida, acompanhamento de famílias e de indivíduos, grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas, visitas domiciliares, busca ativa, atividades coletivas – campanhas, palestras - e acompanhamento dos serviços prestados no território de abrangência do CRAS). (BRASIL, 2009, p.40).

É importante no momento de definir as ações a serem desenvolvidas junto às famílias estabelecer um rigoroso planejamento com definição de metodologias e instrumentos a serem utilizados para a operacionalização das ações.

Isso se torna parte imprescindível no momento do planejamento, tendo em vista que nos movemos no mundo a partir de concepções e ideias que temos desse mundo, ou seja, não somos neutros. Dessa forma, nossa metodologia e instrumentos de trabalho também não o são, eles são portadores de uma

intencionalidade, portanto seria interessante a equipe profissional, ao planejar as ações discutir a respeito dos diferentes referenciais teóricos que fundamentam as suas ações, pois são esses referenciais que fornecerão a base para discussão das demandas trazidas pelas famílias.

“Reuniões mensais em cada localidade, com incentivação, brincadeiras e tendo como fixação do tema a confecção de um artesanato.” (Pedagoga 02-A).

“Palestras, reuniões, ações ,cursos profissionalizantes.” (Assistente Social 05-A).

Tanto a Pedagoga 02-A, como a Assistente Social 05-A destacam os instrumentos que usam para organizar o processo de trabalho junto às famílias. Vale destacar que são os objetivos profissionais que definem os instrumentos e técnicas de trabalho a serem utilizados, tais objetivos são construídos mediante diálogo com a equipe profissional.

[...] os objetivos profissionais (construídos a partir de uma reflexão teórica, ética e política e um método de investigação) que definem os instrumentos e técnicas de intervenção (as metodologias de ação), conclui-se que essas metodologias não estão prontas e acabadas. Elas são necessárias em qualquer processo racional de intervenção, mas elas são construídas a partir das finalidades estabelecidas no planejamento da ação [...]. Primeiro, [...] define “para quê fazer”, para depois se definir “como fazer”. (SOUSA, 2008, p.124).

Nesse sentido, quando pensamos na organização do processo de trabalho junto às famílias do CRAS é importante pensar sobre os objetivos que se pretende atingir e na sequência como atingir. Será que para contribuir junto ao processo de protagonismo cidadão das famílias a reunião será a melhor estratégia? Qual o horário da reunião? Quem participará? Muitas vezes são organizadas reuniões no período da tarde e em contrapartida há baixa adesão às mesmas, mas há que se pensar que no presente contexto histórico, a maior parte dos membros da família se encontra em horário de trabalho, portanto é necessário considerar essa realidade.

Mais do que meramente aplicar técnicas “prontas” – como se fossem “receitas de bolo”, o diferencial de um profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa responder no seu cotidiano. E como a realidade é dinâmica, faz-se necessário compreender quais mudanças são essas para que o instrumental utilizado seja o mais eficaz possível, e, de fato, possa produzir as mudanças desejadas [...] ou chegar o mais próximo possível. (SOUSA, 2008, p.124).

“Semanalmente são realizados grupos, os quais se realizam em dias separados, possibilitando atender a todas as faixas etárias. Porém os grupos de crianças e adolescentes são realizados diariamente em horário diferente do escolar a que cada criança e adolescente está inserido. Todos os grupos tem acompanhamento da equipe técnica de referência, bem como acompanhamento de Orientadores Sociais. Também há profissionais de Educação Física, Informática, Karatê, Artes manuais, entre outros que fazem parte da equipe e desenvolvem atividades com os participantes dos grupos. Em todas as atividades ofertadas é servido um lanche, porém o grupo de crianças e adolescentes que permanece por um período maior, almoça e faz o lanche da tarde no local. Há também o serviço de transporte para pessoas que queiram participar das atividades e que residem no interior. O grupo da melhor idade também tem a possibilidade de deslocar-se através do transporte exclusivo para este serviço.” (Assistente Social 09-A).

“Os grupos de adultos são separados por idades de seus filhos, ou seja, usuários que possui filho até 12 anos, e os que possuem filhos mais velhos ou não possui filhos e os idosos. Essa divisão foi realizada visando que a maioria dos usuários se caracterizam como mulheres e os temas levantados, sempre envolvem criação de filhos, casamento, família etc. Também há as oficinas, de artes, alimentos, etc, que buscam profissionalizar os usuários, para melhorar a condição de vida dos mesmos.” (Assistente Social 19-A).

Os relatos acima revelam em detalhes que o processo de organização do trabalho junto às famílias é pensado a partir das faixas etárias, isto é, são formados grupos de convivência com adultos, crianças, adolescentes e idosos. Os grupos de convivência têm como finalidade a prevenção de possíveis situações de risco que possam acometê-los, visa ainda contribuir para a melhora da qualidade de vida.

Sobre os grupos de convivência é oportuno destacar que os mesmos:

[...] complementam o trabalho social com famílias realizado pelo PAIF e destinam-se aos membros dessas famílias em situação de maior vulnerabilidade social. Nesse sentido, os Serviços de Convivência são respostas às necessidades identificadas no território e devem ser planejados de modo a materializar um percurso com objetivos a serem alcançados, a partir do trabalho social realizados com a família, no âmbito do PAIF. Portanto, a inserção de usuários nos Serviços de Convivência deve ser uma prerrogativa do PAIF, garantindo o funcionamento da Proteção Social Básica do SUAS e contribuindo na materialização de uma rede de proteção social nos territórios. (BRASIL, 2012a, p.46).

O trecho acima extraído do Guia de “Orientações técnicas sobre o PAIF” expõe que há uma finalidade a ser atingida quando se pensa na oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, o objetivo aqui é tratar da questão relacional no interior da família. Os grupos têm como alvo trabalhar na perspectiva da prevenção do rompimento de vínculos, e onde há a fragilidade a ideia é desenvolver ações que possam fortalecê-los.

“Os atendimentos relativos às famílias acompanhadas pelo PAIF são realizados pelos técnicos de referência, sendo que cada família mantém o vínculo de atendimento com um dos técnicos de forma individualizada.” (Psicólogo 06-A).

O Psicólogo 06-A destaca que no processo de trabalho junto às famílias, a equipe privilegia a questão do vínculo que o profissional estabelece com as mesmas, nesse sentido, o vínculo se torna um facilitador do processo, pois cabe ao profissional procurar constituir uma relação de confiança entre a família/indivíduo.

O vínculo entre os profissionais e as famílias favorece o atendimento, pois democratiza e horizontaliza as práticas profissionais, construindo laços de compreensão, confiança, respeito e a valorização dos saberes das famílias. Destaca-se que o trabalho realizado com pessoas, e entre pessoas, necessita ser entendido como uma relação dialética, onde as duas partes modificam e são ao mesmo tempo modificadas.

Aos profissionais cabe estarem atentos às barreiras pessoais que interferem no processo de comunicação, como o uso de termos técnicos, palavras que sugerem preconceitos, impaciência, expressão inadequada de sentimentos e emoções, entre outros. (BRASIL, 2012a, p.49).

Ao privilegiar uma relação horizontal com as famílias o profissional está sinalizando que ainda que se trate de um atendimento técnico, mesmo assim não há uma relação de subordinação de saberes, isto é, tanto família como o profissional em um atendimento, em reuniões, ou visita domiciliar podem aprender novos conteúdos. Outro aspecto que o profissional deve cuidar diz respeito aos termos técnicos, que ao invés de contribuir junto ao processo, acabam por dificultar o acesso das famílias aos serviços, programas, benefícios e projetos no contexto do CRAS.

“Através de planejamento com a equipe de referência e devolutiva das famílias (em relação ao que elas querem).” (Assistente Social 13-A).

“O planejamento das atividades são realizadas sempre ao final de cada ano, para o ano seguinte, com a equipe de trabalho, e à cada atividade realizada em grupo, seja do PAIF, ou do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, são consultados os participantes para saber a avaliação da atividade e sugestões de temas para próximos encontros. Também, são analisados necessidades de temas à seres discutidos de acordo com a observação dos técnicos.” (Assistente Social 14-A).

As Assistentes Sociais 13-A e 14-A mencionam a questão do planejamento em equipe, isso se torna um aspecto relevante, a julgar que a equipe de trabalho/referência, como já mencionado anteriormente, é composta por

profissionais com diferentes formações e nesse sentido, possuem diversos olhares a respeito de um mesmo fenômeno. Sendo assim, as reuniões de planejamento das ações podem se tornar momento profícuo de debate de ideais, com vistas a somar no que concerne à construção da intervenção interdisciplinar, onde o importante é que por meio dessa multiplicidade de olhares, haja a possibilidade de uma análise da conjuntura onde estão envolvidas as famílias e através de tal análise existe a possibilidade de ampliação das estratégias de intervenção.

Além disso, as reuniões devem prever espaço para tratar da organização do trabalho, definição de instrumentos a serem adotados para todos os CRAS (de acompanhamento dos serviços; de atendimento e acompanhamento dos usuários; de encaminhamento para serviços da proteção básica, outros setores e para proteção especial), periodicidade e fluxo de informações, para que os CRAS exerçam sua função de gestão da proteção básica no território e de porta de entrada para o SUAS. (BRASIL, 2009, p.41).

O momento de planejamento em equipe constitui-se em espaço de organização do trabalho da equipe, é o momento onde serão estabelecidas as ações de atendimento do CRAS e onde serão determinados os projetos, planos de trabalho, a distribuição de atribuições dos profissionais, e ainda é momento também de verificar os recursos disponíveis na instituição, ou seja, perceber se a equipe está conseguindo dar conta da demanda atendida, por exemplo.

“São organizadas em grupos, na maioria das vezes e quando necessário abordagem individual.” (Psicóloga 05-A).

A Psicóloga 05-A destaca que além das atividades em grupos, a equipe realiza abordagem individual quando necessário.

Sobre o atendimento individual, o Guia de “Orientações técnicas sobre o PAIF” trata das ações particularizadas, estas dizem respeito ao atendimento que a equipe técnica realiza com a família ou algum membro em particular, isso ocorre, via de regra, após a acolhida, e o técnico que realiza o acolhimento indica a necessidade de um atendimento individualizado, ou ainda, quando a própria família solicita (BRASIL, 2012a).

Não raras vezes as famílias que vivenciam vulnerabilidades sentem-se envergonhadas em expor sua situação de modo coletivo, como em uma oficina com famílias, solicitando que seu atendimento seja somente com os

técnicos. Nessas situações, recomenda-se que o atendimento individualizado seja realizado, mas que os técnicos incentivem sua participação nas oficinas com famílias, ressaltando as possíveis aquisições e vantagens que decorrem destas oficinas. (BRASIL, 2012a, p.41 - 42).

As ações de cunho particular devem ser exceção, e não a regra, ou seja, os técnicos devem privilegiar as ações coletivas, em grupos de convivência, mas ao perceber a necessidade, o encaminhamento das ações de algumas famílias deve ser realizado através das ações particularizadas com intuito de conhecer a dinâmica da família com maiores detalhes a fim de prestar um atendimento específico à mesma. Os casos em que o profissional pode realizar as ações particularizadas são: de suspeita de situações de violação de direitos, entendimento e enfrentamento das causas de descumprimentos reiterados de condicionalidades do Programa Bolsa Família, beneficiários do BPC de 0 a 18 anos fora da escola e situações que pressupõem sigilo de informações e que podem gerar encaminhamento para a Proteção Social Especial ou para o Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2012a).

“Conforme surgem as demandas, no início do ano plano de trabalho anual e em reuniões.”
(Assistente Social 27-A).

A Assistente Social 27-A relata que as ações são organizadas conforme surgem as demandas, isto relaciona-se ao que chamamos de demanda espontânea, algo bem presente no cotidiano do CRAS, pois umas das principais incidências de atendimento em um CRAS correspondem a demanda espontânea, que diz respeito ao momento em que a família se dirige à instituição em busca da resolução de suas necessidades. Esse fenômeno pode resultar em acúmulo de trabalho, dificultando a realização de ações de caráter preventivo no território.

As demandas espontâneas alimentam o trabalho realizado em um CRAS, todavia:

[...] não podem se configurar como única fonte de análise do território. Dessa forma, é relevante que a equipe atente para a necessidade de planejar e organizar o Serviço a partir também de outras fontes como a busca ativa, os dados da vigilância social. Nesse sentido, a equipe deverá buscar compatibilizar o tempo destinado às demandas espontâneas com o tempo para desenvolver outras estratégias de atendimento focadas no

trabalho preventivo, até como uma forma de romper o ciclo do atendimento reativo. (BRASIL, 2012a, p. 88).

A NOB/SUAS 2012 expõe no art. 88 na segunda alínea, que:

§2º A Vigilância Socioassistencial deverá cumprir seus objetivos, fornecendo informações estruturadas que: [...] III- proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea. (BRASIL, 2012b, p. 41).

Demanda espontânea corresponde àquele tipo de demanda que chega aos serviços socioassistenciais de forma natural, não programada, ou seja, diz respeito àquelas famílias que chegam ao CRAS, por exemplo, buscando atendimento, a ida das famílias até a Unidade ocorreu de forma espontânea sem que antes houvesse ocorrido uma identificação/encaminhamento prévio das mesmas.

Busca Ativa refere-se a uma estratégia o Plano Brasil Sem Miséria e propõe levar o Estado até a população, principalmente aquela população mais pobre que vive fora dos serviços ofertados pela rede de proteção social e que não tem condições de acessar o poder público. A lógica que norteia a Busca Ativa é a de que o Governo não deve esperar que a população, que se encontra em situações de privação chegue até ele espontaneamente, ao contrário, ao Governo cabe ir até onde estão os cidadãos extremamente pobres (BRASIL, 2013b). Para tanto, a Busca Ativa desenvolve três ações:

1) Inclusão no Cadastro Único: diz respeito ao processo de localizar as famílias que estão em condições extremamente pobres, inserir as mesmas no Cadastro Único e manter suas informações atualizadas;

2) Busca Ativa para acessar benefícios: incluir as famílias que atendem aos critérios e condicionalidades nos seguintes programas: no Bolsa Família, no Bolsa Verde, no Fomento a Atividades Produtivas, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e no Benefício de Prestação Continuada;

3) Busca Ativa para acessar serviços: nessa ação, Estado deve contribuir para que as famílias excessivamente pobres tenham condições de acesso aos serviços sociais básicos de saúde, saneamento, educação, assistência social, trabalho e segurança alimentar e nutricional, etc (BRASIL, 2013b)

O Caderno Técnico “Plano Brasil sem Miséria no seu Município” expõe que “Fazer a Busca Ativa não significa meramente incluir famílias pobres em um sistema informatizado. Significa levar uma série de serviços públicos e oportunidades para a população mais pobre do país, a partir de seu ingresso no Cadastro Único”. (BRASIL, 2013b, p.20).

O processo de trabalho no contexto do CRAS está pautado em uma série de normas programáticas, guias, orientações etc, que têm como foco subsidiar os profissionais na organização das ações junto às famílias. No entanto ressaltamos que ainda que tais normas sejam fundamentais para o exercício profissional, as mesmas, por si só são insuficientes se partimos do pressuposto da teleologia, isto é da intencionalidade dos profissionais.

Dessa forma, é importante que os mesmos estejam munidos de um processo reflexivo, que lhes permita perceber a realidade como possibilidade de intervenção criadora, e não apenas visualizar os entraves.

5.5 O desafio de avançar/superar as práticas imediatistas

Neste momento, nossa intenção é empreender uma reflexão em torno dos desafios e das possibilidades de rompimento com uma prática profissional imediatista avançando para uma prática orientada com ações que possam favorecer o desenvolvimento do protagonismo cidadão.

Iniciamos nossa reflexão buscando considerar o cotidiano, tendo em vista que é no cotidiano que as relações sociais se desdobram e ganham concretude e materialidade. No entanto, este cotidiano não é neutro no sentido de ser perpassado por ideologias, pontos de vista e concepções de mundo. Logo, para poder executar uma prática profissional com capacidade de potencializar o protagonismo cidadão é importante a compreensão do cotidiano como *locus* onde se manifestam as lutas sociais e as corelações de forças das diferentes classes sociais.

Desde o início deste trabalho chamamos a atenção para a compreensão da sociabilidade capitalista e de sua ideologia e como a mesma tem a capacidade de projetar a alienação no ser humano. Disso posto, argumentamos que seria interessante o profissional atuar no âmbito do CRAS realizando uma prática que não ignore todo um processo histórico que está por trás das manifestações das

situações de risco e vulnerabilidades sociais que estão presentes nas famílias/indivíduos atendidos nos CRAS.

Reconhecer este processo sócio-histórico é reconhecer o movimento contraditório e dialético que está presente no interior da sociedade do capital.

A esse respeito Cortes (2001, p.49) destaca:

A fluidez do cotidiano, o caráter de normalidade estabelecida como condição para que os homens se movam com segurança e certeza, só adquire um caráter problemático quando se põe frente a essa normalidade a tarefa reflexiva. Os homens que se movem presos ao cotidiano, a sua rotina e ordem “natural”, atuam através de uma certeza empírica e, nem sempre, percebem a problematidade de suas próprias vidas. O cotidiano é o reino da representação e da apresentação. Como momento vivido e nem sempre refletido, o cotidiano abre um campo de mistificações, ao mesmo tempo em que denuncia a mais concreta realidade. É no cotidiano que conhecemos as reais possibilidades e limites de nossas ações, desejos e necessidades, bem como, a capacidade de realização de nossos projetos.

A autora chama a atenção para a questão reflexiva que deve estar presente no cotidiano, já que o cotidiano surge revestido de várias formas e aparências, para desvendá-lo é necessário um esforço filosófico, no sentido de reflexão e problematização. A realidade é permeada por valorações, as mesmas são construídas e estão impregnadas por diversas religiões e mistificações de questões que são muito mais produto da história do que produzidas por ato “divino”. É necessário problematizar a normalidade do cotidiano e para concretizar essa atividade é importante a reflexão.

No cotidiano, o ser humano ao realizar as suas atividades o faz de forma espontânea/mecânica não busca fazer articulações ou elucubrações com os fenômenos que se manifestam em seu entorno.

No dia a dia, o ser humano utiliza diversos saberes para realizar suas ações, e na maioria das vezes esses conhecimentos/saberes correspondem àqueles que dão conta de produzir respostas às suas atividades práticas e imediatas. Trata-se de uma relação de superficialidade, onde o ser humano apenas reproduz suas ações sem se atentar para um processo reflexivo e de indagação dessa aparente normalidade da vida cotidiana. Todavia, é importante destacar que o simples fato de agir mecanicamente/espontaneamente não faz com que o ser humano não tenha percepção das situações de contraditoriedade do real, no entanto, muitas vezes ele convive de forma pacífica com as contradições que percebe na vida cotidiana. (CORTES, 2001).

Referente à necessidade de desvendar a normalidade do cotidiano Coelho (2008) esclarece que a teoria é uma força que tem a capacidade de desvelar o real em sua complexidade e heterogeneidade, a julgar que a teoria é aquela que orienta a prática e como vimos em itens precedentes, é necessário que nossa prática seja conduzida pela teleologia, por finalidades estabelecidas.

Setubal (2007, p.65) contribui com esse debate quando afirma que:

Para se penetrar no mundo das coisas, para se entender, analisar e interpretar a realidade na sua riqueza complexa e na sua totalidade concreta tem que se desenvolver um esforço intelectual capaz de apreender a essência delas na sua mediaticidade. Diferente do fenômeno que se pode observar na imediatez, a essência de uma realidade só se revela após o ato investigativo que procura no mesmo processo identificar a estrutura da realidade concreta, não na sua manifestação fenomênica, mas pela identificação das múltiplas determinações que lhes são peculiares e que lhes dão sentido e força para existir em determinado tempo e sociedade.

É oportuno destacar que a ação investigativa aqui não se limita a questão da pesquisa em si, restrita ao ambiente acadêmico, mas à ação impregnada por uma postura que ao se deparar com as demandas dos usuários dos CRAS, percebe essa demanda como síntese de múltiplas determinações históricas, sociais, econômicas, ambientais, etc. e partir de tal constatação busca realizar uma intervenção de uma forma mais crítica.

A respeito da relação entre teoria e realidade, é necessário entender que o processo de desvelamento do real exige que lhe sejam feitas perguntas, perguntas essas que, para serem construídas, requerem um embasamento teórico; é indispensável conhecer um pouco sobre o fenômeno *lato sensu* para poder perguntar sobre ele na situação particular/singular com que se apresenta no contexto específico em que constitui objeto de análise. É preciso, pois, que o estudioso domine parte do conhecimento que já existe construído sobre aquele tipo de fenômeno, para poder iniciar o caminho de desvelar sua essência naquela situação específica. (MUNHOZ, 2006, p.32).

Nesse seguimento, partimos do pressuposto da necessidade dos profissionais, frente às demandas dos usuários romperem com a lógica conservadora que ainda permeia a área da assistência social que julga os usuários como responsáveis por sua situação e nesse sentido os mesmos têm que ser autônomos e independentes da política. Nessa acepção conservadora os usuários da assistência social são “Pobres [...] marginalizados, são errantes no mundo, se mudam facilmente, levam o estereótipo de vagabundos [...]” (REGO; PINZANI, 2013, p.14).

Cabe aos profissionais dos CRAS indagar a respeito dessa verdade disseminada no cotidiano. Será que é realmente assim? Trata-se de pobres, vagabundos e marginais ou se trata de sujeitos que foram excluídos das heranças básicas da civilização? (REGO; PINZANI, 2013).

Rego e Pinzani (2013, p.44) problematizam sobre a lógica que a sociedade capitalista utiliza para julgar as pessoas que se encontram em situação de pobreza e a lógica adotada quando se trata de pessoas que pertencem às classes sociais mais abastadas:

No âmbito do discurso que responsabiliza o pobre pela sua miséria, condena-se a irracionalidade do pobre, quer no uso do dinheiro (é acusado de tomar cachaça, de jogar fora o que recebe), quer nas práticas sexuais (os pobres possuem mais filhos do que conseguem manter); e condena-se também sua imoralidade, sua depravação moral, particularmente no sexo (sexualidade precoce e promíscua), suas tendências criminosas etc. Tudo isso enquanto a irracionalidade e a imoralidade das classes dominantes, que contribuem para a criação dos fenômenos da pobreza e para o sofrimento de tantas pessoas, são ignoradas ou até exaltadas como exemplos de racionalidade e de atitude eticamente correta. No caso dos membros das classes superiores, a promiscuidade sexual é tida como liberdade, um estilo de vida exageradamente consumista e ostentatório é apresentado como padrão a ser imitado, comportamentos criminosos que vão da sonegação fiscal e da exploração da mão de obra (por exemplo, a não assinatura de carteiras de trabalho) ao uso de drogas são banalizados ou considerados aceitáveis.

Ao tratarmos da aparente normalidade e naturalidade das situações no cotidiano, estamos nos referindo que é imprescindível aos profissionais dos CRAS irem além desses pré-julgamentos estabelecidos na sociedade. O SUAS traz um avanço para a área da assistência social, avanço marcado pelo patamar da civilidade, dos direitos humanos do cidadão e não apenas da ajuda ao carente. Nesse sentido, o SUAS tem um projeto ético-político que reconhece a desigualdade social gerada pela sociedade capitalista e a par desta constatação defende os direitos dos cidadãos. Portanto, ao defender direitos, a intervenção que se materializa no SUAS não é fundamentada em julgamentos e moralidades, se merece ou não, ao contrário visa consolidar aquilo que a PNAS de 2004 especifica em seu texto.

As ações do SUAS são materializadas por pessoas, mediante as ações profissionais, portanto é essencial:

[...] transformar a prática profissional em práxis social, o que, segundo Vázquez (1968, p. 200) constitui uma atividade política. Como a práxis social é uma atividade política que, conforme o mesmo autor, pode mudar as relações econômicas, sociais e políticas, ela exige o desenvolvimento de ações integradas dos diferentes setores da sociedade e não ações pontuais já que a solução dos problemas sociais não se constitui responsabilidade de uma área de saber, de determinada categoria profissional. (SETUBAL, 2007, p.65).

Vázquez (1977) define a práxis política como sendo uma atividade que pressupõe a participação de amplos setores da sociedade, mas o autor adverte que não se trata de uma atividade espontânea, podem ocorrer atos espontâneos, no entanto, a participação persegue objetivos muito claros, com direção política específica que corresponde aos interesses das classes sociais envolvidas.

A política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização real de seus membros [...], ainda que a atividade política seja acompanhada de um choque e contraposição de ideias, projetos, programas, etc., e essa luta ideológica exerça uma influência indubitável nas ações políticas reais, concretas, o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos de luta [...]. (VÁSQUEZ, 1977, p.200 - 201).

“Para se romper com práticas imediatistas e desenvolver ações que potencializam o protagonismo cidadão é importante que o trabalho em rede e a articulação com todas as políticas públicas ocorram, visto que o diálogo sobre as situações do território entre os profissionais atuantes bem como Secretários, proporcionam a resolutividade de tais casos.” (Psicóloga 05-B).

O depoimento da Psicóloga 05 vai ao encontro da afirmação de Setubal, pois a autora sinaliza que a prática profissional corresponde a uma práxis social, onde a práxis adquire um caráter político, ou seja, onde há o posicionamento do profissional frente ao atendimento da demanda.

No entanto, Setubal adverte que em se tratando de uma ação política, é necessária a articulação das políticas públicas com estabelecimento de diálogo que tenham a capacidade de ir além do atendimento imediatista e emergencial das demandas.

Salientamos que comungamos com a autora em tela, que mesmo defendendo uma intervenção profissional que não se limita a atender no imediatismo, reconhecemos que a resolução das diversas situações que chegam aos CRAS não é de responsabilidade profissional, mas sim do Estado, das políticas públicas. Estamos problematizando a condução do atendimento, se o profissional

apenas percebe a naturalidade do cotidiano e não o questiona ou ao contrário, faz indagações para as questões que são aparentemente naturais.

Acentuamos a necessidade de uma compreensão crítica da realidade, e não uma compreensão pautada no senso comum e que seja fatalista:

É verdade que essa compreensão ainda se faz útil para as regras do sistema capitalista, que precisa de respostas imediatas e de profissionais para implementar, de forma acrítica, os programas sociais de caráter paliativos, focalistas, descomprometidos com a solução dos problemas e com o bem-estar social de abrangência universal. (SETUBAL, 2007, p.68).

Um profissional que realiza uma intervenção mecânica, que se detém a executar serviços burocráticos de forma acrítica é um profissional funcional ao capital, porquanto “O conteúdo contido nessa prática restringe-se ao que é suficiente para o desencadeamento de prontas respostas prático-utilitárias. Trata-se de uma prática cuja significação aparentemente se encontra nela mesma, em-si.” (COELHO, 2008, p.84).

“É necessário que ocorra uma mudança na cultura política, aliada à compreensão e comprometimento dos gestores em pensarem num planejamento governamental com uma perspectiva estratégica e futurista, voltada e adequada à realidade e necessidades da população/usuários, e não às necessidades políticas partidárias, as quais interferem diretamente nos Serviços. Realização de estudos/pesquisas no território de abrangência e levantamento das demandas da população; Fortalecimento, maior articulação e comprometimento das políticas da rede intersetorial no desenvolvimento das ações. Repensar práticas existentes e investir no aprimoramento de Serviços, Programas e Projetos da rede intersetorial, bem como, na criação de dispositivos que atendam as necessidades da população com maior acuidade em relação à demanda e a cultura local. Investir em parcerias com instituições empresariais de educação profissionalizante, que visem à oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional, destinados aos usuários e que contribuam para a empregabilidade dos mesmos. Capacitar e instrumentalizar os profissionais da rede para que possam identificar as situações de vulnerabilidade enfrentadas pelos usuários, garantindo-lhes acesso aos serviços através de atendimento qualificado e adequado à referida demanda. Dar continuidade nas ações, mesmo com a mudança de gestão.” (Psicóloga 03-B).

A psicóloga 03 destaca alguns pontos importantes para o rompimento com as práticas imediatistas. Dentre eles sublinhamos: trabalho dos gestores, a rede intersetorial, adequar as ações às necessidades da população usuária do CRAS, realizar estudos e pesquisas no território de abrangência do CRAS, repensar as práticas existentes e capacitar os profissionais da rede.

Sobre a gestão e a rede intersetorial, convém ressaltar que o trabalho em rede intersetorial muitas vezes fica apenas sob a responsabilidade dos profissionais que estão executando os serviços, programas e projetos e a gestão se omite nesse cenário, e, se omite erroneamente. Embora os técnicos devam oportunizar

encaminhamentos, fluxo das informações, priorizar um trabalho de referência e contra-referência, a gestão tem um papel estratégico, tendo em vista que é o gestor quem vai pensar e planejar as ações que se desenvolverão em rede intersetorial.

O técnico sabe que o trabalho em rede intersetorial deve existir, no entanto, é atribuição do gestor promover a integração, desenvolvendo estratégias, dialogando com os gestores das demais políticas públicas.

A intersetorialidade corresponde a uma estratégia de gestão, Yazbek (2010, p.26) expõe que:

É uma nova forma de gestão de políticas públicas que está necessariamente relacionada ao enfrentamento de situações concretas. Supõe vontade, decisão, que tem como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor ou participante. Envolve, portanto estruturação de elementos de gestão que materializem princípios e diretrizes, a criação de espaços comunicativos, a capacidade de negociação e também trabalhar os conflitos para que finalmente se possa chegar, com maior potência, às ações.

A intersetorialidade tem como premissa o diálogo, respeito do ponto de vista do outro, estabelecimento de pactos e acordos em torno de um objeto em comum, no caso das políticas sociais públicas: o atendimento integral das demandas dos usuários. “A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas.” (YAZBEK, 2010. P.25).

A resposta desta profissional expressa uma preocupação com a questão de ir além daquilo que está no aparente, quer dizer, ao afirmar que é necessária a realização de pesquisas do território e repensar a prática, significa o reconhecimento da necessidade de uma reflexão a respeito do próprio processo de trabalho que se realiza no interior do CRAS. Repensar a prática no sentido de não buscar as respostas que já estão prontas no cotidiano, respostas que já estão condicionadas pelas próprias circunstâncias que se materializam no cotidiano.

No tocante ao agir de forma imediatista e dar respostas prontas como se fossem fórmulas ou receitas que apenas devem ser aplicadas, Cortes (2001, p.36) assim expõe:

Assim, a transcendência do cotidiano, também, é uma das tarefas que se coloca aos homens, como necessidade prática de nele atuar e de elevá-lo a um nível mais informado. A superação da superficialidade empírica do cotidiano é uma tarefa que os homens realizam ao adotarem uma postura

reflexiva frente à vida cotidiana. É pelo distanciamento reflexivo frente ao cotidiano, que o homem o compreende e analisa.

Esse distanciamento pode ocorrer, no caso do CRAS, quando uma equipe técnica de referência, se reúne com finalidade de repensar sua prática profissional, reflete sobre o alcance de suas ações, o porquê de não ocorrer avanços junto às famílias atendidas. Realizar tais indagações permite que o profissional perceba que a assistência social enquanto política pública está inserida no interior de uma sociedade do capital e que para o capital, a desigualdade é funcional e que, portanto é salutar ao capitalismo não alterar as relações sociais e suas contradições, mas importa amenizar as situações.

Ao realizar tal reflexão uma equipe de profissional percebe os diversos projetos societários presentes no interior da sociedade. Percebe que o projeto ético-político do SUAS, embora não seja hegemônico, é um projeto que busca fazer frente à ordem do capital.

Concordamos com Cortes (2001, p.39) quando a mesma afirma que:

Existem muitas questões sobre a ação humana que são incompreensíveis na esfera da relação imediata do cotidiano. A racionalidade da ordem burguesa só é acessível à razão humana através dum processo reflexivo e duma metodologia que incorpore a contraditoriedade presente no real.

“Acredito que práticas imediatistas em grande parte refletem a desestruturação e má gestão das equipes. Para que os cidadãos tornem-se protagonistas é necessário que este lugar seja garantido, e que aos poucos ele passe a ocupa-los não só na política de assistência social, mas nas outras políticas públicas também. É preciso romper com a falta de planejamento, romper com o uso indevido de serviços públicos para benefícios políticos, romper com a precarização das condições que os profissionais são submetidos.” (Psicóloga 06-B).

“Romper com práticas imediatistas é romper com a história de mais de quatro séculos, se considerarmos a promulgação da Poor Law dos britânicos, não é uma coisa fácil de realizar, o SUAS está sendo um bom caminho em nosso país. Para melhorar penso que a gestão deveria ser mais voltada para o profissional técnico em detrimento do político, que ainda permite gestores e cargos de confiança sem formação na área, graças a compromissos de campanha do poder executivo, que compromete todo o avanço já conquistado. Somente com a profissionalização e compromisso ético dos agentes, é que os direitos sociais serão plenamente realizados, saindo do papel realmente, para se tornar ação protetiva que potencializa e protagoniza o cidadão brasileiro.” (Assistente Social 10-B).

“Para romper com as práticas imediatistas devemos primeiramente compreender o histórico da assistência social, bem como nosso município. Sabe-se que com a implantação do SUAS, muito se avançou e ainda temos muito a avançar no que tange a política de assistência social. Tem que se

melhorar no nosso município especificamente no que se refere à assistência social: romper com o histórico assistencialista e conservador existente na gestão, bem como no trato com o usuário; haver abertura para o profissional técnico; ter nos cargos de coordenação, chefia, secretário, funcionários efetivos, com curso superior na área, pois ainda existe em Telêmaco Borba, histórico de cargos políticos, sem nenhum conhecimento técnico sobre a assistência social. A partir disso, poderemos caminhar em direção ao protagonismo cidadão, pois teremos rompido com o assistencialismo, politicagem, entre outros.” (Assistente Social 11-B).

“O cotidiano é o espaço da busca dos interesses mais imediatos, [...]” (CORTES, 2001, p.40), por isso a gestão de uma política não se preocupa muito com estrutura física adequada, recursos humanos suficientes ou se os usuários estão sendo atendidos qualitativamente, se estão passando por um processo de fortalecimento de vínculos, se as famílias estão sendo protegidas para então passar a proteger os seus membros.

No reino da imediatividade e da aparência o que importa são os resultados imediatos, o que importa para uma gestão muitas vezes é apenas dizer que o município dispõe de CRAS, para ter cofinanciamento, mas, no entanto, nega as condições precárias de atendimento realizados na instituição. O que importa algumas vezes para a gestão é mascarar dados presentes no CENSO SUAS para dar a impressão de que o município no que tange à assistência social opera conforme as diretrizes, mas quando se aproxima da realidade a mesma é desvelada e mostra uma outra face. Infelizmente essa é a lógica que permeia as ações no âmbito da gestão do SUAS, é importante aos profissionais capturar essa lógica do movimento presente no real e então desmistificar “O caráter enigmático da realidade” mediante processo de “[...] pensamento reflexivo [...]”(CORTES, 2001,p.39)

Incorporar essas mediações requer atividade reflexiva e crítica do real, da aparente normalidade do cotidiano.

A respeito da mediação, é oportuno destacar que se trata de uma categoria marxiana, categoria teórico-reflexiva que “[...] se constitui num construto que a razão elabora logicamente para possibilitar a apreensão do movimento do objeto” (PONTES, 2009, p.81).

Sobre a mediação e as ações profissionais, Pontes (2009) corrobora ao sinalizar que para um profissional as demandas da instituição surgem despidas de mediações, pois surgem permeadas por metas, objetivos, técnicas, onde atender,

quem atender, etc. “Numa palavra, a demanda institucional aparece peiada à imediatividade, com um “fim em si mesmo”” (PONTES, 2009, p.168).

Realizar uma intervenção tendo como pressuposto a dialética requer do profissional a consideração da totalidade social, se recusando a analisar os fatos a partir daquilo que surge no imediato (singularidade), é necessário reconstruir histórica e teoricamente o campo de tensões presente na sociedade (totalidade). Ao intervir dessa forma, as demandas surgem ao profissional mediatizadas, despidas do aparente isolamento social, ocorre um processo de reconstrução do real onde as demandas se manifestam como síntese de múltiplas determinações (particularidade) (PONTES, 2009). “As demandas sócio-profissionais residem, neste processo de apreensão lógico-ontológica, na reconstrução da particularidade do espaço sócio-institucional de intervenção profissional.” (PONTES, 2009, p.168).

“A mediação como categoria intelectualiza permite, mediante um impulso do real, à razão construir categorias para auxiliar a compreensão e ações profissionais.” (PONTES, 2009, p.81).

“Trabalho interdisciplinar é o primordial, ainda com profissionais temos as práticas imediatistas, pois o indivíduo e a família, culturalmente não rompe com o imediatismo, e nós profissionais temos o desafio de trabalhar o imediato e criar estratégias para efetivar o protagonismo.” (Assistente Social 06-B).

“É necessário trabalhar com as famílias utilizando-se das suas experiências e linguagens, desconstruir os conceitos que de gerações tais como a posição da mulher na família. Mas é necessário ter algo para essas famílias de forma que o trabalho não se perca no discurso, algo que lhes dê alguma esperança de futuro melhor. Também é preciso integrá-los a comunidade levando-as para conhecer o município em que vivem, os pontos turísticos, os poderes do município, os pontos de lazer e trabalhar para que sintam-se livres para voltar sozinhas sem a tutela do CRAS.” (Assistente Social 08-B).

A Assistente Social 06 destaca a dificuldade cultural das famílias atendidas nos CRAS e a Assistente Social 08 problematiza a questão de conceitos que são repassados de geração em geração. Ambas sublinham que estes aspectos se configuram em desafios aos profissionais quando se trata de romper com as práticas imediatistas e assinala que nesse contexto cabe ao profissional favorecer o enfrentamento de tal postura criando estratégias que contribuam junto ao processo do protagonismo cidadão.

Cortes (2001), igualmente enfatiza que aquilo que é cultural está fortemente presente no cotidiano e nesse sentido, o ser humano tende a incorporar as mediações culturais como se as mesmas fossem regras e hábitos que devem ser seguidos rigidamente, no entanto, ao proceder dessa maneira, ignoram que a cultura é uma criação histórica, é algo uma construção humana que pode perfeitamente ser questionada.

No livro “Vozes do Bolsa Família” Rego e Panzini (2013) tratam das mulheres que recebem o benefício do Programa Bolsa Família e que vivem na zona rural do nordeste brasileiro, um dos objetivos do livro é revelar como as mulheres passam a se sentir quando o benefício é colocado em seus nomes e não no nome de seus companheiros/maridos. No livro as mulheres destacam o sentimento de autonomia, respeito e cidadania.

No intuito de observar se as mulheres se sentiam a vontade ao gastar o benefício com algo que não fosse alimentação ou um produto relacionado à escolaridade, muitas ficavam constrangidas ao dizer que em algumas situações gastaram o benefício adquirindo um batom para si, por exemplo. Esse relato evidencia o forte caráter cultural presente no cotidiano das famílias que recebem benefícios socioassistenciais.

A tentação da mentalidade preconceituosa é muito grande na operação ideológica de imputar aos que considera desiguais, e, frequentemente, inferiores a ela, atributos negativos gerais tendentes à homogeneização das condutas perante determinados fatos. No dinheiro, ainda mais provenientes de uma transferência estatal de renda, imediatamente são acionados mecanismos mentais ideológicos desqualificadores dos pobres. (REGO; PANZINI, 2013, p.198 -199).

Em uma prática imediatista, talvez a postura profissional seja criticar a compra do batom, reafirmando para esta usuária a mentalidade cultural preconceituosa de que aquilo é errado e que ela fez mal uso do benefício. Tal postura retira daquela usuária a possibilidade de protagonismo e coloca sobre ela “[...] as determinações da lógica do mercado capitalista, padronizando comportamentos e pasteurizando a diversidade cultural” (CORTES, 2001, p.43).

Chauí (2008) trata da questão da cultura em seu texto “Cultura e Democracia” problematiza como a classe dominante cria uma série de elementos culturais e ideológicos com intuito de preservar seu modo de ser como aquele superior aos das classes trabalhadoras/populares. Em consequência disso, no

interior da sociedade capitalista os pensamentos e concepções que não foram forjados pela classe dominante são considerados como algo negativo e inferior. A ideologia capitalista, na sociedade brasileira, tem como suposto que as classes populares tem modo primitivo de ser onde “[...] o lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social” (CHAUÍ, 2008, p.59).

A cultura popular é considerada atrasada, deve ser reatualizada e para tanto é necessário empenho pedagógico no sentido de instrução do povo, necessitam de disciplinamento para que os mesmos adquiram cultura, saibam como gastar seu dinheiro, como é o caso do exemplo em análise. Essas são as marcas da sociedade brasileira, marcas de um autoritarismo, principalmente quando se trata das classes subalternas. “Numa palavra, as classes populares carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes.” (CHAUÍ, 2008, p.72).

“É um desafio à prática profissional cotidiana atender o imediato, pensar ações, propor estrategicamente, considerar as demandas dos usuários, realizar o planejamento participativo, avaliar o trabalho juntamente com os usuários, trabalhar em rede, referenciar... Construir processos de trabalho, metodologia de trabalho e de intervenção, refletir e ter clara a perspectiva teórica que norteia o trabalho. Para romper com as práticas imediatistas e desenvolver ações que potencializem o protagonismo do cidadão, exige sim, profissionais de criação, invenção e proposição conforme orienta Marilda Iamamoto. Não ao politicismo, não ao teoricismo e não ao praticismo, mas a construção de uma práxis, que considera a relação entre teoria, prática e envolvimento ético e político. São elementos que contribuem para o trabalho social de fortalecimento de vínculos e de função protetiva das famílias; para que seja capaz de desenvolver mais autonomia e descubra suas potencialidades e faça os enfrentamentos necessários ao seu cotidiano de vida. Conforme Martinelli (2006), somos profissionais cuja prática está direcionada para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente... Precisamos saber ler conjunturas, mas também o cotidiano, pois aí é que a história se faz, que a nossa prática se realiza.” (Assistente Social 07-B).

O depoimento da Assistente Social 07-B vem ao encontro dos pressupostos que norteiam esta reflexão, porquanto reconhecemos que o cotidiano profissional do CRAS impõe à equipe técnica de referência uma rotina permeada por processos e tarefas repetitivas. Esta ação coloca os profissionais em uma armadilha, qual seja: a de realizar mecanicamente e reproduzir ações e hábitos.

Concernente a isso Coelho (2008, p. 225) assinala que:

A complexidade da civilização submete o homem e o leva a automatizar rotinas e atividades do cotidiano e de outras esferas, como a objetivação estranhada no trabalho. A vinculação, de forma restritiva, da vida cotidiana com a repetição de atividades e tarefas pode conduzir à interpretação de que os gestos se sobrepõem à consciência.

A Assistente social 07 afirma que a forma de fazer enfrentamento desta postura é a práxis, ou seja, uma ação permeada pelo processo de reflexão. A partir de uma ação que tenha a práxis como premissa, é possível analisar as demandas familiares considerando que estas se inserem em uma dinâmica social e que representam as relações de produção e as contradições sociais geradas pelas necessidades concretas/materiais do ser humano. Esta postura contribui para um posicionamento mais ético e político, conforme expõe a Assistente Social 07, igualmente favorece no sentido de que o profissional passa a ser mais criativo no que tange ao desenvolvimento de estratégias de ação junto às demandas familiares.

É necessário realizar o enfrentamento da prática imediatista, pois esta se limita ao repasse de serviços, benefícios, projetos e programas socioassistenciais pontuais e emergenciais (COELHO, 2008) e se configura como um entrave na constituição do protagonismo cidadão, disso posto, é essencial:

Pensar a humanidade como um processo de desenvolvimento de potencialidades é resgatar a historicidade que lhe é inerente. O homem não foi sempre assim como o conhecemos hoje, ele assim se tornou, através dum longo processo de desenvolvimento da espécie. Pensar numa humanidade já pronta é pensar numa perspectiva que desconsidera a história. (CORTES, 2001, p.37).

O embasamento teórico adotado nesta pesquisa tem como pressuposto o caráter histórico, revolucionário e protagonista do ser humano, no entanto, observamos que a atual sociabilidade capitalista promoveu a alienação do mesmo. As potencialidades inerentes ao ser humano estão submetidas ao capital, numa perspectiva marxista e gramsciana a filosofia da práxis é aquela que pode, mediante processo pedagógico, contribuir para uma reflexão mais crítica junto às classes subalternas, favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades.

Para ter a capacidade de orientar comportamento dos indivíduos, a filosofia da práxis, requer um processo de ensino-aprendizagem. No caso das classes subalternas, é necessário instituir processo pedagógico embasado nos princípios do materialismo histórico e dialético, buscando favorecer que os governados sejam capazes de também adquirirem, por meio de um processo educativo, a mesma capacidade de ser governante (MARTINS, 2008).

A assistente social 7-B menciona a importância de saber ler conjunturas, a esse respeito Alves (2008, p. 01) contribui ao afirmar que:

Uma análise de conjuntura é um retrato dinâmico de uma realidade e não uma simples descrição de fatos ocorridos em um determinado local e período. Ela deve ir além das aparências e buscar a essência do real. Porém, a realidade mundial, nacional ou local, é multifacetada, o que torna difícil a sua apreensão à primeira vista. O desafio de qualquer análise de conjuntura é compreender as inter-relações das partes que formam o todo, pois a totalidade é um conjunto de múltiplas determinações.

Quando o profissional sinaliza para a necessidade de ler conjunturas, o mesmo está indicando a importância de considerar as múltiplas circunstâncias que permeiam a vida do usuário do CRAS, tais circunstâncias têm raízes na contradição gerada pelo capital e trabalho e nos resultados que esta contradição projeta para a sociedade: desigualdade social, apropriação privada da riqueza socialmente produzida. São esses os pilares que sustentam a sociabilidade capitalista, dessa forma é necessário analisar essa sociedade na intenção de visualizar as forças que participam da dinâmica social, forças que são antagônicas, a “[...] análise de conjuntura deve compreender tanto a análise das fraquezas quanto da solidez de cada força que participa da disputa política e econômica do dia a dia”. (ALVES, 2008).

[...] a análise de conjuntura não é um documento imparcial feito de uma coletânea de notícias de jornal. Muito menos é uma fotografia estática da realidade. Ela tem como objetivo “filmar” a dinâmica do movimento social, emoldurando o quadro da correlação de forças dos atores políticos da cena nacional e internacional. Ela deve levar em conta não somente os fatos concomitantes e imediatamente contemporâneos, mas deve incorporar a evolução temporal das principais tendências estruturais e institucionais. Deve traçar um cenário que englobe as confluências e tensões, as acomodações e contradições, buscando revelar as continuidades e rupturas ou descontinuidades e multiplicidades. (ALVES, 2008, p.10).

Essas considerações quanto à análise de conjuntura nos leva a perceber a relevância de o profissional não se restringir à mera constatação dos fatos agindo fundamentado apenas na experiência imediata ou no empirismo. Portanto, é necessária fundamentação teórica, postura investigativa aspectos que garantem direcionalidade à sua prática profissional interpretando a realidade e demandas dos usuários a partir de uma compreensão da totalidade social.

5.6 Protagonismo cidadão

Neste momento, interessa-nos saber como são desenvolvidas as ações que têm como foco contribuir para o protagonismo cidadão junto aos usuários dos CRAS. Como a equipe profissional avalia tais ações e seus resultados e se a equipe observa avanços neste trabalho. Igualmente iremos buscar perceber as dificuldades encontradas para alcançar os objetivos destinados ao exercício do protagonismo cidadão.

Sobre o protagonismo, cabe sublinhar que o texto da PNAS de 2004 expõe que na qualidade de política pública a assistência social passa a ter a “[...] possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.” (BRASIL, 2005a, p.31). As demandas dos usuários da assistência social são legítimas, tem fundamentação legal, são amparadas por lei a partir do conceito de direito de cidadania.

Expõe também que os serviços, programas, projetos e benefícios da proteção social básica devem ser articulados a outras políticas públicas locais, com intuito de fortalecer as ações desenvolvidas no âmbito da assistência, contribuindo dessa forma para o protagonismo dos usuários da política de assistência social (BRASIL, 2005a).

A PNAS de 2004 destaca que são considerados serviços de proteção social básica aqueles que potencializam a família, com intuito de contribuir para o fortalecimento de seus vínculos, através do protagonismo de seus membros.

O texto da PNAS segue afirmando que as ações desenvolvidas no âmbito da rede socioassistencial em defesa dos direitos de cidadania concebem o cidadão e a família como sujeito protagonista da rede de ações e serviços. Nessa perspectiva tem como objetivo abrir “[...] espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo social, atuando sob o princípio da reciprocidade, baseada na identidade e reconhecimento concreto [...]” (BRASIL, 2005a, p. 93).

Ainda de acordo com o artigo primeiro da LOAS a assistência social configura-se como direito do cidadão e dever do Estado, e este direito materializa-se mediante a garantia do atendimento das necessidades básicas (BRASIL, 2005a).

Apresentamos alguns trechos do texto da Política Nacional de Assistência Social com intuito de ilustrar que o protagonismo cidadão se constitui em um dos objetivos a ser alcançado pela assistência social.

Sobre o protagonismo destacamos que o nosso entendimento dessa categoria, assim como todo o processo de construção dessa pesquisa, está pautado no pressuposto da centralidade ontológica do trabalho sobre o homem.

Tonet (2005a, p.61) contribui com este debate ao afirmar que:

[...] realizado o salto ontológico por intermédio do trabalho, o ser social vai se constituindo como um ser que se caracteriza pela atividade, pela socialidade, pela universalidade, pela consciência e pela liberdade. E que estes traços – constituintes da essência humana – o acompanharão, também sofrendo modificações, por todo o tempo da sua existência. Deste modo, o tornar-se homem do homem implica, essencialmente, ser ativo, isto é criar objetos, criar um mundo cada vez mais amplo, criar-se a si mesmo e de um modo cada vez mais rico, mais multifacetado, mais complexo; tornar-se cada vez mais consciente e mais livre e, com isto, cada vez mais senhor do seu próprio destino; tudo isto implicando, por sua vez, uma relação harmônica com a natureza, na medida em que esta relação é indispensável para uma autoconstrução efetivamente humana e também uma relação harmônica dos homens entre si, já que a autocriação positiva do indivíduo depende de sua relação com o gênero e vice-versa.

Protagonismo nessa perspectiva está relacionado com o fato do ser humano ter condições de se reconhecer como ser atuante de um processo histórico, onde mediante uma relação dialética com a natureza ele a transforma e transforma a si mesmo, se autoconstruindo. Nessa relação o ser humano não é passivo, simples coadjuvante, mas é um ser ativo, que protagoniza mudanças no mundo/natureza. Ele não está simplesmente no mundo, mas, sobretudo, interage conscientemente com o mundo mediante reflexão e ação. O homem ao se confrontar objetivamente com o mundo passa a refletir sobre o mesmo e ao refletir realiza ações com objetivo de transformar o mundo/natureza e assim transforma a si mesmo.

Concernente à cidadania, no capítulo dois desta pesquisa sinalizamos que esta categoria tem sua origem no desenvolvimento do Estado capitalista tendo em vista que é na sociedade capitalista que se faz necessária a instituição formal de direitos que qualificassem o indivíduo como um cidadão perante o Estado.

Marx analisa a cidadania a partir do pressuposto da autoconstrução humana, nesse sentido busca desvelar sua verdadeira natureza e função que cumpre no contexto social capitalista. Para o autor em questão o mais importante não é somente descrever a história da cidadania, mas, sobretudo, a sua preocupação é desvelar as razões e fatos que deram origem ao fenômeno da cidadania (TONET, 2005a).

Para Marx (2010) a cidadania se relaciona com o processo de emancipação política. A política para Marx, explica Tonet (2005a), tem uma conotação negativa, no entanto, assevera que mesmo tendo um caráter negativo, Marx reconhece aspectos positivos da política, justamente porque esse autor parte do pressuposto dialético, ou seja, um fenômeno pode conter aspectos não apenas negativo, mas também positivo.

Para Marx a política contém um aspecto negativo, pois ela é resultado do processo de alienação²⁵, e nesse sentido representa um entrave à autoconstrução humana e ainda que a política tenha o aspecto positivo, no sentido de que representa o acesso aos direitos da classe trabalhadora, a política não deixa de representar esse obstáculo para a autoconstrução humana (TONET, 2005a).

Visando contribuir com este debate Duarte (2010) explica que, quanto ao aspecto positivo da política, as lutas sociais tendem a gerar entraves para a exploração do capital em relação ao trabalhador, tais lutas podem até colocar alguns limites morais junto ao processo de reprodução do capital.

A esfera da política consiste em uma força social, e tem uma especificidade, porquanto a política cumpre uma função social e em sendo força social Tonet (2005a) questiona o que é feito com essa força social no interior da sociedade, quais os objetivos que ela visa cumprir/atingir no processo de reprodução social, qual a natureza dessa força social chamada política? Na sociedade capitalista a política, muitas vezes é estabelecida com intuito de realizar a manutenção dos interesses da ordem do capital, atendendo seus interesses particulares, aqui reside o caráter negativo da política.

A política em Marx não significa apenas que ela seja a resposta da sociedade para atenuar os conflitos que surgem em seu interior, ela representa, sobretudo, “[...] a resposta da parte hegemônica do ser social, as classes dominantes, à questão de como continuar a reprodução da sociedade sem por em perigo a sua posição privilegiada.” (TONET, 2005a, p.58).

A política passa a ter um caráter positivo no sentido de que é por meio dela que a destruição humana é impedida, se pensarmos naquela velha ideia da guerra de todos contra todos, o que nos remete à concepção da necessidade do Estado. Outro aspecto positivo reside no fato de que:

²⁵ A categoria alienação foi explorada no capítulo primeiro desta pesquisa.

[...] um também crescente progresso em direção à abertura de possibilidades – embora contraditórias – de complexificação das individualidades e de realização de um número cada vez maior de pessoas. A própria emergência e autoconstrução da individualidade – ainda que estranhada – deve muito à esfera da político. (TONET, 2005a, p.59).

O campo da política tem então, esse caráter contraditório, que tem como força hegemônica a classe burguesa, mas que, no entanto, é permeado pelas demandas das classes subalternas, além de ser permeado por essas demandas, vimos no capítulo dois desta pesquisa, que no interior do Estado se materializa uma correlação de forças, onde podemos visualizar a concretização do avanço das classes subalternas no sentido de colocar em pauta nas agendas governamentais suas reivindicações.

No capítulo primeiro da pesquisa, vimos que a sociedade capitalista é fundamentada pela compra e venda da força de trabalho e a partir desse ato tem origem uma série de situações que emerge tanto para quem compra como para quem vende a força de trabalho.

Quem vende passa a ser considerado mera mercadoria, e então uma série de elementos entra em cena como a propriedade privada, o lucro, a mais-valia, o mercado, etc.

Duarte (2010, p.78) destaca que no interior das relações sociais capitalistas:

[...] o ser humano precisa, antes de tudo, assegurar sua existência para então apropriar-se das características propriamente humanas que foram desenvolvidas ao longo da história [...]. Antes de assegurar a virtude, o ser humano deve assegurar a vida. Não há vida virtuosa se não há vida. Não há desenvolvimento do ser humano se o indivíduo não sobrevive. O que há de mais essencial no ser humano foi desenvolvido historicamente a partir da atividade transformadora da natureza que levou à transformação do próprio ser humano. Mas se a atividade humana é a fonte de toda a humanização, então a venda dessa atividade aliena o indivíduo de sua condição humana, aliena-o da essência humana; tudo em troca da sobrevivência. É por essa razão que Marx afirma que no trabalho alienado “a essência torna-se um meio para a existência”. Trata-se de uma inversão, pois o ser humano deveria existir para poder realizar atividades que formassem e desenvolvessem nele sua humanidade. Ao contrário, ele é obrigado a se desfazer da possibilidade de se humanizar em sua atividade para poder, em troca, receber um salário que lhe permita continuar a viver.

Antes de se apropriar da característica humana de sujeito revolucionário, construtor e protagonista da história, o ser humano, precisa garantir a sua sobrevivência e isso é realizado no interior da sociedade capitalista mediante acesso

a renda, através do acesso dos bens materiais que podem lhe oferecer condições de desenvolvimento humano e sobrevivência. Aqui, é possível polemizar a questão da cidadania, no sentido de que, ainda que concordemos com autores marxistas e com o próprio Marx (2010), quando argumentam que a cidadania é uma construção burguesa, não podemos deixar de reconhecer que para a realidade brasileira a aquisição do status de cidadão se refere a um status que confere garantias e direitos que representam um avanço principalmente para as classes subalternas.

Chauí (2008) destaca que cidadão no Brasil, era o senhor escravocrata onde a cidadania era privilégio de poucos, a esse respeito vejamos as reflexões da autora:

O que é a sociedade brasileira enquanto sociedade autoritária? É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor (de escravos)-cidadão, e que concebe a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão da classe dominante as demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidirem. É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relação de hierarquia, mando e obediência. (CHAUÍ, 2008, p.70).

A autora segue problematizando, que tendo uma cultura autoritária de mando e desmando, a lei servia para manter os privilégios da classe dominante e instrumento de opressão para as classes subalternas, onde a lei não estabelecia direitos e deveres a todos. Nesse sentido, a expansão da cidadania aos usuários da assistência social significa a ampliação da conquista de direitos que lhes foram negados durante longo tempo no cenário brasileiro. A esse respeito Holston (2013, p.75) contribui ao afirmar que “No passado no Brasil, o desafio era “[...] manter os que não eram considerados merecedores da cidadania nacional totalmente excluídos, uma vez que a admissão exigia plenos direitos”.

A cidadania no Brasil foi construída com o pressuposto de “[...] legalizar desigualdades sociais e distribuir direitos seletivamente [...] a cidadania nacional no Brasil consolidou uma estrutura social profundamente hierárquica.” (HOLSTON, 2013, p.67). Diante desta constatação, o autor em questão formula a ideia de cidadania diferenciada, sendo este tipo de cidadania a que prevalece na sociedade brasileira. Ao longo da nossa história “[...] o desenvolvimento da cidadania brasileira divergiu de forma significativa: sustentada pela violência e pela corrupção, ela se tornou ainda mais diferenciadora e excludente para os cidadãos brasileiros.” (HOLSTON, 2013, p.67).

A cidadania brasileira foi alicerçada em princípios de inclusão universal com forte desigualdade na distribuição. Firmada nesses princípios, a cidadania diferenciada:

[...] usa diferenças sociais que não são as bases da incorporação nacional – sobretudo diferenças de educação, propriedade, raça, gênero e ocupação – para proporcionar tratamentos diferentes para categorias diferentes de cidadãos. Por isso, gera uma gradação de direitos entre eles em que a maioria dos direitos está disponível apenas para tipos específicos de cidadãos e é exercida como privilégio de categorias sociais específicas.

A formulação brasileira iguala as diferenças sociais no que se refere à afiliação nacional, porém legaliza algumas dessas diferenças como base para distribuir de maneira diferenciada direitos e privilégios entre os cidadãos. Assim, no início da República, ela negava educação como um direito do cidadão e usava o alfabetismo e o gênero para restringir a cidadania política. (HOLSTON, 2013, p. 28).

Na cidadania diferenciada, as pessoas são classificadas de acordo com seu grau de instrução, conforme suas posses e poder de aquisição de bens materiais, aqui há cidadãos e cidadãos, nem todos participam do mesmo status de cidadania, no caso, a maioria do povo brasileiro. Mas Holston (2013) expõe que esse cenário se altera no Brasil em meados da década de 1970 quando as classes trabalhadoras saem da zona rural e migram para as cidades e promovem uma ampliação da cidadania.

Ao passo que as cidades se industrializaram, uma nova força de trabalho chega a esses locais, nesse movimento as elites brasileiras expulsaram os trabalhadores pobres para as periferias das cidades, onde estes por sua vez, passaram a viver em regiões distantes, subdesenvolvidas, sem acesso aos serviços públicos mais básicos.

Na periferia, os trabalhadores além de se encontrarem em situações precárias de moradia, as mesmas eram fruto de ocupações irregulares/ilegais, ao se depararem em tais condições, esses indivíduos promoveram a construção de suas próprias casas, lutaram e reivindicaram por serviços públicos que pudessem auxiliá-los em suas demandas cotidianas. (HOLSTON, 2013, p.29).

Ao promoverem o desenvolvimento de periferias autoconstruídas, geraram também a emergência de uma cidadania insurgente que tem a capacidade de desestruturar os privilegiados. Mesmo que a cidadania diferenciada seja hegemônica no contexto social, não há como desconsiderar que a cidadania insurgente representou uma subversão dado que, ao passo que os pobres no contexto urbano garantem o seu direito à cidade, garantem ainda os direitos políticos

ao se tornarem donos de seus imóveis ao promover processo de legalização dos mesmos.

Consideramos oportuno tratar sobre a cidadania insurgente no contexto brasileiro, no sentido de delimitar que mesmo que: a cidadania seja um conceito forjado pela burguesia, a aquisição do status de cidadão tem um peso fundamental para a ampliação dos direitos das classes subalternas, em específico os usuários da assistência social. Obviamente reconhecemos e concordamos sobre a necessidade da emancipação humana, no entanto, analisaremos os depoimentos dos profissionais dos CRAS reconhecendo a importância da emancipação política constatando que a tarefa da emancipação humana cabe a uma classe: classe trabalhadora da qual fazem parte tanto profissionais dos CRAS quanto usuários, ou seja, trata-se de um projeto da humanidade, uma responsabilidade de classe que não pode ser colocada como responsabilidade do CRAS, pois seria imputar aos profissionais uma tarefa ambiciosa e árdua.

Vamos aos depoimentos:

“Sim. Ofertando cursos de profissionalização, palestras.” (Psicóloga 03-A).

“Sim. Através da oferta de cursos para a comunidade, em parcerias com SENAR, PRONATEC, SENAC. Assim, as famílias tiveram oportunidade de participar de cursos como: Panificação, Derivados do Leite, Jovem Agricultor Aprendiz, Informática, Artesanato em Bambu, Pedreiro, entre outros.” (Psicóloga 07-A).

“Após os cursos as famílias de pequenos agricultores iniciaram cooperativas, construíram cozinhas industriais e estão agregando valor aos produtos produzidos em suas propriedades. Da mesma forma, as famílias residentes na vila também participaram de cursos que contribuiu para geração de renda e protagonismo da família.” (Psicóloga 07-A).

“Sim, através do PAIF com trabalhos voltados à cidadania, direitos, autoestima e educação e trabalho.” (Psicóloga 09-A).

“Sim, Encaminhamentos para os cursos do PRONATEC e para o Centro Municipal de Ensino Profissionalizante, rede serviços socioassistenciais.” (Assistente Social 02-A).

Interessante destacar que quando indagamos aos profissionais a respeito das ações que os mesmos desenvolvem junto às famílias do CRAS com foco de oportunizar o desenvolvimento do protagonismo cidadão, os mesmos relacionam o protagonismo cidadão com a questão da profissionalização e a renda.

Consideramos que isso vai ao encontro da afirmação de Duarte (2010) quando o autor expõe que antes de qualquer coisa o ser humano precisa assegurar sua existência, e isso ocorre uma vez que o mesmo, mediante trabalho assalariado vende sua força de trabalho. Feito isso, o ser humano tem condições de ter a garantia de renda, um dos objetivos da proteção social inscrita na política de assistência social é a segurança de renda, pois sem renda, não há sobrevivência, sem sobrevivência não há vida, sem vida, não há o desenvolvimento do ser humano.

Concernente à questão do desenvolvimento humano Rego e Pinzani (2013, p.33) sinalizam que:

[...] é necessário que os indivíduos disponham da capacidade e da possibilidade de exercer críticas, de exigir justificativas, de esclarecer sua posição em relação à realidade sentida e vivida por eles como injusta, ou que precisa ser modificada por alguma razão. A impossibilidade de articular suas exigências e até de descrever sua própria situação em termos de um ponto de vista que não seja o das classes dominantes resulta em inevitável perda de autonomia. Autonomia pressupõe um sujeito capaz de se afirmar perante o outro como ator apto a fundamentar verbalmente suas ações, intenções, desejos e necessidades.

As pessoas que se encontram em situação de pobreza econômica, geralmente se sentem humilhadas e pensam que merecem a humilhação, pois ela é resultado de sua incapacidade, relacionam que a incapacidade econômica e social que vivenciam, retratam a sua incapacidade intelectual, representam seu fracasso pessoal (REGO; PINZANI, 2013).

Por isso o acesso à renda e a cursos profissionalizantes nesse contexto se configura como uma estratégia de favorecer o desenvolvimento das potencialidades de famílias/indivíduos que frequentam os CRAS, contribuindo para a construção de uma nova subjetividade nessas pessoas, desconstruindo processos de marginalização e discriminação e principalmente culpabilização por suas condições sócio-econômicas.

[...] nessas situações é que se fazem necessárias políticas de justiça distributiva no âmbito econômico e social e, simultaneamente, políticas culturais e educacionais voltadas à mudança de paradigmas valorativos da sociedade [...]. Seria o único modo de alterar substantivamente a formação das subjetividades dominadas, fornecendo-lhes oportunidades de obterem outras visões de si mesmas, libertando-as das estruturas de sentimentos fundadas na interiorização das concepções que sustentam as exclusões e marginalizações múltiplas sofridas [...]. (FRASER apud REGO; PINZANI, 2013, p.22).

Quanto à questão de políticas culturais e educacionais é oportuno destacar que para que as famílias/indivíduos usuários dos CRAS passem a se portar como cidadãos protagonistas, titulares de direitos, os mesmos carecem de adquirir saberes que os instrumentalizem a “[...] fruïrem das suas liberdades fundamentais, como serem capazes de responder, enquanto cidadãos, pelas suas ações” (REGO; PINZANI, 2013, p.77).

Cursos profissionalizantes realizados de forma coerente com as habilidades e desejos profissionais dos usuários e, conseqüentemente o acesso à renda tem a possibilidade de contribuir junto a esse processo.

[...] a capacidade das pessoas de fruir direitos constitucionalmente garantidos se liga a capacitações das suas funções humanas para o gozo das conquistas libertárias. Marx gostava de lembrar que a liberdade de imprensa, fundamental conquista civilizatória para a emancipação humana, não fazia sentido para os analfabetos, pois estavam desprovidos da capacidade de ler, de debater e, portanto, de fruï-la. De certa forma essa espécie de incapacitação discursiva tornava vazia para o analfabeto a conquista da liberdade de imprensa. (REGO; PINZANI, 2013, p.79).

Não faz sentido realizar palestras e debates sobre a importância da educação e da profissionalização com os usuários da assistência social se não lhe for oportunizado acesso a esses direitos sociais como educação, trabalho e renda, capacitando-os para que eles possam se tornar membros plenos de uma sociedade.

“Temos atualmente uma população com maior acesso às informações, participativa nas decisões e discussões e percebemos que gradativamente estão desenvolvendo a emancipação social.” (Assistente Social 01-A).

“Sim. Incentivo à participação em espaços de deliberações das políticas públicas; Palestras e Oficinas com temas voltados à cidadania; Orientações e apoio sócio familiar.” (Assistente Social 07-A).

“Sim. Buscando despertar nos usuários a percepção de seu papel na sociedade e valorizando a sua participação.” (Assistente Social 01-A).

“Temos usuários nos conselhos de Assistência Social e do idoso, participação nos debates e conferências.” (Assistente Social 27-A).

Os profissionais, em suas respostas, relacionam o protagonismo com participação. Não podemos deixar de reconhecer que a abertura de espaços como

os Conselhos de Direitos e as Conferências se constitui como um local privilegiado de participação e controle social.

Carvalho (2002), se referindo aos desafios gerados pela cultura autoritária e excludente que se solidificou em solo brasileiro, recupera alguns dados importantes que revelam os desafios a serem enfrentados no contexto da participação do usuário nos espaços que atualmente se tem abertos para tanto.

Os brasileiros tornados cidadãos pela Constituição eram as mesmas pessoas que tinham vivido os três séculos de colonização nas condições que já foram descritas. Mais de 85% eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo. (CARVALHO, 2002, p.32).

O contexto acima fornece elementos que nos levam a compreensão dos desafios e das dificuldades que os profissionais encontram em seu cotidiano ao promoverem ações cujo objetivo seja oportunizar o processo de protagonismo cidadão. Carvalho (2002) trata do contexto da Constituição de 1824, mas mesmo com o passar de quase 200 anos o autor chama a atenção para aquilo que se convencionou a chamar de cultura brasileira em termos de participação política. O solo onde foi construída a participação popular se refere a um solo permeado por arbitrariedade e de sentimento de total incapacidade do povo em tomar parte de processos decisórios.

As eleições da época em questão eram influenciadas por grandes proprietários de terra e por comerciantes, nesse contexto a grande maioria dos “cidadãos”/do povo se quer tinham experiência com relação às eleições, não tinham noção das implicações em escolher um candidato que lhe representasse nas eleições. No entanto, muitos votavam pressionados por seus patrões, pelas autoridades de governo local, pela igreja, etc. O momento das eleições era marcado por intensa violência, porquanto o que estava em jogo para os candidatos era a manutenção do poder local, chefe político local fazia de tudo para não perder as eleições (CARVALHO, 2002).

O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade. O voto era um ato de obediência forçada ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão. À medida que o

votante se dava conta da importância do voto para os chefes políticos, ele começava a barganhar mais, a vendê-lo mais caro. (CARVALHO, 2002, p.35).

O autor em questão ressalta que dadas às condições de colonização portuguesa no Brasil, não tinha como exigir que a população de uma hora para outra passasse a participar dos processos políticos como cidadãos atenienses, que tinham plena consciência e noção do significado da participação e das eleições, principalmente porque diferente de muitos países, o Brasil não passou por nenhum processo revolucionário como é o caso da Inglaterra ou França. Nesse sentido, o processo de “aprender” a participar é algo que ocorre de forma lenta e gradual.

Holston (2013) contribui com este debate quando cita algumas passagens de “A Questão Judaica” de Marx (2010):

A questão judaica foi debatida com tanta intensidade por sintetizar um dilema fundamental para a Revolução: poderia um grupo de pessoas desprezadas e marginalizadas se tornar um grupo de cidadãos? E poderiam elas tornar-se cidadãos plenos, iguais aos franceses em seus direitos e deveres? Ou estavam destinadas a permanecer como uma nação separada dentro de outra nação, na melhor das hipóteses com uma cidadania de segunda classe? (HOLSTON, 2013, p.73).

No caso brasileiro, e principalmente no caso específico dos usuários da assistência social, parafraseamos Holston (2013) ao ponderar: se poderiam os usuários da assistência se portarem como cidadãos com ênfase em participação popular de viés político, engajados em lutas coletivas e não somente em lutas de cunho individual tendo consciência de seu papel protagonista no contexto social?

Poderíamos esperar dos usuários que nos momentos de Conferência da assistência social, que os mesmos tenham clareza, dos conceitos e de todo o alcance que as propostas das Conferências tem efetivamente para as suas vidas enquanto usuários dos serviços socioassistenciais?

A expectativa de resposta a essa pergunta é que ela possa ser respondida de forma positiva, porém para que isso se concretize é fundamental instituir processos pedagógicos que instrumentalizem esses usuários em relação à participação e suas possibilidades.

“Aos poucos podemos perceber que os usuários da assistência estão tomando consciência de seu papel na sociedade que são capazes de conseguir por si, serem autores de sua própria vida, tornando mais independente.” (Assistente Social 05-A).

“Sim, Construindo Cidadania, como forma de promover a construção da identidade social, em situação de risco social através da inclusão social via trabalho em atividades que lhes proporcionem, direta ou indiretamente, uma renda. Ampliar o pleno exercício da cidadania desta mesma população, possibilitar geração de renda para a população usuária destes serviços. Esclarecer e informar a comunidade sobre como funciona os serviços do CRAS do município. Construir ações que possibilitem diminuir o assistencialismo e favoreçam a autonomia.” (Assistente Social 08-A).

A assistente social 08 relaciona protagonismo cidadão com diminuir o assistencialismo e favorecer a autonomia e a assistente social 05 relaciona com ser independente, conseguir as coisas por si só.

Não podemos deixar de reconhecer que estas características são importantes, todavia, é necessário problematizar o entendimento do assistencialismo/autonomia e independência. No senso comum diminuir o assistencialismo se refere a restringir os direitos sociais, limitar o acesso aos mesmos, pois no ideário (neo)liberal o indivíduo é livre para tomar suas escolhas, se o mesmo passa por situações de precariedade foram as suas escolhas e decisões que projetaram tais resultados.

O indivíduo deve ter mais autonomia, deixar de depender do governo e correr atrás de trabalho. Nesse sentido, destacamos que é necessário cautela ao afirmar que os usuários da política de assistência social devem ter autonomia, ser independentes. Autonomia de que e para quê? Ser independente do quê? As repostas a estes questionamentos são capazes de revelar a lógica que está norteando nossa intervenção profissional, pois a ideia não é estimular o individualismo, dizer conseguir por si remonta a uma ideia liberal de sociedade, cada um por si, sem depender dos outros.

Nesse raciocínio é importante que os profissionais percebam que quando o ser humano é inserido nas relações sociais capitalistas vendendo sua força de trabalho em troca de sobrevivência, (destaque-se que muitos dos usuários da assistência social estão inseridos em condições de trabalho que são as mais degradantes) suas decisões não são tomadas de forma livre e consciente, pois são decisões impostas pela sociabilidade capitalista. São decisões que tem como pressuposto a necessidade da existência, o que consequentemente rouba-lhe a capacidade de refletir sobre a essência humana e suas possibilidades.

Quer nas relações de trabalho propriamente dita, quer nas relações que se estabelecem no interior da sociedade, as mesmas ocorrem mediante um limite pré-

estabelecido pela ordem social burguesa, assim sendo, os indivíduos agem não de forma consciente e livre. O conteúdo dessa liberdade é determinado por uma ordem social que não foi estabelecida com a concepção de autoconstrução humana, que prima pela igualdade de fato, a igualdade ocorre apenas no sentido formal.

Há que distinguir entre os direitos do homem e os direitos do cidadão. Quem é este homem distinto do citoyen? Só pode ser o membro da sociedade civil. Porque é que ao membro da sociedade civil lhe chamam homem, simplesmente homem, e porque é que os seus direitos recebem o nome de direitos do homem? Como se explicará semelhante fato? Pela relação entre o Estado político e a sociedade civil, pela natureza da emancipação política. Constatemos, em primeiro lugar, o fato de que os chamados direitos do homem, enquanto distintos dos direitos do cidadão, constituem apenas os direitos de um membro da sociedade civil, isto é, do homem egoísta, do homem separado dos outros homens e da comunidade. (MARX, 2010, p.23).

Marx problematiza a questão dos direitos do cidadão e os direitos do homem membro da sociedade civil, enfatiza que quando se diz homem não se está pensando na humanidade de forma genérica, mas somente naquele homem egoísta e isolado dos outros homens, aquele homem que apenas quer defender a sua propriedade privada. É como se os direitos do cidadão não considerasse a desigualdade de relações que se estabelecem na sociedade civil e nesse caso os direitos acabam por beneficiar apenas aquele cidadão burguês e proprietário. Consequentemente “O homem possuidor de direitos [...], aos olhos de Marx, era apenas e nada mais do que o homem-cidadão, ou o cidadão-burguês.” (POGREBINSCHI, 2007, p.50).

Com efeito, Marx identifica nos direitos consagrados pela Revolução Francesa a separação entre o cidadão e o homem e, dentro deste último, uma cisão entre o seu aspecto civil e o político. A Declaração de direitos do Homem e do Cidadão de 1789 não considera como autêntico e verdadeiro o homem senão enquanto cidadão, e este senão enquanto um cidadão burguês: o homem real só é reconhecido sob a forma do indivíduo egoísta; e o homem verdadeiro, somente sob a forma do citoyen abstrato. De modo que, por isso, [...] os direitos humanos, ao contrário dos direitos do cidadão, são apenas direitos do membro da sociedade burguesa, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade. (POGREBINSCHI, 2007, p.49).

Ainda que a cidadania tenha os seus limites, no que tange à autoconstrução e emancipação humana, como já salientamos, é inegável a sua contribuição na conquista dos direitos sociais das classes subalternas, a julgar que é na condição de

cidadão, membro de uma comunidade política que é possível o estabelecimento das lutas e reivindicações por condições de vida que sejam mais dignas a todos os que pertencem à sociedade especialmente aos que pertencem às classes subalternas.

Quanto à questão de sujeito histórico e sua importância na autoconstrução e emancipação humana, Tonet (2005a, p.95) destaca que na perspectiva marxiana:

[...] o ser social é radicalmente histórico, isto é, que não existe uma natureza humana imutável; que os homens fazem a história não apenas nos aspectos fenomênicos, mas até nos aspectos mais essenciais. Em resumo que, para além dos fatos mais imediatos, se existe uma natureza humana, ela também é construída pelos próprios homens e não recebida, como dote, da natureza natural.

A partir da afirmação do autor em questão é possível deduzir que a natureza humana é uma construção histórica, a passividade e apatia são construídas historicamente, assim como o protagonismo a partir de processos sociais como a ideologia, categoria abordada no primeiro capítulo da pesquisa.

Vimos que a ideologia é construída com a intenção de fornecer certa coesão social, quando o ser humano se encontra em condições de perda de coesão social, constrói a ideologia com intuito de sustentar a ordem vigente. Nesse sentido, defendemos a ideia de que o ser humano não foi projetado com a apatia e passividade, tais características lhe foram imputadas pelo meio social, assim sendo para que o mesmo consiga recuperar o posicionamento de sujeito histórico é necessário instituir práticas pedagógicas que tenham essa finalidade: de recuperar a historicidade humana e sua condição de protagonista.

[...] a historicidade desta natureza não dissolve a humanidade na diversidade e na mudança, ou seja, que ela continua a ser uma totalidade com uma identidade própria e, deste modo, continua a poder denominar-se, efetivamente e não apenas formalmente, humanidade. (TONET, 2005a, p.95).

Nessas condições, é necessário realizar um trabalho de recuperar o senso de humanidade das classes subalternas juntamente com suas possibilidades. No entanto, é importante destacar que essa tarefa não é simples, rápida e fácil, pois:

“O homem necessitado, carregado de preocupações, não tem senso para o mais belo espetáculo” (Marx, 1978, p.12). Na mesma linha de raciocínio, pode-se afirmar que o homem necessitado, além de não ter olhos para o belo, não os tem para o bom e para o verdadeiro. Mas a situação agrava-se

pelo fato de que não é só nos limites da sobrevivência que o indivíduo se vê alienado por vender sua força de trabalho. Isso também acontece quando vendemos nossa força de trabalho por um salário que, além de assegurar nossa sobrevivência, possibilita-nos satisfazer necessidades alienantes em nós produzidas pela lógica do capital. (DUARTE, 2010, p.78 -79).

O ser humano quando imerso em relações de precariedade, de vulnerabilidade e risco social terá dificuldades em se preocupar com outras questões, sua preocupação central será a garantia da sua sobrevivência, será o acesso à renda propriamente dita, acesso aos bens materiais e dificilmente conseguirá se preocupar com questões de cunho político, por exemplo, como participação no interior da sociedade com vistas a propiciar mudanças em seu entorno.

“A “não” participação dos usuários. Esta é “uma das” maiores dificuldades encontradas no trabalho com famílias, e acredito que não seja uma queixa somente minha e/ou da minha equipe, mas uma realidade ampla e abrangente que provavelmente podemos compartilhar com outros Municípios. As pessoas buscam auxílio, cobram, pedem, reclamam, mas não querem auxiliar e/ou atuar neste processo para que a realização do que necessitam se torne possível. Creio que parte dessa “acomodação” tem sido cada vez mais reforçada pelos inúmeros programas de transferência de renda oferecidos pelo Governo, porque o que se observa através do contato com algumas famílias, é que muitos não têm perspectivas de melhorar de vida por meio do esforço próprio, mas sim, por meio da ajuda dos Governos, eles não querem trabalhar para não perder o benefício que recebem, não manifestam interesse por qualificação profissional e/ou acadêmica (oferecidas gratuitamente), e na maioria das vezes só participam de alguns programas e/ou atividades se houver o oferecimento de um benefício financeiro. A realidade é gritante, o que pressupõe que nos debruçemos cada vez mais nossos esforços para encontrar/desenvolver formas de lidar e dar conta desta demanda que se configura como um grande desafio aos profissionais da área.” (Psicóloga 01-A). (grifos da Psicóloga 01).

“As dificuldades são que mesmo feito todo um trabalho com a família, algumas delas não demonstram contrapartida na participação dos grupos e dos atendimentos individuais dos encaminhamentos [...]” (Psicóloga 08-A).

“A dificuldade maior é em colocá-los como protagonista é que muitas vezes preferem ficar recebendo o bolsa família a ter um trabalho, participar de cursos, pois dizem que se forem trabalhar ou fazer cursos perdem a “ajuda” do governo, então hoje é a maior dificuldade é essa, fazer com que saiam dos programas de transferência de renda e comecem a andar com as próprias pernas.” (Assistente Social 05-A).

Os profissionais em seus relatos destacam que as famílias usuárias do CRAS são acomodadas, não participam e que ao invés de buscar uma outra fonte de renda preferem ficar recebendo os benefícios do governo. Na citação de Duarte, este autor faz referência a uma frase de Marx, a qual destaca que a pessoa quando em situação de necessidade fica incapacitada de visualizar o belo, visualizar outras possibilidades e nessas condições a pessoa foca nas necessidades imediatas de sobrevivência.

O usuário dos serviços socioassistenciais do CRAS, em sua grande maioria, estão envolvidos em condições de precariedade e vulnerabilidade social que se quer os mesmos têm condições de se preocupar com outras questões que não sejam as questões materiais, de cunho imediato que lhe garanta sobrevivência. Os mesmos não conseguem visualizar outras possibilidades e muitos menos se perceber enquanto sujeito capaz. Na verdade, destacamos que esse é um comportamento que é presente e até mesmo comum em quase toda a sociedade, não são apenas os usuários do CRAS, mas o ser humano que vive na sociedade capitalista apenas consegue se preocupar e ter olhos para suprir as suas necessidades, e não apenas as necessidades básicas e humanas, mas sobretudo, queremos suprir até mesmo necessidades que o capitalismo gera em nós, como a roupa, sapato e bolsa da moda.

Muitas das necessidades que procuramos satisfazer são necessidades que nos foram impostas pela sociabilidade capitalista, não são necessidades humanas, correspondem a necessidades que não são humanas propriamente ditas, pois a necessidade do ser humano é se realizar e se desenvolver como humano e estas necessidades no interior da sociedade capitalista são secundárias.

O trabalhador é obrigado, portanto, pela sociedade capitalista, a vender sua própria atividade, a vender a única fonte de humanização, que é a atividade humana, em troca de dinheiro. E o que o trabalhador compra com o dinheiro obtido por essa venda? Os produtos dos quais necessita para sobreviver e os produtos dos quais necessita porque as relações sociais capitalistas nele produziram necessidades que o tornam escravo dos produtos, ao invés de esses produtos serem meios de desenvolvimento e realização da personalidade de cada ser humano. (DUARTE, 2010, p.80).

Se o nosso ponto de partida de análise do ser humano for a centralidade ontológica do trabalho, considerando que o trabalho é aquele ato que possibilita ao homem o salto ontológico que o leva a deixar de ser apenas um ser natural para ser social, consideramos que nessa perspectiva a história da humanidade tem início com este salto ontológico, logo este processo significa a autoconstrução humana por si só (TONET, 2005a).

Consequentemente:

Ora, o resultado disto é que o ser social é, em sua integral totalidade, um ser histórico, vale dizer, o resultado de um processo que tem no trabalho o seu ato originário. E é importante que se acentue que ele é histórico não apenas no sentido de mutável – coisa que a natureza também é – mas no

sentido de ser o resultado dos seus próprios atos – o que não acontece no caso da natureza. (TONET, 2005a, p.96).

Ao passo que o salto ontológico foi se constituindo, o ser humano foi se transformando e juntamente o seu entorno sofreu modificações, foram os atos humanos que oportunizaram tal mudança, logo partimos do pressuposto de que o homem é um ser humano mutável e nesse processo de mudança defendemos a ideia de que os processos pedagógicos direcionados pelo pensamento social crítico, tem condições de oportunizar um processo de reflexão junto aos usuários do CRAS com finalidade de contribuir para que os mesmos se percebam como sujeitos com potencial transformador/revolucionário.

É necessário destacar que nesse processo a práxis tem que estar presente, ou seja, um processo que envolve não apenas a reflexão por si só, mas é importante promover ações que envolva esse usuário onde ele tenha a oportunidade de colocar o seu potencial transformador em movimento. A julgar que a história é resultados dos atos humanos, portanto a ação é fundamental para o ser humano se descobrir como sujeito revolucionário.

Por sua vez, a historicização integral do homem tem como consequência a absoluta impossibilidade de sustentar a tese da imutabilidade estrutural desta ordem social. Dela decorre que toda ordem social e qualquer ordem social em sua totalidade são históricas porque são produzidas pelos próprios homens e, portanto, só por interesse ideológico poderão ser declaradas imutáveis. (TONET, p.2005a, p.96).

A consciência ocupa um lugar central na questão do processo histórico, em razão de que a consciência se faz presente quando da ação de transformação da natureza, pois para que ocorra esta transformação é necessário a intervenção da consciência, visto que é mediante esta que estabelecemos as finalidades e nos orientamos no processo de objetivação/de concretização dos nossos objetivos.

Contudo, o fato de a consciência constituir um elemento ontológico e não apenas fenomênico de todo ato humano apenas nos diz que ela tem a capacidade de intervir na configuração do mundo real. Daí, porém, não se pode deduzir que ela tenha o mesmo peso ao longo de todo o processo histórico e muito menos que ela tenha um papel revolucionário, ou seja, que exerça o papel de orientar, expressamente, a transformação radical da realidade. Com efeito, durante milhares de anos, subjetividade e objetividade se determinaram reflexivamente sem que a primeira pudesse intervir de forma revolucionária. O exame do processo histórico nos mostra que a possibilidade de a consciência se transformar em consciência revolucionária exigiu duas coisas. (TONET, 2005a, p.97).

Quando consideramos o processo histórico, o autor em tela destaca que a possibilidade da consciência se tornar em consciência revolucionária requisitou duas coisas. Em primeiro lugar: a socialização do ser social, ou seja, ao passo que o homem deixa de ser apenas um ser natural e passa a ser social a consciência passa a ocupar um lugar de maior destaque em sua vida, visto que o homem se torna mais consciente dos acontecimentos que estão ao seu redor. Em segundo lugar, o ser social alcança uma maturidade, ainda que pareça estranho essa afirmação, no modo de produção capitalista, momento em que as relações entre os indivíduos são produzidas por eles mesmos e não apenas como resposta aos elementos naturais.

É neste momento que o ser social se põe para si mesmo como um ser plenamente social, o que significa que é só neste momento que os homens podem compreender o processo social como resultado dos seus próprios atos e apreender a dinâmica dele para orientar conscientemente a sua configuração. Obviamente, não se pode esquecer que esta ação consciente, neste momento (sociedade capitalista), ainda está fortemente determinada pela existência do estranhamento, que lhe impõe limites bem claros. Por isto mesmo, o peso da realidade objetiva – que é social e não natural – é ainda muito expressivo. Daí a aparência (que não é ilusória) de dureza e inamovibilidade que caracteriza esta ordem social. Mas é inegável que a consciência tem um papel fundamental. O que é comprovado pela própria revolução burguesa, primeiro momento, na história, em que uma transformação radical da sociabilidade implica uma intervenção expressa e intencional da consciência – ainda que extremamente complexa e contraditória. (TONET, 2005a, p.97).

Isto posto, é possível admitir que se o processo social é resultado dos atos humanos, atos realizados orientados pela consciência, uma mudança na ordem social também é possível, pois a sociedade é habitada pela humanidade, e se a humanidade gerou mudanças até o presente momento histórico, fica evidente que a realidade é mutável e que a ordem social também o é.

Ela é sempre o resultado de atos humanos singulares e de algum modo livres – mas, frise-se, sociais e não puramente individuais – realizados dentro de um determinado campo de possibilidades. Por isso mesmo, o patamar da emancipação humana não poderia ser o resultado de um inevitável processo histórico. Em segundo lugar porque, sendo a emancipação humana uma forma de sociabilidade que tem por característica fundamental o domínio dos homens sobre o processo histórico, a direção consciente de sua instituição tem que ser muito mais intensa do que na revolução do capital. (TONET, 2005a, p.97 e 98).

A emancipação humana tem possibilidades de ocorrer, no entanto, terá chances de concretude a partir do momento em que o ser humano se conscientizar dessa capacidade, e para tanto, é necessário uma direção consciente do ser humano rumo à revolução capaz de alterar a ordem vigente, o autor em questão ainda destaca que o processo de emancipação humana é resultado de atos coletivos e não somente atos individuais.

“Os resultados ainda aparecem muito “tímidos” para a nossa equipe, mas o pouco que vemos usamos como crescimento profissional e pessoal, para novas experiências e revisão de conceitos.” (Psicóloga 02-A).

“É avaliado através da equipe multidisciplinar a frequência de cada família/usuário individualmente se houve um avanço nas vulnerabilidades que aquela família apresentava num primeiro momento se os encaminhamentos à rede foram positivos durante este acompanhamento efetivo e se a família superou a situação de vulnerabilidade.” (Psicóloga 08-A).

“Muitas famílias conseguiram aumentar a geração de renda, isso possibilitou a elas saírem de situação de extrema vulnerabilidade social, tendo melhores condições de exercer o protagonismo.” (Psicóloga 07-A).

“Sim, os avanços são perceptíveis, mas demandam o tempo necessário de cada pessoa, dessa forma os resultados não são imediatos e estão atrelados a um processo de reflexão individual sobre o papel desempenhado na sociedade e qual se quer desempenhar.” (Assistente Social 16-A).

“Pela capacidade de argumentação adquirida pelo cidadão; pela conquista, pela mudança de paradigmas; pela participação nas decisões e pelos direitos adquirido e/ou exercido”. (Assistente Social 17-A).

Os profissionais destacam em seus relatos alguns resultados que a equipe profissional consegue observar nas intervenções junto às famílias usuárias do CRAS, destacam que algumas famílias estão saindo de uma situação de vulnerabilidade social com acesso a renda e acesso a outros serviços disponíveis na rede intersetorial. Outras famílias passaram a revisar seus conceitos de participação e sua importância no interior da sociedade adquirindo capacidade de argumentar e quebraram paradigmas e ainda a assistente social 16 destaca que os avanços em relação ao protagonismo cidadão não é algo imediato, que ocorra em curto prazo, mas que cada pessoa/família tem seu tempo e seu momento.

A despeito dessas afirmações destacamos a necessidade de reconhecer a historicidade do ser social e de sua natureza como um conjunto complexo formado por essência e fenômeno, isto é:

[...] mantendo a natureza própria da essência, mas apontando o seu caráter histórico; da natureza ontológica da consciência e do seu poder real sobre a objetividade; do caráter decisivo que a consciência tem na construção de uma sociabilidade efetivamente livre, tudo isto torna possível evidenciar a falsidade dos pressupostos que sustentam a ideia da impossibilidade da superação da atual ordem social. Demonstra, ao mesmo tempo, que nada há na estrutura essencial do ser social que impeça esta superação e que, portanto, a aspiração a ultrapassá-la não é apenas a expressão de um desejo nem sequer um ideal abstrato, mas uma possibilidade concreta, ou seja, uma possibilidade inscrita, como alternativa ontológica, no interior do próprio ser social. (TONET, 2005a, p.98 - 99).

A afirmação acima nos desafia a pensar que: apesar de nos encontramos em uma sociabilidade que preconiza a desumanização do ser humano, que o aliena, o individualiza, gerando sentimentos de apatia e indiferença, em que pese tais obstáculos, a historicidade do ser humano nos revela que nem sempre fomos assim, e que, portanto, existe a possibilidade de mudança, no entanto, é necessário estimular o debate a respeito desses pressupostos a fim de socializá-los, pois a mudança ocorre no sujeito social e não individual.

5.7 Processos pedagógicos com potencial de romper a subalternidade

Neste momento buscaremos refletir a respeito dos processos pedagógicos que são passíveis de se desenvolver junto aos usuários do CRAS com finalidade de contribuir para o rompimento da subalternidade e favorecer o protagonismo cidadão.

Para tanto é indispensável situar o que entendemos sobre processos pedagógicos, e para que possamos entender do que se trata será necessário retomar alguns pressupostos construídos por Gramsci, pois este autor recupera, a partir de uma visão marxista, o valor pedagógico e ético político do conhecimento. Entre tantas categorias trabalhadas por Gramsci, daremos destaque à filosofia da práxis²⁶, pois a partir desta categoria, este autor revela como o conhecimento pode

²⁶ Vale destacar que conforme nos expõe Semeraro (2005, p.29 - 30): “Deve-se logo observar que quando se fala em “filosofia da práxis” estamos nos referindo ao pensamento mais peculiar engendrado pelo marxismo. Gramsci deixa claro que os “fundadores da filosofia da práxis” são Marx, Engels e Lenin (Q 11, 1436; Q 16, 1856) e, em continuidade com o pensamento por eles inaugurado, procura, principalmente nos Q 10 e 11,

ser colocado a favor de uma classe social para dominar as demais classes. Gramsci, em seu pensamento vai desenvolvendo um raciocínio que elucida, a partir das relações historicamente construídas, os processos de dominação e de subalternidade das classes e mostra como o conhecimento e o senso comum se colocam, nesse cenário, como uma ferramenta estratégica de dominação e de hegemonia de uma classe sobre a outra (GRAMSCI, 1995).

Importante sublinhar, que para Gramsci, senso comum não se refere a um conhecimento ingênuo, isto é, não apresenta uma conotação pejorativa, pois senso comum para o autor diz respeito a uma visão de mundo que se tornou comum e que, portanto influencia na dinâmica das relações sociais, econômicas, culturais, etc.

O interesse de Gramsci não fica limitado a debater sobre o que vem a ser o senso comum em si, todavia, para o autor o importante é desvelar como o senso comum é empregado nos embates sócio-históricos pelos sujeitos sociais e consequentemente mostrar como “[...] forjar uma nova visão de mundo e torná-la um novo senso comum.” (MARTINS, 2008, p.270).

Para Gramsci todos os seres humanos são filósofos, pode ser que não o sejam no sentido profissional do termo, a julgar que todos são capazes de elaborar reflexões, ainda que de forma espontânea.

Deve-se, portanto, demonstrar, preliminarmente, que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características dessa “filosofia espontânea” peculiar a “todo mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso-comum e no bom senso; 3) na religião popular e consequentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões,

aprofundar e conferir novos desdobramentos à filosofia marxista. Como se sabe, a locução “filosofia da práxis” nos *Cadernos do cárcere* vai gradativamente substituindo a expressão “materialismo histórico”, ainda utilizada para designar o marxismo nas três séries de “Anotações de filosofia” dos Q 4, 7 e 8 (Tosel, 1996, p. 49-67; Frosini, 2004, p. 93-111). Com isso, Gramsci procura não apenas se subtrair à censura carcerária, mas, principalmente, visa a contribuir para a consolidação e atualização da nova concepção de mundo, uma tarefa na verdade percebida por Labriola (Q 11, 1507; Q 16, 1855), que já havia afirmado que “a filosofia da práxis é o coração do materialismo histórico” (1973, p. 702-703). De modo que, ao se dedicar a aprofundar e destacar os aspectos mais importantes da filosofia da práxis, a preocupação de Gramsci não se limita a redietizar o pensamento de Marx desfigurado por interpretações marcadas pela metafísica do materialismo mecanicista (Buckarin, Plekanov etc.) ou pelo (neo)idealismo especulativo (Croce, Gentile, Bergson, Sorel etc.).”

“Com suas reflexões sobre a filosofia da práxis, de fato Gramsci procura reconduzir o marxismo ao desenho originário das *Teses sobre Feuerbach* de Marx e à pontualização que Engels faz em *Ludwig Feuerbach e a crítica da filosofia clássica alemã*. Mas, acima de tudo, para Gramsci, aponta Frosini, “o problema da filosofia da práxis é, ao mesmo tempo, o problema da filosofia depois de Marx, ou seja, do seu estatuto no nosso tempo” (2004, p. 16). Por isso, além do resgate do pensamento originário de Marx, Gramsci procura destacar a especificidade, a originalidade e a maior consistência da filosofia da práxis em relação às outras filosofias”.

modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que se conhece geralmente por “folclore” (GRAMSCI, 1995, p.11).

Todo ser humano possui um certo conjunto de conceitos que servem para nomear as situações de suas vidas, que o ajudam a verbalizar a sua concepção de mundo. A par desta constatação Gramsci (1995, p.11 - 12) faz a seguinte indagação:

Após demonstrar que todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente (porque, inclusive na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na “linguagem”, está contida uma determinada concepção do mundo), passemos ao segundo momento, ao momento da crítica e da consciência, ou seja, ao seguinte problema: - é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “particular” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na “atividade intelectual” do vigário ou do velho patriarca, cuja “sabedoria” dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação) ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

A mais simples forma de linguagem possui em si uma determinada visão de mundo, ela não é neutra, podem possuir conceitos que trazem valores que foram construídos desde a época dos homens da caverna até mesmo os valores dos dias atuais, onde presenciamos as mais altas tecnologias. Do ponto de vista gramsciano, as classes subalternas possuem uma visão de mundo desagregada, fragmentada e que foi imposta a ela pela classe dominante, e essa visão de mundo passa a ser o senso comum de toda a sociedade. Senso comum que naturaliza as relações sociais de desigualdade, “Pelo senso comum vigente entre os subalternos, a injusta ordem econômica, social, política e cultural da sociedade de classes torna-se algo natural, justificando as desigualdades de todos os tipos.” (MARTINS, 2008, p.277).

Disso posto, emerge a necessidade de realizar a crítica consciente a essas concepções de mundo, a esse senso comum:

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torna-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que

somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. (GRAMSCI, 1995, p.12).

Realizar a crítica, em uma perspectiva marxista não significa apenas em realizar um julgamento ou dar opinião no sentido de concordar ou não com determinado fato. Mas a crítica se relaciona a um método de investigação do objeto, esse método é permeado por um processo de busca de reconfigurar o próprio conceito do objeto em análise. Implica em realizar abstrações capazes de produzir o entendimento referente a determinada situação social/objeto de análise (NETTO, 2011). É nesse sentido que Gramsci adverte sobre a importância da crítica, incitando ao processo de criticar os fundamentos da visão de mundo das classes subalternas.

Para Gramsci (1995, p.18 - 19), a filosofia da práxis tem a possibilidade de realizar essa crítica, pois:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (após demonstrar, com base no senso comum, que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir de novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente) e, posteriormente, da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que individualmente (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados) pode ser considerada como as “culminâncias” de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, do senso comum popular. É assim, portanto, que uma introdução ao estudo da filosofia deve expor sinteticamente os problemas nascidos no processo de desenvolvimento da cultura geral, que só parcialmente se reflete na história da filosofia, a qual, todavia, na ausência de uma história do senso comum (impossível de ser elaborada pela ausência de material documental), permanece a fonte máxima de referência, para criticá-los, demonstrar o seu valor real (se ainda o tiverem) ou o significado que tiveram como elos superados de uma cadeia e fixar os problemas novos e atuais ou a colocação atual dos velhos problemas.

A filosofia da práxis não se propõe a fazer novas descobertas, mas propõe realizar a crítica do conhecimento que se tornou senso comum para a sociedade, mediante esse exercício crítico e de reflexão existe a possibilidade de desvelamento das características históricas que conformam a cultura social, principalmente a cultura das classes subalternas. Nesse sentido, o autor em questão propõe um olhar para a história, tendo em vista que “[...] a filosofia da práxis é, para Gramsci, histórica [...]” (MONASTA, 2010, p.37), o autor sugere uma concepção radicalmente

laica da história, concepção essa fundada no pressuposto humano, do homem como sujeito histórico.

O senso comum nos diz que a crítica é uma espécie de oposição contra alguma coisa que não queremos; pelo contrário, para Gramsci, o “pensamento crítico” não é um jogo teórico que contrapõe duas teorias ou duas ideologias, nem é a “ilusão idealista” de que a teoria, a cultura e, conseqüentemente, a educação podem ser “independentes” de sua base “material” histórica. Gramsci entende que o pensamento crítico é a investigação contínua e o desvendamento das bases materiais da própria teoria, isto é, a crítica da utilização ideológica da teoria. Concluindo, Gramsci não é “cientificamente neutro” em sua estratégia educativa. A seu juízo, existe um particular enfoque ideológico, isto é, educativo, que é preferível a qualquer outro, não por razões teóricas, nem porque algum enfoque seja “certo” e os outros sejam “falsos”, mas, sim, por razões práticas: é a “filosofia da práxis”, um instrumento ideológico para expandir a consciência das massas sobre o mecanismo da política e da cultura e sobre a determinação histórica e econômica das ideias, tornando as massas populares melhor capacitadas para controlar suas vidas e “dirigir” a sociedade ou “controlando os que a dirigem”. (MONASTA, 2010, p.29 - 30).

Ao propor o olhar para a história, Gramsci sugere a necessidade de perceber como as bases materiais influenciam no senso comum ou no conhecimento humano e nas teorias que se elaboram com vistas a legitimar um modo de produção. O autor italiano chama a atenção para a questão de que o conhecimento não é neutro, ele é usado como estratégia ético-política com finalidade de disseminar as ideologias da classe dominante para as classes subalternas. Nesse sentido, Gramsci destaca o valor pedagógico do conhecimento e dessa forma busca elaborar uma estratégia pedagógica que possa contribuir junto às classes subalternas para que estas percebam a sua posição nas relações sociais e passem a criticar a ideologia dominante, o senso comum para então chegar ao bom senso.

Para Gramsci, a “filosofia da práxis” é uma expressão autônoma que define, em seu entendimento, o que é uma característica central do legado de Marx: o vínculo inseparável entre a teoria e prática, o pensamento e a ação. (MONASTA, 2010). A filosofia da práxis sinaliza para a importância da relação entre teoria e prática, quer dizer: a teoria se torna um elemento imprescindível, visto que a mesma fundamenta e ilumina a ação. Gramsci (1995) destaca que a teoria não pode ser tratada como uma auxiliar/serva da prática, como se fosse apenas um acessório que complementa a ação, o autor explicita a importância da unidade entre teoria e prática.

“Problematizar a situação vivenciada com a participação dos usuários; Planejar as ações a partir da problematização, sempre com a participação do usuário; Firmar compromissos; Estimular os usuários a participarem dos espaços de deliberação e discussão das políticas públicas (Conselhos, Conferências, etc.).” (Assistente Social 05-B).

A assistente social 05 destaca a importância do processo de problematização das situações vivenciadas pelos usuários dos CRAS. Esta problematização deve ser realizada junto aos mesmos, privilegiando a participação, nos processos que ocorrem no CRAS até mesmo nos processos de tomada de decisão das políticas públicas como os Conselhos de direitos.

Problematizar juntos aos usuários as situações que os mesmos vivenciam torna-se um momento em que o profissional/equipe de referência pode perceber as concepções de mundo que orientam o usuário/família. Feita essa constatação, por meio de trabalho planejado os profissionais podem mediante processo de problematização questionar a forma como os usuários/famílias concebem o mundo, tendo em vista que “[...] concepção de mundo torna-se um elemento orientador dos procedimentos dos indivíduos e dos grupos e classes sociais [...].” (MARTINS, 2008, p.272). Ao questionar e problematizar junto aos usuários os profissionais têm a possibilidade de conduzir os mesmos ao processo de crítica explicitando que as situações que vivenciam são decorrentes de um problema estrutural, por exemplo, que sua demanda não é um problema de ordem individual, mas se trata de um problema que afeta o coletivo e que nesse sentido é importante realizar o enfrentamento de forma coletiva.

Ao se desenvolver esse trabalho de caráter eminentemente filosófico-intelectual, que além de uma perspectiva epistemológica tem certamente uma dimensão ético-política, poder-se-á constatar que a visão de mundo das classes subalternas lhes é estranha, porque por razões de submissão e subordinação intelectual é tomada de empréstimo de outro grupo social (idem). Em verdade, o senso comum das classes subalternas é uma concepção de mundo que não foi forjada por elas mesmas, ela foi adquirida no devenir sócio-histórico da sociedade de classes, que impõe aos subalternos a hegemonia ideológica e cultural da classe dominante sob o ponto de vista econômico. (MARTINS, 2008, p.279).

Nos momentos de problematizar junto aos usuários a situações que os mesmos vivenciam no cotidiano, o profissional irá se deparar com inúmeras visões de mundo, as quais muitas vezes serão contraditórias, mas que mesmo assim os

usuários manifestam como sendo sua forma de ver o mundo. Neste momento o profissional tem a oportunidade de realizar uma recuperação histórica junto ao usuário, sinalizando e desmistificando o processo ideológico que existe por trás dessa concepção de mundo. Exemplo disso pode ser quando os usuários da política da assistência social se sentem “agradecidos” ao prefeito ou a qualquer outro político por ter tido acesso a um direito socioassistencial, muitas vezes personificando esse direito, como se o mesmo fosse obtido em decorrência de um favor.

Por isso Gramsci (1995) afirma que se trata de uma tarefa pedagógica, pois implica em desenvolver uma ação baseada na experiência vivenciada pelas classes subalternas, nesse sentido o processo de protagonismo cidadão está relacionado a um processo pedagógico que favoreça junto aos usuários um processo de reflexão e auto-crítica das suas concepções e visões de mundo, problematizando as situações que os mesmos vivenciam em seu cotidiano explicitando que este cotidiano “[...] é o lugar da luta de classes, o espaço do fetichismo” e *locus* de intervenção das classes.” (DIAS, 2006, p.59).

Esse procedimento eleva o debate dos direitos socioassistenciais para outro nível, no sentido de elucidar um problema de classe e não de indivíduos isolados. “A dissolução das classes em indivíduos e das suas contradições em diferenças permite sustentar a tese e a prática da “comunidade ideal” e localizar as diferenças como desvios passíveis de normalização e de repressão” (DIAS, 2006, p. 24).

Trata-se de ressignificar problemas e situações que há muito tempo permeia a área da assistência social e dar a eles um outro nome e conceituar de uma outra forma. Portanto, “A noção de cidadania, do ponto de vista das classes subalternas, deve ser pensada como espaço de contradições, caso contrário, ela acaba por reforçar essa igualdade mistificada/mistificante” (DIAS, 2006, p. 33).

Quando apontamos a questão da ressignificação estamos fazendo alusão para a importância de se perceber as contradições que permeiam as relações sociais capitalistas e não apenas as diferenças. Quando temos como pressuposto as contradições passamos a questionar a ordem social vigente e sua organização e aparente naturalidade com que se trata a desigualdade social. Ao se proceder com o processo de ressignificar passamos a perceber os fenômenos sociais a partir de uma outra lógica, dando um sentido diferente para fenômenos que até então interpretávamos com uma percepção de normalidade frente à contradição inerente

ao capital: a socialização da produção da riqueza e a apropriação privada dessa riqueza socialmente produzida.

Quer dizer que realizar ações que contribuam para o desenvolvimento do processo de protagonismo cidadão dos usuários do CRAS exige um processo de reflexão, de questionamento daquele conhecimento comum aos usuários. Por exemplo, a qualidade dos serviços socioassistenciais, essa qualidade sempre é questionada, pois os mesmos são materializados na concepção de que pode ser feito de qualquer jeito já que é para “pobre”. No entanto, ao elevarmos o debate para o patamar da cidadania, é necessário questionar a qualidade destes serviços tendo em vista o status de cidadão com finalidade de não reforçar a desigualdade social presente na assistência social.

É importante aprofundar a “estranheza” dos usuários do CRAS referente às suas visões de mundo, explicitando a incoerência existente entre o senso comum dominante e seus interesses enquanto classe social.

Tal postura visa desencadear um processo “catártico” entre as classes subalternas, pelo qual elas possam assumir-se como grupo social com condições de autonomamente libertar-se da subserviência a que estão submetidas. E, para tanto, é necessário identificar os elementos “... sadios do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso ...” (idem: 16), e, rearticulando-os, transformar a concepção de mundo dos subalternos em algo que lhes seja próprio, unitário e coerente. (MARTINS, 2008, p.279).

Objetivamente, se coloca um desafio aos profissionais dos CRAS, a julgar que favorecer o processo do protagonismo cidadão na perspectiva adotada nesta pesquisa, implica em: a partir do senso comum vigente nos usuários dos CRAS realizar a crítica do mesmo desencadeando um processo de superação até que se possa chegar ao bom senso:

[...] só que desta vez constituído como uma concepção de mundo não estranha - porque foi forjada pelos próprios subalternos e [...] tendo em vista seus interesses como classe - e com capacidade de dar unidade ao bloco subalterno para que ele possa orientar ética e politicamente as suas ações não na direção da subserviência, mas no rumo da construção de uma nova civilização, quantitativa e qualitativamente diferente da sociedade de classes. (MARTINS, 2008, p.279 - 280).

A intenção é desenvolver um processo pedagógico junto aos usuários com finalidade de romper com o sentimento de sujeição e subalternidade e favorecer o entendimento de que os mesmos são sujeitos, cidadãos e protagonistas, com

capacidade de influenciar e contribuir junto aos debates, com participação propositiva e onde os mesmos tenham a possibilidade de elaborar a própria identidade, não mais subjugada pela ideologia dominante. “Tornar o conhecimento exotérico significa fazer com que muitos mais se apoderem da experiência humana acumulada há bastante tempo. Significa democratizar efetivamente o saber com todas as consequências inerentes a esse processo [...]” (DIAS, 2006, p.54).

“Por meio de práticas grupais ou atendimentos individualizados que possibilitem aos profissionais a aproximação, o conhecimento e a compreensão da realidade das famílias/indivíduos atendidos (considerando as semelhanças e especificidades existentes), bem como, da adequação e/ou aprimoramento de técnicas e estratégias de atuação que despertem a motivação para a participação e adesão dos usuários nos Serviços ofertados. Realizar atividades que visem à valorização da convivência e fortalecimentos de vínculos (familiares, sociais e comunitários) e que contribuam para a problematização das fragilidades sinalizadas por eles, possibilitando-lhes uma higienização mental, a fim de que tenham condições de avaliar, compreender e ressignificar suas demandas (subjetivas e materiais) e perceber-se como sujeitos atuantes e responsáveis (em parte) pela construção de sua história (e pelas situações em que se encontram), despertando-lhes assim, a motivação para a criação de novas práticas que contribuam para mudanças (significativas ou não) em diferentes esferas de suas vidas. Promover encontros periódicos e/ou fóruns de debates que favoreçam e incentivem a participação contínua dos usuários nas questões sociais, políticas, civis, econômicas e culturais, de forma que contribuam para as transformações sociais e propiciem o exercício da cidadania, além de qualificar e ampliar as contribuições e o protagonismo desses indivíduos na garantia de seus direitos.” (Psicóloga 03-B)

A Psicóloga 03 enumera uma série de elementos que são necessários para desenvolver um processo pedagógico que tenha a capacidade de favorecer o rompimento com a subalternidade, dentre eles destacamos a questão de ressignificar as demandas dos usuários, demandas que são materiais e subjetivas, criando novas práticas, a profissional usa o termo higienizar a mente.

A resposta da profissional denota a percepção que a mesma tem a respeito daquilo que é importante trabalhar junto aos usuários, principalmente quando se trata de um processo pedagógico que considere a ressignificação, ou seja, dar um novo significado para as demandas dos usuários onde os mesmos possam até mesmo mudar sua concepção a despeito das suas próprias demandas, materiais e subjetivas.

No contexto do CRAS, os usuários chegam até a instituição trazendo inúmeras concepções de mundo, sobre sua própria condição e sobre a condição da sociedade. Nessa situação, é importante que a equipe profissional identifique as possibilidades de se trabalhar mediante um processo pedagógico com vistas a contribuir para que os mesmos criem nova visão de mundo que tenha a capacidade de se constituir como um novo senso comum, construindo não um projeto individual,

mas um projeto coletivo, percebendo que as demandas são coletivas, uma vez que são resultado dos embates que são travados no contexto social capitalista. (MARTINS, 2008).

Nessas condições será necessário a equipe profissional traduzir aos usuários os signos da linguagem, construindo uma linguagem que o mesmo possa compreender e se perceber sujeito participante do processo. “Iniciado o processo de criação de uma nova concepção de mundo, um dos elementos mais importantes será, necessariamente, a sua capacidade de tradução.” (DIAS, 2006, p. 71).

“Este é um aspecto muito relevante. Em primeiro lugar, qualquer processo educativo deve ser construído a longo prazo e em conjunto com os usuários, pois cada família possui suas peculiaridades. Também é necessário lembrar que o protagonismo cidadão é uma tarefa que também cabe ao profissional que atua nos serviços públicos e trabalha para a garantia de direitos.” (Psicóloga 06-B).

Quando a Psicóloga 06 evidencia a importância da participação do profissional no processo pedagógico com finalidade de favorecer o protagonismo cidadão, isso denota a relevância da equipe profissional junto ao processo.

Com o senso comum solidamente edificado no meio social, “cimentado” com muita consistência, torna-se deveras difícil aos subalternos escaparem da sua dinâmica de subserviência, que aceita “... do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade ...” [...] Daí ser preciso desenvolver todo um minucioso trabalho heurístico para “... explicar como ocorre esse fato, ... como eles (as visões de mundo) nascem, como se divulgam, porque na divulgação seguem certas linhas de separação e certas direções etc.” (MARTINS, 2008, p.279).

O processo pedagógico com vistas ao desenvolvimento do protagonismo cidadão deve ser dirigido com finalidade de revelar aos usuários aquilo que marca a sociedade de classes, nesse sentido, é um processo que não necessita de grandes descobertas científicas ou da elaboração de fórmulas de atendimento ao usuário. Mas trata-se de socializar conhecimento: “Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializa-las” por assim dizer; [...]” (GRAMSCI, 1995, p.13).

Nesta disputa travada no solo cultural e ideológico para que se consiga determinar a direção da ação coletiva, destaca-se o papel dos intelectuais. Na acepção gramsciana, eles devem educar ética e politicamente à realidade prática os grupos aos quais se vinculam organicamente,

adequando as suas consciências, os seus valores e os seus comportamentos à situação concreta da formação econômica e social, tendo em vista os interesses e as necessidades de classe. Para tanto, é indispensável todo um trabalho epistemológico - isto é, de crítica da concepção de mundo e da própria visão que o indivíduo tem de si mesmo - e educativo, para que se possa ensinar os grupos sociais ou a manterem a sua hegemonia, no caso dos grupos dominantes e dirigentes, ou a lutarem contra as relações de poder em vigor, no caso das classes subalternas. (MARTINS, 2008, p. 157 - 158).

Nessas condições, os profissionais do CRAS podem ser considerados como intelectuais, sujeito que favorecerá o processo onde os usuários possam realizar a transição do senso comum para o bom senso, conduzindo um processo pedagógico, que tenha a capacidade de elucidar a visão acrítica que perpassa a concepção de mundo dos usuários. Por meio da observação do comportamento dos usuários, os profissionais podem elaborar estratégias que visem problematizar a incoerência que há entre o agir e o pensar dos mesmos. Essa incoerência é presente justamente porque a visão de mundo de um grupo social dominante é imposta às classes subalternas e nesse sentido há contradição entre o agir e o pensar.

“Emancipação através da inclusão da família/indivíduo (que necessite) acompanhamento no PAIF (o de imediato). A longo prazo, trabalho intersetorial juntamente com a gestão municipal e secretarias na geração de empregos e renda, valorização da mão-de-obra informal, ensino de qualidade e garantias ao direitos sociais. Potencializar o protagonismo através do atendimento integral a família, se torna um desafio, pois enquanto profissional, romper com o processo cultural da não participação popular, dos dogmas, do contexto histórico de cada pessoa, é o maior desafio, para que possa se efetivar o protagonismo cidadão é trabalho de base.” (Assistente Social 06-B).

“O CRAS tem a oportunidade de trabalhar com oficinas, palestras, passeios, realizar eventos nas comunidades, mas é necessário que a equipe de desloque algumas vezes até essas comunidades e outras vezes é necessário levar essas pessoas até o CRAS e até os eventos que ocorrem na cidade, os profissionais tem que ganhar a confiança das pessoas e trabalhar para que elas sintam que fazem parte do município e encontrem possibilidades de pertencer e achem caminhos dentro das oportunidades que o município oferece, para isso elas precisam saber quais são essas possibilidades. Sendo assim, nos processos educativos deve-se informa-las dos seus direitos e oportunizar a participação dessas pessoas nas decisões, inseri-las nos meios como conselhos mesmo que a princípio seja como ouvintes. E acima de tudo com respeito às suas experiências e pensamentos.” (Assistente Social 08-B).

As Assistentes Sociais 06 e 08 elucidam que os usuários “[...] precisam ser convocados e mobilizados para discutir suas reais demandas e a própria política [...]” e ainda, “[...] desenvolver e apurar a visão crítica de sua realidade, de seus companheiros e da grande massa da sociedade brasileira.” (OLIVEIRA, 2011, p. 255).

Concernente a isso a equipe profissional do CRAS tem a responsabilidade de:

[...] incentivo e apoio político-organizativo às formas coletivas de trabalho, como mutirões, associações e grupos coletivos; na mobilização e organização das famílias trabalhadoras para inserirem-se nos processos de educação formal e política, tidas como fundamentais para o avanço da consciência de classe; e na produção e socialização de conhecimentos que contribuam para o fortalecimento de sujeitos coletivos. (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 198).

Estabelecer instrumentos pedagógicos a partir de uma referência crítica consiste em uma demanda constante dos profissionais que atuam no âmbito da assistência social, profissionais que em seu cotidiano têm o desafio de desenvolver ações que estejam comprometidas “com as lutas e conquistas democráticas emancipatórias da classe trabalhadora.” (ABREU, 2011, p. 243).

Nesse contexto:

[...] de crítica e construção permanente, coloca-se, portanto, a necessidade de confrontar o debate sobre a mobilização e educação popular como instrumentos pedagógicos a partir da intervenção ativa da classe trabalhadora no movimento histórico, cujo processo político-educativo nas condições concretas no contexto da produção destrutiva mundializada de mercadorias, requisita uma pedagogia própria – de resistência e emancipatória – na formação da nova subjetividade da classe, consistência da classe – base de uma nova cultura, mediante a qual, com base em Gramsci (2001, p. 280) a formação do novo modo de vida possa consubstanciar-se na transformação em “liberdade” o que hoje é “necessidade” (ABREU, 2011, p. 245).

É oportuno destacar o papel pedagógico e mobilizador dos profissionais que atuam no CRAS onde, inseridos num espaço permeado por contradições, tais profissionais podem atuar na construção de um projeto contra-hegemônico com capacidade de constituir “os germes daquilo que apostamos ser uma nova organização social [...]”. (FARAGE, 2011, p. 266).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à “Utilização da Política de Assistência como forma de controle e apassivamento de diferentes segmentos da classe trabalhadora. As políticas desmobilizam ao invés de mobilizarem”. (FARAGE, 2011, p. 264). Nesse contexto, é importante aos profissionais criar estratégias para agir em meio às contradições geradas pelo sistema capitalista na política de Assistência Social implementando ações que explicitem tais contradições ao invés de legitimá-las.

Os processos pedagógicos realizam mediações entre o conjunto das práticas sociais com a prática da produção material, dessa forma, tais práticas devem considerar os interesses dos dominados, seus projetos de sociedade, as desigualdades sociais que os atingem e consequentemente contribuir para que a classe subalterna recupere sua capacidade criadora, num processo onde o ser humano perceba que pode avançar para além do determinismo imposto pela ordem social vigente.

E paralelamente, não se pode desconsiderar que há uma reedição de estratégias de assistencialismo no contexto das políticas sociais, pois as mesmas “[...] ao mesmo tempo contribuem para a subalternização dos sujeitos contribuem também para a garantia de alguns direitos e em alguns casos para a garantia da própria existência do sujeito.” (FARAGE, 2011, p. 264).

Ou seja, o próprio usuário do CRAS, ainda encontra dificuldade em apreender os serviços, programas, projetos e benefícios como sendo direito e nessa direção não possui a capacidade de reivindicação necessária para exigir melhores condições de atendimento, fato que explica o pensamento de muitos usuários quando da necessidade de se inserir no Programa Bolsa Família para atendimento de uma necessidade de subsistência, achar que talvez no próximo mês dê certo com postura de passividade e não reivindicar a sua inserção no Programa a partir de processo de mobilização coletiva e luta pelos seus direitos (FARAGE, 2011). Essa situação sinaliza que as políticas sociais muitas vezes contribuem mais para o enquadramento e desmobilização do que o contrário.

“A nosso ver, para que haja esse processo de rompimento é necessário primeiramente estar em local referenciado, com equipe técnica completa e planejar ações em rede, bem como com a família, o que hoje ainda não é possível. Outra possibilidade que sempre colocamos enquanto equipe é ter um plano de estudos, seja por cursos para os funcionários ou por estudos realizados em âmbito de trabalho, pois vemos muitas novidades, mudanças, experiências e não temos tempo para parar e organizar para o estudo. Percebemos que se a equipe tiver um planejamento, se todos trabalharem realmente em rede, ou seja, efetivar a rede de proteção, se haver investimento efetivo na política pública, conseguiremos atingir o usuário, potencializa-lo para superar e romper com a condição de pobreza ou de risco social, buscando a emancipação social.” (Assistente Social 11-B).

“Para se romper a condição de subalternidade e potencializar o protagonismo cidadão, é a inserção das crianças e adolescentes no SCFV, bem como dos responsáveis familiares no PAIF. Esses serviços proporcionam espaços de diálogo, orientações e até encontros com outros profissionais para trazerem discussões sobre os mais diversos assuntos de interesse do público inserido. Também, a parceria da Secretaria da Assistência Social com a Secretaria de Trabalho por meio do SENAI, proporciona aos jovens cursos profissionalizantes e estágio remunerado.” (Assistente Social 14-B).

*“Equipe do CRAS deve encontrar alternativas de manter vínculo com a comunidade através de acompanhamento continuado e direito.
Ofertar grupos diversos de convivência comunitária.
Auxiliar no fortalecimento dos vínculos familiares através de mediação de conflitos.
Ações entre os diversos setores, de forma conjunta ao atendimento das demandas em comum.
Propiciar orientação, informação acerca dos direitos à população mais vulnerável.” (Assistente Social 16-B).*

Quando questionados sobre os processos pedagógicos capazes de potencializar o protagonismo cidadão é possível observar que todos os profissionais que responderam ao questionário enumeraram uma série de intervenções que podem contribuir, nesse rol de situações nomeadas como sendo estratégias pedagógicas, comungamos com Gramsci (1995) quando o autor destaca o conhecimento, o senso comum e a filosofia como valor central no rompimento da subalternidade.

Ante o exposto, podemos inferir que tanto:

[...] o senso comum quanto a filosofia têm, segundo Gramsci, uma tríplice dimensão, a saber: epistemológica, ético-política e pedagógica. Eles têm uma perspectiva epistemológica porque não deixam de ser concepções de mundo, uma forma de ver e julgar a realidade presente, uma maneira de conceber o mundo que nos cerca e uma forma de orientar as nossas ações a serem nele efetivadas. A filosofia e o senso comum têm também uma dimensão ético-política porque eles são elementos capazes de regular a maneira de agir dos sujeitos sociais, interferindo nas relações de poder entre as classes, os grupos e os indivíduos. E, por fim, pode-se dizer que o senso comum e a filosofia têm ainda uma dimensão pedagógica porque eles são concepções de mundo ensinadas aos indivíduos, ou melhor, transmitidas a eles, disseminadas entre eles, propagadas pelas mais variadas formas no meio social, seja para que as massas se dêem ao submetimento cultural e econômico à classe dominante e dirigente, seja para que elas possam libertar-se da situação de subjugamento a que estão submetidas. (MARTINS, 2008, p.285).

O processo pedagógico se refere a uma intervenção cujo pressuposto básico é a consideração de todo indivíduo/ser humano como filósofo, é um processo que se realiza levando em conta a capacidade de aprendizagem do ser humano, sua possibilidade de se tornar um sujeito histórico consciente de sua posição histórica no mundo. É um processo que se realiza mediante a crítica do conhecimento estabelecido na sociedade, crítica às regras do jogo da sociedade capitalista, a partir desta crítica é possível conduzir o ser humano a pensar em novas possibilidades que não se limitam a presenciar a realidade e se conformar a ela, mas refere-se à possibilidade de construção de uma nova sociabilidade, cuja premissa seja o resgate dos valores humanos, da civilidade.

Trata-se de propagar e disseminar uma concepção de mundo que considere o ser humano como um:

[...] “conjunto das relações sociais” (Q 10, 1337), de relações não vagas e abstratas, mas dialeticamente concretas, consideradas dentro de precisas condições de trabalho, de um modo de produção material e simbólico, de divisões de classe, de distribuição da riqueza e do poder no mundo que nos engloba. (SEMERARO, 2005, p.31).

O autor em questão chama a atenção para que consideremos o ser humano como resultado do conjunto das relações sociais e ao fazê-lo devemos nomear as relações concretas de vida em que o mesmo se insere, analisando o modo de produção da vida material e os fundamentos ontológicos da sociedade capitalista, as correlações de forças que perpassam as relações sociais para então percebermos os condicionantes objetivos que limitam o ser humano a se constituir como sujeito protagonista.

[...] se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que “resistia” a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor. Mas, mesmo ontem, será que ele era apenas simples “paciente”, simples “coisa”, simples “irresponsabilidade”? Não, por certo [...]. (GRAMSCI, 1995. 106 - 107).

O processo pedagógico que tenha a capacidade de favorecer o protagonismo cidadão pressupõe o olhar histórico que forneça capacidade de análise e constatação do ser humano como produtor e sujeito na história da humanidade, esse olhar contribui para a percepção das possibilidades contidas no ser humano e ao mesmo tempo a visualização dos eventos que foram se estabelecendo com vistas à sua subalternidade. Disso posto, conclui-se que a análise, tanto do passado histórico como do tempo presente, se configura como condições necessárias para que se tenha um ponto de partida de constituição do processo pedagógico.

CONCLUSÃO

Realizar a tarefa de concluir uma pesquisa é tão desafiadora quanto o início, pois exige do pesquisador tecer considerações que sintetizem o conteúdo teórico elaborado até então; explicitando as evidências e, pontuando questões que de fato possam contribuir ao avanço da ciência, mais do que simplesmente avançar na carreira profissional, o processo de pesquisa implica em poder agregar junto às práticas sociais. No nosso caso, contribuir para o favorecimento do protagonismo cidadão dos usuários dos CRAS da região de Ponta Grossa considerando as ações realizadas pela equipe profissional do CRAS.

Na elaboração desta pesquisa tomamos por referência os processos pedagógicos como potencializadores do protagonismo cidadão dos usuários dos CRAS. E diante disso, defendemos a tese de que: ao reconhecer a necessidade das equipes de profissionais do CRAS realizarem intervenção junto às famílias/indivíduos com vistas a oportunizar o exercício do protagonismo cidadão, consideramos que essa intervenção deve ser realizada mediante processo pedagógico que considere a realidade concreta, as demandas destes usuários e os limites e possibilidades que tais profissionais encontram no desenvolvimento de tais processos.

Trata-se de instituir processos pedagógicos em que os sujeitos sejam convocados a exercitarem a cidadania mediante fomento de momentos de reflexão sobre as suas reais demandas, sendo que a metodologia utilizada é a participação dialógica fundamentada na práxis, ou seja, os sujeitos são motivados a refletir a respeito das situações de sua vida cotidiana.

Na trajetória empreendida durante a pesquisa foi possível perceber a importância da adoção do método de Marx (2011), pois este método sinaliza que devemos recorrer à realidade constantemente com finalidade de observar o movimento que se dá no real, pois a realidade é saturada de determinações.

A realidade dos usuários dos CRAS é permeada por condicionantes sociais, econômicos e culturais que necessitam ser explicitados, para então procedermos com análises que superem apreciações imediatistas e moralizantes, que enquadram os usuários em certos estigmas, que desconsideram as suas particularidades e especificidades e especialmente a sua experiência concreta de vida.

Analisar a realidade do cotidiano dos usuários por meio de postura moralizante e imediatista gera limites ao desenvolvimento do protagonismo cidadão, pois o resultado serão ações desenvolvidas com conotação de enquadramento e ajuste de comportamento dos usuários. Nessa lógica, o agir profissional tem como foco o usuário como um problema a ser tratado e há uma desconsideração das relações sociais em que o mesmo está inserido.

Com base nesses pressupostos conclui-se que a dinâmica que perpassa as relações sociais em que estão inseridos os usuários dos CRAS corresponde a uma dinâmica que não pode ser analisada na sua superficialidade, é necessário penetrar na sua processualidade para então resgatar o seu movimento. “Também não é fruto da vontade geral dos homens ou de suas ideias, mas resulta do processo pelo qual o homem enfrenta a luta pelas suas condições de existência, tanto no plano material quanto no sociopolítico” (BAPTISTA, 2009, p.14).

Defendemos que a postura teórico-metodológica necessária para o tratamento consequente da temática desta pesquisa – possibilidades e limites dos processos pedagógicos contribuírem para o protagonismo cidadão dos usuários dos CRAS – “[...] implica a construção de uma imagem rigorosa do homem como ser prático e social, produzindo-se a si mesmo através das suas objetivações [...]”.(NETTO, 2012, p.75).

Quer dizer que aquilo que o ser humano concretiza em seu cotidiano como atividade prático-humana deve ser ponderado quando vamos tratar das características humanas, da mesma forma quando o homem organiza “[...] as suas relações com os outros homens e com a natureza conforme o nível de desenvolvimento dos meios pelos quais se mantém e reproduz enquanto homem”. (NETTO, 2012, p.75).

Diz respeito a uma postura teórico-metodológica onde o método de investigação da realidade tem relação intrínseca com a teoria adotada, refere-se a uma relação necessária, onde pesquisador visa reproduzir intelectualmente o processo constituinte do objeto investigado e assim desvelar o movimento constitutivo da realidade em que se insere o ser social.

Nessa relação, é fundamental a recorrência ao movimento de abstração, avançando do empírico, do imediato, do cotidiano, para então apreender as relações com outros conjuntos empíricos, num processo de recuperação da história do ser social. “E, ao fim e ao cabo, por aproximações sucessivas, regressa ao seu ponto de

partida; mas os “fatos” a cada nova e subsequente abordagem, mostram-se produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas [...]”. (NETTO, 2012, p.76).

Disso posto, o referencial teórico adotado na pesquisa evidenciou que a lógica da dinâmica social em que estamos inseridos tem como fundamento um jogo de poder que se dá essencialmente entre classes, cujo raciocínio é a garantia do poder de uma classe com vistas a priorizar a manutenção de um sistema.

Todavia, esse referencial sinalizou para a existência do embate de interesses e projetos societários distintos no interior dessa sociedade, tais como projetos que propõem a construção de uma ordem social com mais igualdade e justiça social, com expansão da democracia e ampliação dos direitos sociais e, nesse sentido, o projeto ético-político defendido pelo SUAS comunga com esses valores.

Quando afirmamos que o usuário dos serviços socioassistenciais são cidadãos protagonistas, tal qualificação carrega consigo algumas questões que devem ser observadas como, por exemplo, apreender a dinâmica e os mecanismos que conformaram a cultura brasileira. Considerar essa dinâmica favorece a percepção dos limites e das possibilidades dos processos pedagógicos contribuir para a passagem do senso comum para o bom senso junto aos usuários.

Em se tratando da temática da cidadania Chauí (2008), José Murilo de Carvalho (2002), Holston (2013) nos revelaram que o cidadão era o senhor de terra, o aristocrata, o senhor de escravos, eles eram detentores de “direitos”, eles tinham a responsabilidade de decidir os rumos da nação, pois os “outros”, os pobres não tinham capacidade de decisão e de governo, portanto, alguém tinha que decidir por eles, e é claro, a burguesia brasileira era apta para tanto.

Essa ideia liberal de cidadania que remete às ideias de Tocqueville (2000) – pensador representativo do liberalismo clássico –, onde nem todos poderiam (nem deveriam) participar das decisões públicas e de governo foi o que fundamentou, e ainda fundamenta a cultura sociopolítica brasileira.

Portanto, quando tratamos da temática da cidadania é fundamental investigar o solo em que se germinou tal “semente”, pois desse conhecimento deriva o entendimento dos desafios que se colocam para os profissionais dos CRAS quando os mesmos desenvolvem estratégias cujo foco seja o protagonismo cidadão.

Ter entendimento desse conteúdo histórico e sociopolítico contribui para que os profissionais possam ir além de apenas constatar o quão difícil é promover a participação política dos usuários, pois isso é algo evidente. O que precisamos é avançar para além dessa constatação, necessitamos criar estratégias que contribuam para que os usuários se reconheçam enquanto cidadãos, criando identidade cívica de cidadania e não apenas de “carente”, “pobre”, “despossuído” “usuário do Bolsa Família”, pois geralmente são esses os termos que a sociedade usa para nomeá-los.

Necessitamos de estratégias que realizem o enfrentamento dessa situação, porquanto ao passo que a sociedade burguesa assim nomina os usuários, assim, os mesmos aceitam tal nominação, pois essa é a sua experiência concreta de vida.

O referencial teórico, decorrente da teoria social de Marx apontou para esse fato, os seres humanos são frutos de suas experiências concretas com o mundo social, e se o mundo social imputa aos usuários da assistência social o peso da responsabilidade por suas condições de pobreza e de vulnerabilidade isentando a sociedade burguesa e o Estado de qualquer responsabilidade, assim os mesmos se portarão e esperarão a benesse daqueles que têm mais para poder dividir com os que têm menos, essa é a eterna lei da caridade.

Por isso a importância da recorrência do debate do trabalho no sentido ontológico, esse debate nos fornece elementos para análise da constituição do homem como sujeito revolucionário da história. Isso indica para uma certa inteligibilidade da realidade histórico social que evidencie o homem protagonizando a história da humanidade.

Essa perspectiva tem a capacidade de revelar o potencial criador embutido no ser humano e que foi alienado no modo de produção capitalista. É por meio do trabalho que o homem se afasta das barreiras naturais, deixa de ser simplesmente um ser biológico que age a partir de seus instintos, visto que por meio do intercâmbio que ele realiza com a natureza ele projeta, antecipa em sua mente aquilo que quer objetivar, age conscientemente. Nessa relação o homem teve a capacidade de criar instrumentos que lhe deram possibilidades de se tornar ser social, essa capacidade prática material (ação real e objetiva) realizada sobre uma realidade (natural e humana) é classificada como práxis no marxismo (SARMENTO, 2016).

No entanto, essa capacidade no devenir histórico foi se perdendo, pois o trabalho na sociedade capitalista passa a ter uma conotação negativa, já que é trabalho alienado, inerente à produção capitalista (SARMENTO, 2016), que visa apenas concentração de riqueza a partir da exploração da força de trabalho.

É nesse sentido que não podemos perder de vista a capacidade de ler e analisar a história, pois “A história dos homens coincide com o que produzem e com o modo pelo qual produzem. Pois desenvolvem suas atividades sob certos limites, premissas e condições materiais independentes de sua vontade”. (SARMENTO, 2016, p.33).

A forma de (re) produção da vida social está relacionada com a própria história da humanidade e a cada fase de produção social corresponde a limites e possibilidades latentes de desenvolvimento das potencialidades do homem, essa capacidade de desenvolver suas possibilidades ocorre na mesma medida em que o contexto social lhe oferece condições concretas para tanto, ou, na mesma medida em que impõe limites ao seu pleno desenvolvimento.

Disso posto, afirmamos que o homem é determinado pelas relações sociais e igualmente determinado pelas relações de produção que “[...] determinam sua individualidade em determinadas condições. Concluímos, com estas breves indicações, que a história humana nada mais é que a história da práxis do homem”. (SARMENTO, 2016, p.33). História marcada pelos atos concretos, pelas objetivações que se materializam em seu cotidiano, tais objetivações são resultados de sua experiência com o contexto social é esta experiência que constrói o gênero humano.

Esse foi o ponto de partida adotado nessa pesquisa para compreensão dos limites e possibilidades do processo pedagógico contribuir junto ao protagonismo cidadão dos usuários dos CRAS situados nos municípios da região de abrangência do ER de Ponta Grossa-PR.

Essa forma de investigação nos levou a perceber que as demandas imediatas dos usuários, ainda que seja o problema que num primeiro momento o conduziu a buscar atendimento no CRAS, nem sempre é a sua real demanda. Muitas vezes essa demanda é o que o move até a instituição, mas por trás da queixa aparente que o leva até o CRAS há uma essência. “A demanda imediata ao mesmo tempo manifesta e esconde a demanda real”. (GUERRA, 2009, 81).

As categorias analíticas que emergiram da realidade social, investigada nesta pesquisa, revelaram que são demandas que denunciam a vivência cotidiana de situações de desproteção social, e nesse sentido elucidam para um problema de ordem estrutural, de organização das relações sociais.

A esse respeito Sposati (2013) problematiza a desproteção social numa sociedade marcada pelo consumo e que se move pela lógica de mercado, nessa sociedade, para ter acesso a proteção social é necessário ter renda, ser consumidor, por isso da necessidade de estabelecer a segurança de renda, pois exige-se a capacidade de consumo.

Nessa linha de pensamento, os serviços, projetos, programas e benefícios disponíveis nos CRAS podem ter a possibilidade de contribuir junto ao processo de protagonismo cidadão, pois operam a partir do acesso a renda via benefícios sociais, tem a lógica de promover e estimular o acesso a cursos profissionalizantes que gerem renda.

Sposati (2009 s/p.) afirma que em uma sociedade de mercado, quando indagamos a respeito do que devemos esperar da proteção social, a resposta mais comum é “[...] ter renda para poder resolver situações em que alguém se sinta fragilizado. O desejo imediato imputado nisso é o de poder pagar/comprar condições que levem à superação da fragilidade e à restauração da automanutenção”.

Essa resposta é base dos sistemas de proteção social estruturados na lógica de benefícios que visam complementar a renda, a autora em questão afirma que o acesso a renda é fundamental em uma sociedade de mercado, mas que no entanto, não podemos conceber a proteção/desproteção social como sendo um objeto de compra e venda que ultrapassa a questão de ser um problema individual, já que corresponde a algo inerente à sociedade, à coletividade.

Especificamente, no contexto da assistência social, o campo das proteções sociais afetas a essa área corresponde à relação que se estabelece entre aquele indivíduo que exerce o papel de provedor familiar e aquele que é o dependente, os vínculos sociais que o núcleo familiar estabelece com os parentes, vizinhos, a comunidade. Correspondente a isso estão as reais possibilidades que a família e a comunidade dispõem de acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios que possam potencializar sua função protetiva. Avaliar esse contexto insinua em considerar as “[...] desproteções sociais que enfrenta, ponderado sempre os agravos

das necessidades de proteção dos membros que compõem a família” (SPOSATI, 2013, p.670).

Ao se considerar as demandas atendidas pela equipe de referência do CRAS é importante ponderar não apenas o atendimento imediato das mesmas, ainda que reconheçamos que essa é uma exigência do cotidiano profissional das equipes, pois a finalidade da intervenção profissional é o atendimento da demanda apresentada pelo usuário/família.

No entanto, não se debate, na mesma medida, sobre uma reflexão ético-política a respeito dos meios utilizados para atendimento das demandas, é necessário problematizar a relação “[...] meios e fins (em como responder e com que meios), mais ainda, a ruptura entre meios e fins (não importam os meios, desde que se alcancem os fins) resultam numa prática focal, pontual, imediatista, instrumental”. (GUERRA, 2009, p.83).

Ao ofertar respostas utilitaristas e pragmáticas, que: sim, tem sua resolutividade no nível imediato, mas que tem um problema, a julgar “[...] que toma como objeto o sujeito, visando operar mudanças comportamentais, culturais, ideológicas na vida do usuário via práticas disciplinadoras e de mudança comportamental”. (GUERRA, 2009, p.83).

A intervenção profissional que se prende mais nos fins, em dar respostas imediatas “[...] de agir independentemente dos fundamentos teórico-metodológicos e dos princípios ético-políticos que estão subjacentes a essas ações constitui o comportamento instrumental”. (GUERRA, 2009, p.83 e 84).

O sujeito/usuário não é objeto, mas a demanda com as devidas explicitações e problematizações, ante a esse fato, o que se propõe é que os profissionais não apenas respondam às demandas, mas que apreendam os seus significados sociais e implicações. Percebam o seu sentido determinado pelo modo de produção capitalista e a partir desse entendimento, atribua novos sentidos às mesmas demandas com capacidade de atuar sobre a realidade reconstruindo e enfrentando as demandas de forma mais comprometida com o projeto ético-político do SUAS.

Uma intervenção pautada por essa concepção favorece aos profissionais o reconhecimento das expressões da contradição presente no cotidiano do CRAS. Perceber a contradição exige a escolha de um referencial teórico-metodológico que tenha a capacidade de ultrapassar da “[...] imediatividade da vida cotidiana (no sentido de ir além dela), a aparência e as fragmentações da realidade social, e que a

tome como uma totalidade composta por totalidades parciais em permanente transformação”. (GUERRA, 2009, p.84).

Os profissionais passarão a realizar uma intervenção que não se deterá em apenas programar o cotidiano, mas que fará a crítica desse cotidiano, estabelecendo processos de trabalho que terão uma teleologia, atendendo as demandas imediatas, mas, sobretudo estabelecendo os nexos entre as demandas dos usuários e a totalidade social. A partir disso terá condições de ler conjunturas percebendo a dinamicidade da realidade e suas múltiplas faces, tendo em vista que “Numa sociedade de classe, composta por grupos que possuem interesses antagônicos [...] o ponto de vista de classe, não muda a interpretação do real, mas leva a alternativas diferentes de ação e a projetos diferenciados de intervenção social”. (ALVES, 2008, p.01).

Essas são as possibilidades contidas quando se percebe o cotidiano para além da sua aparente normalidade, quando o profissional o percebe enquanto motor de transformação. A esse respeito Netto e Carvalho (2012, p.21) reiteram que a vida cotidiana tem se revelado como um dos centros motores de possibilidades de transformação social, pois é no cotidiano que se efetivam as relações sociais de dominação e que, portanto “[...] um dos focos estratégicos da práxis revolucionária terá que ser o cotidiano vivido pelas classes e grupos sociais oprimidos”.

A partir das relações concretas vivenciadas pelas famílias/usuários do CRAS a equipe de referência pode instigar uma reflexão, mediante processo pedagógico a respeito das “verdades” ocultas no cotidiano, pois é nesse espaço que se repetem gestos, se reproduzem hábitos e conhecimentos de forma mecânica, “[...] Raras são as pessoas que não se deixam intoxicar por esse cotidiano. Raras são as pessoas que o rompem ou o suspendem”. (NETTO; CARVALHO, 2012, p.21).

Vimos em Gramsci (1978), (1999), (2000) que a possibilidade para suspensão desse senso comum presente no cotidiano e que está cimentado na consciência das classes subalternas é a filosofia da práxis, pois a mesma tem como suposto que há no meio popular um conhecimento, um senso comum que precisa ser aprofundado, que precisa ser elevado ao bom senso.

Para o autor italiano, todos os homens são filósofos, porque todos possuem uma filosofia de vida, ainda que espontânea, que é manifestada no cotidiano imediato, nesse sentido há uma filosofia contida no senso comum que deriva da experiência prática/concreta dos sujeitos e das classes subalternas.

Recuperar a ideia de que todos são filósofos implica na negação de aceitar passivamente uma visão de mundo imposta mecanicamente e construir a própria visão de mundo de forma consciente e crítica, “[...] com a própria cabeça, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente da produção da história do mundo” (GRAMSCI, 1999, p.94).

Essa ação sugere conectar as reflexões dos usuários do CRAS com a realidade social e o desenvolvimento histórico das reais necessidades das classes subalternas. Isso exige que as classes subalternas, os usuários e famílias atendidas no CRAS terem possibilidade de realizarem suas próprias escolhas e não aceitando passivamente a escolha arbitrária de parte da sociedade que assim se consideram mais capacitados. (SEMERARO, 2014).

Assim como Marx, Gramsci parte da premissa de que a filosofia e a reflexão não correspondem a privilégios de poucos, pois se olharmos para a história moderna perceberemos as classes subalternas abrindo caminhos e ocupando espaços “[...] para expressar seu pensamento, se organizar politicamente e se emancipar, estabelecendo uma profunda e indissociável ‘equação entre ‘filosofia e política’, entre pensamento e ação, ou seja, uma filosofia da práxis” (Q 7, § 35, p. 886)”. (SEMERARO, 2014, p.140).

É nesse sentido que Gramsci afirma que a filosofia deveria envolver prática política para continuar a ser filosofia, uma filosofia que é política e uma política que é filosofia, que tenha a capacidade de contribuir para a construção de uma nova ordem social, não apenas pensando a respeito do mundo e sua inserção nele, mas realizando ações práticas, com posicionamento político capaz de favorecer para uma transformação. (SEMERARO, 2014).

A filosofia é da práxis justamente porque pressupõe unidade entre teoria e prática, e o mais importante é que diz respeito a uma filosofia forjada na prática político-pedagógica das classes subalternas, contribuindo para a construção das bases de uma nova civilidade.

A filosofia da práxis sugere uma prática político-pedagógica, pois percebe que a visão de mundo das classes subalternas ao ser fragmentada, espontânea e dispersa necessita de uma articulação, de uma direção, de ganhar sentido e deixar de ser estéril para então ter clara direção política. Isso pressupõe uma elaboração teórica, e essa elaboração deve ocorrer de forma coletiva para que tenha um alcance junto às classes subalternas. Geralmente, as atividades das classes

subalternas são dispersas, mas ao se agregarem existe a possibilidade de ocorrer um reconhecimento coletivo de demandas e o favorecimento de convergência de projetos de vida/societários.

A esse respeito o espaço do CRAS é um espaço que pode ser utilizado com esses objetivos, pois, via de regra, são realizadas oficinas de convivência com as mais diversas faixas etárias dos membros das famílias atendidas pela instituição. As oficinas podem ser realizadas conjugando práticas político-pedagógicas, onde a equipe de referência promova reflexões e debates sobre as relações entre as condições objetivas e subjetivas de vida dos usuários e suas reais implicações em seu cotidiano, na família e no território.

Dessa forma, a equipe de referência pode promover “[...] um fecundo entrelaçamento teórico-prático entre as próprias condições de vida e a reflexão crítica, os anseios de mudança e as estratégias de luta”. (SEMERARO, 2014, p.143).

A esse respeito Semeraro (2014) corrobora ao afirmar que no passado brasileiro, são inúmeras as experiências fundamentadas em atividades político-pedagógicas que contribuíram para o enfrentamento da ditadura militar e reivindicaram a abertura democrática no Brasil. Foram atividades que por vezes foram germinadas de forma espontânea, sem uma clara direção política, por vezes eram realizadas em periferias, igrejas, organizações da sociedade civil, associação de moradores, iniciativas que protagonizaram o papel que partidos políticos deveriam realizar.

Foram, a seu modo, formidáveis espaços de fermentação de uma peculiar filosofia da práxis que foi se originando entre a carga histórica e cultural da população subjugada e o pensamento de Marx e Gramsci, levando educadores como Paulo Freire a descobrir a educação como “ato político” construído a partir dos “oprimidos” (Freire, 1970; 1983). (SEMERARO, 2014, p.143).

É nesse sentido que defendemos que o protagonismo cidadão dos usuários dos CRAS é uma tarefa que deve ser realizada a partir de processos pedagógicos, principalmente no presente contexto histórico em que vivenciamos no Brasil.

O ano de 2016 tem sido um ano em que claramente diversos projetos societários têm disputado a hegemonia na sociedade brasileira, estes projetos societários são forjados com as mais diversas fundamentações teóricas balizando

suas diretrizes e princípios. Nesse sentido, podemos afirmar que uma disputa político-ideológica tem sido travada neste momento, onde se faz presente uma correlação de forças que por um lado tem buscado realizar o desmonte dos direitos sociais sob a alegação de que o Estado brasileiro está em colapso financeiro e que, portanto, é necessário cortar gastos, principalmente gastos com as políticas públicas de cunho social. E por outro lado, há movimentos organizados que tem realizado a afronta a esse discurso, rechaçando o desmonte de direitos sociais que foram conquistados pelas classes subalternas.

O contexto acima convoca a todos aqueles que lutam pela construção de uma nova ordem social a se posicionar buscando resistir às afrontas que o capital e que a revolução passiva burguesa tem operado em solo brasileiro. É hora de dar lugar à indignação, e defender com ousadia o SUAS, conquista histórica realizada por diversos atores sociais, estudantes, pesquisadores, trabalhadores da assistência social e usuários.

Mais do que nunca, os movimentos e práticas político-pedagógicas devem fomentar o debate nas cidades, nas ruas, nas praças, nas escolas a respeito da “[...] escalada da desmontagem da arquitetura dos direitos sociais [...]”. (FLEURY, 2016,s/p.).

O conhecimento é uma ferramenta que pode ser usada estrategicamente para articulação política dos usuários dos CRAS, ele tem a capacidade de instrumentalizar politicamente os usuários para que os mesmos se organizem e passem a reivindicar os seus direitos, e lutar para manutenção de direitos já conquistados.

Entretanto, nem sempre esse conhecimento estratégico é acessível aos usuários, nesse sentido, defendemos a tese de que a equipe de referência dos CRAS pode contribuir junto a essas ações mediante processos pedagógicos que procurem elevar o senso comum dos usuários dos CRAS ao bom senso.

Isso implica em debater com o usuário sobre o próprio sentido de proteção social embutido no interior da política de assistência social, problematizando a respeito das vulnerabilidades e situações de desproteções sociais vivenciadas pelo mesmo em seu cotidiano. A par dessa problematização: indicar, às famílias atendidas e seus membros, que a proteção social afeta à área da assistência social parte da premissa de que ser protegido socialmente corresponde a ação de adquirir forças de terceiros para o enfrentamento das situações de agressão, privação e

precarização que por ventura possam acometer suas vidas, desencadeando uma situação de deterioração.

Essa proteção social tem como suposto o reconhecimento de que as vulnerabilidades e riscos sociais são produzidos no interior das relações sociais, e que, portanto, a proteção não pode ser adquirida como mera mercadoria, mas pelo desenvolvimento das capacidades e possibilidades dos sujeitos que vivenciam tais situações.

Essa concepção de proteção social sugere ter o entendimento de que estar protegido não significa apenas portar algo/produto/mercadoria, mas que demanda ter a capacidade de enfrentamento e resistência.

Para realizar esse processo pedagógico, não é necessária a descoberta de novas “verdades” científicas, mas trata-se de socializar conhecimento que não é acessível aos usuários, decodificando conceitos e termos que a eles são estranhos. Indispensável tornar comum o conhecimento estranhado que os usuários tem a respeito do próprio funcionamento e estrutura do SUAS, dos fóruns, conselhos e conferências, espaços que têm sido abertos para sua participação, mas que no entanto não tem sido ocupados de forma quantitativa e qualitativa pelos usuários.

Essa é uma tarefa de cunho pedagógico que a equipe de referência do CRAS pode realizar mediante um processo de trabalho que tenha finalidades estabelecidas para contribuir junto ao protagonismo cidadão dos usuários dos CRAS. Realizar essa ação junto aos usuários demanda dos profissionais o aporte de fundamentos teóricos que são importantes para o trabalho profissional, se apropriando do caráter ético-político contido na PNAS e na construção do SUAS.

Necessário os profissionais dos CRAS terem conhecimento a respeito dos da PNAS, das normativas do SUAS, a julgar que os mesmos partem do pressuposto da teoria crítica, reconhecem que as desigualdades sociais e suas implicações tem sua gênese na forma como são produzidas e reproduzidas as relações sociais.

Reconhecemos que nem todos os profissionais dos CRAS partem do pressuposto de uma perspectiva crítica, justamente porque o CRAS se configura como espaço multiprofissional, com profissionais de diferentes formações e referenciais teóricos. Trata-se de espaço heterogêneo, onde diferentes concepções de assistência social e direitos sociais se entrecruzam se configurando como um campo de forças, a julgar que é no cotidiano que estas forças e concepções se estabelecem e direcionam o atendimento às demandas do usuário. No entanto,

destacamos que o SUAS pontua uma direção específica para a condução do trabalho profissional no CRAS.

Mais do que o conhecimento manipulatório, pragmático, de apenas aplicar técnicas e reproduzir, é necessário conhecimento ético, político e teórico. Desse conhecimento resultará estratégias para o desenvolvimento do processo de trabalho junto às famílias, de posse de fundamentos teóricos coerentes com o projeto ético-político que sustentam o SUAS, os profissionais perceberão os processos de trabalho tendo como direção a teleologia, quer dizer, buscando alcançar finalidades que foram previamente estabelecidas considerando o porquê de suas ações, percebendo o sentido de sua intervenção.

Com essa postura haverá a possibilidade de avançar com as práticas imediatistas, que se prendem à normalidade e naturalidade do cotidiano sem indagar e refletir a respeito do alcance e das possibilidades contidas em uma prática profissional que tem como fundamento a práxis, isto é, uma prática que é permeada pelo processo reflexivo.

Ao realizar uma prática profissional ancorada em conhecimentos e saberes necessários para a concretização da intervenção junto às famílias/usuários no CRAS, o desenvolvimento do processo do protagonismo cidadão terá condições de materialização. Tendo em vista que ao criticar a naturalidade do cotidiano, é possível realizar uma leitura da realidade que não se prende apenas no fenômeno dado na sua aparência. Mas avançando para a compreensão dos fenômenos em que estão inseridos os usuários do CRAS e compreender a sua essência e as múltiplas determinações que influenciam o comportamento subalterno dos mesmos e a par desta constatação estabelecer estratégias que possam contribuir para a adoção de um comportamento protagonista com reconhecimento de cidadão.

A estratégia possível é o processo pedagógico, que considere a realidade concreta e as experiências vivenciadas pelos usuários. Processo pedagógico que procure explicitar que o comportamento subalterno é forjado pela classe dominante, mas que pode ser enfrentado mediante o acesso a conhecimento que não é neutro, que sempre estará em consonância com os diversos projetos societário presente no interior de uma sociedade, portanto o processo pedagógico a ser desenvolvido junto aos usuários tem que ter como premissa o acesso a conhecimento crítico e ético-político.

Para finalizar, cabe destacar algumas reflexões que a pesquisa evidenciou e que nos provocam a prosseguir no processo de investigação e debate no sentido de problematizar as ações que se concretizam no contexto do SUAS contribuindo para o avanço dessa política pública.

A partir dos depoimentos dos profissionais dos CRAS e da descrição de suas experiências nos municípios da região pesquisada, observamos a marca daquilo que Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) classifica como dominação social.

Para a autora dominação social se refere a um processo onde as relações são estabelecidas com a lógica da contraprestação de favores e lealdades personificadas que envolvem de um lado, alguém que tem condições de prestar o favor e aquele que recebe o favor.

Esse processo de dominação social pode ser algo percebido nas relações estabelecidas no âmbito da assistência social, principalmente em decorrência do solo cultural em que as ações da área se alicerçaram no Brasil. Pessoas com mais condições materiais prestando caridade àquelas pessoas que não possuíam tais condições.

Franco (1997) destaca que essa situação de prestação de favores/caridade muitas vezes não é percebida como algo que tem características negativas de dominação, tendo em vista o caráter de proximidade que se estabelece entre os envolvidos.

Sabemos que as ações realizadas no SUAS e no CRAS, especificamente, tem como suposto o direito, mas ao perceber os relatos dos profissionais percebemos a presença do fenômeno da dominação social, quando os mesmos citam a ingerência de gestores no processo de organização da política contradizendo a ideia de direitos e reafirmando ações com pressuposto de caridade naturalizando esse hábito.

Nossa pesquisa se concentrou em uma região de municípios de pequeno porte, onde as relações público e privado tendem a ser percebidas com poucas fronteiras, contexto em que os profissionais constantemente precisam trabalhar diretamente com a vontade política dos governantes locais.

Destacamos ainda um dado relevante sobre o processo de feminização da pobreza, o gráfico 07 que trata da vulnerabilidade expondo a condição de mulheres

chefe de família com filho menor e sem o ensino fundamental, revelou que na região existe um número considerável de mulheres vivendo em tais condições.

Debater a respeito da feminização da pobreza supõe analisar um aumento da pobreza no universo feminino, principalmente considerando as famílias que são chefiadas por mulheres. Costa (et al, 2005) afirmam que a sociedade brasileira tem presenciado um aumento de uma “dimensão feminina” da pobreza gerando uma sobre-representação feminina da pobreza, que corresponde a uma constatação de uma maior pobreza entre as mulheres ou entre as famílias que são chefiadas pelas mesmas.

A verificação desse fenômeno presente no cotidiano feminino gera a necessidade de formulação de políticas públicas que considerem essa realidade de gênero. O que sugere que tais políticas não devem ser neutras com relação ao combate da pobreza que incide sobre as mulheres, considerando suas necessidades específicas, pois homens e mulheres têm necessidades distintas quando se encontram na posição de chefes de famílias. (COSTA et al, 2005).

Destacamos a presença de um posicionamento conservador por parte dos profissionais da equipe quando os mesmos tecem considerações referentes aos usuários afirmando que os mesmos são acomodados, usuários que possuem famílias desestruturadas, alguns depoimentos evidenciaram o desenvolvimento de ações profissionais cuja conotação era de ajuste de comportamentos desajustados.

O conservadorismo corresponde ao desenvolvimento de ações que tem a lógica de conservar um sistema de ideias, valoriza as funções da tradição, está assentado a partir do olhar imediato aos fenômenos desconsiderando a historicidade que compõem as relações sociais. O conservadorismo mantém uma relação muito próxima com as concepções e tradição burguesa, com o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo e parte do pressuposto de que são necessárias algumas reformas sociais, desde que não afetem a ordem social vigente. (SOUZA, 2015).

Pessoa (2014) usa o termo burocracia de rua para designar pessoas que prestam/executam serviços públicos e que não pertencem aos altos escalões da burocracia. Esses servidores em seu cotidiano são aqueles que discriminam quem terá o acesso ou não aos serviços públicos prestados pela instituição a que pertence. Logo, estabelecem as sanções aos cidadãos.

Para a grande maioria da população, sua relação com o Estado ocorre através desses agentes do Estado, como o professor, o enfermeiro, o assistente social, o policial militar, etc.

Muitas vezes a prestação dos serviços por parte da burocracia das ruas ocorre tendo como princípio uma relação de subjetividade, ao invés de se pautar pelo princípio da impessoalidade. Ou seja, o relativismo se faz presente nesse processo e o acesso aos serviços se dá muito mais por um critério subjetivo de simpatia e amizade abusando do poder de discricionariedade dessas relações.

Pessoa (2014) ressalta que essas ações causam um mal estar social, pois o impacto das políticas públicas depende das ações da burocracia de rua, que por sua vez personifica a relação do Estado com os cidadãos.

No ato da prestação dos serviços públicos evidencia-se elementos subjetivos com forte apelo ao racismo, machismo, preconceito em razão de orientação sexual, etc.

O fenômeno da burocracia de rua tem relação com o conservadorismo na medida em que ambos os fenômenos se respaldam em ações permeadas por preconceitos moralistas, ao invés de se basear na perspectiva do acesso aos direitos sociais mediante lógica da cidadania, da universalidade e justiça social.

Essas considerações a respeito do conservadorismo e da burocracia de rua revela o quanto os mesmos se distanciam do projeto progressista defendido pelo SUAS. Assim sendo, exige a necessidade de revisão por parte dos profissionais a respeito de seus próprios valores ético-político, dos referenciais teórico-metodológico quando da abordagem das condições em que se inserem os usuários que os mesmos atendem em seu cotidiano. O que supõe um processo de formação permanente.

Referente à formação permanente, aspecto que defendemos ser necessário no contexto do SUAS. É oportuno lembrar que, quando apresentamos o perfil dos profissionais que compunham a equipe dos CRAS (momento em que realizamos a aplicação do primeiro questionário), foi possível observar que – no que se refere ao processo de educação e capacitação – a grande maioria dos profissionais realizaram ou estavam realizando pós-graduação e afirmaram permanentemente estarem participando de processos de capacitação com intuito de buscar qualificar seu trabalho.

Nesse sentido, cabe uma reflexão: até que ponto ter um processo de educação permanente, um bom nível de escolaridade, com pós-graduação garante que os profissionais que trabalham nos CRAS realizam uma prática profissional respaldada pelos princípios ético-políticos contidos no interior da proposta do SUAS?

Uma reflexão que apresentamos e que observamos que precisa ser aprofundada e explicitada com maior cuidado nos mais diversos espaços em que se realiza o debate a respeito do SUAS e de seus trabalhadores.

A educação permanente é uma exigência *sine qua non* para os trabalhadores do SUAS, no entanto a mesma deve ser pautada pelo pressuposto da realidade regional em que as equipes de referências estão inseridas, delineando parâmetros de atuação, troca de reflexões e experiências cotidianas das próprias equipes e promoção de estranhamento do caldo cultural que perpassa as ações profissionais na área da assistência social. Pois, não basta “saber” ou “fazer”, é necessário não promover dicotomias entre: conhecimento, ação e direção política da ação.

Fica o desafio de prosseguir no processo de investigação com vistas a contribuir para um adensamento teórico-metodológico e ético-político no contexto do SUAS para que se possa dar continuidade ao processo de afirmação da assistência social na qualidade de política pública de cidadania, ainda em construção em solo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. Assistência Social, mobilização e educação popular. In. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. **O Trabalho do Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília. CFESS, 2011. p.229-238.
- ALVES, Jolinda de Moraes; ALMEIDA, Denise Maria Fank de. Participação e controle social: a experiência do Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina/PR. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro. Ano 17, n. 30, p. 143-168, 2013. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Alves_8.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2015.
- ALMEIDA, Ana Maria C. A questão da “alienação” em Karl Marx – o exemplo da obra de arte – (sugestões para um debate). **Semina: Ciências Sociais e Humanas**. Londrina. v. 12, n. 3, p. 119-123, 1991. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9276>. Acesso em: 10 de maio de 2014.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**. São Paulo. v.80, p. 71-96, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf> Acesso em: 13 de abr. de 2015.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2011.168 p.
- ALVES. José Eustáquio Diniz. **Análise de conjuntura: teoria e método**. 01 de jul. de 2008. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/analiseconjuntura_teoriametodo_01jul08.pdf Acesso em 10 de ago. de 2016.
- ANDRADE, Priscilla Maia de; MATIAS, Mariana López. 2009. Notas sobre o desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito da Política de Assistência Social. In **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p.219-228.
- ANDRADE, Mariana Alves. De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. 2012. p.11-28
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 25, n. 87, ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de ago. de 2014.
- APRESENTAÇÃO da Coordenação da Gestão do SUAS. Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1050>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

ARRETCHE, M. T. S. **Emergência e Desenvolvimento do Welfare State**: Teorias Explicativas. Disponível em http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1996_BIB.pdf Acesso em: 14 de junho de 2015.

BAPTISTA, Myrian Veras. Prática social/prática profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (org.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento**. São Paulo: Ed.Veras. 2009. p.13-28

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Código de Ética do/a Assistente Social. Maria Lúcia Barroco, Sylvia Helena Terra, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (org.). São Paulo: Cortez, 2012. 262 p.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. **Serviço Social e Saúde**: Formação e trabalho profissional. 2000. Disponível em http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em 10 de fev. de 2015.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2011. 211p.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. 178 p.

_____. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social: 2007.

_____. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. 84 p.

_____. **Guia de orientação técnica – SUAS nº 01**: Proteção Social básica da assistência social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005b. 51p.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. 72 p.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS**: anotada e comentada. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 74 p.

_____. **Orientações técnicas sobre o PAIF**: Volume 2. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social 1ª ed. – Brasília. 2012a. 99 p.

_____. **Norma Operacional Básica. NOB/SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. 2012b. 64 p.

_____. **Orientações técnicas da Vigilância Socioassistencial.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013^a 60 p.

BRASIL. **Plano Brasil sem Miséria no seu Município.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013b. 60 p.

_____. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013c. 64 p.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. 54 p.

_____. **Cadastro Único: Conhecer para incluir.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fevereiro de 2010. Senado Federal. Secretaria Especial de Informática. Brasília. 2010. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988_8.pdf. Acesso em 03 de jul. de 2015.

BRONZO, Carla. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.p.171-201

IPARDES. **CADERNOS Municipais.** IPARDES/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30 Acesso em: 20 de jun. de 2015.

CAMARGO et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o cadastro único revela? In: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília : IPEA, 2013. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10a_nos.pdf Acesso em: 03 de ago. de 2015. p. 157-178

CAMPELLO, T.; NERI, M.C. (orgs.). **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: IPEA, 2013. 494 p.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira Enferm.**, Brasília (DF), v. 57, n. 5, p. 611-614, set/out. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf> Acesso em 08 de maio de 2015.

CAMPOS, G.W.S; DOMITTI, A.C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n.2, p. 399-407, fev. 2007. Disponível em http://www.observasmjc.uff.br/psm/uploads/Apoio_matricial_e_equipe_de_refer%C3%Aancia_uma_metodologia_para_gest%C3%A3o_do_trabalho_interdisciplinar_em_sa%C3%BAde.pdf Acesso em 15 de fev. de 2015.

CARDOSO JUNIOR, J. C.; JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-260

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774> Acesso em 23 de ago. de 2016.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; SILVEIRA, Irma Martins Moroni da. A consolidação da Assistência Social como Política Pública no século XXI: o desafio da educação permanente como princípio estratégico na gestão do trabalho. In: **GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS**: Uma contribuição Necessária. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasil. 2011. p. 141-170

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2002

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social**: o que é ser protegido? Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 95 p.

_____. A dinâmica dos processos de marginalização da vulnerabilidade à “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=193>. Acesso em 23 de maio de 2016.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Públicas. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2011. 38 p.

CFESS/CFP. **Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2007. 52 p.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación** : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires, Ano 1, n. 1, jun. 2008.

CLACSO, 2008. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em 12 de jun. de 2016.

COELHO, Marilene Aparecida Coelho. **Imediatividade na prática profissional do Serviço Social**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.ppgservicosocial.uerj.br/> Acesso em 10 de fev. de 2016.

COLIN, Denise R.A; PEREIRA, Juliana M. F. Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda: Alguns Apontamentos Sobre a Experiência Brasileira In: José Ferreira da Cruz...[et al] (org.). **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. 2013. p.94-126.

CONFERÊNCIA Regional da Política Estadual da Assistência Social 2013. Regional de Ponta Grossa. Não publicado.

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR**. Disponível em http://www.ceas.pr.gov.br/arquivos/File/2015/regimento_interno/regimento_interno_01.pdf. Acesso em 22 de ago. de 2016.

CORTES, Lúcia C. A estrutura da vida cotidiana: uma abordagem através do pensamento Lukacsiano. **Revista Emancipação**. v. 1, n.1. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001. p.33-57

COSTA, Gilmaísa Macedo da. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua**. nº 09. Maringá. abr./mai./jun./jul./2006. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm> Acesso em: 20 de ago. de 2014.

COSTA, JS.; PINHEIRO, L.;MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Texto para discussão nº 1137. Brasília: IPEA, 2005.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 3ª ed.São Paulo: Ed. Cortez 2008.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. **Revista de história regional**, v. 5, n. 2, UEPG. 2007. Disponível em http://revistas2.uepg.br/ojs_new/index.php/rhr/article/view/2107/1588. Acesso em: 15 de mar. de 2015.

DECRETO DO ESTADO DO PARANÁ Nº 1198 DE 30.04.2015. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Decreto-pr-1198-2015.htm> Acesso em: 27 de maio de 2015.

DEL ROIO, Marco. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, nov. 2007. p.63-78. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n29/a06n29.pdf> . Acesso em: 10 de jun. de 2014.

_____. Prefácio. In: TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ed. Unijuí. Ijuí. 2005a. 159 p.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política brasileira**: Embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Ed.Instituto José Luis e Rosa Sundermann. 2006. 240 p.

_____. Intelectuais: para que e para quem? In: José Claudinei Lombardi, Livia Diana Rocha Magalhães, Wilson da Silva Santos (org.). **Gramsci no limiar do século XXI**. São Paulo: Librum Editora, 2013. 118 – 140 p.

DRAIBE, Sônia M. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Caderno nº 08 - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEEP**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. 1993. Disponível em <http://www.nepp.unicamp.br/arquivos/caderno%2008.pdf> Acesso em: 20 de maio de 2014.

DUARTE, Newton. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. **Pro-Posições**. Campinas. v. 21, n. 1 (61), p. 75-87, jan./abr. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n1/v21n1a06.pdf>. Acesso em: 29 de maio de 2015.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Rev. katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802012000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2013.

ESCRITÓRIOS Regionais – Secretaria da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, 2015. Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=526>. Acesso em: 17 de jul. de 2015.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo , n. 24, p. 85-116, Sept. 1991 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de set. de 2014.

FAMÍLIA PARANAENSE. Disponível em <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=84063> Acesso em: 03 de ago. de 2015.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato brasileiro. S. Paulo. 3ª ed. Editora Globo. 2001. 929 p.

FARAGE, Eblin. Assistência Social, mobilização e educação popular. **O Trabalho do Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na luta. CFESS. 2011.

FEIJÓO, José Carlos Valenzuela. O Estado Neoliberal e o caso mexicano. In: Laurell, Asa Cristina. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252 p. Disponível em <http://static.scielo.org/scielobooks/jm5wd/pdf/fleury-9788575412428.pdf> . Acesso em: 20 de ago. de 2014.

_____. **A fada azul matou a cidadania no aniversário de Ulisses**. Disponível em <http://cebes.org.br/2016/10/a-fada-azul-matou-a-cidadania-no-aniversario-de-ulisses/>. Acesso em: 10 de out. de 2016.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 323 p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. 3ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1980. 102 p.

FILHO, José C. M. de B. Trabalho com redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana. **Revista GENESIS**. CURITIBA, n. 137. Maio. 2004. p. 673-682. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/dignidadetrabalhoescravo.pdf. Acesso em: 20 de set. de 2014.

GERSCHMAN, S.; VIANNA, M.L.W. (orgs). **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 227 p.

GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa. **Assistência social às famílias nas constituições brasileiras: institucionalização dos espaços domésticos e poder**. 1ª ed. Curitiba: Ed. Juruá, 2010. 128 p.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995. 341 p.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1999. 500 p.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol.3. Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2000. 432 p.

_____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2001. 332 p.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1978. 143 p.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho dos Assistentes Sociais. In: **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. Brasília: CFESS/ABEPSS- UNB, 2000. Disponível em <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf> Acesso em: 10 de jun. de 2015.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. 2009. In: Myrian Veras Baptista, Odária Battini (org.). **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. v. 1. São Paulo: Veras Editora, 2009. p.79-106.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. Livro I. São Paulo: Ed. Boitempo. 2013. 335 p.

Hogan, Daniel J; Marandola Jr., Eduardo. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: José Marcos Pinto Cunha (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p. 23-50.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução Claudio Carina. 1ªed. São Paulo. Companhia das Letras. 2013. 488 p.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982. 400 p.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010. 496 p.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. n. 120. São Paulo: ed. Cortez, 2014. p. 608-639.

INDICADORES Sociais Municipais 2010 – IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/ta_bela1a.shtm. Acesso em: 02 de ago. de 2015.

IPARDES. **Caderno estatístico Estado do Paraná**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Julho de 2015. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=19&btOk=ok>. Acesso em: ago. de 2016.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios. In **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.p.57-86.

_____. Garantia de renda na perspectiva dos direitos socioassistenciais. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, 7., Brasília, CNAS, 2007.

JACCOUD, Luciana; COLIN, Denise. Assistência Social e construção do SUAS – balanço e perspectivas: O percurso da Assistência Social como política de direitos e a trajetória necessária. In: José Ferreira da Cruz...[et al] (org.). **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed., 2013. p.36-59.

JANUZZI, Paulo M. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. Disponível em <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2011/02/INDICADORES-SOCIAIS-JANUZZI.pdf> . Acesso em: 13 de maio de 2013.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado de Bem estar na idade da razão**. A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Elsevier; Campus, 2012a. 320 p.

_____. **O Estado de Bem estar e o Brasil**. Palestra proferida em 29 de março de 2012, no IV Seminário Anual do Departamento de Economia Aplicada da UNAM/México. 2012b. Disponível em <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/ConferenciaUNAM.pdf> . Acesso em: 15 de abr. de 2015.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3ªed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 254 p.

_____. A centralidade ontológica do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, v. 52, p. 7-23. São Paulo: Ed. Cortez, 1996. Disponível em http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf. Acesso em: 20 de mar. de 2014.

_____. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Revista Outubro**. v5, n. 1, p. 93-100. São Paulo, 2001. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-06.pdf> em Acesso em: 03 de out. de 2014.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács. 2012. 110 p.

LIMA, Kátia R.S; MARTINS, André S. A nova Pedagogia da hegemonia: Pressupostos, princípios e estratégias. In. Lúcia Maria Wanderley Neves (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Ed. Xamã. 2005. 321 p.

LOPES; Márcia H. C.; RIZZOTTI, Maria L. A. Gestão compartilhada no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In: **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**/Organizadores: José Ferreira

da Crus...[et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013. p.60-81.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2013. 856 p.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 4ª ed. São Paulo: Cortez. 1995. 168 p.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec. 1982. 82 p.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?** São Paulo: Autores Associados. 2008. 338 p.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2004. 83 p.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008. 288 p.

_____. **A questão judaica**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2010. 144 p.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2013. Livro I. 856 p.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2004. 176 p.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Ed. Moraes, 1987. 176 p.

MASCARO, Alysson L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo. 2013. 136 p.

MEDEIROS, Marcelo. A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. Texto para discussão n. 852. Brasília. 2001. Disponível em http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/a_trajetoria_do_welfare_state_no_brasil_papel_redistributivo_das_politicas_sociais_dos_anos_1930_aos_anos_1990.pdf. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

MELO, Edivânia. Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mézáros e o Estado**. 2012. p.29-58.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. 380 p.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2004. 568 p.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Ed. Boitempo. 2005. 128 p.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Ed. Boitempo. 2006. 296 p.

_____. **A crise estrutural do capital.** 2ª edição. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011. 136 p.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 699-720, Dez.. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282015000400699&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de ago. de 2016.

Monasta, Attilio. **Antonio Gramsci.** Tradução: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 154 p.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 3ª ed. São Paulo. Ed.Cortez, 2011. 550 p.

MUNHOZ. Divanir E. N. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Revista Emancipação.** v. 6, n.1. Ed. UEPG: Ponta Grossa, 2006. p. 25-40

MUNIZ et al. O conceito de serviços socioassistenciais: uma contribuição para o debate. **Cadernos de texto:** VI Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. p.37-46

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia e Sociedade.** Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 de ago. de 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez. 2006. 272 p.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método de Marx. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: José Paulo Netto, Maria do Carmo Brant de Carvalho (org.). **Cotidiano, conhecimento e crítica.** 10ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2012. p. 65-93

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano, conhecimento e crítica.** José Paulo Netto, Maria do Carmo Brant de Carvalho (org.). 10ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2012. 93 p.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. 312 p.

OLIVEIRA, Hilda C. de. Assistência Social, mobilização e educação popular. In: **O Trabalho do Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**. Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na luta. Brasília: CFESS. 2011. 314 p.

PAIVA et al. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília : IPEA, 2013. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10a_nos.pdf Acesso em: 03 de ago. de 2015.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise do Estado”. In: PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács. 2012. p.59-80.

PAULA, Renato F.dos S. Assistência Social: direito público reclamável. In: José Ferreira da Crus...[et al] (org.). **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. , 2013, 240p.

PEREIRA, Potyara. A.P. Desafios e demandas contemporâneas para o Serviço Social. **Ser Social**. Brasília, nº19, 2006. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/161/124. Acesso em: 10 de maio de 2016.

PESSOA, E. **O Fenômeno da Burocracia das Ruas no Brasil. Considerações.** Disponível em http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/26_6_2012_6_43_2.pdf . Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

PLANO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: 2012-2015. Curitiba-PR. 2012.

PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. 96 p. – (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em <http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2016.

POCHMANN, Márcio. Proteção Social na Periferia do Capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em perspectiva**. v.18 n. 2. 2004. Disponível em http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7610_Cached.pdf. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

POGREBINSCHI, Thamy. O Direito entre o Homem e o Cidadão: Marx e a Crítica dos Direitos Humanos. **Revista de Direito do Cesusc**. n. 2. Jan/Jun 2007. Disponível em

<http://www.virtual.cesusc.edu.br/portal/externo/revistas/index.php/direito/article/view/86/76> Acesso em: 08 de jun. de 2015.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. 5ª.ed. São Paulo: Cortez, 2009. 320 p.

PRATES, J.C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**. v. 11, n. 1, Porto Alegre. jan./jul. 2012. p. 116 - 128. Disponível em http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf Acesso em: 10 de ago. de 2016.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Ed. Boitempo. 2001. 176 p.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Ed.UNESP. 2013. 249 p.

SAGI. **Relatório de Informações Sociais**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em: mar. de 2016.

SANTOS, Milton; Maria Laura e Souza, Maria Adélia (orgs.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo. Hucitec. 1994. 332 p.

SANTOS, Wilson da Silva. Uma leitura gramsciana: subjetividade, sujeito e formação ético-política. In: José Claudinei Lombardi, Livia Diana Rocha Magalhães, Wilson da Silva Santos (org.). **Gramsci no limiar do século XXI**. São Paulo: Librum Editora, 2013. 102 – 117 p.

SARMENTO, H.B. O instrumental técnico em Serviço Social: alguns apontamentos sobre o relacionamento. In: Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social**: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. 27-58 p.

SEDS. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=526> Acesso em: maio de 2015.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálisis**. Florianópolis, abr. 2007. p. 64-72. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300007>>. Acesso em: 05 set. de 2016.

SILVEIRA, Jucimeiri I. A gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. In: **GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS**: Uma contribuição Necessária. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome, 2011. p. 09-38.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo) pragmatismo. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 28-39, Ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782005000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de maio. 2014.

_____. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 26, n. 70, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622006000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 de maio 2014.

_____. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, Jan./Fev./Mar./Abr 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a09>. Acesso em: 20 de abr. de 2014.

_____. FILOSOFIA DA PRÁXIS E AS PRÁTICAS POLÍTICOPEDAGÓGICAS POPULARES. **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 28, n. 55, p. 131-148, jul./dez. 2014. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/25025> Acesso em: 18 de out. de 2016.

SILVA et al. Políticas Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_8-10.pdf Acesso em: 13 de out. de 2015.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. Florianópolis. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802009000100006. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

_____. **Gramsci: sua teoria**. Incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4ª edição. S. Paulo. Cortez. 2011. 256 p.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Estado e políticas sociais: a hegemonia burguesa e as formas contemporâneas de dominação. **Revista Katálysis**, v. 17, n. 1, p. 68-76, jan./jun. Florianópolis. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a07v17n1.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

SIMÕES, A. A. **The contribution of Bolsa Família to the educational achievement of economically disadvantaged children in Brazil**. 277 f. 2012. Tese (doutorado em Filosofia) – University of Sussex, 2012. Disponível em <http://sro.sussex.ac.uk/40673/>. Acesso em: 10 de ago. de 2015.

SOUZA, J.M.A. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 199-223, June 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000200199&lng=en&nrm=iso. Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

SPOSATI, Aldaíza; BONETTI, Dilsea A.; YAZBEK, Maria. C.; FALCÃO, Maria do C.B. Carvalho. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma análise em questão**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. 160 p.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. 413 p.

_____. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005. 96 p.

_____. Proteção e desproteção social na perspectiva dos direitos socioassistenciais. **Cadernos de texto: VI Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. p.17-22.

_____. Os 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. In: **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**/Organizadores: José Ferreira da Cruz...[et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013. p.14-35.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo. **A assistência social brasileira: descentralização e municipalização**. São Paulo: EDUC, 1990. 202 p.

SPOSATI, Aldaíza; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1999. 168 p.

SPOSATI, A.; CORTES, L.; COELHO, R.P.S. Assistência Social, Seguridade social e Cidadania. In: Ana Fonseca, Eduardo Fagnani (orgs.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p.225-255.

SOUZA, Charles T. de. A prática do assistente social: conhecimento instrumentalidade e intervenção profissional. **Revista Emancipação**. v. 8, n.1. UEPG: Ponta Grossa. 2008. p. 119-132.

SOUZA, Cristiane G. de. **EMPODERAMENTO: POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PROFISSIONAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PONTA GROSSA-PR**. Ponta Grossa, 2011. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Programa de Pós graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Ponta Grossa, 2011.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a Ordem e a Des-Ordem: Mistificação dos direitos sociais e da cidadania**. São Paulo: Cortez, 1999. 390 p.

SCHONS, Selma Maria. Questão social hoje: a resistência um elemento em construção. **Revista Emancipação**. nº 07. Ponta Grossa: Ed. UEPG. 2007. p. 25-40.

SOARES, Sergei. A Distribuição dos Rendimentos do Trabalho e a Queda da Desigualdade de 1995 a 2009. In: IPEA (org). **Mercado de Trabalho**. n. 45. Nov. 2010. p.35-40

TEIXEIRA, S.M. FAMÍLIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Rev. Políticas Públicas**. São Luis, v. 13, n. 2, p. 255-264 jul./dez. 2009. Disponível em http://www.revistapoliticaspublicas.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=212 Acesso em: 09 de set. de 2016.

THERBON, Goran. **Clase, Estado y poder**. Disponível em <http://www.cholonautas.edu.pe/>. Acesso em: 10 de set. de 2014.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ed. Unijuí. Ijuí. 2005a. 159 p.

_____. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 469-484, jan. 2005b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9809>>. Acesso em: 04 abr. de 2015.

_____. **Um novo horizonte para a educação**. Conferência pronunciada no I Congresso de Ontologia do Ser Social e Educação, promovido pelo IBILCE – UNESP. São José do Rio Preto em nov/dez de 2007. Disponível em [http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/UM NOVO HORIZONTE PARA A EDUCA CAO.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/UM_NOVO_HORIZONTE_PARA_A_EDUCA CAO.pdf) Acesso em: 13 de set. de 2014.

_____. **Marxismo e democracia**. Disponível em [http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/MARXISMO E DEMOCRACIA.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/MARXISMO_E_DEMOCRACIA.pdf) Acesso em: 13 de abr. de 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América** : sentimentos e opiniões. Livro II. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 2000. 451p.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2ª. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – Clacso, Tradução por Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011. 454 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez. 1999. 200 p.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo , n. 110, p. 288-322, Junho 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 de ago. de 2014.

_____. Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais. **Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social** – Cpihts. 2010. Disponível em

<http://www.cpihts.com/PDF07/Carmelita%20Y.pdf> Acesso em: 26 de ago. de 2016.

APÊNDICE A

Roteiro do questionário aplicado junto aos profissionais que atuam na equipe interdisciplinar dos CRAS no ano de 2014.

Data:

Município:

1) Caracterização do CRAS?

- 1.1) Identificação da Instituição:
- 1.2) Endereço:
- 1.3) Profissionais que compõem a Equipe de referência:

2) Caracterização do profissional:

- 2.1) Nome:
- 2.2) Idade:
- 2.3) Sexo:
- 2.4) Formação profissional:
- 2.5) Instituição em que fez graduação:

2.6) Ano em que se formou:

2.7) Realizou ou está realizando algum curso após sua graduação?

() Sim () Não

2.8) Em caso negativo, justifique:

2.9) Em caso afirmativo, quais as opções que se aplicam:

() Especialização/Aperfeiçoamento
Em que área? Onde? Ano de conclusão.

() Mestrado
Em que área? Onde? Ano de conclusão.

() Doutorado
Em que área? Onde? Ano de conclusão.

() Outra graduação.
Em que área? Onde? Ano de conclusão.

2.10) Participa de atividades de atualização (palestras, seminários, congressos, cursos de extensão, etc)?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, com que frequência?

3) Atuação profissional

3.1) Qual o vínculo com a instituição pesquisada?

- () Estatutário
- () CLT/ Contrato por tempo indeterminado
- () Contrato temporário

() Outro:

3.2) Atualmente, que cargo ocupa no CRAS?

3.3) Qual sua carga horária de trabalho no CRAS?

3.5) Como avalia seu nível de autonomia neste emprego?

() Bom

() Regular

() Ruim

Justifique:

3.6) Em que tipos de serviços do CRAS você se insere?

() Programa de Atenção Integral à Família

() Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento à pobreza

() Centro de convivência para idosos

() Serviços para crianças de 0 a 06 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças

() Serviços Socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 06 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários

() Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários

() Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

() Outros

3.7) Qual a demanda do CRAS a ser trabalhada pelo (a) Serviço Social/Psicologia/Pedagogia?

3.8) Quais conhecimentos você considera importantes para o trabalho profissional?

3.9) A quem se destinam os serviços sociais prestados pela instituição?

3.10) Quais as demandas mais comuns apresentadas pela população atendida?

3.11) Por que essas demandas são as mais comuns?

3.12) Como são organizadas as atividades juntos às famílias?

3.13) A equipe desenvolve alguma intervenção voltada para contribuir com o exercício do protagonismo cidadão juntos aos usuários?

() Sim () Não

Como?

3.14) Enquanto equipe, avaliam que tais atividades estão contribuindo para o exercício do protagonismo cidadão no município?

Em caso negativo, justifique:

Em caso positivo, justifique:

3.15) Como avaliam os resultados de suas ações destinadas ao protagonismo?

3.16) Você observa avanços neste trabalho? Quais?

Em caso negativo, justifique:

Em caso positivo, justifique:

3.17) Quais as dificuldades encontradas para alcançar os objetivos destinados ao exercício do protagonismo cidadão?

APÊNDICE B

Roteiro do questionário aplicado aos profissionais que atuam na equipe interdisciplinar dos CRAS durante o processo do curso 01 Capacita SUAS – 2015

Data:

Município:

- 1) Identificação da Instituição:
- 2) Profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS:
- 3) Quem são os usuários em termos de condições concretas que expressam a sua situação de vulnerabilidade social? Cite exemplos:
- 4) Como tais situações afetam o coletivo, a comunidade e a família?
- 5) Diante disso quais as demandas que eles trazem para a equipe?
- 6) Quais os processos educativos possíveis de se realizarem para romper a condição de subalternidade e potencializar o protagonismo cidadão?
- 7) Como romper com práticas imediatas e desenvolver ações que potencializem o protagonismo cidadão?